



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 12 DE ABRIL DE 2019 - 12 HORAS

PRIMEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

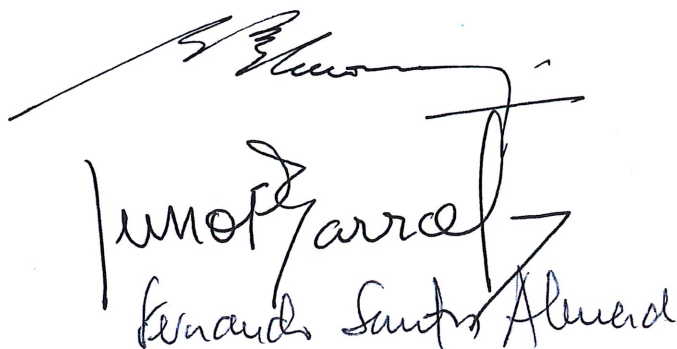
O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício de dois mil e dezoito.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
15 de fevereiro de 2019

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração



Fernando Santos Almeida



CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matricula N° 500 077 797



AMORIM

CORTICEIRA AMORIM

Relatório e Contas
Individuais (Auditadas)
Ano 2018

Relatório de Gestão

Senhores Acionistas,

A CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., Sociedade Aberta, vem, nos termos da lei, apresentar o Relatório de Gestão reportado ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2018:

1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA EM 2018

1.1. APRECIAÇÃO GLOBAL

O ano de 2018 caracteriza-se pela divergência face à evolução sincronizada e abrangente que caracterizou a economia mundial em 2017, e que se antecipava vir a ser repetida no ano seguinte. Quer as economias desenvolvidas quer as emergentes registaram taxas de crescimento inferiores às do ano anterior, que, saliente-se, tinham sido as mais elevadas desde a crise de 2008. Este abrandamento ocorreu num contexto de degradação do sentimento ao nível dos mercados financeiros, de incerteza quanto a política comercial e de receios de degradação das perspetivas da economia chinesa. Estima-se que a economia global tenha crescido à taxa de 3,7%, com as economias desenvolvidas a desacelerarem marginalmente para 2,3% e as emergentes a registarem 4,6%. O comércio internacional abrandou para níveis inferiores aos de 2017. A inflação terá permanecido contida a nível global com registo de incremento apenas nos Estados Unidos. Apesar da atuação da Reserva Federal (FED) e de alguns outros Bancos Centrais, globalmente, a política monetária manteve-se acomodatória. Terá sido, no entanto, a reversão (ou o anúncio da intenção proceder a reversão) das medidas monetárias excecionais, restringindo a liquidez e agravando as condições financeiras, o fator mais crítico a dominar os mercados financeiros, que registaram volatilidade acrescida. O ano foi marcado pela valorização generalizada do USD; no caso particular de EUR/USD, a tendência de ganhos da moeda europeia manteve-se até meio de abril, com uma reversão dos mesmos desde então; o último trimestre do ano foi de consolidação num intervalo de variação apertado. Metais e *commodities* agrícolas registaram desvalorização moderada na segunda metade do ano, refletindo menor procura por parte da China. O crude (*brent*), por sua vez, registou oscilações acentuadas: iniciou o ano a USD 69,00/barril, seguiu tendência altista, ainda que com movimentos de correção de permeio, até atingir USD 86,00/barril em início de outubro e, quando se ponderava já a valorização significativa adicional fruto da política de sanções sobre o Irão, testaram-se mínimos de USD 50,00/barril em finais de dezembro. A implementação de um novo acordo de corte de produção a nível de OPEP+ terá produzido efeitos de estabilização dos preços a partir de então.

A **Zona Euro**, por sua vez, terá registado expansão em torno de 1,8%, referencial inferior às previsões de uma parte substancial das organizações de referência. O otimismo observável em 2017, deu lugar, gradualmente, a revisão em baixa dos níveis antecipados de expansão, sobretudo na segunda metade do ano. As divergências políticas entre Itália e a Comissão Europeia terão contribuído para incremento da incerteza e aumento dos riscos financeiros. O quarto trimestre foi caracterizado por contestação social significativa em França. A Alemanha, afetada por um conjunto alargado de fatores conjunturais, registou um desempenho económico dececionante na segunda metade do ano. O desemprego terá seguido tendência de decréscimo enquanto a inflação terá evidenciado oscilações significativas, mas sem nunca atingir a meta de estabilidade de preços, registando 1,7% no ano. Pelo terceiro ano consecutivo, o contexto político, macro e social do **Reino Unido** foi absolutamente dominado pela questão do Brexit. A data formal de saída é 29 de março de 2019 mas sucessivas negociações não conseguiram alcançar uma solução. Não obstante, a evolução macro foi positiva, em torno de 1,4%.

Os **Estados Unidos** terão registado um crescimento em torno de 2,9%, um ritmo superior à tendência de longo prazo. O efeito positivo do Plano Fiscal implementado pela administração Trump em 2017, e cujo pico terá sido observado em 2018, foi paulatinamente diminuindo de intensidade. O mercado de trabalho manteve a tendência de melhoria que registava, com a taxa de desemprego a atingir 3,7%, um mínimo de 50 anos. O mercado de crédito evidenciou um aumento dos spreads das obrigações corporativas, refletindo menor otimismo e aumento do risco ao nível do sector energético. A inflação terá seguido tendência altista, estimando-se que tenha registado 2,4%.

O **Japão** terá crescido ao ritmo de 0,9% em 2018, praticamente metade do registado no ano anterior. Fatores extraordinários e de natureza climática terão limitado a economia na segunda metade do ano. A **Austrália** terá

registado um crescimento marginalmente acima de 3,0%, uma aceleração face ao ano anterior, essencialmente fruto do desempenho na primeira parte do ano. O imobiliário terá evidenciado acentuada correção face a níveis de 2017.

As economias emergentes e em vias de desenvolvimento terão registado expansão a um ritmo próximo de 4,6% em ligeira desaceleração face ao que haviam seguido em 2017. A China terá registado um abrandamento contínuo ao longo de 2018, evidenciando os efeitos das medidas tendentes a controlar o excesso de endividamento da economia e a mitigar os elevados níveis de poluição. A disputa comercial com os Estados Unidos e a imposição de tarifas sobre as suas exportações, bem como as reações internacionais à iniciativa “one belt one road” e China 2025 terão afetado negativamente a performance da segunda maior economia mundial. Estima-se que tenha observado uma expansão de 6,6% vs. 6,9% no ano de 2017. A Argentina deverá registar contração em torno de 2,6%; a África do Sul terá observado um incremento da economia de 0,8% denotando o impacto da incerteza institucional e instabilidade política que dominou o início do ano, bem como da seca extrema em parte do seu território. A Europa de Leste, a braços com falta de mão-obra qualificada, terá mantido níveis robustos de crescimento ainda que marginalmente abaixo do registado no ano anterior. A Rússia deverá ter registado em 2018 o terceiro ano consecutivo de expansão económica após a contração de 2015. Estima-se que tenha crescido 2,3%, uma aceleração face aos 1,6% registados em 2017, com o contributo positivo da recuperação dos preços internacionais do crude e do gás natural, bem como das exportações líquidas.

1.2. PORTUGAL

Portugal registou em 2018 o quinto ano consecutivo de crescimento económico após a crise de 2011/2013. A economia manteve a trajetória de crescimento da atividade, mas em desaceleração. Estima-se que a economia tenha crescido 2,1%, sustentada no contributo do consumo privado, positivamente impactado pela criação sustentada de emprego e no incremento, ainda que moderado, ao nível dos salários. O retalho permaneceu robusto. O investimento, por seu turno, terá crescido a taxa significativamente menor do que em 2017, refletindo o adiamento de alguns projetos financiados por fundos estruturais da UE e a menor execução de investimentos públicos. A procura externa terá evidenciado, por um lado, o menor dinamismo de parceiros tradicionais e, por outro, refletido o efeito de paragens extraordinárias ao nível indústria. A balança de bens registou um défice superior ao de 2017, sendo apenas marginalmente compensada pelo excedente ao nível dos serviços - as exportações de bens e a produção industrial terão evoluído com menor dinamismo, enquanto o turismo terá observado desaceleração. A rubrica que evidenciou maior progressão face ao registado no ano anterior foi o consumo público que regressou ao ritmo de 2015/16.

Em outubro, a Moody's subiu a notação de rating de Portugal para o nível de *Investment Grade*, alinhando com o que outras duas agências já haviam anunciado no ano anterior. À semelhança dos anos mais recentes, o esforço de consolidação fiscal foi dominante, seguindo-se uma política fiscal moderadamente expansionista. Estima-se que o défice orçamental tenha ficado em 0,6% do PIB, beneficiando de um aumento cíclico de receitas fiscais, de menor montante de juros de dívida, de bom desempenho ao nível da despesa e do desvio entre o investimento público orçamentado e o efetivamente realizado. À semelhança de 2017, a capacidade de financiamento da economia portuguesa foi positiva, mas registou diminuição no ano, espelhando o maior esforço de investimento das empresas não financeiras e o consumo privado acima do rendimento das famílias. O mercado de trabalho manteve a dinâmica de recuperação que vinha evidenciando nos anos recentes, com a diminuição do desemprego, talvez a característica mais notória da recuperação económica recente; a taxa de desemprego terá decrescido para 7,0%, o nível mais baixo desde 2004; com o ano a terminar, terá inclusive diminuído para algo em torno de 6,7% (dados do quarto trimestre), valores que não eram registados desde 2002. A inflação, atestando a menor pressão ao nível dos preços consumo, ter-se-á cifrado em 1,4%, ainda que com acentuada volatilidade ao longo do ano.

2. ATIVIDADE DO GRUPO CORTICEIRA AMORIM

2.1 SUMÁRIO DA ATIVIDADE

Em 2018 a Corticeira Amorim aumentou os seus resultados consolidados, apesar da forte subida do preço das matérias-primas e do impacto desfavorável da evolução cambial. Ao nível das vendas, o crescimento de 8,8% foi influenciado pelo efeito de consolidação das empresas adquiridas (o primeiro semestre da Bourrassé ainda não tinha sido consolidado em 2017 e a Elfverson começou a consolidar desde o início de 2018). Mesmo excluindo este efeito, o aumento das vendas seria de 3,3%.

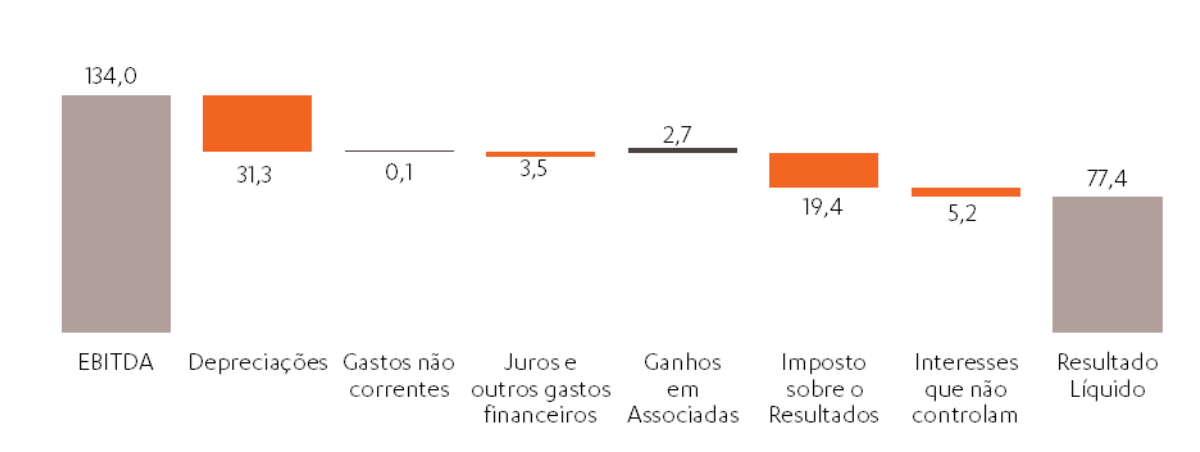
O rácio EBITDA/Vendas cifrou-se em 17,6%, tendo diminuído face aos 19,0% de 2017. Excluindo o efeito cambial o, rácio ficaria nos 18,4%. A desvalorização do USD e o início do consumo das matérias-primas da campanha de 2017, com um custo de aquisição superior ao da campanha de 2016, foram os principais motivos que levaram a um

crescimento do EBITDA inferior ao das vendas. Esta situação foi contrabalançada com um aumento do controlo de custos, ganhos de eficiência operacional e redução das imparidades.

O resultado líquido consolidado da Corticeira Amorim atingiu os 77,4 M€, representando um aumento de 6,0% relativamente ao ano anterior.

2.2 INDICADORES DA ATIVIDADE

Apresenta-se de seguida os principais indicadores consolidados da CORTICEIRA AMORIM no exercício de 2018:



3. CONTA DE RESULTADOS

A estrutura de custos da Holding teve um ligeiro decréscimo relativamente ao exercício anterior. O valor de gastos com pessoal e fornecimento e serviços externos atingiu os 2.141 mil euros (K€), o que compara com o valor de 2.270 K€ de 2017. Registe-se a redução dos gastos com pessoal que passaram de 1.763 K€ em 2017 para 1.647 K€ em 2018.

Durante o exercício foram obtidos dividendos no valor de 60 M€ das subsidiárias Amorim & Irmãos, SGPS, S.A., Amorim Natural Cork, S.A., Amorim Cork Research, Lda., Amorim Revestimentos, S.A. e Amorim Isolamentos, S.A. Em 2017, os dividendos recebidos foram equivalentes (60 M€) embora distribuídos por diferentes subsidiárias: Amorim & Irmãos, SGPS, S.A., Amorim Natural Cork, S.A., Amorim Cork Composites, S.A., Amorim Cork Research, Lda. e Amorim Revestimentos, S.A..

Nos ganhos/perdas das subsidiárias, além dos dividendos, é de salientar a reversão líquida de imparidade de 0,7 M€ (o que compara com uma constituição de imparidades de 3,3 M€ em 2017).

Em termos de função financeira propriamente dita, há a registar o mesmo nível de juros suportados, tendo estes atingido os 543 K€ euros (2017: 533 K€). Os juros obtidos por empréstimos às subsidiárias também tiveram um acréscimo neste exercício tendo atingido os 1.028 K€ (2017: 878 K€).

O resultado antes de impostos no exercício em apreço foi positivo e ascendeu a 59.003 K€ (2017: 54.252 K€).

Após o registo do imposto sobre os resultados, no total de 530 K€ a favor da empresa (2017: 239 K€), o resultado líquido foi positivo de 59.533 K€ (2017: 54.491 K€).

4. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

O total do ativo atingiu o valor de 414 M€, 3 M€ abaixo do fecho do ano anterior. Não obstante não terem existido variações significativas no seu total, verificaram-se as seguintes alterações mais relevantes: reembolso de prestações acessórias e suprimentos efetuados à Amorim Cork Composites, S.A. (38 M€ e 8 M€, respetivamente) e aumento das operações de tesouraria na Amorim & Irmãos, S.A. e Amorim Florestal, S.A. (20 M€ em cada uma destas subsidiárias).

O passivo teve uma redução de cerca de 27 M€, apesar do aumento da dívida bancária em 16 M€. A redução dos créditos das subsidiárias em 42 M€, justificam a redução do passivo.

No final de 2018, o Capital Próprio registava o efeito favorável dos resultados do exercício (+59,5 M€) e, em sentido contrário, o efeito da distribuição de 35,9 M€ de dividendos, ascendendo a 315 M€ (2017: 291 M€).

5. PERSPETIVAS FUTURAS

5.1 ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Apreciação Global

A economia mundial deverá registar em 2019 uma evolução menos expressiva do que a observada nos anos mais recentes, estimando-se que a taxa de crescimento, revista em baixa face às projeções do FMI de outubro passado, seja de 3,5%, incorporando os efeitos negativos decorrentes da disputa comercial e da imposição mútua de tarifas pelos Estados Unidos e China. A expansão económica menos vigorosa nos meses finais de 2018 terá penalizado a confiança empresarial, condicionando as expectativas de atividade futura, nomeadamente ao nível de novas encomendas e intenções de investimento. Os riscos que pendem sobre as projeções apresentadas são negativos e podem determinar uma degradação adicional das condições financeiras - tornando-as menos facilitadoras - e penalizando, adicionalmente, a confiança dos agentes económicos. Para além da escalada ao nível de disputa comercial - existe o risco real de incremento das tensões comerciais na Primavera e incremento generalizado do protecionismo -, a saída desordenada do Reino Unido da União Europeia, um abrandamento mais acentuado na China (penalizando parceiros comerciais e determinando uma evolução negativa ao nível das *commodities*) ou um contexto político menos consensual na Europa, são potenciais ameaças ao crescimento. A concretização destes riscos, ainda que em separado, determinariam um contexto penalizador para o investimento, colocariam em causa as cadeias de fornecimento e limitariam os ganhos de produtividade. O comércio internacional deverá crescer a um ritmo similar ao do ano anterior, em torno de 4,0%. Evidenciará, antecipa-se, menor contributo positivo das economias emergentes e um ritmo superior ao passado por parte das economias desenvolvidas. A atuação concertada entre OPEP e um conjunto de outros dez países produtores (com destaque para Rússia), o designado OPEP+, deverá garantir suporte ao preço do crude; o acréscimo de produção pelos Estados Unidos servirá, estima-se, de força contrária. Antecipa-se uma gestão crítica de excesso de stocks e aumento moderado da procura de fatores energéticos. Estima-se que o crude registará um valor médio marginalmente abaixo de USD 60,0/barril. Tal como em 2018, as autoridades chinesas procurarão o equilíbrio instável entre gerir o excesso na economia ao nível alavancagem, capacidade instalada e poluição, por um lado, e o abrandamento económico e insolvência de sociedades, por outro.

A **Zona Euro** deverá manter a tendência de expansão económica, mas o ritmo de crescimento deverá ser substancialmente inferior ao observado em 2018. Refletirá, antecipa-se, a desaceleração notória registada na segunda metade de 2018 e as perspetivas menos otimistas quanto à evolução da procura externa. Estima-se que registre uma expansão em torno de 1,6%, mas com riscos negativos a pender sobre as estimativas. As eleições europeias em maio, as negociações sobre o novo quadro orçamental da União Europeia a sete anos e os movimentos políticos antieuropeus determinarão o contexto político, que se antecipa não isento de desafios significativos. Após a decisão de terminar em dezembro 2018 com a compra de ativos, o BCE deverá manter as taxas de juro diretoras nos níveis atuais até, pelo menos, ao verão, podendo implementar medidas adicionais para garantir o financiamento a longo prazo, e em condições favoráveis, ao sector bancário europeu. Há um ano, as negociações entre a UE e o **Reino Unido** condicionavam (em perspetiva) a performance económica futura de ambos. Hoje, antecipa-se a saída do Reino Unido a 29 março de 2019, mas desconhece-se em que termos será realizada e, assim também, a forma de relacionamento comercial e económico futuro. Na eminência de uma saída sem regras definidas e minimizadoras do impacto negativo, antecipa-se um cenário menos favorável; observam-se já ajustamentos no relacionamento comercial entre as partes cuja mera reversão terá custos económicos. O Reino Unido deverá crescer 1,5% em 2019.

A **Europa Central e de Leste** deverá manter o crescimento robusto que tem caracterizado esta área económica nos anos recentes.

Os **Estados Unidos** deverão crescer menos em 2019. Estima-se que o abrandamento resultará numa taxa de crescimento em torno de 2,5% o que evidencia, ainda assim, um ritmo de expansão acima do potencial de longo prazo, assente na evolução forte da procura doméstica de que resultará, antecipa-se, um alargamento do défice comercial. A economia não está imune ao impacto do abrandamento mundial e do agravamento das tensões no relacionamento comercial internacional. O plano de renovação de infraestruturas, uma meta da atual administração na Casa Branca,

assume-se como uma alteração estrutural potenciadora de benefícios acrescidos. No entanto, a liderança política norte-americana enfrentará agora um contexto político menos facilitador, com riscos acrescidos de *shutdown* dos serviços federais e dificuldade em aprovar novos limites para o endividamento público. Os desequilíbrios estruturais da economia ter-se-ão agravado e o risco de condicionarem a evolução económica, o sentimento dos agentes do mercado financeiro e, assim, também os preços dos ativos, merecem ponderação.

O **Japão**, em nítido contraste com a generalidade das economias, deverá crescer mais e acima do que era estimado há alguns meses, registando um valor em torno de 1,1%. Acrescentará um ano mais à expansão económica mais longa desde a década de 80 do XX, um período de desempenho nipónico excecional. Esta evolução refletirá, julga-se, o conjunto de medidas fiscais tendentes a mitigar o aumento da taxação sobre o consumo, tema crítico nos últimos anos e que em determinados momentos conduziu a economia para contração frustrando recuperações nascentes. A **Austrália**, por seu turno, confrontada com o impacto negativo do abrandamento da China e com um ajustamento notório ao nível do imobiliário, poderá assistir a uma política monetária mais expansionista. Estima-se que venha a crescer em torno de 2,5%.

As **Economias Emergentes** poderão enfrentar em 2019 um conjunto de desafios que condicionarão a expansão económica. Dado o contexto macroeconómico em que operam - elevado endividamento da economia, em particular o endividamento externo em divisa - poderão não dispor de folga para acomodar nova ronda de pressões. A **China** deverá ver nova moderação a nível do crescimento, estimando-se que venha a registar algo em torno de 6,2%, 0,4% inferior ao ritmo prosseguido em 2018 e aproximando-se do nível mais baixo de crescimento económico em 30 anos. A transição de modelo económico, apostando em custos laborais mais elevados e maior valor acrescentado, resultaria sempre numa alteração notória. O abrandamento decorrerá de medidas de regulamentação financeira, procurando diminuir a desalavancagem da economia, a que acresce o impacto da disputa comercial com os Estados Unidos. A **Rússia**, beneficiando pelo segundo ano da evolução sustentada do preço do crude e gás natural, bem como de uma política monetária credível, deverá evidenciar um ritmo de crescimento similar ao que apresentou em 2018, atingindo 1,6%. O aumento do IVA no início do ano, bem como condições mais restritivas ao nível da concessão de crédito, deverão condicionar o consumo privado na primeira parte de 2019. A entrada em execução de projetos de investimento público planeados após as eleições de 2018, deverá conduzir a um desempenho acrescido no trecho final de 2019. A **África do Sul** deverá crescer a um ritmo claramente superior ao observado no ano transato, estimando-se que em torno de 1,4%. Após a instabilidade política e institucional que marcou o final de 2017 e início de 2018, a expectativa de avanços nas reformas a implementar garantirá, antecipa-se, o regresso da confiança dos investidores internacionais. Prevê-se que a **América Latina** venha a recuperar, crescendo em torno de 2,0%, próximo do dobro do ritmo de 2018. A situação na Venezuela constituirá um risco acrescido para o cenário projetado. A **Argentina** deverá registar contração atendendo ao impacto das medidas implementadas para anular os desequilíbrios macroeconómicos na base da crise de 2018.

Portugal

Em 2019 Portugal deverá registar um crescimento económico abaixo de observado nos últimos três anos. As projeções apontam para que a economia desacelere para um ritmo em torno de 1,8% devido, sobretudo, ao menor contributo da procura externa. O consumo privado, suportado na criação de emprego e progressão salarial, deverá evoluir a uma taxa apenas marginalmente inferior à registada em 2018, o mesmo acontecendo com o consumo público. Antecipa-se que o investimento venha a evidenciar uma evolução positiva e acima do observado no ano transato, atendendo ao adiamento para 2019 de projetos suportados em Fundos Estruturais da UE. As exportações, refletindo a menor procura de parceiros comerciais, deverão observar aumento muito aquém da evolução recente; as importações, mesmo que em parte decorram do perfil mais exportador da economia portuguesa e da sustentabilidade da procura interna, evoluirão também a ritmo inferior ao verificado nos últimos anos. Ainda assim, deverão crescer sempre a taxa superior à das exportações, com degradação do excedente da balança comercial. A consolidação das finanças públicas deverá ter continuidade; a perspetiva de incremento das receitas fiscais e a diminuição do montante de juros da dívida pública permitirá, estima-se, que o défice orçamental venha a atingir valores inferiores a 1,0%. O agregado balanças corrente e de capital deverá, entretanto, registar uma evolução positiva, em linha com o verificado no passado recente. Estima-se que o *superavit* atinja 1,3% do PIB. Pelo oitavo ano consecutivo, este excedente traduzir-se-á numa capacidade positiva de financiamento da economia. Deverá assistir-se a pressão moderada sobre os preços. Antecipa-se um incremento de 1,4% a nível dos preços no consumo. Em face da contínua diminuição do desemprego, que, estima-se, diminuirá para 6,5%, do incremento ao nível dos referenciais salariais de base, do descongelamento das carreiras de funcionários públicos e da menor folga ao nível do mercado de trabalho, é expectável uma evolução altista dos salários e, também assim, de serviços e da inflação subjacente.

5.2 RESULTADOS

Estando prevista a distribuição de dividendos significativos por parte de participadas da CORTICEIRA AMORIM, que mais que compensarão os custos de estrutura e o saldo de financiamento, prevê-se que o exercício de 2019 termine com um resultado positivo.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta o resultado líquido positivo, apurado segundo as contas individuais no final do exercício de 2018, no valor de € 59.533.073,09 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e trinta e três mil, setenta e três euros e nove cêntimos), o Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM propõe que os Senhores Acionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de € 59.533.073,09 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e trinta e três mil, setenta e três euros e nove cêntimos) tenha a seguinte aplicação:

- para Reserva Legal: € 2.976.653,80 (dois milhões, novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e três euros e oitenta cêntimos);

- para Dividendos: € 24.605.000,00 (vinte e quatro milhões, seiscentos e cinco mil euros), correspondente a um valor de € 0,185 (dezoito cêntimos e meio) por ação;

- para Reservas Livres: € 31.951.419,29 (trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e dezanove euros e vinte e nove cêntimos).

7. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo o referido relatório um capítulo especial onde se expõem os principais riscos e incertezas do negócio.


8. EVENTOS SUBSEQUENTES

Até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filias incluídas na consolidação.

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- Aos Acionistas e Investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- Às Instituições de Crédito, pela importante colaboração prestada; e
- Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo rigor e qualidade da sua atuação.



A todos os Colaboradores, cujo profissionalismo, disponibilidade e empenho contribuem para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim, aqui lhes expressamos o nosso apreço.

Mozelos, 15 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. CAPITAL SOCIAL E PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DO EMITENTE, CALCULADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

O capital social da CORTICEIRA AMORIM cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos.

Estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. a totalidade das ações emitidas pela Sociedade.

Distribuição do capital pelos acionistas:

Acionista	Ações Detidas (quantidade)	Participação (%)	Direitos de Voto (%)
Participações Qualificadas:			
Amorim – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	67.830.000	51,000%	51,000%
Investmark Holdings, B.V.	18.325.157	13,778%	13,778%
Amorim International Participations, B.V.	13.414.387	10,086%	10,086%
<i>Freefloat</i>	33.430.456	25,136%	25,136%
Total	133.000.000	100,000%	100,000%

Nos quadros seguintes encontra-se a identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245º-A, nº 1, als. c) e d) e art. 16º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputáveis e da fonte e causa de imputação.

Acionista	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (a)		
Diretamente	67 830 000	51,000%
Total imputável	67 830 000	51,000%

(a) O capital da Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. é integralmente detido por três sociedade, a Amorim Holding Financeira, SGPS, S.A. (5,63%), a Amorim Holding II, SGPS, S.A. (44,37%) e a Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (50%) sem que nenhuma delas tenha participação de domínio na sociedade, terminando por isso nesta, a cadeia de imputação, nos termos do Artº 20º do Cod.VM. O capital social e direitos de voto das referidas três sociedades, por seu turno, é detido, respetivamente, no caso das duas primeiras, direta e indiretamente (através da Imoeuro SGPS, S.A. e da Oil Investment, B.V.) pela Sra. D. Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim e filhas, e, no caso da terceira, pelo Senhor António Ferreira de Amorim, mulher e filhos.

Acionista	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Investmark Holding BV		
Diretamente	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

Acionista Great Prime S.A. (b)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da Investmark Holding BV, que domina a 100%	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

Acionista Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim (c)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da acionista Great Prime, S.A., que domina a 95% (b)	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

(b) O capital social da Great Prime, S.A. é integralmente detido por três sociedades (API Amorim Participações Internacionais, SGPS, S.A. (33,33%), Vintage Prime, SGPS, S.A. (33,33%) e Stockprice, SGPS, S.A. (33,33%)).

(c) À data da sua morte, o Senhor Américo Ferreira de Amorim detinha ações representativas de 85% do capital social e direitos de voto de cada uma das Sociedades Holding, ações essas que passaram desde então a ser imputadas à sua Herança (Indivisa). Por acordo de partilha celebrado no dia 9 de abril de 2018, as herdeiras legitimárias do Senhor Américo Ferreira da Amorim acordaram em atribuir a Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim a titularidade da totalidade dessas ações, ou seja, das ações representativas de 85% do capital e direitos de voto das Sociedades Holding. No dia 2 de julho de 2018, em cumprimento do assim acordado, foi concluída a transmissão das referidas ações das Sociedades Holding a favor de Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim que, conjuntamente com as ações que já detinha antes nas mesmas sociedades, que representavam 10% do respetivo capital social, passou a deter 95% do capital social das Sociedades Holding.

Acionista Amorim International Participations, BV	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	13 414 387	10,086%
Total imputável	13 414 387	10,086%

Acionista Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (d)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da Amorim International Participations BV, que domina a 100%	13 414 387	10,086%
Total imputável	13 414 387	10,086%

(d) O capital da Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detido pelo Senhor António Ferreira de Amorim, mulher e filhos, não detendo qualquer deles uma participação de domínio da sociedade.

2. INFORMAÇÃO PREVISTA NOS ARTIGOS 447.º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

2.1 - Ações CORTICEIRA AMORIM detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros dos órgãos sociais da Sociedade

Durante o exercício de 2018, os membros dos órgãos sociais não transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade. A 31 de dezembro de 2018, não detinham ações da Corticeira Amorim.

2.2 - Ações CORTICEIRA AMORIM detidas e/ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou fiscalização

- i. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. é titular de 67.830.000 ações representativas de 51% do capital social e direitos de voto da Corticeira Amorim.

António Rios de Amorim (Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Cristina Rios de Amorim Baptista e Luísa Alexandra Ramos Amorim (Vogais do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) são, respetivamente, Vogal, Vogal, Vice-Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

- ii. A sociedade Amorim Investmark Holdings B.V., na qual Luísa Alexandra Ramos de Amorim, Vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, exerce o cargo de *Diretor*, é titular de 18.325.157 ações representativas de 13,778% do capital social, às quais correspondem 13,778% dos direitos de voto da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

A titularidade registada a 31 de dezembro de 2018, referida nos pontos i., ii. permanece inalterada à data da emissão deste relatório.

2.3 - Relação dos Acionistas titulares de mais de um décimo do capital social da Empresa

- i. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, S.A. é titular de 67.830.000 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 51% do capital social e a 51% dos direitos de voto;
- ii. A sociedade Investmark Holdings, B.V. é titular de 18.325.157 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 13,778% do capital social e a 13,778% dos direitos de voto;
- iii. A sociedade Amorim International Participations, B.V. é titular de 13.414.387 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 10,086% do capital social e a 10,086% dos direitos de voto.

A titularidade referida nos pontos i., ii. e iii. registava-se a 31 de dezembro de 2018, mantendo-se inalterada à data da emissão deste relatório.

2.4 - Transações de Dirigentes

Em cumprimento do disposto no Regulamento CMVM n.º 7/2018 e conforme comunicações recebidas das pessoas/entidades abrangidas por esta norma, informa-se que, no ano de 2018, não foram realizadas transações de ações da CORTICEIRA AMORIM por entidades relacionadas com os seus Dirigentes.

Não houve transação de instrumentos financeiros relacionados com a Corticeira Amorim, quer pelos seus Dirigentes, quer pelas sociedades que dominam a CORTICEIRA AMORIM, quer pelas pessoas estritamente relacionadas com aqueles.

Mozelos, 15 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DA POSIÇÃO FINANCEIRA

(Valores expressos em milhares de euros)	Notas	31 dez. 2018	31 dez. 2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	16	37
Investimentos em subsidiárias	5	258.194	294.065
Outros ativos financeiros		50	49
Empresas do grupo	6	88.800	77.250
		347.060	371.401
Ativo corrente			
Empresas do grupo	6	56.828	32.315
Imposto sobre o rendimento	8	6.816	10.292
Outras contas a receber	9	3.245	2.971
Gastos a reconhecer		19	24
Caixa e depósitos bancários	10	23	22
		66.931	45.624
Total do Ativo		413.991	417.025
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		133.000	133.000
Prêmios de emissão		38.893	38.893
Reservas legais		21.495	18.770
Outras reservas		57.774	41.918
Excedentes de revalorização		4.052	4.052
Outras variações no capital próprio		339	339
	11	255.553	236.972
Resultado líquido do período		59.533	54.491
Total do capital próprio		315.086	291.463
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	13	8.992	8.799
Dívida remunerada	14	30.000	35.000
		38.992	43.799
Passivo corrente			
Fornecedores		16	26
Empresas do grupo	6	3.075	45.361
Dívida remunerada	14	56.252	35.544
Outras contas a pagar	15	570	832
		59.913	81.763
Total do passivo		98.905	125.562
Total do capital próprio e do passivo		413.991	417.025

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE RESULTADOS POR NATUREZAS

(Valores expressos em milhares de euros)	Notas	2018	2017
RENDIMENTOS E GASTOS			
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	17	60.938	56.477
Fornecimentos e serviços externos	18	-494	-507
Gastos com o pessoal	19	-1.647	-1.763
Outros rendimentos e ganhos		12	10
Outros gastos e perdas	21	-142	-163
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		58.665	54.054
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-21	-21
Resultados operacionais (antes de gastos de financiamento e impostos)		58.644	54.033
Rendimentos financeiros	22	1.028	878
Gastos financeiros	22	-671	-659
Resultados antes de impostos		59.003	54.252
Imposto sobre os resultados	23	530	239
Resultado líquido		59.533	54.491

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DO RENDIMENTO INTEGRAL

(Valores expressos em milhares de euros)	2018	2017
Resultado líquido do período	59.533	54.491
<i>Itens que não serão reclassificados para resultados</i>		
Gastos reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-
Rendimentos reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-
Rendimentos integrais totais do período	59.533	54.491
O Contabilista Certificado	O Conselho de Administração	

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA

(Valores expressos em milhares de euros)	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Pagamentos a fornecedores	-475	-490
Pagamentos ao pessoal	-1.497	-1.260
Fluxo gerado pelas operações	-1.972	-1.750
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	3.715	-3.150
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	-446	-423
Fluxos das atividades operacionais	1.297	-5.323
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	117.588	115.240
Juros e rendimentos similares	629	623
Dividendos	60.255	59.675
	178.472	175.538
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-158.772	-153.381
Fluxos das atividades de investimento	19.700	22.157
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	174.575	95.644
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-159.484	-77.565
Juros e gastos similares	-796	-533
Dividendos	-35.909	-34.578
	-196.189	-112.676
Fluxos das atividades de financiamento	-21.614	-17.032
Variação de caixa e seus equivalentes	-617	-198
Caixa e seus equivalentes no início do período	-1.337	-1.139
Caixa e seus equivalentes no fim do período	-1.954	-1.337

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Valores expressos em milhares de euros.

Ano de 2017	Saldo inicial	Afetação do resultado de 2016	Distribuição de dividendos	Resultado líquido de 2017	Saldo final
Capital social	133.000	-	-	-	133.000
Prémios de emissão de ações	38.893	-	-	-	38.893
Reservas de reavaliação	4.052	-	-	-	4.052
Reservas legais	16.203	2.567	-	-	18.770
Reservas livres	27.726	24.832	-10.640	-	41.918
Resultados transitados	-	23.940	-23.940	-	-
Outras variações no capital próprio	339	-	-	-	339
Resultado líquido	51.339	-51.339	-	54.491	54.491
Total do Capital Próprio	271.552	0	-34.580	54.491	291.463

Ano de 2018	Saldo inicial	Afetação do resultado de 2017	Distribuição de dividendos	Resultado líquido de 2018	Saldo final
Capital social	133.000	-	-	-	133.000
Prémios de emissão de ações	38.893	-	-	-	38.893
Reservas de reavaliação	4.052	-	-	-	4.052
Reservas legais	18.770	2.725	-	-	21.495
Reservas livres	41.918	27.161	-11.305	-	57.774
Resultados transitados	-	24.605	-24.605	-	-
Outras variações no capital próprio	339	-	-	-	339
Resultado líquido	54.491	-54.491	-	59.533	59.533
Total do Capital Próprio	291.463	0	-35.910	59.533	315.086

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

1 - NOTA INTRODUTÓRIA

A CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM, designação que poderá também abranger o conjunto da CORTICEIRA AMORIM SGPS e suas participadas) resultou da transformação da CORTICEIRA AMORIM, S.A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objeto é a gestão das participações do Grupo Amorim no setor da cortiça.

As empresas participadas direta e indiretamente pela CORTICEIRA AMORIM têm como atividade principal a fabricação, comercialização e distribuição de todos os produtos de cortiça.

A atividade do grupo CORTICEIRA AMORIM estende-se desde a aquisição e preparação da cortiça, até à sua transformação num vasto leque de produtos derivados de cortiça. Abrange também a comercialização e distribuição, através de uma rede própria presente em todos os grandes mercados mundiais.

A CORTICEIRA AMORIM é uma empresa Portuguesa com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, com as ações representativas do seu capital social de 133.000.000 Euros cotadas na Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

A sociedade Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. era detentora, à data de 31 de dezembro de 2018, de 67.830.000 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 51% do capital social. A CORTICEIRA AMORIM é incluída no perímetro de consolidação da Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e controladora. A Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. é detida a 100% pela Família Amorim.

Estas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas em Conselho de Administração do dia 15 de fevereiro de 2019. Os acionistas têm a capacidade de alterar as demonstrações financeiras após a data de emissão.

Exceto quando mencionado, os valores monetários referidos nestas Notas são apresentados em milhares de euros (mil euros = k euros = K€).

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotado na União Europeia, em vigor no final de 2018. Estas têm por base o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros, os quais são registados de acordo com a IFRS 9.

1 Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2018:

- a) **IFRS 2 (alteração)**, “Classificação e Mensuração das Transações de Pagamento com base em Ações” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações incorporam na norma orientações sobre o tratamento contabilístico de pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, que seguem a mesma abordagem de pagamentos baseados e liquidados em ações.
- b) **IFRS 4 (alteração)**, “Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações complementam as opções

atualmente existentes na norma que podem ser utilizadas para colmatar a preocupação relacionada com a volatilidade temporária dos resultados.

- c) **IFRS 9 (novo)**, “Instrumentos financeiros - classificação e mensuração” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a empresa o detém para receber os cashflows contratuais e os cashflows representam o nominal e juros. Caso contrário, os instrumentos financeiros são valorizados ao justo valor por via de resultados.
- d) **IFRS 15 (novo)**, “Rédito de Contratos com Clientes” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A norma estabelece um enquadramento único e abrangente para o reconhecimento da receita, sendo este aplicado de forma consistente em transações, indústrias e mercados de capital, melhorando a comparabilidade das demonstrações financeiras a nível global. Esta norma substitui as seguintes normas e interpretações: IAS 18 Rédito, IAS 11 Contratos de construção, IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes, IFRIC 15 Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 Transferências de ativos provenientes de clientes e SIC - 31 Receita - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.
- e) **IFRS 15 (clarificação)**, “Rédito de Contratos com Clientes” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). São apresentados esclarecimentos sobre a transição e algumas clarificações aos princípios subjacentes da norma.
- f) **IFRIC 22 (interpretação)**, “Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). As interpretações vêm esclarecer a contabilização de operações que incluem o recebimento ou pagamento antecipado em moeda estrangeira.
- g) **IAS 40 (alteração)**, “Transferência de propriedades de investimento” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). As alterações vêm clarificar se uma propriedade em construção ou desenvolvimento, que foi previamente classificada em inventários, pode ser transferida para propriedades de investimento quando exista uma mudança evidente no uso.
- h) **Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro** (ciclo 2014-2016 a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017/2018). Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, de destacar a seguinte:
 - IFRS 1, “Adoção pela primeira vez das IFRS”, melhoria que veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras individuais.

2 Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em exercícios económicos futuros, que a União Europeia já endossou:

- a) **IFRS 9 (alteração)**, “Pagamento antecipado com compensações negativas” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro cumpre o critério de Pagamento Exclusivo do Principal e dos Juros (SPPI, em inglês), independentemente do evento ou das circunstâncias que causaram o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.
- b) **IFRS 16 (novo)**, “Locações” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, com opção de aplicação antecipada). A norma estabelece a forma de reconhecimento, apresentação e divulgação de

contratos de leasing, definindo um único modelo de contabilização. Com exceção de contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor (opcional), os leasings deverão ser contabilizados como um ativo e um passivo.

- c) **IAS 28 (alteração)**, “Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). A melhoria veio clarificar que i) uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou *jointventures* ao justo valor através de resultados, ii) se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou *jointventure* que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicial do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.
- d) **IFRIC 23 (interpretação)**, “Incertezas no tratamento de impostos sobre o rendimento” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). A interpretação aborda a contabilização de impostos sobre o rendimento, quando os tratamentos fiscais envolvam incertezas que afetem a aplicação da IAS 12. A interpretação não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito da IAS 12, nem incluem requisitos específicos relativos a juros e penalidades associados a incertezas de tratamentos fiscais.

Impactos estimados

A adoção destas normas não terá impactos significativos nas demonstrações financeiras individuais da Entidade.

3 Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, que não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeira, endossadas pela União Europeia:

- a) **IAS 1 e IAS 8 (alteração)**, “Definição de material” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). A intenção da alteração da norma é clarificar a definição de material e alinhar a definição usada nas normas internacionais de relato financeiro.
- b) **IFRS 3 (alteração)**, “Concentração de atividades empresariais” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). A intenção da alteração da norma é ultrapassar as dificuldades que surgem quando uma entidade determina se adquiriu um negócio ou um conjunto de ativos.
- c) **IFRS 17 (novo)**, “Contratos de Seguros” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico com maior utilidade e consistência para contratos de seguros entre entidades que os emitam globalmente.
- d) **IAS 19 (alteração)**, “Alteração, reestruturação ou liquidação do plano” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo a adoção antecipada permitida). A alteração tem como objetivo harmonizar as práticas contabilísticas e fornecer informações mais relevantes para a tomada de decisões.
- e) **Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro** (ciclo 2015-2017 a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Estas melhorias envolvem a revisão da IFRS 3 Combinações de negócios - interesse detido previamente numa operação conjunta, IFRS 11 Acordos conjuntos - interesse detido previamente numa operação conjunta, IAS 12 Imposto sobre o rendimento - consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital e IAS 23 Custos de empréstimos - custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

- f) **Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro** (emitido a 29 de março de 2018, a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

A Corticeira Amorim está a apurar o impacto resultante destas alterações e aplicará estas normas no exercício em que as mesmas se tornarem efetivas, ou antecipadamente quando permitido.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas usadas na preparação das demonstrações financeiras individuais foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e de que se apresenta em seguida um resumo.

• *Investimentos em subsidiárias e associadas*

Consideram-se subsidiárias, todas as entidades sobre as quais a CORTICEIRA AMORIM tem controlo. A CORTICEIRA AMORIM controla quando está exposta a, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis gerados, em resultado do seu envolvimento com a entidade, e tem capacidade de afetar esses retornos variáveis através do poder que exerce sobre as atividades da entidade.

Na aquisição de subsidiárias é seguido o método de compra. O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos dados em troca, dos passivos assumidos e dos interesses de capital próprio emitidos para o efeito. Os custos de transação incorridos são contabilizados como gastos nos períodos em que os custos são incorridos e os serviços são recebidos, com exceção dos custos da emissão de valores mobiliários representativos de dívida ou de capital próprio, que devem ser reconhecidos em conformidade com a IAS 32 e a IFRS 9. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição serão mensurados inicialmente pelo justo valor à data de aquisição. O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da participação da CORTICEIRA AMORIM nos ativos identificáveis adquiridos, o goodwill, é reconhecido como parte do investimento financeiro na subsidiária.

Consideram-se associadas, todas as entidades sobre as quais a CORTICEIRA AMORIM exerce influência significativa, mas não possui controlo, geralmente com participações entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são, inicialmente, valorizados ao custo de aquisição adicionado de eventuais despesas de compra. Subsequentemente, as participações financeiras são mensuradas ao custo de aquisição deduzido de perdas de imparidade, se existentes, sendo o respetivo ajuste considerado uma perda do exercício.

Os dividendos recebidos de subsidiárias e associadas são registados como rendimento do exercício quando deliberados pela Assembleia Geral.

Os investimentos em subsidiárias e associadas são avaliados em cada exercício quanto a possíveis indícios de imparidade.

• *Imparidade de ativos não financeiros*

Os ativos são avaliados para efeitos de imparidade sempre que um acontecimento ou alteração de circunstâncias indicie que o seu valor possa não ser recuperável. São reconhecidas perdas de imparidade pela diferença entre o valor contabilístico e o valor recuperável. O valor recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor menos custos de venda e o valor de uso do ativo. Os ativos não financeiros relativamente aos quais tenham sido reconhecidas perdas de imparidade são revistos a cada data de reporte para reversão dessas perdas.

- **Conversão cambial**

As demonstrações financeiras são apresentadas em moeda funcional de apresentação de contas da CORTICEIRA AMORIM, o Euro.

As transações em moedas diferentes do Euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos nos resultados do exercício.

- **Cientes e outras contas a receber**

As dívidas de clientes e outras a receber são inicialmente mensuradas ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, ajustadas por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflitam o seu valor realizável. As referidas perdas são registadas na conta de resultados no exercício em que se verificarem.

Os valores a médio e longo prazo são atualizados usando uma taxa de desconto semelhante à taxa de juro de financiamento do devedor para períodos semelhantes.

As dívidas de clientes e outras contas a receber são desreconhecidas quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

- **Caixa e equivalentes a caixa**

O montante incluído em “Caixa e depósitos bancários” é composto pelos valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento inferior a três meses, para os quais os riscos de alteração de valor não é significativo. Na Demonstração de Fluxos de Caixa, o valor de “Caixa e equivalentes a caixa” inclui ainda os valores a descoberto de contas de depósitos bancários que estão incluídos no passivo corrente em “Financiamentos obtidos”.

- **Imparidade de ativos financeiros**

A Empresa avalia a cada data de reporte a existência de imparidade nos ativos financeiros ao custo amortizado.

Um ativo financeiro está em imparidade se eventos ocorridos após o reconhecimento inicial tiverem um impacto nos *cash flows* futuros estimados do ativo que possa ser razoavelmente estimado.

A perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor contabilístico e o valor esperado dos *cash flows* futuros (excluindo perdas futuras que não tenham sido incorridas), descontadas à taxa de juro efetiva do ativo no momento do reconhecimento inicial. O montante apurado é reduzido ao valor contabilístico do ativo e a perda reconhecida na Demonstração dos Resultados.

- **Fornecedores e outras contas a pagar**

As dívidas a fornecedores e as relativas a outros credores são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. São classificadas como passivo corrente exceto se a CORTICEIRA AMORIM tiver o direito incondicional de diferir o seu pagamento por mais de um ano após a data de reporte.

Os passivos são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

- **Dívida remunerada**

Inclui o valor dos empréstimos onerosos obtidos. Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os juros e outros encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto à medida que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

- **Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento**

O imposto sobre o rendimento do exercício compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente é determinado com base no resultado líquido contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal.

A Sociedade é tributada pelo regime especial de determinação da matéria coletável (RETGS) em relação às sociedades do grupo em que a CORTICEIRA AMORIM é dominante, consignado pelo artigo 69.º do código do IRC.

O valor do imposto corrente, positivo ou negativo, é calculado por cada empresa filial, com base na sua situação fiscal individual, e imputado à CORTICEIRA AMORIM (empresa dominante do grupo do RETGS).

O cálculo da estimativa para impostos é efetuado com base na matéria coletável consolidada das seguintes empresas (incluídas no RETGS):

- Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
- All Clousures In, S.A.
- Amorim Bartop - Investimentos e Participações, S.A.
- Amorim Champcork, S.A.
- Amorim Compocork, Lda.
- Amorim Cork Composites, S.A.
- Amorim Cork Research, Lda.
- Amorim Cork Services, Lda.
- Amorim Cork Ventures, Lda.
- Amorim Florestal, S.A.
- Amorim Flooring - Soluções Inovadoras de Cortiça, S.A.
- Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, S.A.
- Amorim Irmãos, S.A.
- Amorim Irmãos, SGPS, S.A.
- Amorim Isolamentos, S.A.
- Amorim Natural Cork, S.A.
- Amorim Revestimentos, S.A.
- Amorim Top Series, S.A.
- Equipar - Participações Integradas, S.G.P.S., Lda.
- Compruss - Investimentos e Participações, Lda.
- Portocork Internacional, S.A.
- Sociedade Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda.
- Vatria - Consultadoria e Marketing, Lda.

Os resultados positivos ou negativos, que resultam dos ajustamentos da consolidação fiscal, são da responsabilidade da empresa consolidante.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização. No final de cada exercício é efetuada uma reapreciação dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data de transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em subsidiárias, estas não são reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

• *Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes*

São reconhecidas provisões quando a CORTICEIRA AMORIM tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante seja estimado com fiabilidade.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. São reconhecidas provisões para reestruturação sempre que para essa reestruturação haja um plano detalhado e tenha havido comunicação às partes envolvidas.

Quando existe uma obrigação presente, resultante de um evento passado, mas da qual não é provável que resulte uma saída de recursos, ou esta não pode ser estimada com fiabilidade, essa situação é tratada como um passivo contingente, o qual é divulgado nas demonstrações financeiras, exceto se considerada remota a possibilidade de saída de recursos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

• *Locação*

Sempre que um contrato indicié a transferência substancial dos riscos e dos benefícios inerentes ao bem em causa para a CORTICEIRA AMORIM, a locação será classificada como financeira. Todas as outras locações são consideradas como operacionais, sendo os respetivos pagamentos registados como custos do exercício.

• *Instrumentos financeiros derivados*

A Corticeira Amorim utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos de câmbio à vista e a prazo, opções e *swaps*, somente para cobertura dos riscos financeiros a que está exposta. A CORTICEIRA AMORIM não utiliza instrumentos financeiros para especulação. A empresa adota a contabilização de acordo com contabilidade de cobertura (*hedge accounting*) respeitando integralmente o disposto nos normativos respetivos. A negociação dos instrumentos financeiros derivados é realizada pelo departamento de tesouraria central (Sala de Mercados), obedecendo a normas aprovadas pela respetiva administração. Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço ao seu justo valor.

No que diz respeito ao reconhecimento, a contabilização faz-se da seguinte forma:

Cobertura de Justo Valor

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de justo valor e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, ganhos ou perdas resultantes de remensurar os instrumentos de cobertura ao justo valor são reconhecidos em resultados, juntamente com variações no justo valor do item coberto que são atribuíveis ao risco coberto.

Cobertura de Fluxos de Caixa

Para as relações de cobertura classificadas como cobertura de fluxos de caixa e que são determinadas pertencerem a uma cobertura eficaz, os ganhos ou perdas no justo valor do instrumento de cobertura são reconhecidos no capital próprio, sendo transferidos para resultados no período em que o respetivo item coberto afeta resultados; a parte ineficaz será reconhecida diretamente nos resultados.

• *Eventos subsequentes*

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a mesma data são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

• *Capital Próprio*

As ações ordinárias são classificadas como capital próprio.

Sempre que são adquiridas ações da CORTICEIRA AMORIM, os montantes pagos pela aquisição são reconhecidos em capital próprio a deduzir ao seu valor, numa linha de “Ações Próprias”.

• *Estimativas e pressupostos críticos*

No decurso dos registos contabilísticos necessários à determinação do valor do património e do rédito a CORTICEIRA AMORIM faz uso de estimativas e pressupostos relativos a eventos cujos efeitos só serão plenamente conhecidos em exercícios futuros. Na sua maioria tem-se verificado que os valores registados foram confirmados no futuro. Todas as variações que, eventualmente, surjam serão registadas nos exercícios em que se determinem os seus efeitos definitivos.

As estimativas mais relevantes nas presentes demonstrações financeiras referem-se às provisões constituídas para processos e outras contingências fiscais, as quais têm por base a melhor estimativa da gestão das perdas que poderão existir no futuro associadas a esses processos e a valorização dos investimentos em subsidiárias, cuja análise do valor recuperável assenta nas perspetivas de *cash flows* futuros dessas entidades.

4 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A atividade da CORTICEIRA AMORIM está exposta a vários riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado, risco de liquidez e risco de capital.

• *Risco de mercado*

A exposição da CORTICEIRA AMORIM ao risco de mercado traduz-se na sua exposição ao risco de taxa de juro.

A 31 de dezembro de 2018, tal como no final de 2017, do total da dívida remunerada, 25 milhões de euros venciam juros a taxa fixa. O risco de taxa de juro resulta, essencialmente, dos empréstimos obtidos não correntes a taxa variável, os quais representavam no final de exercício cerca de 5,8% do total dos financiamentos obtidos (2017: 14%). À data de 31 de dezembro de 2018, por cada 0,1% de variação nas taxas de juro de empréstimos denominadas em euros, o efeito no resultado líquido da CORTICEIRA AMORIM seria cerca de 86 K€ (71 K€ em 2017).

- **Risco de Liquidez**

O departamento de tesouraria da CORTICEIRA AMORIM analisa regularmente os *cash flows* previsionais de modo a assegurar que existe liquidez suficiente para o grupo satisfazer as suas necessidades operacionais e, em simultâneo, dar cumprimento às obrigações associadas às varias linhas de financiamento. Os excedentes de liquidez são investidos em depósitos remunerados de curto prazo. Os *cash flows* não descontados estimados pela maturidade contratual, para os passivos financeiros (derivados e não derivados) em aberto à data de relato financeiro são apresentados abaixo:

	Até 1 ano	A mais de 1 e até 2 anos	A mais de 2 e até 4 anos	A mais de 4 anos	Total
Dívida remunerada	35.544	5.000	10.000	20.000	70.544
Fornecedores	26	-	-	-	26
Empresas do grupo	45.361	-	-	-	45.361
Outras contas a pagar	832	-	-	-	832
Total a 31 de dezembro de 2017	81.763	5.000	10.000	20.000	116.763

	Até 1 ano	A mais de 1 e até 2 anos	A mais de 2 e até 4 anos	A mais de 4 anos	Total
Dívida remunerada	56.252	5.000	10.000	15.000	86.252
Fornecedores	16	-	-	-	16
Empresas do grupo	3.075	-	-	-	3.075
Outras contas a pagar	570	-	-	-	570
Total a 31 de dezembro de 2018	59.913	5.000	10.000	15.000	89.913

A cobertura do risco de liquidez, definida como a capacidade para responder a responsabilidades assumidas, é feita, no essencial, pela existência de um conjunto de linhas de crédito imediatamente disponíveis. Estas facilidades asseguram à CORTICEIRA AMORIM uma capacidade de liquidar posições num prazo bastante curto, permitindo a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

- **Risco de capital**

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos Acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *Stakeholders* da CORTICEIRA AMORIM. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos Acionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por ajustar o *pay-out* relativo aos dividendos a distribuir, transacionar ações próprias, aumentar o capital social por emissão de ações e venda de ativos entre outras medidas.

O indicador utilizado para monitorar a estrutura de capitais é o rácio de Autonomia Financeira. A Administração tem considerado 40% como sendo o valor indicativo de uma estrutura ótima, atendendo às características da Empresa e do setor económico em que se enquadra. Considera ainda que, conforme as condições objetivas da conjuntura económica em geral e do setor em particular, aquele rácio, para o conjunto das empresas do Grupo, não deverá desviar-se

significativamente do intervalo 40%-50%. No entanto, em termos de contas individuais, este rácio apresentou valores mais elevados, conforme segue:

	2018	2017
Capital Próprio a 31 de dezembro	315.086	291.463
Ativo a 31 de dezembro	413.991	417.025
Autonomia Financeira	76%	70%

5 INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

	31 dez. 2018	31 dez. 2017
Saldo inicial	294.065	249.824
Aumentos	3.173	52.400
Diminuições	-39.044	-8.159
Saldo final	258.194	294.065

- **AUMENTOS**

Em 2018, os aumentos referem-se:

	Valor
Aumento do capital social das subsidiárias:	
Amorim Cork Services, Lda.	2.000
Amorim Isolamentos, S.A.	400
Reversão de imparidades nas subsidiárias:	
Amorim Cork Services, Lda.	400
Amorim Cork Ventures, Lda.	373
Total	3.173

Em 2017, os aumentos referem-se:

	Valor
Aquisição de participações sociais:	
27,27% da Amorim Revestimentos, S.A.	40.000
100% da Amorim Cork Services, Lda.	(*) 950
20% da Amorim Isolamentos, S.A.	500
Aumento do capital social das subsidiárias:	
Amorim Cork Composites, S.A.	2.000
Amorim Cork Research, Lda.	2.000
Amorim Cork Services, Lda.	2.000
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	2.000
Amorim Natural Cork S.A.	2.000
Amorim Cork Ventures, Lda.	950
Total	52.400

(*) Inclui 900 K€ de prestações suplementares.

Em 2017, a CORTICEIRA AMORIM constituiu a sociedade Supplier Portal Limited, com sede em Hong Kong, com o capital social de 1 Dólar de Hong Kong (12 cêntimos do euro).

- **DIMINUIÇÕES**

Em 2018, as diminuições referem-se: à alienação da quota de 26% da Postya - Consultadoria e Marketing, Lda. (1 K€); à alienação da quota de 26% da Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda. (953 K€); ao reembolso de prestações acessórias efetuadas à Amorim Cork Composites, S.A. (38.000 K€); ao aumento da imparidade na Amorim Cork Ventures, Lda. (90 K€).

Em 2017, as diminuições referem-se ao reembolso de prestações suplementares efetuadas à Amorim & Irmãos, SGPS, S.A. (4.860 K€) e a imparidades nas Empresas: Amorim Cork Services, Lda. (2.150 K€); Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda. (373 K€) e Amorim Cork Ventures, Lda. (776 K€). De referir que foi reduzida a provisão de 100 K€ para perdas na subsidiária Amorim Cork Ventures, Lda. pelo que a referida redução se consubstancia numa reclassificação da provisão para imparidade nesta subsidiária (ver nota 13).

- **OUTROS MOVIMENTOS**

i) Em maio de 2018 ocorreu a dissolução da sociedade, de direito brasileiro, denominada Amorim Brasil Assistência Técnica em Cortiças Ltda., na qual a CORTICEIRA AMORIM tinha uma participação de 99%. Da liquidação desta sociedade não resultou qualquer valor de partilha a receber pela CORTICEIRA AMORIM. Esta participação encontrava-se registada como segue:

	Valor
Custo de aquisição	40
Prestações suplementares	904
Imparidade	-944
Valor de balanço	0

ii) Em dezembro de 2018 a CORTICEIRA AMORIM efetuou a cobertura de resultados transitados negativos da sua subsidiária Amorim Cork Services, Lda., no valor de 900 K€, por compensação de igual montante de prestações suplementares.

Indicam-se, abaixo, as participações da Empresa em subsidiárias, nenhuma cotada em bolsa, em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

Empresas	Sede	31 dez. 2018			31 dez. 2017		
		Valor	% de Participação	Capital Próprio	Valor	% de Participação	Capital Próprio
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	S. M ^a . Lamas	8.344	100%	215.616	8.344	100%	209.903
Amorim Brasil A.T.C., Lda.	Brasil	-	-	-	0	99,00%	0
Amorim Cork Composites, S.A.	Mozelos	42.076	100%	27.681	42.076	100%	55.818
Amorim Cork Research, Lda.	Mozelos	2.430	100%	6.454	2.430	100%	4.341
Amorim Cork Services, Lda.	Mozelos	3.200	100%	3.284	800	100%	1.166
Amorim Cork Ventures, Lda.	Mozelos	84	99,95%	563	174	99,95%	666
Amorim Isolamentos, SA	Vendas Novas	900	20%	11.048	500	20%	9.901
Amorim Natural Cork, SA	Mozelos	52.056	100%	70.811	52.056	100%	67.280
Amorim Revestimentos, SA	S.P.Oleiros	80.000	100%	69.915	80.000	100%	92.633
General Inv. & Participa. Ginpar – S.A.	Marrocos	54	99,76%	59	54	99,76%	58
Postya–Consultadoria e Marketing, Lda	Funchal	-	-	-	1	26%	415
Supplier Portal Limited	Hong Kong	0	100%	0	0	100%	0
Vatrya–Consultadoria e Marketing, Lda	Funchal	-	-	-	580	26%	3.682
		189.144			187.015		

Os valores apresentados correspondem ao custo de aquisição das participadas, exceto nos casos em que tenham sido registadas perdas por imparidade e que se apresentam no quadro abaixo (valores em 31 de dezembro de 2018 e de 2017).

	31 dez. 2018				31 dez. 2017			
	Custo de Aquisição	Prestações Suplementares	Imparidade	Valor Líquido	Custo de Aquisição	Prestações Suplementares	Imparidade	Valor Líquido
Amorim Brasil – C.I.I.E.A.C., Lda.	-	-	-	-	40	904	944	0
Amorim Cork Services, Lda.	4.950	-	1.750	3 200	2.050	900	2.150	800
Amorim Cork Ventures, Lda.	1.000	-	916	84	1.000	-	826	174
General Inv. & Participa-Ginpar-S.A.	204	-	150	54	204	-	150	54
Vatrya-Consultadoria e Marketing, Lda.	-	-	-	-	953	-	373	580

A rubrica ‘Investimentos em subsidiárias’ inclui, ainda, prestações acessórias, sujeitas ao regime das prestações suplementares à Amorim Cork Composites, S.A. e à Amorim & Irmãos, SGPS, S.A., conforme segue:

	31 dez. 2018	31 dez. 2017
Amorim Cork Composites, SA	14.050	52.050
Amorim & Irmãos, SGPS, SA	55.000	55.000
	69.050	107.050

A avaliação da existência de indícios de imparidade nos investimentos financeiros, a 31 de dezembro de 2018, foi realizada tendo em conta o desempenho das participadas e os planos de negócios existentes. Os testes de imparidade realizados quando necessário tiveram por base projeções de fluxos de caixa para um período de 4 anos. A taxa de desconto considerada foi de 7,8% e a taxa de crescimento na perpetuidade de 2%.

No exercício de 2018 foram reconhecidas imparidades de 90 K€.

Das análises de sensibilidade realizadas, considerando uma variação razoável dos pressupostos, não resultariam perdas adicionais.

6 EMPRESAS DO GRUPO

i) Ativo não corrente

Refere-se aos suprimentos concedidos a subsidiárias, no montante global de 88.800 K€, em 2018 e 77.250 K€, em 2017. O detalhe destes suprimentos por empresa encontra-se na nota 24.

ii) Ativo corrente

	31 dez. 2018	31 dez. 2017
Dívidas a receber de filiais:		
- Relativas a empréstimos concedidos	45.175	18.990
- Relativas a juros de empréstimos	611	481
- Relativas a impostos do R.E.T.G.S.	11.041	12.844
- Relativa à venda da Postya, Lda.	1	-
	56.828	32.315

O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 24.

iii) Passivo corrente

	31 dez. 2018	31 dez. 2017
Dívidas a pagar a filiais:		
- Amorim Cork Composites, S.A.	-	(*) 40.000
- Relativas a impostos do R.E.T.G.S.	3.075	5.361
	3.075	45.361

(*) Respeita ao valor de compra de 27,27% da Amorim Revestimentos, S.A. Esta dívida foi liquidada em janeiro de 2018.

O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 24.

Todos os empréstimos concedidos a subsidiárias e obtidos de subsidiárias vencem juros à taxa de mercado.

As dívidas a receber e a pagar relativas a impostos do R.E.T.G.S. (Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades), referem-se à estimativa do imposto apurado por cada uma das empresas do perímetro do regime, tal como referido na Nota 3, na parte que trata “Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento”.

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Saldo líquido inicial	Adições	Amortizações	Saldo líquido final
Equipamento de transporte	37	-	21	16

8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Ativo corrente

O imposto sobre o rendimento refere-se ao IRC do exercício estimado receber do Estado e apurado no âmbito do R.E.T.G.S. (exercício 2018: 6.816 K€ e exercício 2017: 10.292 K€).

As estimativas do IRC do R.E.T.G.S. dos exercícios de 2018 e 2017, refletem o saldo com o Estado resultante da imputação do imposto estimado por cada uma das empresas que estão dentro do perímetro regime, tal como referido na Nota 3, na parte que trata “Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento”.

9 OUTRAS CONTAS A RECEBER

	31 dez. 2018	31 dez. 2017
Estado:		
Crédito (PERES)	2.748	2.748
Imparidade	-2.748	-2.748
Impostos a receber de participadas	2.946	2.946
Juros de empréstimos a subsidiárias (*)	295	25
Outros	4	0
	3.245	2.971

(*) Periodização económica do exercício. O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 24.

O crédito a receber das participadas resulta de impostos pagos na adesão ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) relativos a contingências de IRC já provisionadas nas participadas em exercícios anteriores.

10 FLUXOS DE CAIXA

i) Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

Rubrica	31 dez. 2018	31 dez. 2017
Numerário	1	2
Depósitos bancários imediatamente disponíveis	22	20
Equivalentes a caixa:		
Descobertos bancários	-1.977	-1.359
Caixa e seus equivalentes	-1.954	-1.337
Disponibilidades constantes na Demonstração da Posição Financeira:		
Caixa	1	2
Depósitos bancários	22	20
	23	22

ii) Outras informações

A 31 de dezembro de 2018, havia um total de 12.523 K€ de facilidades de créditos não utilizados (23.140 K€, em 31 de dezembro de 2017).

11 CAPITAL E RESERVAS

• *Capital social*

O capital social da Empresa está representado por 133.000.000 de ações nominativas, escriturais, de valor nominal unitário de um euro, cada, que conferem direito a dividendos.

O Conselho de Administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250 milhões de euros.

• *Ações próprias*

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa não detém ações próprias nem adquiriu ou alienou ações próprias durante o ano de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017 a Empresa não detém ações próprias nem adquiriu ou alienou ações próprias durante o ano de 2017.

• *Reserva legal e Prémio de emissão*

A Reserva Legal e o Prémio de Emissão estão sujeitos ao regime da reserva legal e só podem ser utilizadas para (Art.º 296 do CSC):

- cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- incorporação no capital.

- **Outras reservas**

Em 2018 as outras reservas dizem respeito a Reservas Livres, tal como em 2017.

- **Dividendos**

i) Em 2018 a CORTICEIRA AMORIM aprovou distribuir os seguintes dividendos:

- Em 13 de abril de 2018, no montante de 24.605 K€, a que corresponde o valor do dividendo de 18,5 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento a partir do dia 30 de abril de 2018;
- Em 3 de dezembro de 2018, no montante de 11.305 K€, a que corresponde o valor do dividendo de 8,5 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento no dia 19 de dezembro de 2018.

ii) Em 2017 a CORTICEIRA AMORIM aprovou distribuir os seguintes dividendos:

- Em 7 de abril de 2017, no montante de 23.940 K€, a que corresponde o valor do dividendo de 18 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento a partir do dia 26 de abril de 2017;
- Em 29 de novembro de 2017, no montante de 10.640 K€, a que corresponde o valor do dividendo de 8 cêntimos por cada ação. Estes dividendos ficaram disponíveis para pagamento no dia 14 de dezembro de 2017.

- **Outras variações no capital próprio**

O montante de 339 milhares de euros respeita a ganhos obtidos na alienação de ações próprias, em exercícios anteriores.

12 RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

O resultado líquido por ação é calculado atendendo ao número médio do exercício das ações emitidas deduzidas das ações próprias. Não havendo direitos de voto potenciais, o resultado por ação básico não difere do diluído.

	31 dez. 2018	31 dez. 2017
Ações emitidas	133.000.000	133.000.000
Nº médio de ações próprias	0	0
Nº médio de ações em circulação	133.000.000	133.000.000
Resultado líquido (milhares de euros)	59.533	54.491
Resultado por ação (euros)	0,4476	0,4097

13 PROVISÕES

	Ano 2018	Ano 2017
Provisões para processos fiscais:		
Saldo inicial	8.800	9.097
Aumentos	192	-
Diminuições	-	-297
Saldo final	8.992	8.800
Outras provisões:		
Saldo inicial	0	100
Aumentos	-	-
Diminuições	-	-100
Saldo final	0	0
Total de provisões:	8.992	8.800

Em 2018, foram aumentadas, no montante de 192 K€, as provisões para processos fiscais relativos a processos de imposto sobre o rendimento.

Em 2017, foram reduzidas, no montante de 297 K€, as provisões para processos fiscais relativos a processos de imposto sobre o rendimento. A diminuição de outras provisões, em 100 K€, refere-se à provisão para perdas na Amorim Cork Ventures, Lda. que se consubstancia numa reclassificação de provisão para imparidade (ver nota 5).

Os processos em aberto, tanto em fase judicial como em fase graciosa, referem-se aos exercícios de 2008, 2009, 2010, 2014 e 2015. O exercício de 2015 foi o último exercício revisto pelas autoridades fiscais portuguesas.

Estes processos têm origem, basicamente, em questões relacionadas com a prestação de garantias não remuneradas entre empresas do Grupo, com a dedutibilidade de juros de sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), com a não aceitação de gastos como gastos fiscais e com perdas relativas a liquidações de subsidiárias.

A natureza dos valores reclamados é relativa a liquidações de IRC.

No final de cada exercício, é efetuada uma análise dos processos fiscais em curso, sendo o desenvolvimento processual dos mesmos tido em conta e, assim, aferida a necessidade de provisionar novas situações, ou de reverter, ou reforçar provisões já existentes. As provisões correspondem a situações que, pelo seu desenvolvimento processual, ou pela doutrina/jurisprudência entretanto surgida, indiciam uma probabilidade de terem um desfecho desfavorável para a CORTICEIRA AMORIM e em que, a verificar-se tal desfecho, o exfluxo pode ser estimado com fiabilidade.

De notar que durante o exercício não houve desenvolvimentos dignos de registo nos processos referidos atrás.

O valor dos processos fiscais em aberto à data de fecho das contas de 2018 montava aos 8.992 K€ (8.800 K€ em 2017), os quais se encontram totalmente provisionados.

Não existem processos fiscais não provisionados, desta forma os passivos contingentes são nulos.

No que respeita a ativos contingentes, conforme referido no relatório de 2013, nesse exercício a CORTICEIRA AMORIM aderiu ao regime de regularização de dívidas fiscais e à segurança social (RERD) instituído pelo DL 151-A/2013. O valor pago à data elevou aos 1.491 milhares de euros. Em 2016 a Empresa aderiu ao Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES) tendo feito pagamentos de 5.694 K€. Desse montante 2.946 K€ é relativo a montantes de IRC provisionados nas participadas. A regularização dessas dívidas não implica o abandono da defesa dos processos, os quais, agora, são considerados pela CORTICEIRA AMORIM como processos a seu favor, continuando a pugnar pelo que considera a sua razão.

Para além desses processos a seu favor, a CORTICEIRA AMORIM tem um largo número de outros processos a seu favor, os quais se referem, no essencial, a pagamentos relativos a tributações autónomas, PEC, derrama estadual e benefícios fiscais. O valor destes processos monta aos 1,5 milhões de euros (tal como em 2017), valor esse que não se encontra registado como integrando o seu ativo.

Considera-se adequado o montante de 8.992 K€ de provisões existentes para fazer face a contingências relativas a impostos.

14 DÍVIDA REMUNERADA

No final do exercício a dívida remunerada corrente tinha a seguinte composição:

	31 dez. 2018	31 dez. 2017
Papel comercial	35.000	-
Empréstimos da banca	36.977	36.360
Empréstimos de subsidiárias	14.275	34.184
	86.252	70.544

A dívida remunerada com vencimento a médio e longo prazo (passivo não corrente) refere-se a empréstimos da banca e assume o valor de 30 milhões de euros em 31 de dezembro de 2018 e de 35 milhões de euros em 31 de dezembro de 2017.

Tanto no final de 2018 como no final de 2017 a totalidade desta dívida era denominada em euros e vence juros a taxa variável, com exceção de 25 milhões de euros que vencem juros a taxa fixa. O gasto médio registado no período para o conjunto das linhas de crédito utilizadas situou-se nos 0,735% (2017: 1%).

A empresa contratou diversos programas de emissões de papel comercial:

	2018	2017
Montante global contratado em 31 de dezembro	45.000	20.000
Montante utilizado em 31 de dezembro	35.000	0
Prazo médio ponderado das emissões	15 dias	9 dias

A 31 de dezembro de 2018, a maturidade da dívida remunerada não corrente era a seguinte:

A mais de 1 ano	A mais de 2 e menos de 5 anos	A mais de 5 anos	Total
5.000	15.000	10.000	30.000

À data de fecho de contas de 2018, a CORTICEIRA AMORIM tinha linhas de financiamento cuja documentação contratual de suporte incluía *covenants* genericamente usados neste tipo de contratos, nomeadamente: *cross-default*, *pari passu* e, em alguns casos, *negative pledge*, e rácios financeiros (associados às demonstrações financeiras consolidadas).

A CORTICEIRA AMORIM tinha utilizado naquela data linhas de crédito às quais estavam associados *covenants* financeiros (com base nas contas consolidadas do grupo). Estes consubstanciavam-se, essencialmente, no cumprimento de rácios que permitem acompanhar a situação financeira consolidada da empresa, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. O rácio mais utilizado era o que relaciona a Dívida com o EBITDA gerado pela Sociedade (Dívida remunerada líquida/EBITDA corrente). Também os rácios que relacionam o EBITDA com os juros suportados (EBITDA corrente/Juros líquidos) e o valor dos Capitais Próprios com o Total do Balanço (Autonomia Financeira) estão presentes em alguns dos contratos.

A 31 de Dezembro de 2018, estes rácios registavam os seguintes valores consolidados:

Dívida remunerada líquida / EBITDA corrente	1,04
EBITDA corrente / juros líquidos	108,0
Autonomia Financeira	51,4%

Os rácios acima mencionados cumpriam larga e integralmente as exigências constantes dos contratos que formalizavam as referidas linhas de crédito. Na eventualidade do seu não cumprimento, haveria a possibilidade de tal circunstância conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados.

Para além do referido cumprimento informa-se que a capacidade de assegurar o serviço de dívida estava ainda reforçada pela existência, à data de 31 de dezembro de 2018, de 12.523 K€ de facilidades de crédito não utilizadas.

15 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31 dez. 2018	31 dez. 2017
Estado e outros entes públicos	109	106
Acionistas (dividendos não reclamados)	16	17
Remunerações e encargos patronais sobre remunerações (*)	182	320
Juros e outros encargos de financiamentos (**)	234	360
Outras dívidas a pagar	29	29
	<u>570</u>	<u>832</u>

(*) Periodização económica do exercício. Vencem para pagamento em 1 de janeiro do ano seguinte.

(**) Periodização económica do exercício. Inclui 40 K€ de juros de empréstimos de subsidiárias (169 K€ em 2017) que vencem para pagamento no ano seguinte. O detalhe do valor por empresa encontra-se na nota 24.

Os saldos indicados, acima, na linha “Estado e outros entes públicos”, são compostos como segue:

	31 dez. 2018	31 dez. 2017
Impostos retidos na fonte	55	52
Contribuições para a Segurança Social	51	48
Outros	3	6
	<u>109</u>	<u>106</u>

16 CLASSIFICAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros inserem-se, essencialmente, na categoria de empréstimos e contas a receber. Por sua vez os passivos financeiros são passivos a custo amortizado.

i) Ativos financeiros

Ativos financeiros em 31 dez. 2017	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos disponíveis para venda	Total
Outros ativos financeiros	-	49	49
Empresas do grupo	109.565	-	109.565
Outras contas a receber	2.971	-	2.971
Caixa e depósitos bancários	22	-	22
	<u>112.558</u>	<u>49</u>	<u>112.607</u>

Ativos financeiros em 31 dez. 2018	Empréstimos concedidos e contas a receber	Ativos disponíveis para venda	Total
Outros ativos financeiros	-	50	50
Empresas do grupo	145.628	-	145.628
Outras contas a receber	3.245	-	3.245
Caixa e depósitos bancários	23	-	23
	<u>148.896</u>	<u>50</u>	<u>148.946</u>

ii) Passivos financeiros

Passivos financeiros a custo amortizado	31 dez. 2017	31 dez. 2018
Dívida remunerada	70.544	86.252
Fornecedores	26	16
Empresas do grupo	45.361	3.075
Outras contas a pagar	832	570

17 GANHOS E PERDAS IMPUTADOS DE SUBSIDIÁRIAS

	2018	2017
Ganhos:		
Dividendos/lucros recebidos das subsidiárias.	60.255	59.675
Reversão de imparidades nas subsidiárias:		
Amorim Cork Services, Lda.	400	-
Vatrya – Consultadoria e Marketing, Lda.	373	-
	<u>61.028</u>	<u>59.675</u>
Perdas:		
Imparidades nas subsidiárias:		
Amorim Cork Ventures, Lda.	90	775
Amorim Cork Services, Lda.	-	2.150
Vatrya – Consultadoria e Marketing, Lda.	-	373
	<u>90</u>	<u>3.298</u>
Provisão para responsabilidades em subsidiárias:		
Amorim Cork Ventures, Lda.	-	(*) - 100
Ganho líquido	<u>60.938</u>	<u>56.477</u>

(*) A redução da provisão consubstancia uma reclassificação para imparidade nesta subsidiária.

Os dividendos/lucros foram recebidos das seguintes subsidiárias:

	2018	2017
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	28.000	31.800
Amorim Revestimentos S.A.	22.784	6.182
Amorim Natural Cork, S.A.	7.100	7.100
Amorim Cork Research, Lda.	2.166	4.333
Amorim Isolamentos, S.A.	205	-
Amorim Cork Composites, S.A.	-	10.260
	<u>60.255</u>	<u>59.675</u>

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

	2018	2017
Trabalhos especializados	216	250
Rendas e alugueres	130	127
Deslocações e estadas	74	56
Combustíveis	18	14
Honorários	17	16
Representação	11	9
Comunicação e sistemas informáticos	7	13
Artigos para oferta	6	7
Contencioso e notariado	4	8
Conservação e reparação	4	3
Seguros	2	2
Outros	7	4
	<u>494</u>	<u>507</u>

19 GASTOS COM O PESSOAL

	2018	2017
Remunerações dos órgãos sociais:		
Conselho de Administração	734	936
Conselho Fiscal	36	41
Remunerações do pessoal	594	510
Encargos sobre remunerações	267	258
Outros gastos com o pessoal	16	18
	<u>1.647</u>	<u>1.763</u>
Número médio de pessoas remuneradas	18	17
Número final de pessoas remuneradas	18	17

Em 2018 e em 2017, a remuneração atribuída aos Membros da Assembleia foi de 13 mil euros. Estas remunerações foram registadas na Conta de Fornecimentos e Serviços Externos, em Honorários.

20 REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Em 2018, a remuneração atribuída ao Revisor Oficial de Contas foi de 36,2K€, tal como em 2017.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é registada na Conta de Fornecimentos e Serviços Externos, em Trabalhos Especializados.

Em 2018 e em 2017, para além da prestação de serviços de auditoria, a EY SROC prestou serviços de revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas para o período de seis meses, findo em 30 de junho, e de revisão independente do relatório de sustentabilidade.

21 OUTROS GASTOS E PERDAS

	2018	2017
Donativos	75	79
Quotizações	57	59
Despesas não identificadas	5	17
Serviços bancários	3	3
Outros	2	5
	<u>142</u>	<u>163</u>

22 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS

		2018	2017
Juros e rendimentos similares obtidos:			
Juros obtidos, referentes a empréstimos concedidos a filiais	(*) (1)	1.028	878
Juros e gastos similares suportados:			
Juros referentes a empréstimos obtidos de subsidiárias	(*)	275	285
Juros de financiamentos bancários		234	232
Juros de papel comercial		33	16
Outros juros		1	6
Comissões e imposto de selo		128	120
	(2)	671	659
Gasto líquido de financiamento	[(2) - (1)]	-357	-219

(**) O detalhe de valores por empresa encontra-se na nota 24.

23 IMPOSTO SOBRE OS RESULTADOS

	2018	2017
Imposto de tributações autónomas	-85	-63
Crédito de imposto utilizado no R.E.T.G.S.	608	466
Reforço da provisão para impostos do R.E.T.G.S.	-192	-
Redução da provisão para impostos do R.E.T.G.S.	-	297
Restituição de IRC de 2007	-	4
Insuficiência/excesso de estimativa de impostos do R.E.T.G.S.	199	-465
Imposto sobre o rendimento	530	239

Os resultados antes de impostos evoluíram para os seguintes resultados fiscais, como segue:

	2018	2017
Resultado antes de impostos	59.003	54.252
Acréscimos:		
Imparidades em subsidiárias	90	3.299
Outros	29	50
Deduções:		
Dividendos	60.255	59.675
Redução de provisões	1.717	100
Majoração de donativos e de quotizações	44	44
Outras	-	-
Resultado fiscal	-2.894	-2.218
Crédito de imposto	608	466

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CORTICEIRA AMORIM e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A Administração da CORTICEIRA AMORIM entende que as correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2018.

24 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O total de remunerações de curto prazo do pessoal chave da CORTICEIRA AMORIM atingiu no exercício o valor de 840 k€ (770 k€, em 2017). O valor de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e de pagamentos com base em ações, é nulo.

No final do ano os saldos a receber de partes relacionadas eram os seguintes:

	31 dez. 2018	31 dez. 2017
• Suprimentos a subsidiárias:		
Amorim Natural Cork, S.A.	67.500	45.000
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	16.800	20.000
Amorim Revestimentos, S.A.	4.500	4.500
Amorim Cork Composites, S.A.	-	7.750
	88.800	77.250
• Empréstimos a subsidiárias (OT):		
Amorim & Irmãos, S.A.	20.000	-
Amorim Florestal, S.A.	19.700	-
Amorim Cork Composites, S.A.	3.475	-
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	2.000	4.000
Amorim Natural Cork, S.A.	-	14.840
Amorim Cork Services, Lda.	-	150
(OT – Operações de Tesouraria)	45.175	18.990
• Juros de suprimentos a subsidiárias:		
Amorim Natural Cork, S.A.	404	308
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	168	92
Amorim Revestimentos, S.A.	39	3
Amorim Cork Composites, S.A.	-	78
	611	481
• Impostos de subsidiárias (R.E.T.G.S.):		
Amorim Florestal, S.A.	3.877	2.705
Amorim & Irmãos, S.A.	3.817	9.867
Amorim Champcork, S.A.	2.027	-
Amorim Top Series, S.A.	1.174	-
Amorim Cork Research Lda.	113	-
Amorim Natural Cork, S.A.	27	-
Amorim Bartop Inv. e Participações, S.A.	6	-
Amorim Compork, Lda.	-	223
Amorim Isolamentos, S.A.	-	49
	11.041	12.844
• Devedores por acréscimos de rendimentos:		
(Juros que vencem no próximo ano)		
Amorim & Irmãos, S.A.	155	-
Amorim Florestal, S.A.	135	-
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	3	18
Amorim Cork Composites, S.A.	2	-
Amorim Natural Cork, S.A.	-	7
	295	25

31 dez. 2018

31 dez. 2017

• Outras dívidas a receber:		
Amorim Viagens e Turismo, Lda.	* 2,4	-
Amorim Cork Composites, S.A.	** 1,3	-
	3,7	-
* Saldo devedor da conta-corrente de fornecedor.		
** Relativa ao valor de venda de uma quota da Postya – Consultadoria e Marketing, Lda., representativa de 26% do seu capital social.		
Total	145.925,7	109.590

No final do ano os saldos a pagar a entidades relacionadas eram os seguintes:

	31 dez. 2018	31 dez. 2017
• Fornecedores:		
Subsidiárias:		
Amorim Cork Services, Lda.	5,2	6,0
Amorim & Irmãos, S.A.	1,2	0,3
Amorim Cork Composites, S.A.	0,5	0,3
Amorim Revestimentos, S.A.	0,5	0,5
Outras entidades relacionadas:		
Amorim Serviços e Gestão, S.A.	0,3	0,3
Quinta Nova de N.ª S.ª do Carmo, S.A.	0,2	-
Amorim Viagens e Turismo, Lda.	-	0,5
	7,9	7,9
• Empréstimos de subsidiárias:		
Amorim Revestimentos, S.A.	10.325	25.350
Amorim Cork Research, Lda.	2.400	2.250
Amorim Cork Services, Lda.	1.550	-
Amorim Cork Composites, S.A.	-	6.500
Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda.	-	84
	14.275	34.184
• Impostos de subsidiárias (R.E.T.G.S.):		
Amorim Cork Composites, S.A.	1.341	109
Amorim Revestimentos, S.A.	1.226	381
Amorim Flooring - Sol.Inov.de Cortiça, S.A.	203	1.667
All Closures In, S.A.	88	91
Amorim Isolamentos, S.A.	57	-
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	44	708
Amorim Cork Ventures, Lda	42	27
Amorim Cork Services, Lda.	28	214
Amorim Ind. Solutions – Imobiliária, S.A.	26	27
Vatrya – Consultadoria e Marketing, Lda.	11	-
Amorim Comp Cork, Lda.	6	-
Portocork Internacional, S.A.	2	2
Equipar – Part. Integradas, SGPS, Lda.	1	1.511
Amorim Cork Research, Lda.	-	277
Amorim Top Series, SA	-	268
Amorim Bartop - Inv. e Participações, S.A.	-	69
Amorim Natural Cork, S.A.	-	10
	3.075	5.361

• **Credores pela venda de partes sociais:**

Amorim Cork Composites, S.A.	-	* 40.000
------------------------------	---	----------

* Respeita à compra de 27,27% da sociedade Amorim Revestimentos, S.A.. Esta dívida foi liquidada em janeiro de 2018

• **Credores por acréscimos de gastos:**

(Juros que vencem no próximo ano)		
Amorim Revestimentos, S.A.	27	143
Amorim Cork Research, Lda.	10	7
Amorim Cork Services, Lda.	3	-
Amorim Cork Composites, S.A.	-	19
	40	169

Total	17.397,9	79.721,9
--------------	-----------------	-----------------

As transações com partes relacionadas, realizadas durante o ano, foram as seguintes:

	2018	2017
• Fornecimentos e serviços:		
De subsidiárias:		
Amorim Revestimentos, S.A.	91	90
Amorim Cork Services, Lda.	53	60
Amorim Cork Composites, S.A.	7	3
De outras entidades relacionadas:		
Amorim Viagens e Turismo, Lda.	53	43
Quinta Nova de N.ª Senhora do Carmo, S.A.	4	4
OSI-Sist. Informáticos e Electrotécnicos, Lda.	3	8
	211	208
• Venda de partes sociais a subsidiárias:		
À Amorim Natural Cork, S.A.:		
26% da Vatrya-Consultadoria e Marketing, Lda.	953	-
À Amorim Cork Composites, S.A.:		
26% da Postya-Consultadoria e Marketing, Lda.	1,3	-
	954,3	-
• Compra de partes sociais a subsidiárias:		
À Amorim Cork Composites, S.A.:		
27,27% da Amorim Revestimentos, S.A.	-	40.000
2% da Amorim Cork Services, Lda.	-	1
À Amorim Cork Research, Lda.:		
98% da Amorim Cork Services, Lda.	-	(*) 949
	-	40.950
(*) Inclui 900 K€ de prestações suplementares.		
• Juros de financiamentos de subsidiárias:		
Amorim Revestimentos, S.A.	138	238
Amorim Cork Composites, S.A.	117	32
Amorim Cork Research, Lda.	17	12
Amorim Cork Services, Lda.	3	1
Vatrya - Consultadoria e Marketing, Lda.	0,4	1
Amorim Natural Cork, S.A.	-	1
	275,4	285

	2018	2017
• Juros de financiamentos a subsidiárias:		
Amorim Natural Cork, S.A.	501	362
Amorim Florestal, S.A.	135	193
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	187	111
Amorim & Irmãos, S.A.	155	104
Amorim Revestimentos, S.A.	39	20
Amorim Cork Composites, S.A.	9	80
Amorim Cork Services, Lda.	2	3
Amorim Cork Ventures, Lda.	-	3
Amorim Isolamentos, SA	-	2
	1.028	878

25 RESPONSABILIDADES DA EMPRESA POR GARANTIAS PRESTADAS

À data de 31 de dezembro de 2018 e de 2017 encontravam-se prestadas as seguintes garantias:

Beneficiário	Motivo	31 dez.2018 Valor	31 dez.2017 Valor
- Instituições financeiras	Confortos a linhas de crédito e garantias bancárias a empresas interligadas	87.319	86.636

A empresa domina totalmente as sociedades a seguir indicadas, pelo que assume, relativamente a essas sociedades, as responsabilidades previstas no Código das Sociedades Comerciais:

- ◆ Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.
- ◆ Amorim Cork Composites, S.A.
- ◆ Amorim Cork Research, Lda.
- ◆ Amorim Cork Services, Lda.
- ◆ Amorim Natural Cork, S.A.
- ◆ Amorim Revestimentos, S.A.
- ◆ Supplier Portal Limited

26 INFORMAÇÕES REQUERIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação relativa ao número 4 do artigo 5.º do Decreto- Lei n.º 318/94 de 24 de Dezembro.

i) Relação dos créditos concedidos durante o ano de 2018 e respetivas posições devedoras à data de 31 de dezembro de 2018:

➤ Amorim & Irmãos, S.A.	
Saldo no início do ano	0 KE
Crédito concedido:	
Em abril	20.000 KE
Em maio	10.000 KE
Em junho	5.000 KE
Reembolsos	15.000 KE
Saldo em 31 de dezembro	20.000 KE

➤ Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	
Saldo no início do ano	24.000 K€
Crédito concedido:	
Em abril	1.100 K€
Em agosto	700 K€
Em outubro	2.000 K€
Reembolsos	9.000 K€
Saldo em 31 de dezembro	18.800 K€
➤ Amorim Cork Composites, S.A.	
Saldo no início do ano	7.750 K€
Crédito concedido:	
Em setembro	4.000 K€
Em novembro	2.000 K€
Em dezembro	3.000 K€
Reembolsos	13.275 K€
Saldo em 31 de dezembro	3.475 K€
➤ Amorim Cork Services, Lda.	
Saldo no início do ano	150 K€
Crédito concedido:	
Em maio	300 K€
Em agosto	200 K€
Reembolsos	650 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€
➤ Amorim Florestal, S.A.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito concedido:	
Em janeiro	6.000 K€
Em fevereiro	3.700 K€
Em maio	3.500 K€
Em junho	6.370 K€
Em julho	7.400 K€
Em setembro	12.100 K€
Em outubro	6.500 K€
Reembolsos	25.870 K€
Saldo em 31 de dezembro	19.700 K€
➤ Amorim Natural Cork, S.A.	
Saldo no início do ano	59.840 K€
Crédito concedido:	
Em setembro	2.000 K€
Em novembro	3.000 K€
Em dezembro	17.500 K€
Reembolsos	14.840 K€
Saldo em 31 de dezembro	67.500 K€
➤ Amorim Revestimentos, S.A.	
Saldo no início do ano	4.500 K€
Crédito concedido	0 K€
Reembolsos	0 K€
Saldo em 31 de dezembro	4.500 K€

ii) - Relação dos créditos obtidos durante o ano de 2018 e respetivas posições credoras à data de 31 de dezembro de 2018:

➤ Amorim Cork Composites, S.A.	
Saldo no início do ano	6.500 K€
Crédito obtido:	
Em janeiro	14.250 K€
Em março	500 K€
Em abril	50 K€
Em maio	250 K€
Em junho	2.000 K€
Em agosto	500 K€
Pagamentos	24.050 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€
➤ Amorim Cork Research, Lda.	
Saldo no início do ano	2.250 K€
Crédito obtido:	
Em maio	950 K€
Em junho	1.050 K€
Em dezembro	400 K€
Pagamentos	2.250 K€
Saldo em 31 de dezembro	2.400 K€
➤ Amorim Cork Services, Lda.	
Saldo no início do ano	0 K€
Crédito obtido:	
Em setembro	1.500 K€
Em novembro	300 K€
Pagamentos	250 K€
Saldo em 31 de dezembro	1.550 K€
➤ Amorim Revestimentos, S.A.	
Saldo no início do ano	25.350 K€
Crédito obtido:	
Em fevereiro	2.200 K€
Em março	3.000 K€
Em junho	8.350 K€
Em julho	900 K€
Em agosto	11.500 K€
Em outubro	2.275 K€
Pagamentos	43.250 K€
Saldo em 31 de dezembro	10.325 K€
➤ Vatria - Consultadoria e Marketing, Lda.	
Saldo no início do ano	84 K€
Crédito obtido	0 K€
Pagamentos	84 K€
Saldo em 31 de dezembro	0 K€

Mozelos, 15 de fevereiro de 2019

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 413.991 milhares de euros e um total de capital próprio de 315.086 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 59.533 milhares de euros), a Demonstração de Resultados por Naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Valorização/imparidade dos investimentos em subsidiárias

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
<p>O montante escriturado dos Investimentos em subsidiárias, a 31 de dezembro de 2018, ascende a 258.194 milhares de euros, representando 62 % do total do ativo da Entidade.</p> <p>O risco de imparidade dos Investimentos em subsidiárias, mensurados ao custo, foi considerado uma matéria relevante porque o montante escriturado é significativo no total do ativo e porque o cálculo do valor recuperável dos investimentos, caso existam indicadores de imparidade, é complexo,</p>	<p>A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">▶ Avaliação da existência de indícios de imparidade na valorização dos investimentos em subsidiárias;▶ Obtenção e análise dos testes de imparidade, nos casos aplicáveis, incluindo a análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Conselho de Administração, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação e a taxa de crescimento na perpetuidade;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Incluindo o uso de estimativas e a utilização de pressupostos quanto a, por exemplo, condições futuras de mercado e económicas, quotas de mercado, rédito e evolução de margens.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- ▶ A validação dos cálculos aritméticos do modelo utilizado; e
- ▶ A realização de análises de sensibilidade, focadas em alterações possíveis nas variáveis mais críticas, como sejam a variação na taxa de desconto e a taxa de crescimento na perpetuidade.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 27 e IAS 36), incluídas nas Notas 3 e 5 das notas às demonstrações financeiras.

2. Provisões e contingências

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme divulgado na Nota 13 das notas às demonstrações financeiras, a Entidade identificou diversas contingências de natureza fiscal e legal. São registadas provisões para contingências fiscais e legais sempre que se considera que é provável um desfecho desfavorável, de acordo com o preconizado no IAS 37. A avaliação da probabilidade de desfecho é suportada no parecer de assessores jurídicos e fiscais.

A 31 de dezembro de 2018, o montante de provisões apresentado nas demonstrações financeiras ascende a 8.992 milhares de euros. A estimativa das eventuais quantias a despendar requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração e é por isso considerada uma matéria relevante.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização de contingências fiscais, bem como revimos toda a documentação existente;
- ▶ Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso, bem como as potenciais contingências fiscais, com o apoio dos nossos especialistas fiscais;
- ▶ Inquirimos o Conselho de Administração e os diretores das áreas legal e fiscal sobre as bases das suas estimativas e julgamentos;
- ▶ Analisámos as respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos; e
- ▶ Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 37), incluídas nas Notas 3 e 13 das notas às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;

- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu Relatório Anual Consolidado a demonstração não financeira prevista no artigo 66-B do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

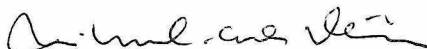
Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 7 de abril de 2017 para um mandato compreendendo os exercícios de 2017 a 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 20 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2018

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram, submetemos à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

I - ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal acompanhou regularmente as actividades da Sociedade e das suas principais subsidiárias e vigiou pela observância da Lei e do Contrato de Sociedade, tendo procedido à fiscalização da administração da Sociedade, da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e da preparação e divulgação da informação financeira individual e consolidada. Além disso, procedeu à monitorização da regularidade dos registos contabilísticos, da exactidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela sociedade, tendo igualmente apreciado a razoabilidade das estimativas e dos julgamentos da administração nas matérias que pressupõem maior subjectividade, por forma a verificar que os mesmos conduzem a uma adequada expressão do património e dos seus resultados individuais e consolidados e fluxos de caixa.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efectuados, desde a fase de planeamento até às respectivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Nesta vertente, o Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços que não de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais. Como lhe compete, o Conselho acompanhou as transações realizadas com accionistas detentores de participações qualificadas, tendo também acompanhado o funcionamento do sistema de participação de irregularidades.

O Conselho reuniu igualmente com os representantes departamentais com funções de relevo na preparação das contas individuais e consolidadas, bem assim como com o Auditor Interno e com os responsáveis pelos Departamentos Jurídico e Fiscal, de todos tendo recebido total colaboração. O Conselho Fiscal reuniu igualmente com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, de quem obteve esclarecimento para todas as questões suscitadas, bem como uma compreensão dos planos e objectivos da Sociedade.

O Conselho Fiscal analisou as Certificações Legais das Contas e Relato Sobre as Auditorias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2018, que compreendem as Demonstrações Consolidada e Individual da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2018, as Demonstrações Individual e Consolidada dos Resultados por Naturezas, as Demonstrações Individual e Consolidada do Rendimento Integral, as Demonstrações Individual e Consolidada das Alterações no Capital Próprio e as Demonstrações Individual e Consolidada dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, documentos esses que não apresentam quaisquer reservas. O Conselho Fiscal analisou igualmente (1) a Confirmação de Independência e (2) o Relatório Adicional, que lhe foram remetidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, ambos reportados à data da conclusão dos trabalhos de auditoria.

O Conselho Fiscal analisou também o Relatório de Governo da Sociedade, competindo-lhe apenas atestar se o mesmo inclui todos os elementos referidos no art nº 245-A do Código de Valores Mobiliários, o que o Conselho Fiscal verificou.

II - PARECER

No âmbito das competências do Conselho Fiscal, declara-se que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas atrás referidos, foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA e do GRUPO por ela liderado, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do GRUPO, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Atesta-se ainda que o Relatório do Governo da Sociedade, inclui os elementos referidos no art 245-A do Código de Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços da Sociedade e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o Conselho Fiscal dá parecer favorável

1. À aprovação do Relatório de Gestão Individual e Consolidado relativo ao exercício de 2018
2. À aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício de 2018
3. À aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que se encontra devidamente fundamentada

Mozelos, 20 de Março de 2019

O Conselho Fiscal



Manuel Carvalho Fernandes - Presidente



Ana Paula Africano de Sousa e Silva - Vogal



Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira - Vogal



Sobre a Corticeira Amorim SGPS, S.A.:

Tendo iniciado a sua atividade no século XIX, a Corticeira Amorim tornou-se na maior empresa transformadora de produtos de cortiça do mundo, gerando um volume de negócios superior a 763 milhões de euros em mais de 100 países, através de uma rede de dezenas de empresas subsidiárias. Investindo milhões de euros anualmente em I&D, a Corticeira Amorim é uma empresa empenhada na promoção desta matéria-prima única, desenvolvendo um portefólio variado de produtos 100% naturais que são usados por algumas das indústrias mais tecnológicas e exigentes do mundo, como são exemplo as indústrias de vinhos & espirituosos, aeroespacial, automóvel, construção, desporto, design de interiores e de moda.

A abordagem da Corticeira Amorim à escolha de matérias-primas e os seus processos de produção sustentáveis estão na base de uma interdependência singular entre a indústria e um importante ecossistema, o montado - um exemplo paradigmático em termos de desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável.



AMORIM

Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim I
Rua de Meladas, n.º 380
4536-902 Mozelos VFR
Portugal

corticeira.amorim@amorim.com

www.corticeiraamorim.com

Instagram: [@Amorimcork](https://www.instagram.com/Amorimcork)

Capital Social: € 133 000 000,00

Matriculada na Conservatória do Registo

Comercial de Santa Maria da Feira - Portugal

Nº de Registo e NIPC: PT 500 077 797



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 12 DE ABRIL DE 2019 - 12 HORAS
SEGUNDO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS
PROPOSTA

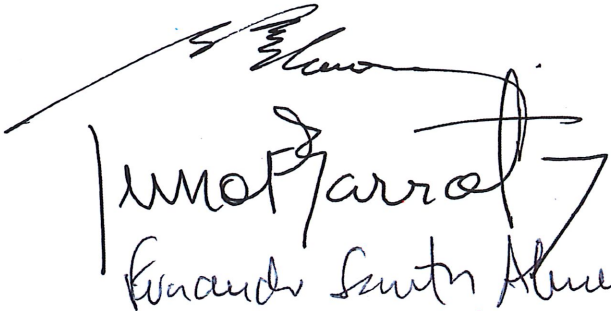
O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas do exercício de dois mil e dezoito.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
15 de fevereiro de 2019

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração



Eduardo Santos Almeida



Amorim

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, Nº 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matricula Nº 500 077 797



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 12 DE ABRIL DE 2019 - 12 HORAS
TERCEIRO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS
PROPOSTA

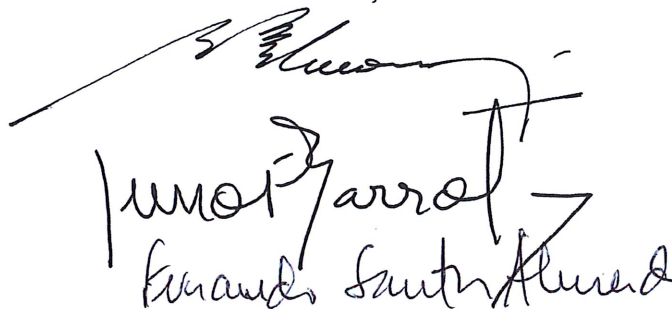
O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o Relatório do Governo Societário do exercício de dois mil e dezoito.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
15 de fevereiro de 2019

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração



Eduardo Santos Almeida



Cum;

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matricula N° 500 077 797



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 12 DE ABRIL DE 2019 - 12 HORAS

QUARTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

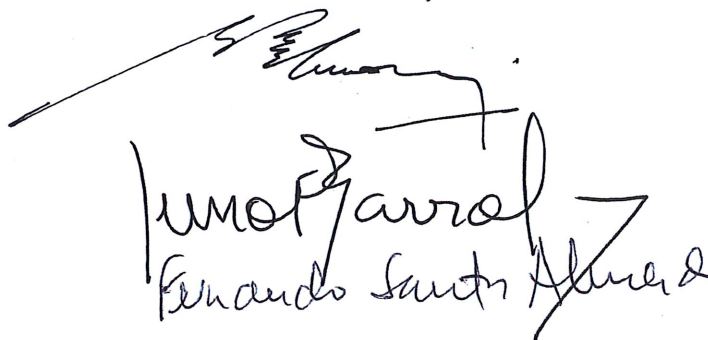
O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar o relatório de informação não financeira -
relatório de sustentabilidade do exercício de dois mil e dezoito.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
15 de fevereiro de 2019

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração



CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matricula N° 500 077 797



AMORIM

CORTICEIRA AMORIM

Relatório Anual
Consolidado

31-12-2018



(página intencionalmente deixada em branco)

Índice

Mensagem do Presidente

Órgãos Sociais

Presença no Mundo

Organigrama

Principais Eventos

Relatório Consolidado de Gestão

Relatório do Governo Societário

Relatório de Sustentabilidade

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Mensagem do Presidente

Caro Acionista,

A economia mundial e os agentes económicos, animados pela trajetória de crescimento robusto verificado em 2017, iniciaram o ano de 2018 em claro otimismo. Ao longo do ano, no entanto, a forte dinâmica da produção industrial e do comércio internacional foi esmorecendo e, conseqüentemente, a confiança nas perspetivas económicas globais. A aplicação de tarifas e de outras medidas protecionistas fez crescer incertezas sobre a política comercial, afetando as decisões de investimento. Ainda assim, a economia norte americana cresceu a um ritmo acelerado. O dólar americano desvalorizou-se, um fator adicional de pressão sobre o desempenho das economias de mercados emergentes mais vulneráveis.

Em Portugal, consolidou-se a trajetória crescimento da atividade, embora em ligeira desaceleração. O retalho permaneceu robusto; o consumo privado cresceu, positivamente influenciado pela criação sustentada de emprego e pelo aumento, ainda que moderado, dos salários; o investimento, terá crescido a taxa inferior à registada em 2017, fruto do adiamento de alguns projetos e a menor execução de investimentos públicos; a procura externa terá sido impactada pelo menor dinamismo de parceiros tradicionais e, por outro, refletido o efeito de paragens extraordinárias ao nível indústria. Em outubro, a Moody's subiu a notação de rating de Portugal para o nível de *investment grade*, alinhando com a notação que outras agências já haviam anunciado. À semelhança dos anos mais recentes, o esforço de consolidação fiscal foi dominante, seguindo-se uma política fiscal moderadamente expansionista.

A atividade industrial da Corticeira Amorim, maioritariamente desenvolvida em Portugal, mas cujo destino é, literalmente, o mundo, não deixa de ser influenciada por este enquadramento. Perspetivas económicas menos otimistas fazem adiar o consumo e o investimento, afetando as vendas; a desvalorização do USD, a nossa segunda moeda de faturação é, também, um fator de erosão da rentabilidade. Soma-se, ainda, o significativo incremento dos custos de aquisição da cortiça, originados por uma campanha extraordinariamente reduzida.

O ano 2018 foi, pois, pleno de desafios que encaramos com determinação e audácia. Todos nos alinhámos pelo mote “fazer mais com menos”. E resultou. As vendas consolidadas continuaram a crescer a bom ritmo, alcançando uma marca nunca antes atingida: 763 milhões de euros, impulsionadas pelo crescimento orgânico e, sobretudo, pela integração das sociedades recentemente adquiridas (Sodilège, Bourrassé, Elfverson). Somos, também, líderes porque crescemos. O nosso passado é pródigo nestes exemplos.

A Unidade de Negócios (UN) Matérias-Primas é responsável pela implementação de uma estratégia de *procurement* e aquisição de cortiça que, reforçando os stocks de matérias-primas cortiça, nos permite assegurar níveis de disponibilidade e de custos consentâneos com a produção estimada; a UN Rolhas continua a bater recordes de produção, reforçando os níveis de atividade, de qualidade e de serviço, incluindo nas empresas recentemente adquiridas; a UN Revestimentos, reforçada com uma nova equipa de gestão, reposiciona-se no mercado de *flooring* com o lançamento do WISE by Amorim, um pavimento de superior performance técnica com pegada de carbono negativa; a UN Aglomerados Compósitos, continuamente desafiada por um universo infinito de aplicações produzidas em economia circular, ultrapassa com assinalável êxito o desafio de crescer mesmo num contexto de matérias-primas e euro/dólar desfavorável; a UN Isolamentos, desde sempre o paradigma da economia verde, voltou a crescer e a colocar as suas soluções em destacados palcos nacionais, como o CCB e a Eurovision Village.

Em anos como este, em que variáveis exógenas têm grande impacto sobre a rentabilidade, voltamos a olhar para dentro, para as variáveis e para as práticas que podemos alterar e melhorar; na verdade, vistas e revistas, ano após ano, até à exaustão... Mas sempre encontramos formas de ser mais eficientes: alargamos a base de clientes, produzimos mais e, sobretudo, melhor. Formamos Colaboradores, investimos em novas tecnologias, integramos operações, desenvolvemos sofisticados sistemas de informação e de apoio à gestão, lideramos o desenvolvimento da indústria e do sector.

O ano termina com um resultado consolidado de 77,4 milhões de euros, ou seja, um resultado líquido por ação de 0,582 euros. Cumprindo, pois, o nosso compromisso de criar valor para o acionista, acrescentando valor à cortiça, de forma competitiva, diferenciada e inovadora, em perfeita harmonia com a Natureza.

É esta missão que nos inspira a cada ano. Em particular, em anos como o que agora finda, repletos de desafios que conseguimos ultrapassar com sucesso.

É, também, com particular orgulho que constatamos que os nossos *stakeholders* compreendem e aplaudem o nosso valioso contributo para o desenvolvimento sustentável, bem patente nos resultados da auscultação de *stakeholders*, amplamente participada, que realizámos em 2018. Concluimos que a nossa atuação se alinha com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, e que a nossa estratégia de sustentabilidade contribui para a prossecução de 12 desses Objetivos. Uma responsabilidade que assumimos com empenho e transparência.

A cortiça é um material fantástico. A Corticeira Amorim é, há mais de um século, o seu defensor e o motor do desenvolvimento do seu potencial de aplicação que, cremos, está longe de se esgotar.

No nosso dia a dia, o nosso empenho presta homenagem a todas as gerações que nos precederam nesta missão; a todos os que a nós se juntam planeando, investigando, inovando; a todos os que contribuem para o crescimento sustentado e sustentável da empresa e, particularmente, a todos os nossos Colaboradores.

Cordiais cumprimentos,

António Rios de Amorim
Presidente e CEO

Órgãos Sociais

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Rios Amorim
Presidente

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vice-Presidente

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida
Vogal

Cristina Rios de Amorim Baptista
Vogal

Luísa Alexandra Ramos Amorim
Vogal

Juan Ginesta Viñas
Vogal

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Augusto Fernando Correia de Aguiar-Branco
Presidente

Rita Jorge Rocha e Silva
Secretário

CONSELHO FISCAL

Manuel Carvalho Fernandes
Presidente

Ana Paula Africano de Sousa e Silva
Vogal

Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira
Vogal

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

José Manuel Ferreira Rios
Presidente

Jorge Alberto Guedes Peixoto
Vogal

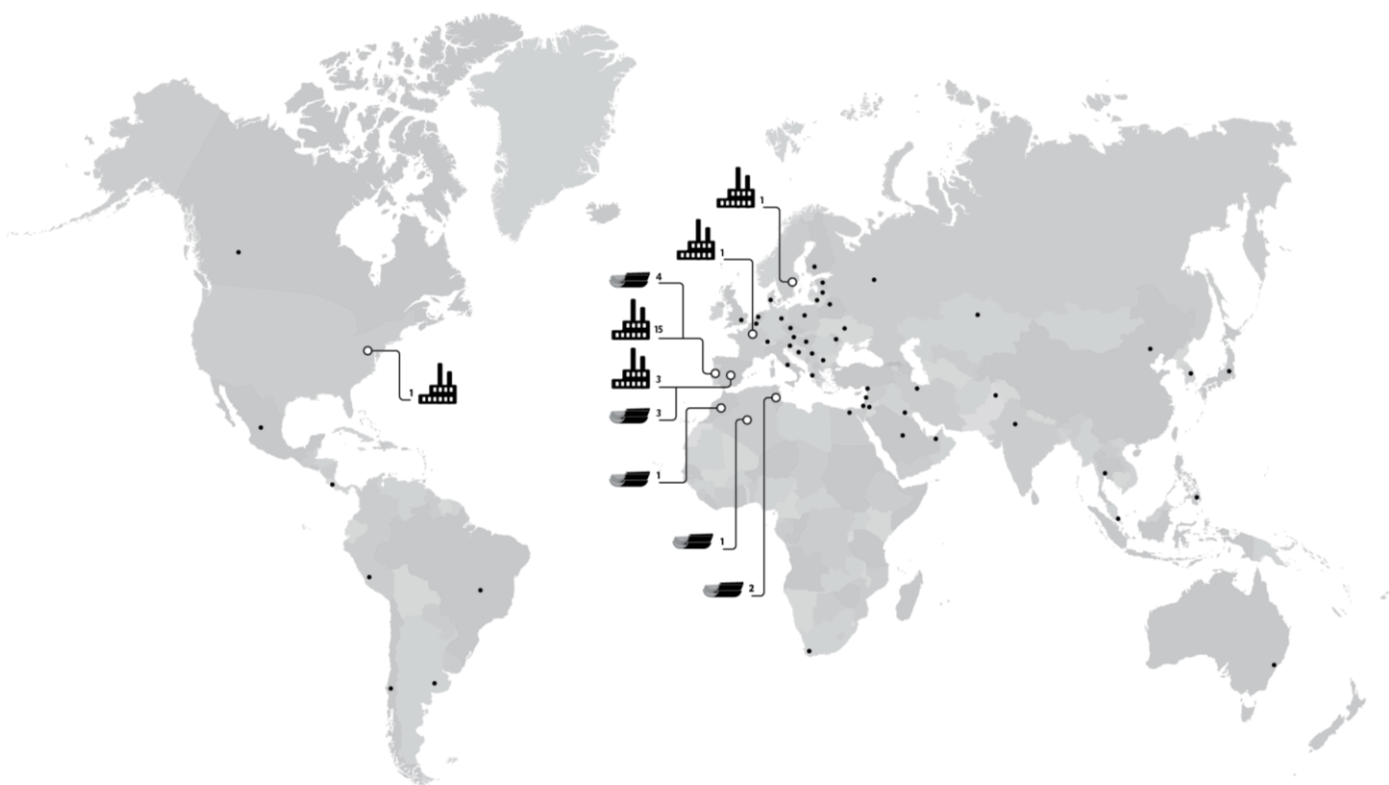
Abdul Rehman Omermiã Mangá
Vogal

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efetivo: ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A., representado por Rui Manuel da Cunha Vieira ou por Rui Abel Serra Martins

Suplente: Pedro Jorge Pinto Monteiro da Silva e Paiva

Presença no Mundo



- 11 UNIDADES INDUSTRIAIS | MATÉRIAS-PRIMAS
- 21 UNIDADES INDUSTRIAIS | SOLUÇÕES DE CORTIÇA
- 52 EMPRESAS DE DISTRIBUIÇÃO
- 10 JOINT VENTURES

Organigrama

MATÉRIAS-PRIMAS	ROLHAS	I&D, INOVAÇÃO	
Amorim Florestal, S.A.	Amorim & Irmãos, S.G.P.S., S.A.		
Aprovisionamento	Produção	Distribuição	
Amorim Florestal, S.A. Ponte de Sôr – Portugal	Amorim & Irmãos, S.A. Santa Maria de Lamas – Portugal	Amorim & Irmãos, S.A. Unid. Distribuição Santa Maria de Lamas – Portugal	Amorim Cork Research, Lda. Mozelos – Portugal
Amorim Florestal, S.A. Coruche – Portugal	Amorim Top Series, S.A. Argoncilhe – Portugal	Portocork Internacional, S.A. Santa Maria de Lamas – Portugal	Amorim Cork Services, Lda. Mozelos – Portugal
Amorim Florestal, S.A. Abrantes – Portugal	Amorim & Irmãos, S.A. Unid. Ind. Valada Valada – Portugal	Amorim Cork South Africa (PTY) Ltd. Cidade do Cabo – África do Sul	Amorim Cork Ventures, Lda. Mozelos – Portugal
Amorim Florestal, S.A. Unid. Ind. Saltaios Ponte de Sôr – Portugal	Amorim & Irmãos, S.A. Unid. Ind. Coruche Coruche – Portugal	Amorim Cork Deutschland GmbH Bingen am Rhein – Alemanha	
Coazbe – Companhia Silvo-Agrícola da Beira, S.A. Lisboa – Portugal	Amorim & Irmãos, S.A. Unid. Ind. Portocork Santa Maria de Lamas – Portugal	Corchos de Argentina, S.A. Mendoza – Argentina	
S.I.B.L. – S.A.R.L. Jijel – Argélia	Amorim & Irmãos, S.A. Unid. Ind. Saltaios Ponte de Sôr – Portugal	Trefinos Australia, Pty Ltd Adelaide – Austrália	
Amorim Florestal España, S.L. Algeciras – Espanha	Amorim Champcork, S.A. Santa Maria de Lamas – Portugal	Amorim Australasia PTY Ltd. Adelaide – Austrália	
Amorim Florestal España, S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha	Blocapex – Importação e Exportação de Cápsulas, Lda. Mozelos – Portugal	Korkan Schieesser GmbH Viena – Áustria	
Amorim Florestal Mediterráneo, S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha	Socori, S.A. Rio Melão – Portugal	Amorim Cork Bulgaria, EOOD Sofia – Bulgária	
Comatral – Compagnie Marocaine de Transformation du Liège, S.A. Skhirat – Marrocos	Francisco Oller, S.A. Girona – Espanha	Corchera Gomez Barria, SA Santiago – Chile	
S.N.L. – Société Nouvelle de Liège, S.A. Tabarka – Tunísia	Trefinos, S.L. Girona – Espanha	Corpack – Bourasse, S.A. Santiago – Chile	
Société Tunisienne d'Industrie Bouchonniers Tabarka – Tunísia	Amorim Top Series France S.A.S. Cognac – França	Wine Packaging & Logistic, SA Santiago – Chile	
	Elverson & Co. AB Fariö – Suécia	Industria Corchera, S.A. Santiago – Chile	
		ACI Chile Corchos, S.A. Santiago – Chile	
		Amorim Cork Beijing, Ltd. Pequim – China	
		Agglotap S.A. Girona – Espanha	
		Victory Amorim, S.L. Navarrete (La Rioja) – Espanha	
		Amorim Cork España S.L. San Vicente de Alcántara – Espanha	
		ACIC – USA LLC Napa Valley, CA – EUA	
		Portocork America, Inc. Napa Valley, CA – EUA	
		Trefinos USA LLC Fairfield, CA – EUA	
		Amorim Cork America, Inc. Napa Valley, CA – EUA	
		Amorim France, S.A.S. Eysines, Bordéus – França	
		Amorim France S.A.S. Unid. Sobeh Cognac – França	
		Amorim France S.A.S. Unid. Champfleury Champfleury – França	
		Bouchons Prieux S.A.R.L. Epernay – França	
		Amorim Top Series France S.A.S. Cognac – França	
		S.A.S. Ets Christian Bourasse Touze – França	
		Sagners et Cie Reims – França	
		S.A. Oller et Cie Reims – França	
		Société Nouvelle des Bouchons Treccassa, S.A. Le Boulou – França	
		Portocork Franca, S.A.S. Bordéus – França	
		Hangarokork Amorim, Rt. Veresegyház – Hungria	
		Portocork Italia, SRL Milão – Itália	
		Trefinos Italia SRL Treviso – Itália	

AGLOMERADOS COMPÓSITOS	REVESTIMENTOS	ISOLAMENTOS
Amorim Cork Composites, S.A.	Amorim Revestimentos, S.A.	Amorim Isolamentos, S.A.
	Produção	
Amorim Cork Composites, S.A. Mozeiros – Portugal	Amorim Revestimentos, S.A. S. Paulo de Oleiros – Portugal	Amorim Isolamentos, S.A. Mozeiros – Portugal
Amorim Compocork, Lda. Mozeiros – Portugal	Amorim Revestimentos, S.A. Lourosa – Portugal	Amorim Isolamentos, S.A. Silves – Portugal
Amorim Industrial Solutions Imobiliária, S.A. Cornelobus – Portugal		Amorim Isolamentos, S.A. Vendas Novas – Portugal
Amorim Sports & Playgrounds, Lda. Mozeiros – Portugal		
Amorim Cork Composites GmbH Delmenhorst – Alemanha		
Chinamate (Xi'an) Natural Products Co. Ltd. Xi'an – China		
Amosaltex Cork Co., Ltd Xangai – China		
Amorim Cork Composites, Inc. Trevor, WI – EUA		
Corticeira Amorim France, S.A. S. Laverdac – França		
Amorim (UK) Limited West Sussex – Reino Unido		
Amorim Cork Composite, LLC Moscou – Rússia		
	Distribuição	
	Amorim Deutschland GmbH & Co. KG Delmenhorst – Alemanha	
	Cortax Korkvertriebs GmbH Nürnberg – Alemanha	
	Amorim Flooring Austria GmbH Viena – Áustria	
	Timberman Denmark A/S Hadsund – Dinamarca	
	Amorim Flooring North America Hanover, MD – EUA	
	Amorim Benelux B.V. Tholen – Holanda	
	Dom Korkowy, Sp. Zo.o Cracóvia – Polónia	
	Amorim Flooring Rus, LLC Moscou – Rússia	
	Amorim Flooring Sweden AB Mölnådal – Suécia	
	Amorim Flooring (Switzerland) AG Zug – Suíça	

Principais Eventos

JANEIRO

Novo lounge VIP da TAP com pavimentos Wicanders, projeto do arquiteto Miguel Arruda, apresenta várias soluções de cortiça com destaque para os pavimentos Hydrocork da Wicanders com visual de cortiça *originals dark*, para as soluções de revestimento de parede da Amorim Cork Composites e parte do mobiliário do espaço que definem amplamente a sua estética e assegurando o conforto e o isolamento acústico.

Amorim Revestimentos: a primeira empresa do mundo a receber o certificado premium TÜV PROFiCERT-product (Alemanha), atestando que os pavimentos produzidos cumprem os rigorosos critérios em termo de qualidade de ar interior preconizados por esta certificação voluntária e independente para as emissões de VOC e qualidade dos revestimentos.

OSIIRYS, projeto inovador com cortiça para melhoria da eficiência energética, da qualidade do ar interior nos edifícios e a diminuição de emissões associadas à construção. Um projeto desenvolvido em consórcio internacional que integra entidades de 12 países, cujos resultados a União Europeia considera um sucesso. A cortiça é um material core do projeto, com soluções para fachadas e paredes interiores desenvolvidas pela Amorim Cork Composites e pela Amorim Isolamentos.

FEVEREIRO

Amorim Tops Series associa-se a prestigiados eventos internacionais que premeiam o que de melhor se faz no mundo vinícola. Patrocinou o galardão **Hall of Fame dos Wisky Magazine Awards** e o **Gin Magazine 2018 Hall of Fame Awards**; e participa, como membro do júri, na iniciativa do **The Spirits Business's Design & Packaging Masters** que visa identificar e celebrar marcas criativas.

MARÇO

Credenciais de sustentabilidade dos pavimentos da Amorim Revestimentos reconhecidas pela certificação Blue Angel (Alemanha), uma certificação voluntária, reconhecida internacionalmente como um indicador credível para um consumo mais sustentável. Atesta que os pavimentos cumprem rigoroso critérios de performance ambiental.

greenURBANLIVING: solução inovadora de cortiça para fachadas verdes, um projeto disruptivo que coloca o aglomerado de cortiça expandida no centro de novos sistemas de fachadas e coberturas verdes, desenvolvido em consórcio nacional liderado pela Amorim Isolamentos. Pelo recurso à cortiça, o modelo de cobertura tem um desempenho ambiental e energético superior ao das coberturas convencionais, com outras vantagens associadas: conforto térmico, excelente capacidade de drenagem e retenção, contribuindo para a eficiência hídrica dos edifícios e para a gestão urbana de águas pluviais.

ABRIL

António Rios de Amorim distinguido com o galardão Entrepreneur of the Year, atribuído pela EY e pelo Expresso, e que reconhece a “visão empresarial e o sucesso alcançado, liderando uma estratégia assente na investigação e desenvolvimento, de que que resultou o alargamento das áreas de aplicação da cortiça e o crescimento contínuo das exportações” da Corticeira Amorim.

Corticeira Amorim celebra 30 anos de Bolsa, efeméride assinalada numa sessão especial da Euronext Lisbon, onde foi realçada a importância de, à data, a empresa ter recorrido ao mercado de capitais par ao financiamento do seu ambicioso projeto de expansão e modernização. Antes do emblemático toque do sino final, a Secretária de Estado da Indústria, Ana Teresa Lehman, encerrou a cerimónia enaltecendo o “contributo extraordinário (da Corticeira Amorim) para a economia nacional”.

Milan Design Week é palco das as novas peças em cortiça da designer brasileira Gisela Simas, realizadas com o apoio da Corticeira Amorim. Incluídas na mostra Rio+Design, as inovadoras e elegantes peças Dora (mesa de café) e Congonhas (candeiro) prestam homenagem à cultura brasileira e à sustentabilidade da cortiça.

Cortiça em projeto de exploração do Planeta Marte. A Amorim Cork Composites integra consórcio nacional que concluiu, com sucesso, o desenho e a produção de uma cápsula de reentrada atmosférica com as características

termomecânicas otimizadas a uma reentrada passiva. Esta solução técnica foi apresentada à Agência Espacial Europeia.

MAIO

Helix lançado pela Berry bros. & Rudd, o mais antigo retalhista de vinhos do Reino Unido. O inovador packaging junta uma rolha de cortiça ergonómica e uma garrafa com estrias no gargalo, formando uma solução de abertura fácil, chegou ao reino Unido através dos vinhos Anthonij Rupert Protea Sauvigno Blanche e Anthonij Rupert Protea Chardonnay 75. Helix mantém todos os benefícios do binómio cortiça e vidro, nomeadamente em termos de qualidade, imagem premium e sustentabilidade, assegurando o “pop” tão apreciado pelos consumidores em todo o mundo.

Wicanders associa-se a exposição dedicada à obra de Siza Vieira “Des Hommes de la Matière et du Temps” (abril a maio), Carmelite Chapel, Toulouse, França

Cortiça 100% natural marca espaços da Eurovision Village. Centenas de blocos de aglomerado de cortiça expandida da Amorim Isolamentos foram o principal material usado no lounge deste carismático festival que, pela primeira vez, decorreu em Portugal.

Hélix na Virgin Atlantic Airways, a primeira companhia aérea do mundo a servir vinho com este exclusivo e conveniente *packaging* a bordo dos seus voos de longo curso.

Cortiça em mais de 95% dos 9180 vinhos presentes ao Concours Mondial de Bruxelles, um dos mais importantes eventos mundiais ligados ao vinho. Os dados obtidos neste concurso reforçam as conclusões de outros estudos realizados um pouco por todo o mundo, dos quais se destaca a seleção do Top 100 de vinhos, feita pela Wine Spector que sublinha a presença da cortiça em 89% dos vinhos. Presente desde a sua primeira edição, Corticeira Amorim é o patrocinador mais antigo do Concours Mondial de Bruxelles.

JUNHO

Irmãos Campana apresentam Sobreiro, a sua primeira coleção de objetos em cortiça, apresentada no certame dedicado à arte e cultura luso-brasileiras Experimenta Portugal, uma iniciativa do Consulado Geral de Portugal em S. Paulo. Sobreiro é uma coleção orgânica e sofisticada, que realça a beleza estrutural da cortiça.

Aglomerado de cortiça expandida no NOS Primavera Sound selecionada pelas suas credenciais sustentáveis, neste importante evento reconhecido também pelas suas fortes preocupações ambientais.

The Cork Book distinguido com o Prémio Europeu de Design (Bronze). Com projeto gráfico do Studio FM Milano, o livro apresenta, de uma forma global, a indústria da cortiça, a sua singularidade e as fantásticas florestas de sobreiro que são a origem de um extenso portefólio de produtos, desenvolvidos a partir da cortiça.

Ilhas flutuantes em cortiça para tratamento biológico de águas residuais, uma parceria da Amorim Cork Composites e Bluemater. Estas plataformas modulares em cortiça, resistentes e visualmente apelativas, permitem a recuperação de habitats degradados e a reabilitação e manutenção de ecossistemas protegidos.

Depois da Tate Modern, a instalação Onte Two Three, Swing! dos Superflex revestem o Copenhagen Contemporary Museum (Dinamarca) com o novo compósito de cortiça que atende a um exigente conjunto de requisitos, em especial no que toca à capacidade de absorção de impacto em larga escala e de resistência ao desgaste.

Garret Mcnamara assina uma nova coleção d’ASPORTUGUESAS. O surfista havaiano, acérrimo entusiasta da cortiça, associa-se à startup Ecochic para a apresentação de uma coleção com um forte compromisso de responsabilidade social, com parte do valor das vendas a reverter para o Centro de Acolhimento Temporário para Crianças e Jovens em Perigo da Confraria de Nossa Senhora da Nazaré.

JULHO

Corticeira Amorim associa-se, como membro fundador, ao Porto Protocol subscrivendo também à sua **Carta de Princípios**, um movimento que junta inúmeras empresas na partilha e debate de soluções para combater as alterações climáticas e minimizar os seus impactos.

Infill de cortiça da Amorim Cork Composites selecionado para aplicação no novo relvado artificial do campo de futebol do SC Malsburg-Marzell (Alemanha), solução que favorece o desempenho desportivo dos atletas, com garantia de durabilidade e redução dos custos de manutenção.

Prova cega confirma preferência dos consumidores norte-americanos pela rolha de cortiça. Pesquisa independente, publicada no International Journal of Hospitality Management, confirmou a preferência generalizada pela cortiça num dos mercados de vinho mais relevantes do mundo.

AGOSTO

António Rios de Amorim é distinguido com o Prémio Empresário Ibérico do Ano atribuído pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, realçando a sua relevante contribuição para o incremento das relações bilaterais luso-espanholas.

SETEMBRO

Corticeira Amorim e Grupo Auchan promovem iniciativa conjunta de reciclagem de rolhas. Visando sensibilizar os clientes desta cadeia de retalho francesa para a importância da reciclagem de rolhas de cortiça e para as credenciais ambientais desta matéria-prima nobre, foi dinamizada uma campanha de recolha seletiva de rolhas de cortiça para reciclagem na Amorim France, através do programa EcoBouchon.

Fairway Wines & Spirits, uma das mais destacadas cadeias de lojas de vinhos e bebidas espirituosas dos EUA realiza campanha educativa, com o objetivo de elucidar os apreciadores de vinho para os benefícios ambientais para das rolhas de cortiça e o papel que esta matéria-prima natural desempenha no processo de envelhecimento.

Rolha NDtech selecionada para lançamento exclusivo de vinho de prestígio. A tecnologia pioneira NDtech, patenteada pela Amorim, que permite oferecer a primeira rolha de cortiça natural com garantia de TCA não detetável, foi escolhida para vedar um vinho exclusivo que celebra a história de vinificação de da região vinícola de Coonawarra (Austrália) e o homem que inspirou o seu início, William Wilson

OUTUBRO

Corticeira Amorim adquire, através da Amorim Florestal, a Herdade da Baliza, uma propriedade com 2 866 hectares na zona de Castelo Branco/Tejo Internacional (Portugal), assim marcando o percurso da empresa como proprietária florestal, uma operação estratégica que visa liderar a implementação de um modelo inovador de gestão da floresta de sobro nacional, que tornará uma espécie mais atrativa em termos de rentabilidade.

ASPORTUGUESAS lançam o seu primeiro modelo de sapato para Outono/Inverno. Após o sucesso dos flipflops de cortiça, a EcoChic, *startup* apoiada pela Amorim Cork Ventures e pela Kyaia, apresenta City, uma coleção de sapatos desenvolvida a partir de uma inovadora sola de cortiça, que se apresenta como a grande proposta de valor da marca.

Amorim Cork Composites, BASF Korea e A_Road desenvolvem primeiro pavimento à base de cortiça natural para espaços públicos, que podem substituir as superfícies de borracha EPDM, minimizando quaisquer impactos negativos, em particular os ambientais, mas também no que concerne ao risco de sobreaquecimento, à libertação de odores agressivos e dos riscos de lesão.

Submaterial, estúdio norte norte-americano especializado no desenvolvimento de revestimentos e painéis de isolamento acústico para paredes, selecionou a cortiça reciclada produzida pela Amorim Cork Composites para soluções técnica incorporada nas suas coleções. A cortiça combinada com feltro de lã permite criar um sistema de revestimento de paredes duradouro e acusticamente absorvente,

Garrafas de vinho Madeira com mais de dois séculos - devidamente conservadas - descobertas aquando do restauro do Liberty Hall Museum (EUA). Em larga medida, a **preservação das características deste vinho deve-se à rolha de cortiça utilizada.**

A Claus Porto internacionalizou-se com a abertura da primeira loja em Nova Iorque, num espaço cujo design presta homenagem à arquitetura e tradição portuguesas, no qual a **cortiça Amorim se destaca, revestindo as paredes interiores da loja com entalhes exclusivos.**

Auditório Américo Amorim da Nova SBE (Carcavelos, Portugal) revestido com painéis de cortiça, concebidos pelo designer britânico Jasper Morrison, produzidos pela Amorim Cork Composites. Além de visualmente impactantes e inovadores, estes painéis contribuem para melhorar o isolamento térmico e acústico dos espaços, adequando de forma perfeita e única a salas destinadas ao ensino.

NOVEMBRO

Colaboradores da Corticeira Amorim plantam sobreiros na Herdade Monte da Torre (Alentejo, Portugal). As iniciativas de reflorestação dinamizadas por voluntários da Corticeira Amorim começaram em 2011, sendo que são já responsáveis pela plantação de aproximadamente 20 mil árvores autóctones, com especial preponderância de sobreiros.

Corticeira Amorim recebe prémio Bartolomeu de Gusmão, categoria Inovação nas Marcas e no Design, atribuído pelo Ministério da Justiça em colaboração com o Instituto de Propriedade Industrial, que reconhece publicamente a estratégia de inovação da Corticeira Amorim.

A Amorim Isolamentos organizou a sua 7ª Conferência Internacional, um evento bienal, que juntou em 2018 cerca de 100 especialistas da área, oriundos de 16 países. Ao longo de dois dias, e através de um intenso programa de trabalho, houve partilha de experiências e de knowhow de diferentes parceiros, sobre a utilização do aglomerado de cortiça expandida, em variados sistemas de construção.

DEZEMBRO

Amorim Isolamentos lançou uma nova solução de coberturas planas ajardinadas, amigas do ambiente, compostas de aglomerados de cortiça expandida, um produto 100% natural, sem aditivos. Estes sistemas de cobertura e de fachada verdes têm um perfil ambiental e energético superior às soluções convencionais, tendo ainda uma elevada capacidade de personalização energética.

Estudo conduzido pela PwC conclui a rolha de cortiça Neutrocork tem pegada de carbono negativa. Neutrocork, a mais recente geração de rolhas técnicas produzidas pela Amorim & Irmãos, garante elevada estabilidade estrutural, é recomendada para vinhos de alguma complexidade, e foi já adotada por milhares de produtores de vinho em todo o mundo.

Cortiça faz a diferença no novo Hotel Four Seasons, em Banguecoque (Tailândia), onde foi aplicado um *underscreed* de cortiça com borracha reciclada Acousticork, destinado a reduzir a propagação de ruído de impacto e a melhorar o isolamento térmico e acústico.

Amorim Revestimentos desenvolve WISE by Amorim, que marca a entrada no mercado da primeira geração de pavimentos com a identidade Amorim. A nova solução é constituída por cortiça e materiais reciclados, totalmente livre de PVC. Lançado sob o mote “Smart choice. Amazing sensations”, WISE diferencia-se por ser 100% sustentável, com superior performance técnica, à prova de água e passível de aplicação em grandes áreas.

Corticeira Amorim distinguida com o Prémio Nacional de Agricultura 2018, na categoria de Grandes Empresas, uma iniciativa do BPI e do Grupo Cofina, patrocinada pelo Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, com o apoio da PwC. Este prémio valoriza a aposta da Corticeira Amorim no aumento da produtividade, inovação e internacionalização dos produtos nacionais, e destaca de forma singular a cortiça e, consequentemente, a conservação e valorização do montado de sobreiro.

(página intencionalmente deixada em branco)

Relatório Consolidado de Gestão

Senhores Acionistas,

A CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A., Sociedade Aberta, vem, nos termos da lei, apresentar o Relatório Consolidado de Gestão reportado ao exercício económico findo em 31 de dezembro de 2018:

1. EVOLUÇÃO MACROECONÓMICA EM 2018

1.1. APRECIACÃO GLOBAL

O ano 2018 caracteriza-se pela divergência face à evolução sincronizada e abrangente que caracterizou a economia mundial em 2017, e que se antecipava vir a ser repetida no ano seguinte. Quer as economias desenvolvidas quer as emergentes registaram taxas de crescimento inferiores às do ano anterior, que, saliente-se, tinham sido as mais elevadas desde a crise de 2008. Este abrandamento ocorreu num contexto de degradação do sentimento ao nível dos mercados financeiros, de incerteza quanto a política comercial e de receios de degradação das perspetivas da economia chinesa. Estima-se que a economia global tenha crescido à taxa de 3,7%, com as economias desenvolvidas a desacelerarem marginalmente para 2,3% e as emergentes a registarem 4,6%. O comércio internacional abrandou para níveis inferiores aos de 2017. A inflação terá permanecido contida a nível global com registo de incremento apenas nos Estados Unidos. Apesar da atuação da Reserva Federal (FED) e de alguns outros Bancos Centrais, globalmente, a política monetária manteve-se acomodatória. Terá sido, no entanto, a reversão (ou o anúncio da intenção proceder a reversão) das medidas monetárias excecionais, restringindo a liquidez e agravando as condições financeiras, o fator mais crítico a dominar os mercados financeiros, que registaram volatilidade acrescida. O ano foi marcado pela valorização generalizada do USD; no caso particular do EUR/USD, a tendência de ganhos da moeda europeia manteve-se até meio de abril, com uma reversão dos mesmos desde então; o último trimestre do ano foi de consolidação num intervalo de variação apertado. Metais e *commodities* agrícolas registaram desvalorização moderada na segunda metade do ano, refletindo menor procura por parte da China. O crude (*brent*), por sua vez, registou oscilações acentuadas: iniciou o ano a USD 69,00/barril, seguiu tendência altista, ainda que com movimentos de correção de permeio, até atingir USD 86,00/barril em início de outubro e, quando se ponderava já a valorização significativa adicional fruto da política de sanções sobre o Irão, testaram-se mínimos de USD 50,00/barril em finais de dezembro. A implementação de um novo acordo de corte de produção ao nível de OPEP+ terá produzido efeitos de estabilização dos preços a partir de então.

A **Zona Euro**, por sua vez, terá registado expansão em torno de 1,8%, referencial inferior às previsões de uma parte substancial das organizações de referência. O otimismo observável em 2017, deu lugar, gradualmente, a revisão em baixa dos níveis antecipados de expansão, sobretudo na segunda metade do ano. As divergências políticas entre Itália e a Comissão Europeia terão contribuído para incremento da incerteza e aumento dos riscos financeiros. O quarto trimestre foi caracterizado por contestação social significativa em França. A Alemanha, afetada por um conjunto alargado de fatores conjunturais, registou um desempenho económico dececionante na segunda metade do ano. O desemprego terá seguido tendência de decréscimo, enquanto a inflação terá evidenciado oscilações significativas, mas sem nunca atingir a meta de estabilidade de preços, registando 1,7% no ano. Pelo terceiro ano consecutivo, o contexto político, macro e social do **Reino Unido** foi absolutamente dominado pela questão do Brexit. A data formal de saída é 29 de março de 2019, mas sucessivas negociações não conseguiram alcançar uma solução. Não obstante, a evolução macro foi positiva, em torno de 1,4%.

Os **Estados Unidos** terão registado um crescimento em torno de 2,9%, um ritmo superior à tendência de longo prazo. O efeito positivo do Plano Fiscal implementado pela administração Trump em 2017, cujo pico terá sido observado em 2018, foi paulatinamente diminuindo de intensidade. O mercado de trabalho manteve a tendência de melhoria que registava, com a taxa de desemprego a atingir 3,7%, um mínimo de 50 anos. O mercado de crédito evidenciou um aumento dos *spreads* das obrigações corporativas, refletindo menor otimismo e aumento do risco ao nível do sector energético. A inflação terá seguido tendência altista, estimando-se que tenha registado 2,4%.

O **Japão** terá crescido ao ritmo de 0,9% em 2018, praticamente metade do registado no ano anterior. Fatores extraordinários e de natureza climática terão limitado a economia na segunda metade do ano. A **Austrália** terá registado um crescimento marginalmente acima de 3,0%, uma aceleração face ao ano anterior, essencialmente fruto do desempenho na primeira parte do ano. O imobiliário terá evidenciado acentuada correção face a níveis de 2017.

As economias emergentes e em vias de desenvolvimento terão registado expansão a um ritmo próximo de 4,6% em ligeira desaceleração face ao que haviam seguido em 2017. A **China** terá registado um abrandamento contínuo ao longo de 2018, evidenciando os efeitos das medidas tendentes a controlar o excesso de endividamento da economia e a mitigar os elevados níveis de poluição. A disputa comercial com os Estados Unidos e a imposição de tarifas sobre as suas exportações, bem como as reações internacionais à iniciativa “*one belt one road*” e China 2025 terão afetado negativamente a performance da segunda maior economia mundial. Estima-se que tenha observado uma expansão de 6,6% versus 6,9% no ano 2017. A **Argentina** deverá registar contração em torno de 2,6%; a **África do Sul** terá observado um incremento da economia de 0,8% denotando o impacto da incerteza institucional e instabilidade política que dominou o início do ano, bem como da seca extrema em parte do seu território. A **Europa de Leste**, a braços com falta de mão-obra qualificada, terá mantido níveis robustos de crescimento ainda que marginalmente abaixo do registado no ano anterior. A **Rússia** deverá ter registado em 2018 o terceiro ano consecutivo de expansão económica após a contração de 2015. Estima-se que tenha crescido 2,3%, uma aceleração face aos 1,6% registados em 2017, com o contributo positivo da recuperação dos preços internacionais do crude e do gás natural, bem como das exportações líquidas.

1.2. PORTUGAL

Portugal registou em 2018 o quinto ano consecutivo de crescimento económico após a crise de 2011/2013. A economia manteve a trajetória de crescimento da atividade, mas em desaceleração. Estima-se que a economia tenha crescido 2,1%, sustentada no contributo do consumo privado, positivamente impactado pela criação sustentada de emprego e no incremento, ainda que moderado, ao nível dos salários. O retalho permaneceu robusto. O investimento, por seu turno, terá crescido a taxa significativamente menor do que em 2017, refletindo o adiamento de alguns projetos financiados por fundos estruturais da UE e a menor execução de investimentos públicos. A procura externa terá evidenciado, por um lado, o menor dinamismo de parceiros tradicionais e, por outro, refletido o efeito de paragens extraordinárias ao nível da indústria. A balança de bens registou um défice superior ao de 2017, sendo apenas marginalmente compensada pelo excedente ao nível dos serviços - as exportações de bens e a produção industrial terão evoluído com menor dinamismo, enquanto o turismo terá observado desaceleração. A rubrica que evidenciou maior progressão face ao registado no ano anterior foi o consumo público que regressou ao ritmo de 2015/16.

Em outubro, a Moody's subiu a notação de rating de Portugal para o nível de *Investment Grade*, alinhando com o que outras duas agências já haviam anunciado no ano anterior. À semelhança dos anos mais recentes, o esforço de consolidação fiscal foi dominante, seguindo-se uma política fiscal moderadamente expansionista. Estima-se que o défice orçamental tenha ficado em 0,6% do PIB, beneficiando de um aumento cíclico de receitas fiscais, de menor montante de juros de dívida, de bom desempenho ao nível da despesa e do desvio entre o investimento público orçamentado e o efetivamente realizado. À semelhança de 2017, a capacidade de financiamento da economia portuguesa foi positiva, mas registou diminuição no ano, espelhando o maior esforço de investimento das empresas não financeiras e o consumo privado acima do rendimento das famílias. O mercado de trabalho manteve a dinâmica de recuperação que vinha evidenciando nos anos recentes, com a diminuição do desemprego, talvez a característica mais notória da recuperação económica recente; a taxa de desemprego terá decrescido para 7,0%, o nível mais baixo desde 2004; com o ano a terminar, terá inclusive diminuído para cerca de 6,7% (dados do quarto trimestre), valores que não eram registados desde 2002. A inflação, atestando a menor pressão ao nível dos preços de consumo, ter-se-á cifrado em 1,4%, ainda que com acentuada volatilidade ao longo do ano.

2. ATIVIDADES OPERACIONAIS POR UNIDADES DE NEGÓCIO (UN)

As empresas que integram o perímetro da Corticeira Amorim encontram-se estruturadas por Unidades de Negócio (UN), com referências às quais se dá conta dos aspetos mais relevantes ocorridos durante o exercício de 2018.

2.1. MATÉRIAS-PRIMAS

A Unidade de Negócios Matérias-Primas atingiu em 2018 um EBITDA corrente de 30,4 milhões de euros (M€), um crescimento de 35% face ao registado em 2017, para o qual contribuíram:

- as unidades preparadoras, que consumiram na primeira metade do ano cortiças adquiridas em 2016 a preços mais competitivos. O resultado apresentado no primeiro e no segundo semestre é, por força deste fator, bastante diferente;
- as unidades de produção de discos, com aumento de atividade e implementação de ações relevantes de eficiência operacional;
- as unidades granuladoras, com aumento de atividade e melhoria dos rendimentos industriais;
- as unidades no Norte de África, que tiveram correções nos preços de transferência às empresas em Portugal.

Em sentido contrário, há a registar o desempenho negativo nas triturações de falca e na operação de compras de cortiça para triturar em Espanha.

As vendas atingiram 186,4 M€, um crescimento de 30,4 M€ face ao ano anterior, impulsionadas pelos aumentos de preço, bem como pela maior quantidade de cortiça vendida para triturar.

De assinalar o aumento das vendas de cortiça para clientes fora do grupo Corticeira Amorim, e que resultam, por um lado, do aumento dos preços e, por outro lado, do aumento da quantidade vendida de granulados e de negócios spot de cortiça crua.

Em linha com o que se previa, a campanha de compra de cortiça amadia em Portugal e em Espanha, em termos de quantidade, foi a mais curta do ciclo, com menos cortiça disponível face à do ano anterior. Ainda assim, e apesar de curta, acabou por se verificar uma extração superior ao esperado, em resultado da antecipação da extração de cortiça cuja extração estava prevista para o ano 2019.

Esta campanha mais curta originou um aumento do preço de compra de amadia de 17% em relação à campanha anterior. Nesta UN, o impacto do aumento do preço e a limitação da quantidade disponível foram ultrapassados graças à atuação nas campanhas de 2016 e de 2017, com a aquisição de quantidades superiores às necessidades de consumo.

O impacto que a campanha de 2018 poderia ter no mercado secundário de cortiças para triturar foi atenuado pela atividade exercida em mercados geográficos alternativos. Mesmo assim, não foi possível manter o equilíbrio dos preços de compra, tendo os mesmos registado, em algumas ocasiões, aumentos na ordem dos 100%.

Na aquisição de falcas, o aumento de preços face a 2017 atingiu os 60%; o pico dos preços foi atingido entre abril e julho, salientando-se que, desde setembro, se tem verificado estabilidade.

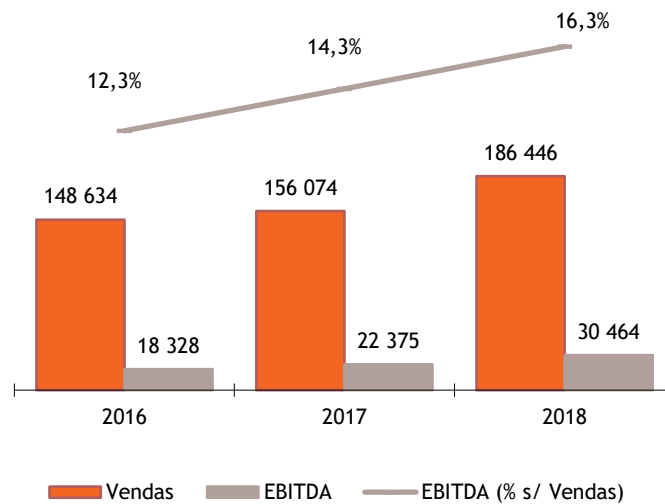
Ao nível da eficiência operacional, o controlo de custos continuou a ser uma prioridade da UN, nomeadamente das várias rubricas de despesas e da negociação das compras, tendo-se também dado continuidade aos projetos de automatização.

Verificou-se um crescimento significativo do capital investido devido essencialmente ao aumento dos stocks e do saldo de clientes.

O ano 2018 foi também marcado pela alteração do posicionamento do Grupo no montado de sobreiro passando a deter e a explorar parcelas de terra, tanto em regime de arrendamento rural como através da exploração de áreas próprias de produção de cortiça. De destacar a aquisição da sociedade Cosabe, cujo principal ativo é a Herdade da Baliza com uma área total de 2866 hectares, na qual se pretende desenvolver plantações suberícolas em modo de produção intensiva e com fertirrega, aumentando a densidade de sobreiros por hectare e potenciando um crescimento mais rápido dos mesmos, reduzindo de forma significativa o tempo necessário para o início de exploração das árvores.

A salientar, também, a concretização, em março de 2018 e em linha com o previsto, da migração de ERP nas unidades em Portugal e em Espanha. O processo de migração ocorreu sem impactos críticos para a atividade da UN, uma vez que não se registou nenhum incidente que tivesse forçado a uma paragem do sistema das suas unidades industriais ou ao fornecimento dos seus clientes. A utilização do SAP na UN está em fase de amadurecimento, sendo ainda cedo para tirar partido das vantagens que este novo ERP poderá trazer. O benefício com esta migração apenas será plenamente atingido quando o projeto se encontrar concluído em todas as unidades do Grupo.

UN Matérias-Primas Vendas & EBITDA



(valores em milhares de euros)

2.2. ROLHAS

Em 2018 registou-se um crescimento significativo da produção mundial face ao nível muito baixo de produção registado no ano anterior:

- Na **União Europeia**, o volume da colheita será 19% maior do que os níveis do ano anterior, destacando-se os expressivos aumentos registados em Itália (+14%), França (+27%) e Espanha (+26%); Alemanha, Roménia, Hungria e Áustria registaram também incrementos importantes da respetiva produção; Portugal registou uma colheita mais reduzida.
- Nos **principais países produtores de vinho fora da União Europeia**, o nível de produção vinificada em 2018 foi superior à média dos últimos cinco anos. Os EUA registaram um elevado nível de produção, confirmando a sua posição como o quarto maior produtor mundial; no hemisfério sul, o Chile registou um aumento da produção de 36%; a Argentina, após 2 anos de produção muito baixa, voltou a um nível elevado em 2018 (+23%); o Brasil e a Austrália, apesar de uma diminuição na produção (-17% e -9%, respetivamente), mantiveram volumes de produção assinaláveis; a África do Sul, penalizada pela seca, registou um decréscimo de produção de 12% (o nível mais baixo de produção desde 2012).

No mercado de vedantes, o impacto desta produção será sentido mais tarde, aquando do engarrafamento.

Estima-se que o consumo global de vinho tenha subido 0,5% em 2018, com a categoria *premium* a crescer 3,5%. A Europa detém a maior quota de vendas de vinho (57,3%), enquanto a América do Norte representa 15,2% e a Ásia-Pacífico 11,3%.

Na Europa, em geral, o consumo de vinho (volume) continua a sua tendência descendente, mas com crescimento do respetivo valor. De referir o impulso da geração *millennial* que, parece consumir mais vinho do que a geração dos seus pais.

A *premiumização* dos vinhos surgiu como um critério fundamental de compra no mercado vitivinícola mundial. O crescente aumento de rendimento disponível e a mentalidade aspiracional da classe média, impulsionam o conceito de *premiumização* entre os consumidores, aumentando a procura por valor e características superiores nos vinhos e, em resposta, tem incentivado os vendedores a adotar também uma estratégia de *premiumização*. Além disso, a

crescente consciencialização e conhecimento dos consumidores sobre diferentes variedades de vinho está a alimentar transferência do consumo em direção a vinhos mais caros; assistindo-se, portanto, ao aumento das vendas e crescimento dos segmentos *premium* nos últimos anos.

As vendas por *e-commerce* estão a ganhar adeptos em todo o mundo, privilegiando o fator conveniência, sendo uma realidade crescente que caracteriza a distribuição de bebidas em geral. Uma nova geração de consumidores *tech-savvy* está a abandonar o mercado tradicional, optando pela conveniência e simplicidade de encomendar *on-line*. A velocidade e a facilidade de serviço oferecidas por várias plataformas de entrega em todo o mundo são fatores fundamentais das compras *on-line*. Adicionalmente, as compras ao produtor vinícola local e nas lojas de bebidas impulsionam estas opções de compra mais convenientes, que reduzem a cadeia de distribuição e os custos a ela associados.

Vinhos *premium* lideram a procura. Na América do Norte, marcas que enfatizam métodos de produção de alta qualidade e conexões baseadas em localização continuam a superar o mercado. Na Europa, o segmento de mercado mais dinâmico continua a ser o *premium*, acima do vinho e bebidas espirituosas, vinho espumante, *whiskey* e *gin*.

Outra tendência a ter em conta, enquanto indústria da cortiça, é o crescimento do movimento de produção de vinhos orgânicos, vinho que usa uvas que não tiveram contacto com pesticidas, fungicidas ou fertilizantes químicos, sem conservantes ou com níveis mínimos dos mesmos. Esta tendência global do consumidor no sector é, em parte, devida à superveniência do conceito "bem-estar", e manifesta-se em consumidores que não só bebem vinhos orgânicos e vinhos com um teor alcoólico mais baixo, mas que compram vinhos *premium*, privilegiando a qualidade em detrimento da quantidade.

A **UN Rolhas** teve mais um ano desafiante, não só para adequar o processo produtivo às alterações de *mix* decorrentes da evolução do mercado, como também para responder ao nível de exigência crescente no serviço, decorrente da forte consolidação a que se assiste na indústria vinícola.

Num ano caracterizado pelo crescimento de vendas acima da média do mercado e por um forte incremento do custo da matéria-prima, a UN investiu de forma significativa no reforço e adequação da capacidade produtiva, na modernização do processo industrial, assim como na inovação associada à qualidade e fiabilidade do produto. As atividades de I&D centraram-se no reforço das vantagens comparativas do produto nobre que é a rolha de cortiça e no seu papel para a sustentabilidade do negócio e do meio ambiente, em sintonia com o produto a que se destina.

Em 2018, a evolução da atividade da UN foi marcada por alguns factos determinantes:

- Evolução significativa do custo da matéria-prima, repercutida parcialmente junto do mercado;
- Incremento da procura de rolhas naturais, com especial destaque para rolhas com o serviço NDtech;
- Reforço da quota de mercado em todas as gamas de produto, especialmente nos produtos microaglomerados;
- Forte investimento no aumento da capacidade produtiva e fiabilidade do produto em todos os segmentos de negócios, antecipando a evolução do mercado e as exigências de serviço;
- Adequação da capacidade produtiva de cápsulas de madeira, através da aquisição da unidade Elfverson;
- Criação de uma instalação própria em NAPA (EUA), reforçando a presença da UN neste mercado;
- Sistematização de práticas de melhoria contínua, nomeadamente no processo de gestão do negócio;
- Processo de digitalização do negócio em curso em todas as áreas da UN, destacando-se a digitalização do processo industrial, comumente designada por Indústria 4.0;
- Processo de benchmarking com o Grupo Bourrassé, com identificação de iniciativas a implementar em 2019;
- Programa de eficiência energética em velocidade cruzeiro, a gerar poupanças importantes, contribuindo para a cultura de sustentabilidade que caracteriza o grupo;
- Implementação do projeto de utilização mais eficiente da matéria-prima cortiça com resultados acima do esperado e a contribuir de forma determinante para a rentabilidade da UN;
- Processo de implementação do novo ERP a bom ritmo e em fase de configuração para o *go-live* no início de 2019.

Em 2018 e face a período homólogo, a UN Rolhas teve um crescimento de vendas de 11,9% (+56,9 M€) para 534 M€. A alteração de perímetro por incorporação das novas sociedades (essencialmente Bourrassé e Sodiliège), teve um contributo de 68,0% no crescimento apresentado.

Considerando igual perímetro, a UN registou um crescimento de vendas de 3,8% em valor, atingindo os 4,8 mil milhões de rolhas vendidas (5,5 mil milhões incorporando a Bourrassé e a Sodiliège), privilegiando-se a valorização do *mix*, prestando um melhor serviço ao cliente e reforçando posições em todos os segmentos de produto.

De realçar um crescimento importante nos mercados tradicionais - França, Itália, Espanha e Portugal - e um reforço da posição concorrencial nos Estados Unidos, Austrália e Reino Unido. Crescimentos também importantes nos mercados de Leste e China; alguma estabilidade no Chile; Alemanha e Argentina com redução de valor, fundamentalmente por via do *downgrade* de qualidade, por um lado, e instabilidade política e cambial por outro.

Em perímetro comparável, no **Segmento Vinhos Tranquilos** o crescimento foi de 5,5% em valor, destacando-se os mercados de França, Estados Unidos, Itália e Espanha, que representaram 79% do crescimento total. Face a um crescimento moderado do consumo mundial de cerca de 0,5%, variando muito consoante o segmento, com destaque para o *high-end*, reforçou-se a posição concorrencial da UN, quer nos mercados tradicionais, quer nos novos mercados de importante potencial de consumo.

As vendas de **Rolhas Naturais** tiveram uma evolução assinalável de 6,7%. Contributo determinante das rolhas com serviço NDtech, com um crescimento de 11,2 M€ face ao período homólogo; um produto importante para a sustentabilidade do negócio, que reforça a imagem da rolha de cortiça natural como a melhor solução de obturação.

As vendas de **Rolhas Neutrocork** tiveram um crescimento de 16,0% face ao período homólogo. No segmento de vinhos tranquilos, este é um produto com um crescimento consistente, apresentando melhorias contínuas de *performance* e uma forte aposta da UN para o futuro. Com uma consistência qualitativa e sensorial a destacar, é uma excelente solução para vinhos de baixa e média rotação, tendo uma relação custo/qualidade bastante aliciante para o mercado. Reforçou o seu posicionamento nos EUA, Itália, França, Chile e, de forma generalizada, em todo o mercado. Tem contribuído de forma determinante para alavancar a imagem da cortiça em detrimento dos vedantes alternativos.

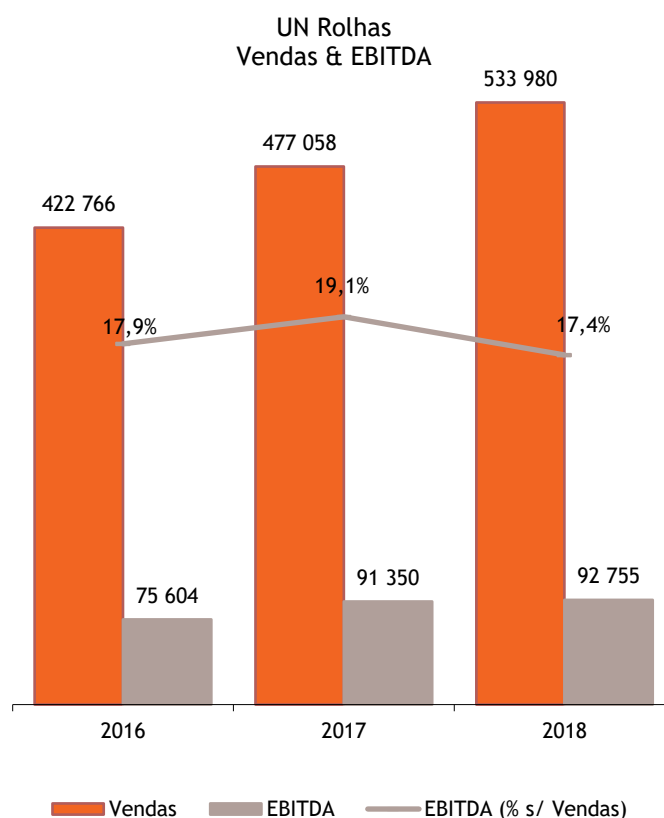
No segmento de **Rolhas Aglomeradas**, regista-se uma alteração importante do *mix*, assistindo-se ao *trading up* com melhoria do *mix* de produto e de clientes. Registou-se um crescimento de 15,9%, com destaque para mercados como a China, França e Itália. O crescimento está suportado pela forte aposta, em 2018, na melhoria sensorial, visual e físico-mecânica, assegurada pela alteração do processo produtivo.

Venda de **Rolhas Twin Top** e **Aquamark** em quebra ligeira, por substituição por outros produtos da UN.

Ainda em perímetro comparável, no **Segmento dos Espirituosos** o crescimento de vendas foi de 12,1% em valor. É um segmento em mutação permanente, onde a inovação é crucial para longevidade do negócio. O *packaging*, segmento onde atua a UN, será também um desafio, tendo em conta a singularidade que caracteriza cada produto.

Os vinhos espumosos têm sido um motor essencial do crescimento do mercado mundial do vinho, sendo de realçar que as *bubbly sales* cresceram 56% em 10 anos - e quase 6% em 2018. Além da popularidade continuada de *prosecco*, o aumento do consumo de espumante foi também influenciado pelos hábitos dos consumidores mais jovens e a popularidade dos rosés. Na UN, as vendas para este **Segmento de Espumosos** cresceram 4,2% em valor.

Neste contexto, a margem bruta da UN registou um crescimento de 9,2% face ao período homólogo. Dentro do mesmo perímetro de 2017, registou-se um decréscimo de 1,6%, explicado pelo forte incremento no custo da matéria-prima. O efeito do aumento de vendas teve um papel determinante para equilibrar a margem, assim como a implementação das medidas associadas ao projeto de utilização mais eficiente da cortiça. As alterações tecnológicas e a industrialização permanente do processo produtivo, em especial ao nível do manuseamento do produto, contribuíram também para um melhor desempenho deste indicador.



(valores em milhares de euros; valores 2017 e 2018 incluem Bourrassé e Sodiliège)

Apesar dos custos operacionais terem registado um aumento de 13,9% face ao período homólogo, foi possível melhorar o rácio de custos sobre vendas que passou de 26,8% em 2017 para 26,1% em 2018, em resultado da melhoria de produtividade. Os principais incrementos registam-se nas rubricas de custos variáveis, nomeadamente nas comissões, trabalhos especializados, subcontratos e materiais diversos; para garantir níveis de serviço, e com a produção sobre forte pressão, foi reforçado o processo logístico, com um impacto importante nos custos de transporte (+7,8% face a 2017). A implementação do programa de eficiência operacional acabou por absorver e permitir, mesmo neste contexto de forte pressão sobre os custos operacionais, um controlo de custos de produção e uma melhoria ligeira no indicador de produtividade.

O EBITDA teve um aumento 1,5% face a 2017; em perímetro comparável, o EBITDA teria registado uma diminuição de 7,4%, essencialmente devido a um aumento excepcional do custo da matéria-prima e, também, ao impacto negativo das diferenças de câmbio (4,6 M€).

As necessidades de fundo de maneo cresceram 16 M€, concentradas num aumento de stocks para suportar a atividade. Os fortes investimentos em aumento de capacidade e melhoria dos processos de negócio também foram determinantes neste crescimento. A rubrica de clientes registou um aumento de 6,4% e 7,4 M€.

2.3. REVESTIMENTOS

Em 2018, as vendas totais da UN Revestimentos ascenderam a 112,2 M€, registando um decréscimo de 7,7% face a 2017, com maior ênfase nos produtos fabricados.

Por mercados, há a registar o decréscimo de vendas nos Estados Unidos e na Rússia; na Alemanha as vendas registaram um crescimento menor que o esperado. A forte competitividade do canal *do-it-yourself*, que representa 30% das vendas na Alemanha, afetou as vendas globais da UN em 3%; nos Estados Unidos foi feito um esforço de abordagem global ao mercado, consolidando o papel da subsidiária Amorim Flooring North America na adaptação local da estratégia da UN, em detrimento da abordagem direta. As dificuldades financeiras do maior cliente na Rússia condicionaram o crescimento esperado. Pela positiva, continua a destacar-se o desempenho na Escandinávia e em Portugal.

Como suporte e fator de potenciação do crescimento de vendas, a UN consolidou o reforço das suas equipas comerciais, projeto iniciado em 2016, bem como a continuada aposta na dinâmica da AR Academy, com um papel-chave no estreitamento das relações com *stakeholders* nas diversas geografias onde se desenvolve a atividade.

Trazendo a ecoeficiência e a sustentabilidade para o topo das vantagens competitivas, a UN iniciou, de forma estruturada, a alteração à forma como apresenta os seus produtos no ponto de venda, privilegiando os referidos argumentos de comunicação com os mercados.

O projeto digital continua presente na agenda estratégica, com a preocupação de enquadramento futuro deste canal, juntamente com a exploração dos canais tradicionais de promoção, divulgação e distribuição na indústria do *flooring*.

Ao nível tecnológico, o ano 2018 foi marcado pela consolidação do investimento no processo de aglomeração de compósitos, dotando a UN de uma capacidade única para combinar a cortiça com outros materiais sustentáveis, abrindo definitivamente a porta ao lançamento de soluções inovadoras e 100% sustentáveis. Foi, também, o ano de preparação para o lançamento do WISE, a apresentar nos principais eventos mundiais de *flooring* (Domotex, Bau e Surfaces).

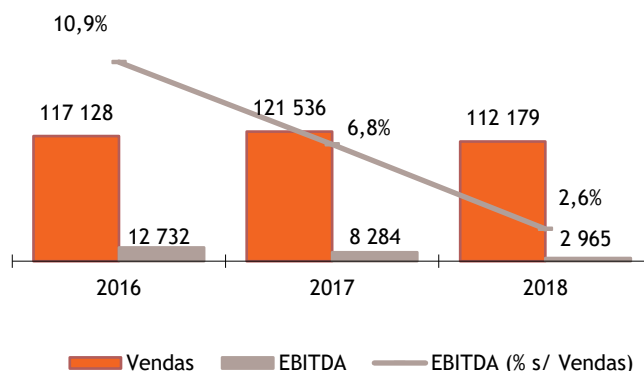
O ano em apreço foi ainda um marco importante na exploração da nova linha *digital printing*, considerada a vanguarda deste tipo de tecnologia, promovendo a melhoria dos acabamentos de superfície.

A imperativa necessidade de aumento da rentabilidade da UN e os desafios do reposicionamento do portefólio de produtos no mercado de *flooring* convergiram numa alteração da equipa de gestão. O ritmo exigido na implementação de ações com impacto ao nível da eficiência operacional, bem como a resposta aos desafios da inovação, capitalizando as novas tecnologias disponíveis e um melhor aproveitamento da matéria-prima cortiça, levaram a uma reorganização da equipa de gestão da área de operações, implementada durante o segundo semestre de 2018, permitindo estabilidade e focalização no novo ciclo. Ao nível da direção geral foi encerrado um ciclo marcado positivamente pela reestruturação da área comercial. Os desafios da nova equipa de gestão passam pelo aumento da eficiência operacional da cadeia de abastecimento, consolidação do desenvolvimento dos novos produtos sustentáveis e aumento da rentabilidade do negócio, através do posicionamento do portefólio de produtos, da exploração de novos canais e de uma maior focalização na margem do negócio.

A UN concluiu também o plano de adequação da estrutura da sua subsidiária na Alemanha, assente em dois pilares: modelo de distribuição e simplificação das áreas de suporte, com exploração de sinergias com a sede em Portugal.

No ano 2018 foram reconhecidos gastos não recorrentes no valor de 1,1 M€ resultantes essencialmente das alterações organizacionais da UN em Portugal e da adequação da estrutura da subsidiária na Alemanha.

UN Revestimentos Vendas & EBITDA



(valores em milhares de euros)

2.4. Aglomerados Compósitos

As vendas da UN Aglomerados Compósitos atingiram 102,2 M€, com um crescimento total de 3,4 M€ face a 2017, apesar do efeito cambial negativo que ascendeu a 1,9 M€ - essencialmente causado pela desvalorização do dólar norte-americano em termos médios anuais - e pela descontinuidade do fornecimento de componentes resistentes à água para os pavimentos da UN Revestimentos, que representou uma quebra de volume de vendas de 4,8 M€.

O EBITDA corrente evidenciou uma quebra de 4,7 M€ face ao ano anterior, o que representa uma variação negativa de 31,3%. O indicador de EBITDA/Vendas situou-se assim nos 10,1% (2017: 15,2%).

A retração do indicador de margem bruta, por motivos essencialmente relacionados com o contexto de matérias-primas de cortiça, constituiu-se como a principal causa deste desempenho, já que o volume de negócios registou, no período em análise, um crescimento de 3,4% face ao ano anterior.

Os objetivos globais de crescimento foram, portanto, atingidos de forma muito positiva na grande maioria das iniciativas traçadas, tendo sobretudo em conta o contexto adverso de imperativa necessidade de reposicionamento de preços no mercado, fruto da conjuntura de custos de aprovisionamento de matéria-prima de cortiça.

Assim, o planeamento e a execução de um conjunto de projetos criteriosamente selecionados e monitorizados, nos *pipelines* comercial e de inovação, permitiram em 2018 a captura de benefícios importantes em termos de volume de negócios, na ordem dos 5,6 M€, designadamente em quatro vertentes:

- Expansão geográfica generalizada em mercados de elevado potencial;
- Réplica geográfica especializada em segmentos prioritários;
- Introdução de novos produtos;
- Identificação e conquista de novos clientes pela via do *market intelligence*.

A generalidade dos segmentos prioritários e relevantes apresentou um desempenho positivo ou neutro em termos de volume de negócios. Contudo, num portefólio de 25 segmentos, acaba por ser quase inevitável que alguns possam registar variações menos favoráveis. No caso em apreço, tal verificou-se em alguns casos relativamente pouco expressivos, com exceção do segmento de *Panels & Composites* em que a conclusão de dois projetos relevantes em 2017 (não repetidos em 2018) implicou um decréscimo de atividade em 2018.

Geograficamente, o balanço é igualmente positivo nos três grandes blocos de mercados desta UN. De realçar a Europa, onde o crescimento foi bastante significativo; na Ásia, foi possível compensar satisfatoriamente a perda de volume que ocorreu no segmento de *Flooring Manufacturers*; na América, o registo de crescimento só não foi superior devido ao já mencionado efeito cambial negativo.

No mesmo sentido do ano anterior, mas numa escala muito superior, os principais indicadores de margens de rentabilidade sobre matérias-primas e custos industriais acentuaram a sua tendência de redução. Como causas para este resultado, para além do referido efeito cambial nas vendas (ainda mais expressivo do que o verificado em 2017) e do reiterado aumento de custos de aquisição de matérias-primas não cortiça, destaca-se uma alteração muito significativa quer do custo de aquisição das matérias-primas de cortiça quer do *mix* e disponibilidade das mesmas, que se traduziu igualmente num agravamento dos custos de incorporação na produção.

Estima-se que apenas estes dois impactos combinados tenham representado uma quebra de rentabilidade superior a 11 M€ (11 pontos percentuais relativamente às vendas). Face a esta realidade, foi necessário reposicionar os preços de venda, cujos aumentos assumiram níveis muito relevantes em vários segmentos e aplicações, designadamente nos produtos granulados (mas não só), e que apenas mitigaram estes impactos negativos, tendo sido também absorvida internamente uma parte muito significativa da perda de competitividade associada a este novo enquadramento das matérias-primas de cortiça.

O ano foi também marcado por um esforço de contenção da generalidade das rubricas de custos, com poupanças assinaláveis nos custos das áreas de *marketing* & vendas, diretos industriais e suporte. Os custos ligados à distribuição (essencialmente transportes) e a suporte industrial (fornecimentos e serviços externos) registaram aumentos.

A evolução das necessidades médias de fundo de maneio continuou o trajeto de otimização que já se tinha verificado em 2017, apesar do aumento do nível médio de inventários que se foi observando ao longo de 2018. Esta evolução positiva permitiu mitigar as necessidades de financiamento associados ao continuado e renovado esforço de investimento em ativos fixos que foi particularmente intenso no exercício em análise.

Ao longo do ano, várias iniciativas estratégicas, algumas de carácter plurianual, foram implementadas, com a participação ativa e alinhada das várias equipas, destacando-se:

- Projetos de crescimento orgânico focados em segmentos prioritários e relevantes, novos clientes, novos produtos em mercados geográficos pouco explorados ou então já pré-existent, mas inexpressivos nos segmentos-alvo;
- Projetos de eficiência operacional, em áreas como a racionalização energética, maximização de rendimentos da cortiça ou automatização de linhas de produção;
- Reposicionamento de preços de venda em função do novo contexto de *mix* e custos de aquisição de cortiça;
- Continuação do “Programa RIO”, programa plurianual de transformação da área de operações da UN, com novos recursos, capacidades, competências e métodos de trabalho, comunicação e alinhamento;
- Primeira fase da implementação da “ACC Academy”, com a construção e teste dos primeiros quatro módulos de conhecimento, centrados na estratégia e em três dos segmentos prioritários;
- Procura e exploração de novas possibilidades de parcerias estratégicas a montante e a jusante da cadeia de valor;
- Desenvolvimento de modelo sistemático e organizado para o tratamento das possibilidades de parcerias, com uma lógica definida para a deteção de oportunidades, um processo de caracterização das mesmas e de seleção com pontos e critérios de aprovação claramente definidos;
- Início da implementação de um projeto plurianual de transformação digital da operação industrial da UN, com a execução das primeiras fases da introdução de um sistema MES (*Manufacturing Execution System*) e a necessária intervenção nas redes e equipamentos industriais a montante;
- Execução da “i-Cork Factory”, com um conjunto de equipamentos de pequena escala industrial que permite abrir a porta à interação da cortiça com novas tecnologias;
- Conclusão da primeira fase do investimento no Projeto de Economia Circular, que dota a UN de condições de produção de novos compósitos, com combinações de cortiça e novas matérias-primas com origens noutras indústrias e que são assim reutilizadas e revalorizadas;
- Projetos de reengenharia de formulações que permitem a manutenção das especificações dos compósitos com cortiça a preços mais competitivos;
- Ajuste da gama de produtos às reais necessidades dos clientes, designadamente no segmento Retalho, por forma a minimizar propostas de valor não alinhadas com tais necessidades;
- Iniciativas de redução de custos, essencialmente nas áreas de Marketing & Vendas (com maior recurso ao digital) e também em projetos corporativos com peso significativo de consultoria externa, que, depois de uma fase de conceptualização e implementação inicial, entram agora numa fase cruzeiro de internalização com custos mais reduzidos.

Em termos de mercados, é possível fazer alguns destaques - maioritariamente positivos, à atividade global da UN. Como habitualmente, a análise centra-se no binómio segmento/geografia, de acordo com a própria lógica organizativa da UN.

Deste modo, em 2018, os segmentos englobados no *cluster* Indústria voltam a reforçar a sua liderança relativa no volume de negócios da UN. Tendo beneficiado de um novo ano de crescimento (aproximadamente 14%), o cluster Indústria representa já 44% das vendas totais.

As principais variações positivas em valor registaram-se nos segmentos *Footwear* (+62%), *Cork Specialists* (+32%) e *Cork & Corkrubber Manufacturers* (+43%). Deste conjunto de segmentos, enquanto o primeiro contraria o resultado negativo obtido em 2017, os restantes repetem o crescimento verificado nesse ano.

Em sentido contrário, no agrupamento de Indústria, refere-se a redução nos segmentos *Panels & Composites* (-33%), *Automotive & Auto Parts* (-8%) e *Other Industrial & Engineering Machinery, Equipment & Parts* (-31%).

O maior segmento do cluster Industrial é o *Multi-Purpose Seals & Gaskets*, que obteve um resultado muito positivo no ano em análise, com um crescimento de 12%.

O *cluster* Retalho mantém-se como o segundo mais importante em vendas, tendo tido novamente um desempenho maioritariamente negativo nas suas principais componentes: *Construction Specialty Retail* (-7%), *Home & Office Specialty Retail* (-22%) e *Accessories & Personal Products* (-50%).

É importante fazer notar que o decréscimo de atividade no *Home & Office Specialty Retail* (também recorrente do ano anterior) traduz, em certa medida, um menor enfoque estratégico deliberado neste segmento.

O maior segmento continua a ser o de *Distributors of Flooring & Related Products*, que acabou por registar novo crescimento, em linha com os anos anteriores, mas desta feita de apenas 1%, em certa medida penalizado pela evolução negativa do câmbio médio do EUR/USD.

Quanto ao terceiro e último cluster, a Construção, a evolução registada é, também ela, bastante positiva, sobretudo se se tiver em conta a redução de 6,2% que se verificou em 2017. No segmento de Resilient & Engineered Flooring Manufacturers inclui-se o fornecimento à UN Revestimentos de componentes para pisos; estes componentes passaram em 2018 a ser produzidos pela própria UN de Revestimentos, com um impacto negativo de 4,8 M€ nas vendas da UN Compósitos, em comparação com 2017. Excluído este movimento intragrupo, a variação do agrupamento Construção é positiva e ascende a 19%, o que representa um desempenho notável.

Depois da ligeira quebra de atividade registada em 2017, o volume de negócios retomou em 2018 a tendência de crescimento que vinha desenhando desde 2015.

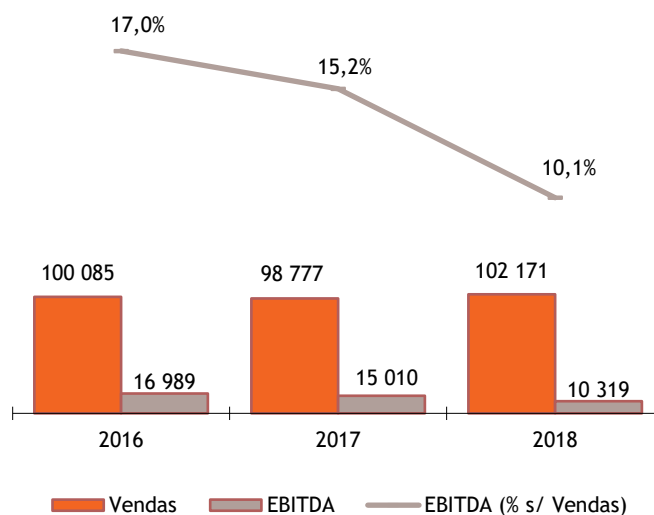
Este resultado é particularmente positivo se se tiver em consideração dois efeitos adversos que se materializaram em 2018 com impacto bastante relevante: o efeito cambial negativo e a transferência da produção do *core layer* hidrófugo integrado nos pisos da UN Revestimentos. Na verdade, graças aos expressivos benefícios capturados nos projetos de crescimento e graças ao esforço de implementação de uma política de preços de venda mais consentânea com os acrescidos custos de aquisição de cortiça, foi possível manter um ritmo de crescimento orgânico compatível com as ambições da UN.

Ainda assim, apesar de todo um conjunto de iniciativas destinadas a garantir resultados de curto-prazo - e que tiveram um impacto positivo muito significativo, não foi possível evitar totalmente a quebra de margem bruta. O aumento de custo de incorporação de matérias-primas - cortiça em muito maior escala, mas também não cortiça, não foi totalmente compensado, o que acabou por ser determinante na redução do EBITDA quando comparado com o ano anterior.

No que diz respeito ao investimento, o volume de recursos afetos voltou a aumentar novamente de forma clara, tendo atingido os 6,6 M€ no período em análise, mais 1,9 M€ do que no período homólogo anterior. Principais destaques:

- Projeto de Economia Circular (granulação e aglomeração);
- Reconstrução da caldeira;
- Primeira fase do projeto de Indústria 4.0 (implementação MES, upgrade de redes industriais e *retro-fitting* de equipamentos industriais);
- Terrenos para ampliação de instalações industriais;
- Movimentações de moldes e carros nas aglomerações de blocos;
- i-Cork Factory (tecnologias diversas);
- Alterações na rede de termofluído e caldeiras de vapor.

UN Aglomerados Compósitos Vendas & EBITDA



(valores em milhares de euros)

2.5. ISOLAMENTOS

A UN apresentou, no exercício de 2018, vendas de 12 M€, o que consubstancia um aumento do volume de vendas nos diversos mercados de cerca de 13,1% face ao período homólogo. Excluindo as vendas destinadas ao grupo Corticeira Amorim, o crescimento foi de 6,2%. O aumento de preços vai de encontro à nova realidade do mercado da matéria-prima (cortiça) cujos preços são, também, mais elevados.

A margem bruta do exercício de 2018 registou uma quebra de 12,2 pontos percentuais face ao ano transato, uma variação fortemente influenciada pelo aumento significativo do preço da matéria-prima.

O EBITDA ascendeu a 0,6 M€, representando uma quebra de 61,8% face ao período homólogo. Esta evolução negativa encontra-se diretamente associada à já referida quebra da margem bruta, ainda que se tenha verificado igualmente um aumento geral dos custos operacionais.

Durante 2018, a UN desenvolveu um conjunto de iniciativas visando potenciar a sua atividade e liderança na disponibilização de produtos e soluções do aglomerado de cortiça expandida, aumentando a sua notoriedade e a perceção do seu real valor. Desta forma, destacam-se as seguintes iniciativas:

- **Uma praça de verão no Centro Cultural de Belém (CCB):** da autoria do conceituado atelier de arquitetura Promontório, que concebeu uma instalação criativa/inovadora utilizando blocos e placas de aglomerado expandido de cortiça da UN, resultou num espaço pleno de natureza e de demonstração das diversas formas de como este material 100% natural pode ser utilizado.

O espaço lúdico/didático foi visitado diariamente por milhares de pessoas durante os meses de Verão;

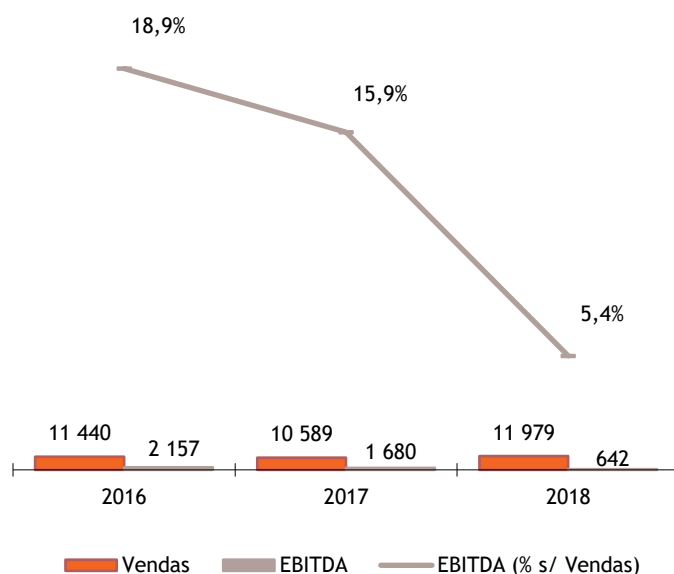
- **7.ª Conferência Internacional da Amorim Isolamentos,** um evento bienal que juntou durante dois dias cerca de 100 especialistas da área, oriundos de 18 países. Na conferência, que decorreu no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, foram apresentados inúmeros *case studies* sobre a utilização da cortiça nas funções de isolamento térmico e acústico, bem como novos conceitos de isolamento e aplicações inovadoras, como o caso das fachadas e coberturas ajardinadas. Foi, também, abordada a aplicabilidade deste material no *design* de interiores e exteriores, assim como enfatizadas as credenciais de sustentabilidade da cortiça, um produto

100% natural e de durabilidade praticamente ilimitada. No decorrer do evento foi ainda possível visitar a unidade industrial da UN em Vendas Novas, e dar a conhecer as mais recentes novidades de tecnologia de produção, assim como consolidar conhecimentos sobre as características técnicas da cortiça;

- **15.º Congresso dos Arquitetos**, realizado em Lagoa (Algarve), entre os dias de 25 a 27 de outubro, organizado pela Ordem dos Arquitetos, com a participação da UN que cedeu aglomerado de cortiça expandida cuja performance térmica e acústica permitiu criar excelentes condições para a realização de várias apresentações de foro técnico no decorrer do evento. A Ordem dos Arquitetos considerou importante a apresentação da cortiça desta UN, que enriqueceu o espaço e permitiu a todos usufruírem de uma área de exposição com grande atratividade e sobriedade, muito apreciada pelos Congressistas;
- **Festival Eurovisão 2019 | Espaço Eurovision Village** - um espaço de entretenimento, em pleno Terreiro do Paço (Lisboa), acolheu as iniciativas paralelas do Festival. A cenografia do espaço foi construída com 500 blocos de cortiça da UN, um projeto da autoria do estúdio Mood, viabilizado pelo envolvimento da UN.

No que respeita à eficiência operacional, foram realizadas várias otimizações a nível industrial, havendo um controlo mais rigoroso dos custos e fazendo investimentos para potenciar a performance das unidades industriais.

UN Isolamentos Vendas & EBITDA



(valores em milhares de euros)

3. PROJETO DE INTERVENÇÃO FLORESTAL

Desde 2013 que a Corticeira Amorim tem em curso um conjunto de medidas e de ações num programa estruturado a longo prazo, que denomina de Projeto de Intervenção Florestal, que visa assegurar a manutenção, preservação e valorização das florestas de sobreiro e, conseqüentemente, assegurar também a produção contínua de cortiça de qualidade.

Sob o mote “Cuidar do presente, construir o futuro”, o projeto tem sido desenvolvido em estreita parceria com produtores florestais e instituições de investigação nacionais e internacionais, o que tem permitido acumular um vasto conhecimento científico e técnico sobre novas práticas agrícolas com elevado potencial para o desenvolvimento do sobreiro e incremento da respetiva produtividade, para a melhoria do material vegetal utilizado nas plantações e para o combate a pragas e doenças.

Os projetos de investigação seguem o seu curso, continuando as equipas de investigação a produzir conhecimento que permitirá introduzir a curto prazo novos modelos de silvicultura para a gestão dos povoamentos de sobreiro e a médio/longo prazo garantir a qualidade das plantas que são utilizadas nas operações de reflorestação.

Com base no conhecimento já existente, a Corticeira Amorim decidiu investir na instalação de povoamentos de sobreiro em modo intensivo e com fertirrega. Neste sentido, o ano 2018 ficará marcado na história da empresa pela realização do seu primeiro investimento em propriedade florestal, adquirindo a sociedade Cosabe - Companhia Silvo-Agrícola da Beira, S.A. cujo principal ativo é a Herdade da Baliza situada na zona de Castelo Branco/Tejo internacional, com uma área total de 2866 hectares.

Nesta Herdade, a Corticeira Amorim pretende investir no montado e colocar em prática, com carácter demonstrativo, todas as novas técnicas de instalação e condução de povoamentos de sobreiro com o objetivo de aumentar a produtividade e rentabilidade dos mesmos.

4. INOVAÇÃO, INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO

Na trajetória de crescimento e de expansão da atividade económica da Corticeira Amorim e, em particular, decorrente da estratégia de negócio proactiva orientada para o investimento contínuo em investigação e desenvolvimento e inovação (I&D), cada uma das Unidades de Negócios da Corticeira Amorim desenvolveu ao longo do tempo competências próprias de I&D, em paralelo com um polo aglutinador de competências da componente I&D, incorporado na Amorim Cork Research.

4.1. MATÉRIAS-PRIMAS

Ao nível dos projetos de I&D, a equipa continuou focada na erradicação dos defeitos sensoriais da cortiça, dando seguimento aos projetos iniciados em anos anteriores. Em 2018 foi estudado e desenvolvido um equipamento em escala industrial que permitirá em 2019 eliminar os defeitos sensoriais na cortiça.

De destacar ainda:

- A automatização do processo de preparação de cortiça, com vista ao aumento de eficiência destas áreas que tradicionalmente recorrem ao uso de mão-de-obra intensiva; a introdução de tecnologia permitirá reduzir custos e objetivar a análise da cortiça;
- Teste de conceitos inovadores que, quando implementados, permitirão uma significativa redução de custos e o melhor aproveitamento da cortiça nas operações de fabricação de discos, de rebaxe e de retificação.

4.2. ROLHAS

O ano 2018 foi um ano de grandes progressos na **resolução do problema do TCA** com escala industrial.

No que concerne à tecnologia NDtech, de grande sucesso no mercado, fruto de melhorias substanciais nos equipamentos bem como de otimizações realizadas no processo produtivo, foi possível aumentar significativamente a sua aplicação em relação ao ano anterior, com um aumento de capacidade e conseqüente aumento de rolhas com este serviço NDtech.

O **aumento do conhecimento da interação vinho/rolha** é um aspeto fundamental para a correta preconização das rolhas, para a qual muito depende o tipo de vinho, o tipo de gargalo e o tempo de estágio em garrafa. Assim, em 2018 decorreram projetos com universidades nacionais e internacionais para melhor perceber a *performance* comparativa entre rolhas de cortiça e outros obturadores perante vinhos de diferentes tipos; ambientes de armazenagem contaminados com compostos voláteis, eventualmente capazes de penetrar através dos vedantes, nomeadamente dos vedantes sintéticos; identificação de novos marcadores de envelhecimento dos vinhos vedados com rolhas naturais e tecnológicas e outros dados de importância relevante para a preconização acima referida.

Foi obtida a aprovação FDA (Food and Drug Administration) nos Estados Unidos para as rolhas técnicas produzidas com colas normalmente usadas pela UN Rolhas, e já há muito aprovadas na Europa para contacto alimentar; estudados com sucesso novos tipos de matérias-primas.

Ao nível do **desenvolvimento do produto**, projetos de otimização da lavação de rolhas, não só no que se refere à qualidade da lavação, mas também aos aspetos ambientais associados à mesma, novos processos de colmatagem e a otimização da marcação de rolhas são bons exemplos da atividade de IDI nesta importante área de desenvolvimento e inovação da UN.

Uma profunda revolução tem ocorrido nos processos produtivos, tendo em vista o significativo aumento de produtividade e a melhoria da qualidade.

A inovação tem sido também uma constante da unidade de rolhas capsuladas, a qual se tem afirmado como fornecedor global de componentes de embalagem para bebidas espirituosas. Em 2018, foram realizados vários projetos de inovação como o desenvolvimento de acabamentos por pintura com efeitos especiais e novos tratamentos de superfície para rolhas de cortiça. Foram ainda criadas as competências internas para a produção e decoração de cápsulas de madeira.

Criaram-se novas coleções de design de rolhas capsuladas - o MAC series e o SPICEBOX series - apresentadas na LUXEPACK Mónaco 2018. A série SPICEBOX series foi registada como modelo de utilidade.

4.3. REVESTIMENTOS

Em 2018 a UN lançou uma nova coleção de visuais de madeira, produzida na nova tecnologia de impressão digital instalada em 2017, e que permite a utilização de ficheiros com uma resolução até 1000dpi e, assim, a oferta de visuais ainda mais realistas na gama Artcomfort. Nesta coleção os biselados passam a ser impressos simultaneamente com a face superior o que torna os visuais ainda mais reais.

Em simultâneo com os novos visuais foi lançado um novo acabamento de superfície, de cura UV, que permite ganhos de eficiência significativos no processo de envernizamento, sem se perderem as características de resistência ao uso do verniz para *digital printing* anteriormente utilizado.

Na gama Hydrocork foram lançados novos visuais de madeira alinhados com as tendências de mercado. Nesta gama, passou também a estar disponível uma nova largura de réguas (190 mm); esta nova medida foi identificada pelos mercados como induzindo uma perceção de valor superior à que existia (145 mm).

Em termos de produto, o foco esteve no projeto SUBERTECH, com o objetivo de desenvolver um aglomerado de cortiça resistente à água, 100% isento de PVC, emissões reduzidas, passível de ser maquinado, com desempenho acústico e térmico superior a qualquer HDF, WPC ou PVC maciço e, ainda, com uma pegada de carbono negativa. A utilização da cortiça e de polímeros reciclados foram os fatores determinantes para a obtenção desse objetivo. O projeto visa a disponibilização de três versões distintas: visual cortiça, visual madeira *digital printing* e visual madeira em filme não PVC. Todas soluções serão possíveis de ser recomendadas para zonas comerciais de médio tráfego, classe 33.

4.4. AGLOMERADOS COMPÓSITOS

Nesta UN, os principais focos de atividade de inovação em 2018 foram a dinamização do projeto de economia circular, o desenvolvimento de novas tecnologias para o processamento de compósitos de cortiça e o desenvolvimento de novas aplicações.

As duas primeiras áreas de intervenção permitiram prototipar e desenvolver um conjunto de novos materiais compósitos, centrados nas características intrínsecas da cortiça, mas associando-a a outros materiais naturais ou sintéticos, “prime” ou provenientes de outros subprodutos industriais. A UN Aglomerados Compósitos vem, assim, associar-se de forma indelével às novas tendências de sustentabilidade, sinergias industriais e da economia circular.

Este esforço foi permitido pelo arranque efetivo de uma unidade piloto para a inovação, denominada i.cork Factory, onde foram já desenvolvidos materiais para diversas aplicações, cujo denominador comum é a cortiça e os seus atributos, mas recorrendo quer a materiais reciclados, quer a novos materiais e com novas tecnologias de processamento.

Do ponto de vista do capital humano, de destacar também as colaborações, estágios e doutoramentos em empresa, em realização na i.cork Factory, espaço de encontro para desenvolver a nova cortiça.

Estes projetos configuram o esforço desenvolvido para corresponder à missão da UN em termos de valorização da cortiça e ampliação do portefólio de materiais e aplicações. A gestão do ciclo de vida dos produtos, os compósitos à base de cortiça e as novas tecnologias continuarão a ser prioridade nos anos vindouros, assim como a procura de novas aplicações, rentáveis e sustentáveis para a empresa.

4.5. ISOLAMENTOS

A UN Isolamentos, em parceria com o IteCons, tem em curso o projeto Evaporcork que estuda o arrefecimento evaporativo passivo de fachadas e visa:

- Desenvolvimento de um novo sistema evaporativo (sem integrar equipamentos mecânicos de ventilação), capaz de promover o arrefecimento de fachadas revestidas com aglomerado de cortiça expandida para isolamento;
- Integração de um sistema de irrigação e sensores para controlo e automação, por forma a garantir um correto humedecimento da cortiça em função das condições ambientais e climáticas;
- Incorporação do sistema de recolha de águas pluviais (sujeitas a filtragem), quando as condições climáticas o justifiquem, e um sistema de recolha de água excedentária para a respetiva recirculação;
- Estudo da viabilidade de este sistema integrar sensores com vista à deteção e mitigação do desenvolvimento de incêndios.

Trata-se, pois, de um projeto para uma solução construtiva inovadora e para a integração da cortiça em aplicações de maior valor acrescentado.

5. AMORIM CORK VENTURES

Em 2018 a atividade da Amorim Cork Ventures (ACV) esteve direcionada sobretudo para o desenvolvimento e expansão das *startups* em que já detém participação. Apesar de não ter promovido concursos ou programas de pré-aceleração (como em anos anteriores), a empresa continuou a receber e a analisar dezenas de propostas ao longo do ano. Das propostas analisadas, resultou o apoio na prototipagem de algumas soluções em que a cortiça surge como elemento diferenciador, mas só a partir de 2019 se poderá determinar os resultados deste apoio e se desses projetos resultarão novos investimentos/*startups*.

Em julho de 2018, a ACV deixou de ser sócia da Primalynx (responsável pela conceção da iogurteira multifunções mais ecológica do mundo - o YogurtNest), que passou a ser totalmente detida pelos empreendedores que estiveram na base desta *startup*. A ACV orgulha-se de ter estado no arranque deste projeto que evidencia as inúmeras vantagens associadas à utilização da cortiça, sendo de realçar o seu contributo para a denominada economia de baixo carbono e economia circular, a par da promoção de uma alimentação saudável.

No âmbito das três *startups* que integram o portefólio da ACV, ao longo do ano foram implementadas medidas de melhoria nos respetivos processos a par do continuado esforço comercial com vista ao crescimento das respetivas soluções de cortiça, sendo de destacar:

5.1. ASPORTUGUESAS

ASPORTUGUESAS lançaram no mercado uma coleção de chinelos *flip-flop* de cortiça assinada por Garrett McNamara. A nova coleção apresenta-se com um forte compromisso de responsabilidade social, na medida em que na venda de cada par d'ASPORTUGUESAS, um euro reverte para Centro de Acolhimento de órfãos da Nazaré.

A marca ASPORTUGUESAS lançou, também em 2018, a sua primeira coleção de sapatos outono/inverno, denominada City. A nova coleção foi desenvolvida a partir de uma inovadora sola de cortiça, que se apresenta como a grande proposta de valor d'ASPORTUGUESAS. À sola de cortiça junta-se o feltro natural, um design contemporâneo, diversas conjugações de cores e uma ergonomia que dispensa o uso de elásticos, fechos ou atacadores. Ainda em sintonia com as coleções de verão, mantém-se a tipologia de mono produto unissexo.

O ano 2018 é o primeiro exercício completo a refletir os efeitos da entrada do Grupo Kyaia, que se traduziu num significativo crescimento das vendas e na entrada da marca em inúmeros mercados internacionais, exportando atualmente para todos os continentes.

5.2. GRŌWANCORK

A cortiça é um material que, tecnicamente, responde aos requisitos do sector da refrigeração, com a mais-valia de ser ecológico. A gama de produtos Grōwancork visa abranger toda a indústria de refrigeração comercial, ou seja, os maiores fabricantes de vitrinas expositoras refrigeradas e aquecidas, murais, centrais de refrigeração e ventilação, com forte incidência no canal HORECA (hotelaria, restauração e cafés), bem como em médias e grandes superfícies de distribuição alimentar.

O ano 2018 representou um período de grande aposta na relação com os *stakeholders*, perspetivando-se a concretização de parcerias, que visam difundir este conceito inovador em novos mercados para aplicações no sector da refrigeração.

Com vista à diversificação do portefólio, a Grōwancork tem apostado no desenvolvimento de novas aplicações para outros sectores de atividade, como o sector da construção ou fabrico de outros equipamentos que incorporem soluções de isolamento térmico e/ou acústico.

5.3. SUGO CORK RUGS

A marca SUGO CORK RUGS conjuga no mesmo produto duas forças da indústria portuguesa, a cortiça e a tecelagem de tapetes, tornando-se cada vez mais uma referência de ecodesign neste segmento de atividade.

Em 2018 registou-se um crescimento importante das vendas, tendo-se difundido o conceito, marcadamente inovador e versátil, dada a combinação de cortiça com o linho, a lã e o algodão em designs inovadores e adaptados às exigências do mercado, cada vez mais preocupado com o impacto ambiental dos produtos e com a qualidade do ar interior das habitações.

A aposta em mercados internacionais que valorizem o ecodesign marcou o ano 2018, com os SUGO CORK RUGS a marcarem presença em feiras internacionais de referência, tais como: Interior Lifestyle, Living Tokyo (Japão), Maison & Object (França), Toronto Gift Fair (Canadá) e ICFF Fair (EUA). Estas participações resultaram num aumento da visibilidade mediática dos produtos, bem como no aumento das exportações para países do Médio Oriente, Europa, América do Norte e América do Sul.

No ano em apreço foi realizado um importante trabalho de pesquisa de novas parcerias, com vista à entrada da empresa num novo ciclo de crescimento internacional. Desse trabalho, não surgiram ainda os resultados e parcerias ambicionadas, tendo sido criadas boas bases para que tais parcerias possam ser materializadas a partir de 2019.

6. ABORDAGEM À SUSTENTABILIDADE

6.1. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Corticeira Amorim desenvolve a sua atividade com base na cortiça - uma matéria-prima 100% natural, extraída ciclicamente das árvores sem as danificar. A cortiça promove a sustentabilidade económica e social de zonas em risco de desertificação, favorecendo ainda a preservação do montado de sobro - um dos *hotspots* mundiais de biodiversidade, que presta inúmeros benefícios ambientais: seja na retenção de CO₂, em termos de proteção contra os incêndios, enquanto regulador do ciclo hidrológico dos solos ou evitando a sua erosão.

6.2. IMPACTO POSITIVO

A atividade da Corticeira Amorim é positiva para o clima: um estudo visando o cálculo e a verificação independente da sua pegada de carbono concluiu que, considerando o efeito de sumidouro do montado de sobro, viabilizado pela extração da cortiça e pela indústria da cortiça, a atividade da empresa resulta num sequestro anual de carbono que supera em mais de 15 vezes as emissões de gases de efeito de estufa de toda a cadeia de valor.

6.3. COMBATE ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

O sobreiro contribui largamente para o sequestro biológico de CO₂, utilizando as suas raízes, folhas, tronco e casca (cortiça) para o armazenar ao longo de toda a sua vida, que pode ultrapassar os 200 anos. Os produtos de cortiça

mantêm esta capacidade de armazenamento ao longo de todo o seu ciclo de vida, apresentando um contributo importante na redução da pegada de carbono de produtos finais.

As conclusões de um grupo de investigadores do Instituto Superior de Agronomia (ISA) não deixam dúvidas quanto ao importante papel do sobreiro e do ecossistema que o envolve: por cada tonelada de cortiça produzida, o montado sequestra mais de 73 toneladas de dióxido de carbono.

Com o objetivo de continuamente identificar medidas de eficiência e otimização operacional de energia a Corticeira Amorim implementou, em 2018, 84 medidas que resultaram, juntamente com o *mix* energético utilizado, em 72 mil toneladas de dióxido de carbono evitadas.

6.4. ECONOMIA CIRCULAR

A Corticeira Amorim procura constantemente otimizar o consumo de todos os materiais utilizados na produção, retirando daí as vantagens a nível ambiental e económico. No que diz respeito à matéria-prima cortiça tem implementado um processo produtivo integrado, através do qual não há desperdícios de cortiça. Na verdade, este conceito que atualmente está na base da Economia Circular remonta, na Corticeira Amorim, a 1963, ano em que se criou uma empresa com o objetivo de valorizar os subprodutos da produção de rolhas de cortiça, que até então eram apenas residualmente aproveitados. Até os granulados mais pequenos são usados como uma importante fonte de energia. Atualmente, mais de 65% da energia consumida, sobretudo nos processos produtivos, advém do pó de cortiça e de outras biomassas.

Sendo a cortiça um material que promove sinergias com outros materiais e subprodutos, além do aproveitamento total da cortiça, e sempre que é viável, opta pela utilização de materiais reciclados de outras indústrias, poupando recursos naturais existentes no planeta e reduzindo os problemas associados à sua eliminação.

A empresa apoia também várias iniciativas para recolha e reciclagem da cortiça nos cinco continentes e, apesar de nenhuma árvore ser cortada durante todo o processo produtivo, alguns desses programas, particularmente o programa Green Cork em Portugal, revertem a favor da reflorestação de áreas em risco com árvores autóctones, nomeadamente, sobreiros. Em 2018, foram recicladas, através dos vários programas ativos, cerca de 478 toneladas de cortiça.

6.5. BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

A Corticeira Amorim reconhece a gestão sustentável do montado de sobreiro como uma prioridade estratégica. Neste âmbito, entre outras iniciativas, procura sensibilizar os proprietários agroflorestais para a conservação dos montados de sobreiro e para a adoção de boas práticas que melhorem os serviços fundamentais que os ecossistemas prestam a toda a população, seja ao nível da retenção de carbono, da formação de solo, da regulação do ciclo da água ou da proteção da biodiversidade, estimulando as boas práticas agrícolas e florestais. Foi, também, pioneira na obtenção dos primeiros certificados do Forest Stewardship Council (FSC) de cadeia de custódia na indústria da cortiça. No final de 2018, a Corticeira Amorim tinha 29 estabelecimentos (industriais e/ou de distribuição), cuja cadeia de custódia estava certificada de acordo com esta importante norma internacional.

6.6. OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

Em 2018, a Corticeira Amorim procedeu à revisão da estratégia de desenvolvimento sustentável com base na análise da materialidade, de forma a promover o alinhamento com as expectativas e feedback dos *stakeholders*. Procedeu ainda à identificação dos ODS mais relacionados com os temas materiais, selecionando indicadores de desempenho e metas-chave para cada ODS relevante. Foram assim identificados 12 ODS e 44 metas como sendo prioritários para a estratégia de desenvolvimento sustentável da Corticeira Amorim.

6.7. SISTEMAS DE GESTÃO

A Corticeira Amorim mantém a ênfase no alinhamento de diferentes subsistemas de gestão promotores de eficiência e a sua integração nas perspetivas estratégicas do *balanced scorecard*, como importante garante do desenvolvimento sustentado da sociedade. Para garantir uma gestão efetiva dos aspetos ambientais e sociais, orientada para a concretização dos objetivos estratégicos, as empresas do Grupo implementaram as políticas e os sistemas de gestão mais adequados aos riscos não financeiros que as suas atividades integram ou às oportunidades emergentes nos mercados em que operam. O ano 2018 destaca-se pela consolidação deste importante alinhamento, com a renovação de certificações de diferentes subsistemas de gestão, nas diferentes empresas.

Apresenta-se de seguida um quadro resumo com esses sistemas de gestão, que não dispensa a consulta dos respetivos certificados.

Empresa (País)	Práticas Rolheiras			Qualidade	Ambiente	Energia	Segurança Alimentar						Produtos Florestais Cadeia de Custódia		Segurança e Higiene no Trabalho		
	SYSTECODE			ISO9001	ISO14001	ISO50001	ISO 22000	FSSC 22000	HACCP	IFS Standard	IFS Broker	BBEIE	BRC	FSC	PEFC	OHSAS ISO 18001	ISO 45001
	Base	Premium	Excellence								PAC						
UN Matérias-Primas																	
Amorim Florestal (Portugal)		x10		x15	x5									x10			X13
Amorim Florestal España (Espanha)		X												x11			
Temarroc (Marrocos)	x																
Comatral (Marrocos)	X																
Amorim Tunisie (Tunisia)	x																
UN Rolhas																	
Amorim & Irmãos (Portugal)		x1	x2	X1	x6	x7	x8	x6	x14					x12			
Amorim Top Series (Portugal)		x	x	x	x13	x	x							x			
Francisco Oller (Espanha)		x	x	x	x			x						x			
Corchos de Argentina (Argentina)								x13									
Amorim Australasia (Austrália)										x							
Korken Schiesser (Áustria)										x			x14				
Amorim Cork América (EUA)										x				x			
Portocork América (EUA)										x14							
Amorim Cork Deutschland (Alemanha)				x						x				x			
Amorim Cork Italia (Itália)		x	x	x										x	x		
Amorim Cork South Africa (África do Sul)													x	x			
Amorim France (França)		x	x	x3			x 16			x 16				x 16			
Amorim Top Series France (França)			x	x						x							
Portocork France (França)																	x
Portocork Itália (Itália)												x		x		x	
Hungarokork Amorim (Hungria)				x													
Industria Corchera (Chile)											x						
Victor & Amorim (Espanha)								x									x
UN Revestimentos																	
Amorim Revestimentos (Portugal)				x17	X13									x			X13
Amorim Revestimentos (Alemanha)														x			
Amorim Benelux (Holanda)														x			
Amorim Deutschland (Alemanha)														x			
Domkorkowy (Polónia)																	
UN Aglomerados Compósitos																	
Amorim Cork Composites (Portugal)	x			x	x	x13								x	x	x	
Amorim Cork Composites (EUA)				x													
Corticeira Amorim France (França)														x	x		
Amorim Compocork (Portugal)														x	x		
UN Isolamentos																	
Amorim Isolamentos (Portugal)				x4										x9			

UI - Unidades Industriais;

1) UI-Lamas, UD-Amorim Distribuição, UI-De Sousa, UI-Portocork, UI-Champcork, UI-Equipar, UI-VL; 2) UD-Amorim Distribuição, UI-Portocork, UI-Champcork, UI-Equipar; 3) UD-Esynes; 4) UI-Mozelos, UI-Silves; 5) UI-Coruche; 6) UD-Amorim Distribuição; 7) UI-Lamas, UI-Champcork, UI-De Sousa, UI-Equipar; 8) UI-De Sousa, UI-Equipar, UI-Champcork, UI-Portocork; 9) UI-Mozelos, UI-Vendas Novas; 10) UI-Ponte Sôr, UI-Coruche, UI-Salteiros; 11) UI-S V Alcantara; 12) UI-Lamas, UD-Amorim Distribuição, UI-Champcork, UI-Portocork, UI-De Sousa, UI-Equipar; 15) UI-Ponte Sôr, UI-Coruche; 16) UD-Esynes, UD-Champcork; 17) UI-Lourosa, UI-SP Oleiros

(13) - Em progresso; (14) - Prática assegurada

Todos estes aspetos são endereçados pelos compromissos de sustentabilidade assumidos pela empresa, que os divulga desde 2006. Os mais recentes podem ser consultados em detalhe no capítulo Relatório de Sustentabilidade 2018. A informação é apresentada de acordo com a mais recente versão das diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) - GRI Standards, cuja transição foi concluída em 2017, estando o referido relatório elaborado de acordo com o nível Core.

7. GESTÃO DE PESSOAS

No âmbito da Gestão de Pessoas, o ano 2018 seguiu a tendência dos anos anteriores: forte atividade, grande ênfase no recrutamento das competências adequadas e aumento do efetivo. Também a comunicação interna assumiu uma especial relevância; o investimento realizado em plataformas e sistemas digitais procura responder e antecipar necessidades em termos de disponibilidade, rapidez e acessibilidade de informação.

O desenvolvimento contínuo das pessoas e das equipas, a mobilização dos recursos e a procura de dar resposta, de um modo customizado, a diferentes segmentos da população de Colaboradores foram objetivos predominantes e traduziram-se em ações específicas.

Também no exercício em apreço, iniciou-se a implementação de um Plano de Objetivos e Ações para a área da segurança, com medidas e investimentos que se consideram fundamentais para fomentar um desempenho de excelência nesta área basilar da atividade.

Quase toda a produção industrial, bem como as sedes das UN da Corticeira Amorim estão localizadas em Portugal. Assim, a maioria dos 4448 Colaboradores com que o Grupo contava em 31 de dezembro de 2018 está concentrada nesta região: 3232. Tendo em conta o carácter exportador da empresa, compreende-se que as suas filiais estrangeiras registem sobretudo uma concentração de equipas comerciais. Espanha, França e Estados Unidos registam, respetivamente, a segunda (6%), a terceira (4,5%) e a quarta (4,5%) maior concentração de Colaboradores.

A idade média dos Colaboradores situa-se nos 44 anos, a representação dos géneros feminino e masculino são, respetivamente, 25% e 75% e nove anos de escolaridade são as habilitações de cerca de metade da população de Colaboradores.

7.1. RECRUTAR, REJUVENESCE E CAPACITAR

- Forte recrutamento nas áreas de produção, ligado às necessidades e variações de produção

Todos os novos recrutamentos se fazem à luz de critérios cada vez mais exigentes em termos de qualificação de base e dos requisitos e adequação dos perfis de experiência e comportamentais. A generalidade das Unidades Industriais exige, para funções de operador industrial, habilitações ao nível do 12º ano de escolaridade e, em alguns casos, perfis técnicos mais qualificados. O recrutamento de jovens é uma necessidade, uma vez que o rejuvenescimento da força de trabalho é um objetivo assumido.

A seleção de perfis para outras áreas (comercial, técnica) é cada vez mais customizada e específica, nomeadamente em competências tecnológicas, incluindo algumas em que o mercado de trabalho é escasso.

Cada vez mais o recrutamento é de médio prazo, visando-se a identificação de potencial que possa ser desenvolvido internamente.

No ano 2018 as empresas da Corticeira Amorim recrutaram mais de 400 novos Colaboradores.

7.2. DESENVOLVER, APROXIMAR E MELHORAR PROCESSOS

- Foco no conhecimento, nas habilidades e nas competências que se pretendem desenvolver
- Programas “feitos à medida” e com avaliação do retorno da formação

Deu-se continuidade, em todas as UN, aos programas regulares para operadores no âmbito das metodologias *lean* e da melhoria contínua. Mantêm-se os programas para comerciais e para as equipas de gestão, bem como os programas de *trainees* e a formação corporativa em gestão.

Salienta-se no corrente ano, a realização da primeira edição do curso *blended (e-learning & webinars)* na plataforma de *e-learning* da Corticeira Amorim, desenvolvido à medida pela UN Aglomerados Compósitos, sobre Estratégia dos Segmentos. Trata-se de um programa de formação e treino destinado principalmente à força de vendas e que foi ministrado em espaço virtual com vários participantes de vários países em simultâneo. A utilização de meios digitais permite ultrapassar barreiras que a distância física impõe com frequência, assegurando alinhamento e oportunidades de desenvolvimento iguais para todos os Colaboradores da empresa. O sucesso desta iniciativa remete para a replicação do modelo numa série de temas e de populações onde este tipo de abordagem é completamente relevante.

O investimento na implementação de numa plataforma digital para a gestão de vários processos de Recursos Humanos (Base de dados global, Gestão do desempenho, Formação e comunicação interna) permitiu, também, pela primeira vez, o acesso dos Colaboradores a uma plataforma de comunicação global comum, nas empresas em Portugal e no estrangeiro. Em 2018, todos os processos de Gestão do desempenho se suportaram já nesta plataforma. A realização de várias tarefas administrativas por este meio permitiu encurtar prazos e tornar alguns processos mais eficientes, permitindo ainda a interação dos Colaboradores com as estruturas de Recursos Humanos de uma forma mais frequente

e expedita. O acesso a uma plataforma de *e-learning* permitirá ainda, no futuro, o acesso alargado de todos os Colaboradores a conteúdos formativos relevantes. Esta plataforma, batizada internamente como Linkpeople, abriu uma série de possibilidades atuais e futuras em termos de comunicação, de eficiência e de desenvolvimento de pessoas.

Mas, como a proximidade física e o contacto presencial continuam a ser fundamentais, é importante registar o **Open Day** da UN Aglomerados Compósitos, uma iniciativa de comunicação em que, durante um dia, se abriram as portas da empresa aos familiares dos Colaboradores, mostrando-se a empresa e os produtos, mas também promovendo o convívio de um modo descontraído no local de trabalho.

7.3. SEGURANÇA NO TRABALHO

Uma das bases do *engagement* dos colaboradores tem que ver com o orgulho na empresa onde trabalham. Na Corticeira Amorim, todos se orgulham da matéria-prima com que trabalham, do êxito que a empresa tem, e do valioso contributo que cada um deles dá, com o seu trabalho e empenho, para a prossecução desse êxito.

Ciente de que desempenhos médios não se coadunam com o orgulho e com o *engagement* que se pretende suscitar nos colaboradores, em 2018 a Administração definiu e comprometeu-se criar as condições necessárias a que, num prazo de três anos, se atinjam objetivos sérios e ambiciosos nos domínios da Segurança e saúde no trabalho, nomeadamente, reduzir para metade os índices de sinistralidade (frequência e gravidade). Isto porque, não sendo os valores registados nos últimos anos algo que se destaque negativamente face ao que é comum no sector industrial, assume-se claramente que, também nesta área, a empresa quer registar um desempenho de excelência.

Tendo em vista alcançar essa meta, cada UN estabeleceu um Plano de ações e, ao longo do ano, realizaram-se Jornadas de trabalho, higiene e segurança no trabalho, com periodicidade trimestral, onde se debateram resultados, ideias e melhores práticas. Sendo este primeiro ano aquele que, do ponto de vista do investimento em infraestruturas, é o mais intenso, pode-se dizer que duas das cinco UN conseguiram reduções já bastante significativas na frequência dos acidentes e duas delas obtiveram reduções ligeiras. Há um caminho a percorrer para atingir as metas preconizadas, no entanto, estão reunidas as condições e a motivação para o fazer. Estes primeiros resultados evidenciam que as ações estão alinhadas com os objetivos pretendidos.

8. A CORTICEIRA AMORIM NO MERCADO DE CAPITAIS

8.1. TRINTA ANOS EM BOLSA

No dia 26 de abril de 2018 assinalou-se o 30º aniversário da admissão da Corticeira Amorim em Bolsa, com um toque de sino simbólico na sede da bolsa portuguesa, com intervenções do Presidente do Conselho de Administração da Euronext Lisbon, Paulo Rodrigues da Silva, do Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, António Rios de Amorim, tendo o encerramento sido realizado pela Secretária de Estado da Indústria, Ana Teresa Lehmann.

A abertura em bolsa do capital da Corticeira Amorim teve lugar em abril de 1988, a que se seguiram a Ipcork e a Amorim & Irmãos, em junho, e a Champcork, em julho. Um ano mais tarde, foi lançada uma oferta pública de troca de ações da Corticeira Amorim pelos títulos das restantes empresas.

Este foi um passo decisivo para a transformação do que já era uma empresa fortemente exportadora para uma empresa verdadeiramente internacional, que aportou uma sólida e equilibrada estrutura financeira, o que permitiu estabelecer, com sucesso, uma rede de distribuição própria em geografias próximas dos principais mercados e clientes e, também, a criação de unidades produtivas em alguns mercados estratégicos.

Cotar a empresa em bolsa não permitiu apenas aceder a capital. Como empresa cotada, o compromisso com investidores elevou-se, sobretudo ao nível de rentabilidade, de *reporting*, de consistência, assim como em termos da visibilidade da atividade e do escrutínio da gestão e do governo da empresa.

E isso foi uma alavanca essencial na profissionalização da gestão; na especialização por unidades de negócios geridas por equipas altamente qualificadas, motivadas e com autonomia operacional; no redesenho de um modelo de *governance* capaz de salvaguardar os interesses de todos os *stakeholders* e a criação de riqueza para o acionista.

Ao longo destes 30 anos, a Corticeira Amorim teve níveis de dispersão de capital diferentes, correspondentes também a diferentes perceções do valor da ação e da empresa.

Nestes 30 anos, muitos foram os desafios. Sendo uma empresa de base familiar, líder do sector de atividade, a Corticeira Amorim fez o que se espera do líder - reforçou a sua liderança: com investigação e desenvolvimento, tornando-se mais eficiente, promovendo o conhecimento da cortiça, agregando conhecimento e *knowhow* de parceiros

estratégicos. Investiu na qualificação e na motivação dos Recursos Humanos. Cresceu - em dimensão e rentabilidade - e, com ela, todos os seus acionistas.

Nos anos mais recentes (2015 e 2016) reforçou-se significativamente o *freefloat*, até cerca de 25%. Duas operações interessantes, muito participadas por investidores institucionais nacionais e estrangeiros. Operações que, aliadas aos bons fundamentais da empresa, permitiram uma atenção acrescida, maior cobertura e uma evolução da cotação para patamares mais consentâneos com a avaliação que o Conselho de Administração faz da Corticeira Amorim.

“Esta não é uma empresa nem uma família qualquer. Foi uma empresa que demonstrou conhecer as vantagens do mercado de capitais e que soube aproveitá-las (...) um contributo extraordinário para a economia nacional. (...)”

A Corticeira Amorim é um exemplo de inovação na tradição e de uma indústria de futuro.”

Ana Teresa Lehman | Secretária de Estado da Indústria

Euronext Lisbon, 26 de abril de 2018

8.2. PERFORMANCE BOLSISTA EM 2018

Atualmente, o capital social da Corticeira Amorim cifra-se em 133 M€, representado por 133 milhões de ações ordinárias de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos. A admissão das ações da sociedade (então denominada Corticeira Amorim, S.A.) à cotação na BVLP - Bolsa de Valores de Lisboa e Porto ocorreu em 18 de abril de 1988, integrando o sistema de negociação contínuo nacional desde 11 de dezembro de 1991.

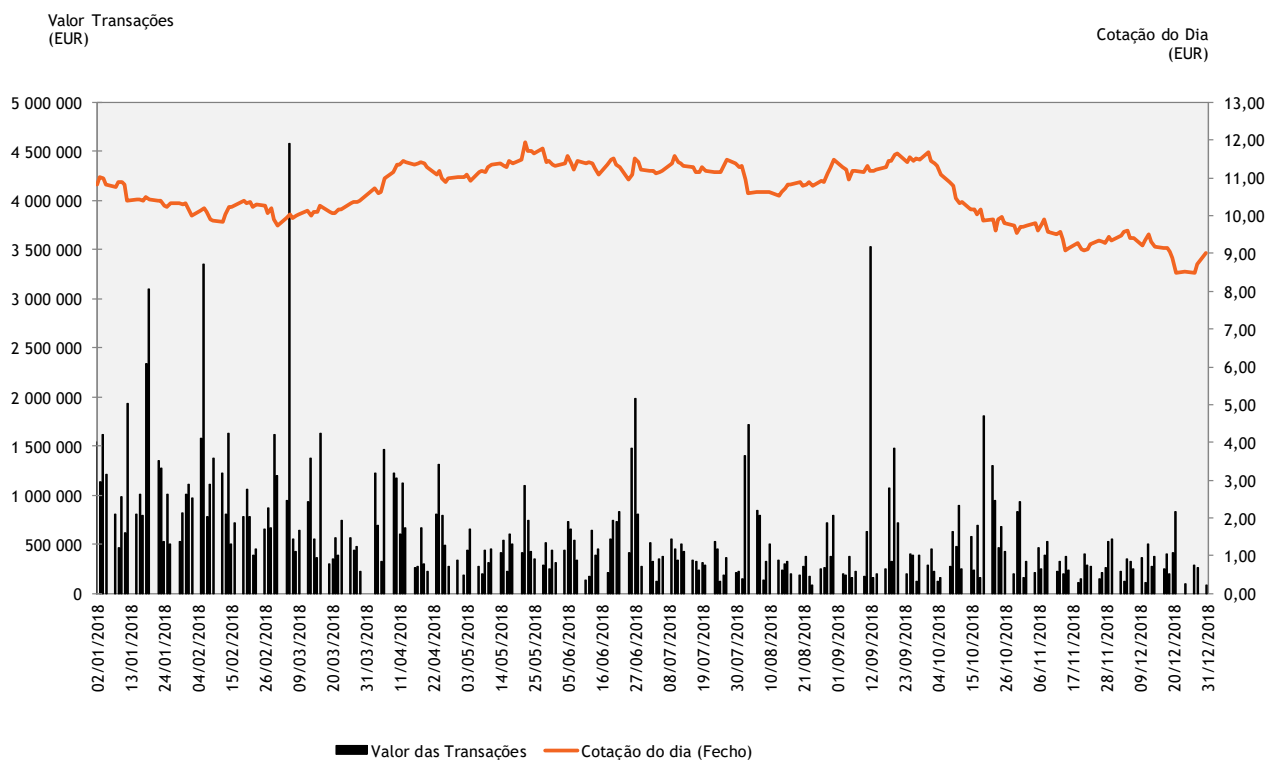
Nos termos e para os efeitos da Lei n.º 15/2017, de 3 de maio, e do Decreto-Lei n.º 123/2017, de 25 de setembro, o Conselho de Administração da Corticeira Amorim deliberou a conversão das ações ao portador representativas do capital da sociedade (código ISIN: PTCOR0AE0006) em ações nominativas; a respetiva conversão no sistema centralizado de negociação ocorreu em 26 de outubro.

No final do ano em apreço, a cotação das ações da Corticeira Amorim atingia os 9,00 euros, o que representa uma desvalorização de 12,62% face ao fecho de 2017. Foram transacionadas em bolsa cerca de 14,9 milhões de ações em quase 62 mil negócios que ascenderam, no seu conjunto, a aproximadamente 156,8 M€.

Em 2018, a cotação média de transação foi de 10,604 euros por ação; a máxima atingida foi de 12,00 euros por ação, e registou-se no dia 23 de maio; a mínima foi de 8,37 euros e ocorreu em 27 de dezembro; a amplitude percentual cifrou-se em 43,4%.

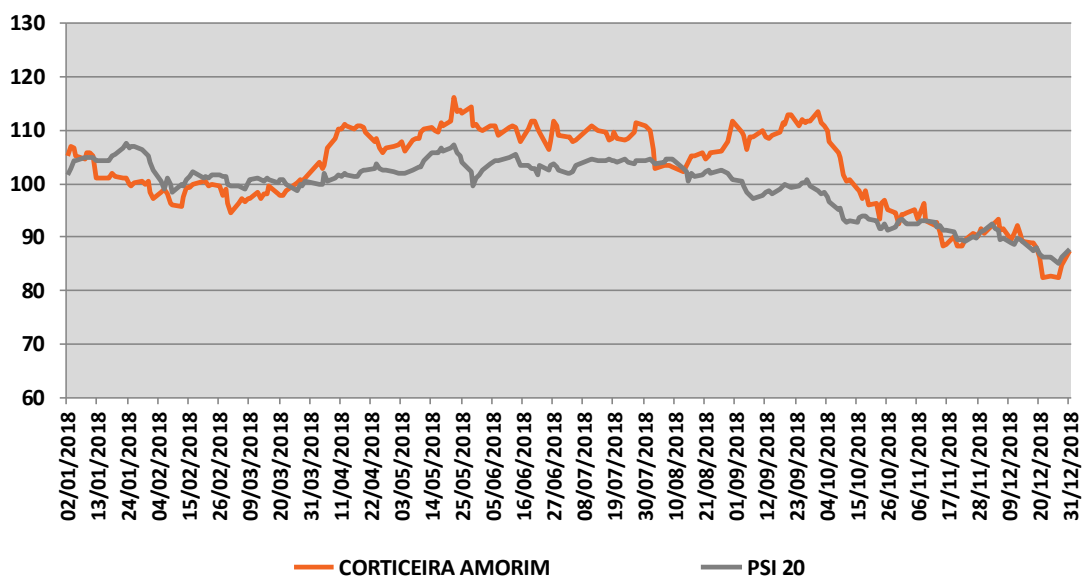
Os gráficos abaixo ilustram a performance bolsista da Corticeira Amorim.

Transação e cotação em mercado regulamentado:



Evolução da cotação da ação Corticeira Amorim versus PSI20 (2018):

CORTICEIRA AMORIM versus PSI20



Fonte: Euronext

Evolução de indicadores bolsistas:

	2014	2015	2016	2017	2018
Quantidades de ações Transacionadas	3 481 685	12 693 424*	10 801 324	19 290 907	14 884 614
Cotações (€):					
Máxima	3,65	6,29	9,899	13,300	12,000
Média	2,85	4,34	7,303	11,067	10,604
Mínima	2,20	2,99	5,200	8,180	8,370
De fecho do ano	3,02	5,948	8,500	10,300	9,000
Frequência Negocial	96,1%	98,8%	100%	100%	100%
Capitalização bolsista no fecho do ano (milhões €)	401,66	791,08	1 130,50	1 369,90	1 197,00

Fonte: Euronext

*inclui 7 399 262 ações transacionadas em execução de ABB.

Principais anúncios da Corticeira Amorim em 2018:

10 de janeiro: Anúncio do acordo para a aquisição da sociedade ELFVERSON & Co AB (Suécia), empresa produtora de tops de madeira de alta qualidade para rolhas capsuladas, utilizados pelos grandes grupos da indústria de bebidas espirituosas.

27 de fevereiro: Resultados consolidados da atividade desenvolvida no exercício de 2017

Vendas sobem 9,4% e ultrapassam os 700 M€, destacando-se:

- EBITDA atinge os 133,6 M€, um crescimento de 9,2%;
- Resultado Líquido de 73 M€, em linha com o ano anterior (excluindo o efeito da alienação da US Floors em 2016);
- Bourrassé contribui com 6 meses de atividade para os resultados de 2017;
- Proposta de distribuição de um dividendo bruto de 0,185 € por ação.

13 de abril: Anúncio do pagamento de um dividendo bruto de 0,185 € por ação

14 de maio: Resultados consolidados na atividade desenvolvida no primeiro trimestre de 2018

Vendas atingem os 185,4 M€, impulsionadas por aquisições, destacando-se:

- Vendas crescem 8,0%, ultrapassando os 185 M€;
- Desvalorização do USD com impacto negativo na atividade;
- EBITDA atinge 36,8 M€, o que representa um crescimento de 10%;
- Resultado líquido cresce 9,3% para 18,8 M€.

1 de agosto: Resultados consolidados da atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2018

Vendas atingem 400 M€ no primeiro semestre, destacando-se:

- Vendas aumentam 12,7%, apesar do impacto desfavorável do USD;
- EBITDA atinge os 77,4 M€, um crescimento de 9,6%;
- Resultado líquido aumenta 9,2%, cifrando-se em 41,2 M€.

24 de outubro: Anúncio do acordo para a aquisição de 100% da sociedade Cosabe - Companhia Silvo-Agrícola da Beira, S.A., cujo principal ativo é a Herdade da Baliza, situada na zona de Castelo Branco/Tejo internacional com uma área total 2.866 hectares.

7 de novembro: Resultados consolidados da atividade desenvolvida no terceiro trimestre de 2018

Vendas aumentam 10% para 584 M€, destacando-se:

- EBITDA atinge 108,4 M€, um crescimento de 2,9%;
- Resultado Líquido aumenta 4,0% para 58,6 M€;
- Proposta de distribuição de reservas livres aos Acionistas, no montante de € 0,085 por ação.

3 de dezembro: Anúncio do pagamento de um dividendo bruto extraordinário de 0,085€ por ação

9. RESULTADOS CONSOLIDADOS

9.1. SUMÁRIO DA ATIVIDADE

Em 2018 a Corticeira Amorim aumentou os seus resultados, apesar da forte subida do preço das matérias-primas e do impacto desfavorável da evolução cambial. Ao nível das vendas, o crescimento de 8,8% foi influenciado pelo efeito de consolidação das empresas adquiridas (o primeiro semestre da Bourrassé ainda não tinha sido consolidado em 2017 e a Elferson começou a consolidar desde o início de 2018). Mesmo excluindo este efeito, o aumento das vendas seria de 3,3%.

A desvalorização do USD, ocorrida maioritariamente no primeiro semestre, foi outro fator que impactou nas vendas e na rentabilidade da Corticeira Amorim. Em 2018 o impacto cambial negativo nas vendas foi de 9,4 M€. Excluindo a variação de perímetro e a desvalorização cambial, as vendas Corticeira Amorim teriam crescido 4,6%.

Analisando a evolução das vendas por UN, verifica-se que a variação não foi uniforme. Destaca-se o crescimento de 19,5% da UN Matérias-Primas, que vende essencialmente para dentro do grupo, refletindo o aumento de preços da cortiça consumida. A UN Rolhas cresceu 11,9%, refletindo a consolidação das empresas adquiridas. Excluindo a variação de perímetro, ainda assim se verifica um crescimento orgânico de 3,8%, que seria de 13,3%, caso não tivesse ocorrido a desvalorização do USD. A UN Aglomerados Compósitos registou um crescimento de vendas de 3,4% que, a câmbios constantes, seria de 5,4%. As vendas da UN Isolamentos cresceram 13,1%. A destoar nesta tendência, a UN Revestimentos registou um decréscimo de vendas de 7,7%.

O EBITDA atingiu os 134,0 M€, um ligeiro acréscimo face aos 133,6 M€ registados no exercício anterior.

O rácio EBITDA/Vendas cifrou-se em 17,6%, tendo diminuído face aos 19,0% de 2017. Excluindo o efeito cambial o, rácio ficaria nos 18,4%. A desvalorização do USD e o início do consumo das matérias-primas da campanha de 2017, com um custo de aquisição superior ao da campanha de 2016, foram os principais motivos que levaram a um crescimento do EBITDA inferior ao das vendas. Esta situação foi contrabalançada com um aumento do controlo de custos, ganhos de eficiência operacional e redução das imparidades.

A dívida líquida no final do ano era de 139,0 M€, um incremento de 46,2 M€ relativamente ao final do ano anterior (92,8 M€). Apesar das taxas de juro se manterem baixas, a função financeira registou um acréscimo, resultante do aumento do endividamento médio, essencialmente devido às mais recentes aquisições (Bourrassé, Sodiliège e Elferson), da atualização do valor do acordo para aquisição de interesses que não controlam, e algum investimento adicional em fundo de maneo.

Os rendimentos não recorrentes (líquidos) refletem a reversão das provisões para o processo de liquidação da Amorim Argentina e o reconhecimento dos gastos de transação de subsidiárias e da reestruturação da UN Revestimentos.

A diminuição da taxa efetiva de imposto sobre o rendimento, face à registada em 2017, deveu-se essencialmente à reversão de gastos não recorrentes que não deram origem ao reconhecimento de impostos diferidos, bem como à reversão de provisões para o imposto sobre o rendimento.

O resultado líquido consolidado da Corticeira Amorim atingiu os 77,4 M€, representando um aumento de 6,0% relativamente ao ano anterior.

Os resultados de 2018 continuaram a tendência de crescimento que vinha dos anos anteriores, contudo a rentabilidade medida pelo rácio EBITDA/Vendas acabou por diminuir. Não deixa de ser relevante sublinhar que, mesmo neste contexto, 2018 foi o terceiro melhor ano da Corticeira Amorim, em termos do rácio EBITDA/Vendas.

Em virtude da posição financeira bastante positiva, foi possível à Corticeira Amorim aumentar a distribuição de dividendos para cerca de 35,9 M€, valor que correspondeu a 27 cêntimos por ação.

9.2. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

A Corticeira Amorim consolidou a Bourrassé e a Elfverson durante os 12 meses terminados em dezembro de 2018. De lembrar que, em 2017, a Bourrassé só foi consolidada nos últimos seis meses do ano. Desta forma, as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2018 não são diretamente comparáveis com as do exercício de 2017. Os principais impactos destas aquisições estão refletidos nas notas anexas às contas.

9.3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

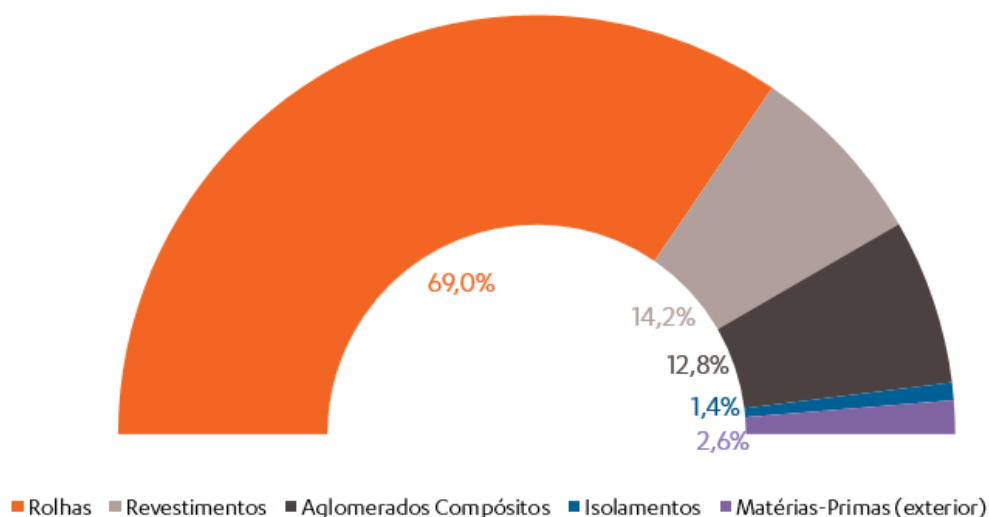
As vendas consolidadas atingiram os 763,1 M€, representando um aumento de 8,8% relativamente a 2017, cujas vendas foram de 701,6 M€. A contribuir para este aumento esteve a variação de perímetro (essencialmente seis meses de Bourrassé e 12 meses de Elfverson) sendo que, sem este efeito, as vendas teriam crescido 3,3%. A penalizar as vendas esteve o efeito cambial (essencialmente o USD); caso não tivesse existido variação cambial as vendas teriam crescido 10,1%.

A UN Rolhas, que teve o impacto da variação de perímetro, foi a maior responsável pelo aumento verificado nas vendas, tendo aumentado o seu peso no total das vendas para os 69,0%.

As UN Aglomerados Compósitos e Isolamentos também registaram aumento das respetivas vendas, destacando-se a UN Aglomerados Compósitos que inverteu o decréscimo de vendas que apresentava no final do primeiro semestre; em sentido contrário, a UN Revestimentos registou uma diminuição de vendas de 7,7%.

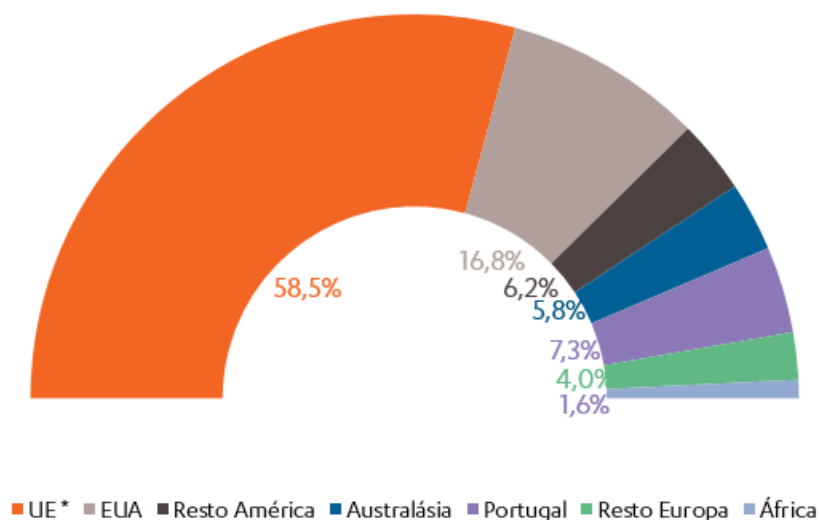
O peso relativo das vendas de cada UN no total do grupo reflete o aumento do peso da UN Rolhas (fruto das aquisições e do aumento das vendas) e a diminuição do peso da UN Revestimentos.

Vendas Consolidadas por Unidade de Negócios:



Em termos geográficos, o principal mercado destino das vendas do grupo deixou de ser os EUA (17% do total), passando a França (20%) a ocupar essa posição. Um dos fatores que contribuiu para essa evolução foi a desvalorização do USD em 2018. A Itália manteve-se como terceiro mercado de destino das vendas, aumentando o seu peso relativo. A posição seguinte é ocupada pela Alemanha, embora Espanha tenha encurtado diferença, essencialmente devido à diminuição das vendas para a Alemanha da UN Revestimentos.

Vendas Consolidadas por Área Geográfica:



*exclui Portugal; inclui Suíça e Noruega.

A margem bruta (vendas mais variação de produção menos custo das matérias incorporadas) atingiu os 49,2% tendo diminuído relativamente ao ano anterior (52,9%). A variação de produção teve um registo positivo de cerca de 30 M€, com um contributo mais relevante da UN Rolhas, refletindo essencialmente o aumento do preço de consumo das matérias-primas. O aumento das quantidades teve um impacto reduzido na variação desta rubrica.

Ao nível dos gastos operacionais verificou-se um aumento de 5,3%, influenciado pela variação de perímetro; excluindo este efeito, a variação foi quase nula (-0,7%). Os fornecimentos e serviços externos sem variação de perímetro aumentariam 1,6%. O aumento de cerca de 8,6 M€ (+6,9%) nos gastos com o pessoal, sem variação de perímetro seria de -0,1 M€ (-0,1%). O aumento das depreciações decorre do contexto de aumento dos investimentos que se tem verificado nos últimos anos.

A rubrica de imparidades regista um valor quase nulo, o que compara com 2,2 M€ do ano anterior. De lembrar que o valor alcançado em 2017 foi afetado pela apreciação do valor recuperável de alguns projetos de desenvolvimento anteriormente capitalizados e pela imparidade de um *site* industrial que foi realocado.

Em outros ganhos e gastos operacionais a variação é positiva em 1,3 M€. O efeito das diferenças cambiais dos ativos a receber e dos passivos a pagar e respetivas coberturas de risco cambial traduziu-se numa perda de 1,5 M€; em 2017 a perda ascendeu a 0,2 M€.

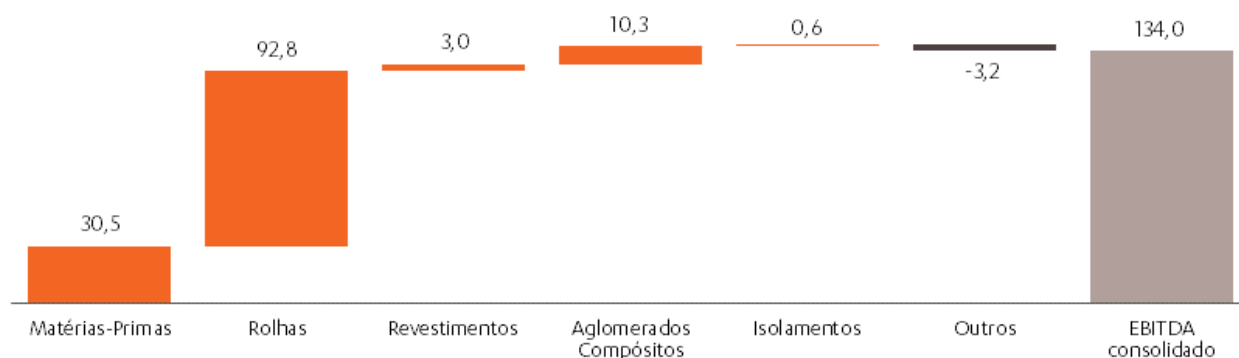
O valor do EBITDA corrente situou-se nos 134,0 M€, praticamente ao mesmo nível de 2017 (133,6 M€). O rácio EBITDA/vendas atingiu os 17,6%, apresentando um decréscimo face ao ano anterior (19,0%). A câmbios constantes o rácio EBITDA/vendas teria atingido os 18,4%. Ao nível da variação de perímetro saliente-se o crescimento da rentabilidade da Bourrassé, alicerçado no plano que foi previamente estabelecido.

Conforme divulgado no Relato por Segmentos, as UN Rolhas e Matérias-Primas foram as únicas a apresentar crescimento do EBITDA; nas restantes UN o EBITDA foi afetado desfavoravelmente pelo preço de consumo da matéria-prima e câmbio. A UN Matérias-Primas conseguiu crescer em rentabilidade, fruto essencialmente do aumento da margem bruta, graças à contribuição positiva das operações industriais de preparação, produção de discos e granulados. No conjunto das UN Matérias-Primas e Rolhas, apesar de existir uma diminuição da rentabilidade, esta diminuição seria quase nula, caso não tivesse ocorrido a desvalorização cambial do USD.

EBITDA/Vendas por Unidade de Negócios:

EBITDA/Vendas (%)	2016	2017	2018
Matérias-Primas + Rolhas	21,9%	23,3%	22,3%
Revestimentos	10,9%	6,8%	2,6%
Aglomerados Compósitos	17,0%	15,2%	10,1%
Isolamentos	18,9%	15,9%	5,4%
Consolidado	19,1%	19,0%	17,6%

Contribuição das Unidades de Negócios para o EBITDA consolidado:



(valores em milhões de euros)

O EBIT ascendeu a 102,7 M€, uma diminuição de 1,2% face ao ano anterior. A contribuir para esta diminuição esteve o aumento de 5,7% das depreciações, conforme já referido.

Em termos líquidos, os rendimentos não recorrentes foram praticamente nulos. Estes rendimentos incluem a reversão das provisões relativas a processos laborais, alfandegários e com o Banco Central Argentino referentes à Amorim Argentina no valor de 2,2 M€, criadas em 2016, no decurso do processo de liquidação da Amorim Argentina que foi

concluído no primeiro semestre de 2018 sem que se tenham verificado pagamentos materialmente relevantes. O reflexo de novas medidas de reestruturação e de alterações da gestão da UN Revestimentos, bem como os gastos de transação relacionados com a aquisição de subsidiárias são os principais fatores que reduzem parcialmente o rendimento referido no início deste parágrafo.

O endividamento consolidado atingiu os 139,0 M€, sendo o aumento explicado essencialmente pelo incremento do fundo de maneiio (57,4 M€) e do investimento (57,9 M€) e pelas aquisições (14,4 M€). No investimento, destacam-se as UN Rolhas (40,0 M€) e Aglomerado Compósitos (6,6 M€), visando aumentar a autonomia e a capacidade produtiva. O incremento do fundo de maneiio deve-se ao crescimento dos inventários, refletindo essencialmente o aumento do preço de compra e em muito menor escala o aumento da quantidade.

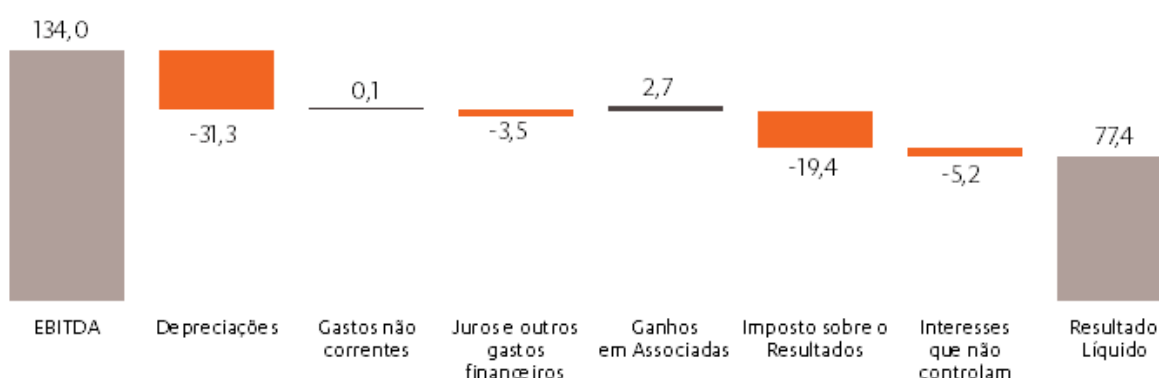
A função financeira registou um acréscimo, resultante do aumento do endividamento médio e da atualização do valor do acordo para aquisição de interesses que não controlam.

Em termos de ganhos em associadas, o valor dos lucros apropriados pela Corticeira Amorim nas empresas em que não detém a maioria do capital social e/ou direitos de voto atingiu os 2,7 M€. O aumento face ao período homólogo deve-se essencialmente ao reconhecimento como resultado de uma parte do valor contingente a receber pela alienação da US Floors (0,8 M€), ocorrida em 2017. O valor remanescente deverá ser apurado em 2019.

Em 2018 verificou-se a melhoria da taxa efetiva (Imposto sobre o rendimento/Resultados antes de imposto) que passou para os 19,0%. A contribuir para esta diminuição esteve a reversão de gastos não recorrentes, que não deram origem ao reconhecimento de impostos diferidos. Adicionalmente, verificou-se a reversão de provisões para impostos, sem que essa reversão tenha implicado saídas de tesouraria da Corticeira Amorim. Os benefícios fiscais foram apurados, como usualmente, no último trimestre. Os principais benefícios reconhecidos são relativos ao SIFIDE - Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial e ao RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento, mantendo a Corticeira Amorim a política de reconhecimento condicionada à realização futura de objetivos.

Após uma estimativa de Imposto sobre o rendimento de 19,4 M€, e da apropriação de 5,2 M€ de resultados para interesses que não controlam (cujo crescimento se deve essencialmente ao grupo Bourrassé), o resultado líquido consolidado da Corticeira Amorim em 2018 elevou-se aos 77,4 M€, um aumento de 6,0% face aos 73,0 M€ de 2017.

Composição do Resultado Líquido:



(valores em milhões de euros)

10. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

O total do ativo cifrou-se em 970 M€, registando um aumento de aproximadamente 100 M€. O efeito da variação de perímetro, essencialmente Elfverson com um total de ativo de aproximadamente 3 M€ no final do ano, não teve um impacto significativo nesta variação.

As rubricas que mais contribuíram para o aumento do ativo foram os inventários (aumento de 46 M€ essencialmente devido ao efeito preço e, de forma residual, à quantidade) e os ativos fixos tangíveis (aumento de 31 M€ resultante do incremento do investimento ser superior ao valor das depreciações, incluindo-se nesta rubrica a aquisição da Herdade da Baliza). O aumento do *goodwill* (4 M€) resulta da aquisição da Elfverson.

Ao nível do capital próprio, a variação de 38 M€ decorre essencialmente dos resultados do período (77,4 M€) e da distribuição de dividendos (35,9 M€). Os interesses que não controlam aumentaram 2,3 M€.

No passivo, o aumento de 62 M€ resulta sobretudo de uma subida de 51 M€ na dívida remunerada e de 10 M€ em fornecedores.

Em 31 de dezembro, a dívida remunerada líquida atingiu os 139,0 M€, um aumento de 46,2 M€ face ao ano anterior. Esta variação é explicada pelo incremento do fundo de maneiço (+57,4 M€ devido essencialmente ao aumento dos inventários, decorrente do aumento de preço da matéria-prima), investimentos (57,9 M€), dividendos pagos (35,9 M€) e aquisição de empresas (14,4 M€ devido à Elfverson e Herdade da Baliza), que mais que compensaram o EBITDA gerado no período.

O rácio da autonomia financeira ficou nos 51,4%, apresentando uma ligeira redução face ao ano anterior (52,9%).

11. PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS

		2017	2018	Variação
Vendas		701 609	763 117	8,8%
Margem Bruta – Valor		373 511	386 456	3,5%
	1)	52,9%	49,2%	-3,7 p.p.
Gastos operacionais correntes		269 516	283 751	5,3%
EBITDA corrente		133 594	133 984	0,3%
EBITDA/Vendas		19,0%	17,6%	-1,5 p.p.
EBIT corrente		103 995	102 705	-1,2%
Resultados não recorrentes	2)	-2 913	57	-
Resultado líquido		73 027	77 389	6,0%
Resultado por ação		0,549	0,582	6,0%
Dívida remunerada líquida		92 784	139 009	46 225
Dívida remunerada líquida/EBITDA (x)	3)	0,69	1,04	0,34 x
EBITDA/juros líquidos (x)	4)	135,9	108,0	-27,94 x

(valores em milhares de euros)

1) Sobre o valor da produção;

2) Os valores referem-se a reversão de provisões para a Amorim Argentina, reestruturação na Amorim Revestimentos, imparidade de *goodwill* e gastos de transação para aquisição de subsidiárias (2018); a gastos de transação de Bourrassé e Sodiliège e a gastos de reestruturação na UN Revestimentos (2017);

3) Considerou-se o EBITDA corrente dos 4 últimos trimestres;

4) Juros líquidos incluem o valor dos juros suportados de empréstimos deduzidos dos juros de aplicações (exclui Imposto de Selo e comissões).

12. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CORTICEIRA AMORIM

Ao longo de 2018 os membros não executivos do Conselho de Administração participaram regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, que, com uma periodicidade mensal, deliberaram e analisaram a evolução de todas as matérias indelegáveis e de todos os assuntos cuja relevância, materialidade e/ou criticidade tornaram pertinente a sua inclusão na Agenda de Trabalhos do Conselho.

A organização administrativa das reuniões permitiu a todos os membros do Conselho - executivos e não executivos - uma preparação prévia adequada, fomentando-se a participação ativa de todos os membros no debate, análise e gizar de ações em prol da produtividade das reuniões e da eficiência da Organização. O calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Administração foi acordado no final de 2017, para que todos os seus membros pudessem estar presentes. Até ao segundo dia útil anterior à realização de cada reunião, qualquer Administrador, incluindo os não executivos, teve oportunidade de solicitar a inclusão de pontos/assuntos a analisar em Conselho.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte da Comissão Executiva ao Conselho de Administração que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva.

Assim, além das matérias que, por lei ou pelos estatutos, são de exclusiva competência do Conselho de Administração, os membros não executivos conheceram e acompanharam:

- A evolução da atividade operacional e dos principais indicadores económico-financeiros de todas as UN que compõem a Corticeira Amorim;
- A informação relevante sobre a função financeira consolidada: financiamento, investimento, autonomia financeira e responsabilidades extrapatrimoniais;
- A atividade desenvolvida pelas várias áreas de suporte e respetivo impacto na Organização;
- A evolução das atividades de I&D;
- O processo de aquisição e/ou de constituição de novas empresas;
- O calendário de eventos e anúncios ao mercado e a divulgação de informação ao mercado;
- O calendário dos principais eventos da Corticeira Amorim e suas UN, sendo a Organização muitas vezes representada em eventos internacionais, tais como missões empresariais, por um ou mais membros não executivos do Conselho de Administração.

13. PERSPETIVAS FUTURAS

13.1. ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

13.1.1. Apreciação Global

A economia mundial deverá registar em 2019 uma evolução menos expressiva do que a observada nos anos mais recentes, estimando-se que a taxa de crescimento, revista em baixa face às projeções do FMI de outubro passado, seja de 3,5%, incorporando os efeitos negativos decorrentes da disputa comercial e da imposição mútua de tarifas pelos Estados Unidos e China. A expansão económica menos vigorosa nos meses finais de 2018 terá penalizado a confiança empresarial, condicionando as expectativas de atividade futura, nomeadamente ao nível de novas encomendas e intenções de investimento. Os riscos que pendem sobre as projeções apresentadas são negativos e podem determinar uma degradação adicional das condições financeiras - tornando-as menos facilitadoras - e penalizando, adicionalmente, a confiança dos agentes económicos. Para além da escalada ao nível de disputa comercial - existe o risco real de incremento das tensões comerciais na Primavera e incremento generalizado do protecionismo -, a saída desordenada do Reino Unido da União Europeia, um abrandamento mais acentuado na China (penalizando parceiros comerciais e determinando uma evolução negativa ao nível das *commodities*) ou um contexto político menos consensual na Europa são potenciais ameaças ao crescimento. A concretização destes riscos, ainda que em separado, determinariam um contexto penalizador para o investimento, colocariam em causa as cadeias de fornecimento e limitariam os ganhos de produtividade. O comércio internacional deverá crescer a um ritmo similar ao do ano anterior, em torno de 4,0%. Evidenciará, antecipa-se, menor contributo positivo das economias emergentes e um ritmo superior ao passado por parte das economias desenvolvidas. A atuação concertada entre OPEP e um conjunto de outros dez países produtores (com destaque para a Rússia), o designado OPEP+, deverá garantir suporte ao preço do crude; o acréscimo de produção pelos Estados Unidos servirá, estima-se, de força contrária. Antecipa-se uma gestão crítica de excesso de stocks e aumento moderado da procura de fatores energéticos. Estima-se que o crude registará um valor médio marginalmente abaixo de USD 60,0/barril. Tal como em 2018, as autoridades chinesas procurarão o equilíbrio instável entre gerir o excesso na economia ao nível alavancagem, capacidade instalada e poluição, por um lado, e o abrandamento económico e insolvência de sociedades, por outro.

A **Zona Euro** deverá manter a tendência de expansão económica, mas o ritmo de crescimento deverá ser substancialmente inferior ao observado em 2018. Refletirá, antecipa-se, a desaceleração notória registada na segunda metade de 2018 e as perspetivas menos otimistas quanto à evolução da procura externa. Estima-se que registre uma expansão em torno de 1,6%, mas com riscos negativos a pender sobre as estimativas. As eleições europeias em maio, as negociações sobre o novo quadro orçamental da União Europeia a sete anos e os movimentos políticos antieuropeus determinarão o contexto político, que se antecipa não isento de desafios significativos. Após a decisão de terminar em dezembro 2018 com a compra de ativos, o BCE deverá manter as taxas de juro direcionadas nos níveis atuais até, pelo menos, ao verão, podendo implementar medidas adicionais para garantir o financiamento a longo prazo, e em condições favoráveis, ao sector bancário europeu. Há um ano, as negociações entre a UE e o **Reino Unido** condicionavam (em perspetiva) a performance económica futura de ambos. Hoje, antecipa-se a saída do Reino Unido a 29 março de 2019, mas desconhece-se em que termos será realizada e, assim também, a forma de relacionamento comercial e económico futuro. Na eminência de uma saída sem regras definidas e minimizadoras do impacto negativo, antecipa-se um cenário menos favorável; observam-se já ajustamentos no relacionamento comercial entre as partes cuja mera reversão terá custos económicos. O Reino Unido deverá crescer 1,5% em 2019.

A **Europa Central e de Leste** deverá manter o crescimento robusto que tem caracterizado esta área económica nos anos recentes.

Os **Estados Unidos** deverão crescer menos em 2019. Estima-se que o abrandamento resultará numa taxa de crescimento em torno de 2,5% o que evidencia, ainda assim, um ritmo de expansão acima do potencial de longo prazo, assente na evolução forte da procura doméstica de que resultará, antecipa-se, um alargamento do défice comercial. A economia não está imune ao impacto do abrandamento mundial e do agravamento das tensões no relacionamento comercial internacional. O plano de renovação de infraestruturas, uma meta da atual administração na Casa Branca, assume-se como uma alteração estrutural potenciadora de benefícios acrescidos. No entanto, a liderança política norte-americana enfrentará agora um contexto político menos facilitador, com riscos acrescidos de *shutdown* dos serviços federais e dificuldade em aprovar novos limites para o endividamento público. Os desequilíbrios estruturais da economia ter-se-ão agravado e o risco de condicionarem a evolução económica, o sentimento dos agentes do mercado financeiro e, assim, também os preços dos ativos, merecem ponderação.

O **Japão**, em nítido contraste com a generalidade das economias, deverá crescer mais e acima do que era estimado há alguns meses, registando um valor em torno de 1,1%. Acrescentará um ano mais à expansão económica mais longa desde a década de 80 do XX, um período de desempenho nipónico excepcional. Esta evolução refletirá, julga-se, o conjunto de medidas fiscais tendentes a mitigar o aumento da taxação sobre o consumo, tema crítico nos últimos anos

e que em determinados momentos conduziu a economia para contração frustrando recuperações nascentes. A **Austrália**, por seu turno, confrontada com o impacto negativo do abrandamento da China e com um ajustamento notório ao nível do imobiliário, poderá assistir a uma política monetária mais expansionista. Estima-se que venha a crescer em torno de 2,5%.

As **Economias Emergentes** poderão enfrentar em 2019 um conjunto de desafios que condicionarão a expansão económica. Dado o contexto macroeconómico em que operam - elevado endividamento da economia, em particular o endividamento externo em divisa - poderão não dispor de folga para acomodar nova ronda de pressões. A **China** deverá ver nova moderação a nível do crescimento, estimando-se que venha a registar algo em torno de 6,2%, 0,4% inferior ao ritmo prosseguido em 2018 e aproximando-se do nível mais baixo de crescimento económico em 30 anos. A transição de modelo económico, apostando em custos laborais mais elevados e maior valor acrescentado, resultaria sempre numa alteração notória. O abrandamento decorrerá de medidas de regulamentação financeira, procurando diminuir a desalavancagem da economia, a que acresce o impacto da disputa comercial com os Estados Unidos. A **Rússia**, beneficiando pelo segundo ano da evolução sustentada do preço do crude e gás natural, bem como de uma política monetária credível, deverá evidenciar um ritmo de crescimento similar ao que apresentou em 2018, atingindo 1,6%. O aumento do IVA no início do ano, bem como condições mais restritivas ao nível da concessão de crédito, deverão condicionar o consumo privado na primeira parte de 2019. A entrada em execução de projetos de investimento público planeados após as eleições de 2018, deverá conduzir a um desempenho acrescido no trecho final de 2019. A **África do Sul** deverá crescer a um ritmo claramente superior ao observado no ano transato, estimando-se que em torno de 1,4%. Após a instabilidade política e institucional que marcou o final de 2017 e início de 2018, a expectativa de avanços nas reformas a implementar garantirá, antecipa-se, o regresso da confiança dos investidores internacionais. Prevê-se que a **América Latina** venha a recuperar, crescendo em torno de 2,0%, próximo do dobro do ritmo de 2018. A situação na Venezuela constituirá um risco acrescido para o cenário projetado. A **Argentina** deverá registar contração atendendo ao impacto das medidas implementadas para anular os desequilíbrios macroeconómicos na base da crise de 2018.

13.1.2. Portugal

Em 2019 Portugal deverá registar um crescimento económico abaixo do observado nos últimos três anos. As projeções apontam para que a economia desacelere para um ritmo em torno de 1,8% devido, sobretudo, ao menor contributo da procura externa. O consumo privado, suportado pela criação de emprego e progressão salarial, deverá evoluir a uma taxa apenas marginalmente inferior à registada em 2018, o mesmo acontecendo com o consumo público. Antecipa-se que o investimento venha a evidenciar uma evolução positiva e acima do observado no ano transato, atendendo ao adiamento para 2019 de projetos suportados em Fundos Estruturais da UE. As exportações, refletindo a menor procura de parceiros comerciais, deverão observar aumento muito aquém da evolução recente; as importações, mesmo que em parte decorram do perfil mais exportador da economia portuguesa e da sustentabilidade da procura interna, evoluirão também a ritmo inferior ao verificado nos últimos anos. Ainda assim, deverão crescer sempre a taxa superior à das exportações, com degradação do excedente da balança comercial. A consolidação das finanças públicas deverá ter continuidade; a perspetiva de incremento das receitas fiscais e a diminuição do montante de juros da dívida pública permitirá, estima-se, que o défice orçamental venha a atingir valores inferiores a 1,0%. O agregado balanças corrente e de capital deverá, entretanto, registar uma evolução positiva, em linha com o verificado no passado recente. Estima-se que o *superavit* atinja 1,3% do PIB. Pelo oitavo ano consecutivo, este excedente traduzir-se-á numa capacidade positiva de financiamento da economia. Deverá assistir-se a pressão moderada sobre os preços. Antecipa-se um incremento de 1,4% ao nível dos preços no consumo. Em face da contínua diminuição do desemprego, que, estima-se, diminuirá para 6,5%, do incremento ao nível dos referenciais salariais de base, do descongelamento das carreiras de funcionários públicos e da menor folga do mercado de trabalho, é expectável uma evolução altista dos salários e, também assim, de serviços e da inflação subjacente.

13.2. ATIVIDADES OPERACIONAIS

13.2.1. Matérias-Primas

Para o ano 2019, a UN prevê com um aumento de atividade das unidades preparadoras e de discos para rolhas destinadas a vinhos espumosos, apesar de um aumento de preços da cortiça.

Nas unidades preparadoras, o nível de stocks de cortiça amadia no final do ano permitirá aumentar a entrega de cortiça para rolhas, o que permitirá ao Grupo internalizar uma maior produção.

As unidades do Norte de África irão manter os mesmos níveis de atividade.

Há iniciativas em curso que poderão melhorar o resultado da UN, nomeadamente, o aumento do rendimento da cortiça nas unidades de preparação, os projetos de automação da preparação e de aproveitamento de cortiça no sector de discos.

O desenvolvimento industrial do projeto de eliminação dos defeitos sensoriais (TCA) nos discos deverá ser também uma realidade em 2019, implicando um novo paradigma no sector da cortiça.

A outra área de destaque e de investimento em 2019 da UN será o projeto de intervenção florestal, com o desenvolvimento de plantações suberícolas intensivas através do uso de rega de instalação.

Para a campanha de compras de 2019, o objetivo será aprovisionar a cortiça amadia necessária por forma a manter o ritmo de trabalho de 2019, com redução de preço face à campanha de 2018. A estabilidade no preço das cortiças para triturar e nas falcas é um fator determinante para o atingimento dos objetivos da UN.

13.2.2. Rolhas

Em 2016 o mercado do vinho foi avaliado em 287,39 mil milhões de USD, estimando-se alcançar 402 mil milhões de USD em 2023, ou seja, um crescimento de 5,8% durante o período 2018-2023. Este mercado é, em grande parte, dominado pelos países europeus e norte americanos. EUA, França, Itália e Espanha são os maiores produtores e consumidores de vinho. No comércio internacional, a região Europeia tem mais de 50% do comércio global. Há aproximadamente um milhão de pequenos e grandes fabricantes de vinho; globalmente as marcas mais famosas do mundo (cerca de 84%) são francesas. O consumo de vinho está a crescer rapidamente nos mercados asiáticos; a zona Ásia-Pacífico representa 16% do valor global das importações de vinho.

O mercado global do vinho é impulsionado pelos hábitos de consumo, pela rápida urbanização, pelo crescimento do rendimento disponível, alterando estilos de vida e a popularidade dos produtos vitivinícolas durante celebrações sociais, preferindo vinho e espumantes. A crescente produção de vinho em países em desenvolvimento e em novos mercados impulsiona também o seu consumo. As principais oportunidades no mercado vitivinícola prendem-se com produtos inovadores, com sabores diferentes e a com a crescente procura por vinho nos mercados não-tradicionais.

A crescente popularidade das cervejas artesanais e *spirits* é também um importante fator de crescimento do mercado. A categoria de cervejas artesanais cresceu 500% em valor nos últimos dez anos e quadruplicou a sua quota de mercado no mesmo período de tempo na América do Norte.

Acompanhar o dinamismo e as tendências do mercado é um desafio e uma responsabilidade da UN Rolhas. Em 2019 continuará na sua estratégia de crescimento, visando maior proximidade e interação com o cliente, procurando responder às necessidades particulares do seu produto, garantindo um nível de serviço irrepreensível e alinhado com as suas necessidades.

A estratégia de desenvolvimento da UN privilegia as seguintes vertentes: crescimento sustentável, qualidade e inovação, eficiência operacional e infraestruturas para a sustentabilidade do negócio.

Neste contexto, a UN Rolhas terá como prioridades:

- Aumentar a capacidade de execução dos projetos e de iniciativas estratégicas de impacto na organização;
- Garantir a oferta de produtos adequados às exigências do mercado, em termos sensoriais, para toda a gama de produtos, alargando a toda a produção;
- Gerir o portefólio de produtos face à disponibilidade da matéria-prima;
- Potenciar crescimento de vendas na rede de distribuição internacional, garantindo fornecimento a partir de Portugal, com iguais padrões de serviço;
- Implementar o conceito Industry 4.0, permitindo que as futuras “fábricas inteligentes” contribuam para tomada de decisão atempada e suportada;
- Continuar com o processo de digitalização de negócio em toda a UN;
- Implementar medidas para a utilização mais eficiente da matéria-prima cortiça;
- Implementar o novo ERP SAP e periféricos de apoio ao negócio, tais como o CRM;
- Aumentar a fiabilidade dos processos, continuando com o programa de melhoria contínua Cork.Mais 2.0;
- Consolidar da política e práticas de sustentabilidade: segurança, ambiente e energia;
- Controlar o capital investido (stocks, clientes e investimentos) e reduzir o nível de imparidades.

13.2.3. Revestimentos

Para 2019 perspectiva-se a viragem do ciclo: redesenho da cadeia de abastecimento, focalização da inovação em produtos sustentáveis, maior intensidade na exploração do canal de *contracting* e grande aposta nos visuais dos produtos marcam a agenda estratégica da UN.

O sucesso na criação dos novos produtos, em particular em segmentos de mercado onde a sustentabilidade é um argumentário incontornável e diferenciador, e a intensa dinamização do canal de *contracting* vão permitir um novo posicionamento do portefólio da UN.

O lançamento, em janeiro de 2019, do WISE by Amorim marca a entrada no mercado da primeira geração de pavimentos com a identidade Amorim. A nova solução é constituída por cortiça e materiais reciclados, totalmente livre de PVC. Lançado sob o mote “*Smart choice. Amazing sensations*”, WISE diferencia-se por ser 100% sustentável, com superior performance técnica, à prova de água e passível de aplicação em grandes áreas.

Ao nível operacional, a intensidade, velocidade e diversidade da inovação nos últimos anos criaram a necessidade de lançar um projeto de *revamping* industrial e de recorrer a novas soluções de tecnologias de informação, que maximizem a eficiência industrial. O redesenho dos processos, dos fluxos e do *layout* das fábricas vai permitir maiores sinergias, com a conseqüente flexibilidade e velocidade de resposta, aumento de capacidade e uma significativa redução dos custos operacionais. Ao nível da cadeia de distribuição, a procura de melhorias do nível de serviço, as otimizações de fluxos de transportes e a redução do capital investido motivaram o lançamento de um projeto que visa a maximização de sinergias e a uniformização de critérios na gestão de *stocks* entre as várias unidades que integram a UN, com a conseqüente realocação de recursos, o que se vai traduzir numa redução de custos de operação.

A inovação continuará a ser um dos principais pilares de desenvolvimento de vantagens competitivas na UN, estando projetados para 2019 desenvolvimentos que reforçarão a posição da UN nos mercados.

Para suportar o novo posicionamento da UN, foi iniciada uma alteração da organização, dotando a área de *marketing* e vendas de uma coordenação global e única, bem como intensificando a ligação entre a gestão de portefólio e a área de desenvolvimento de produto, incluindo a industrialização e a exploração de alternativas de *sourcing* de materiais.

13.2.4. Aglomerados Compósitos

O ano 2019 afigura-se muito desafiante, exigindo grande resiliência e capacidade de superação de toda a equipa. De facto, a conjuntura sectorial continua a não ser a mais favorável, designadamente no que diz respeito ao preço da cortiça.

Adicionalmente, também se espera que os níveis de preço das principais matérias-primas não cortiça (poliuretanos e borrachas) possam estabilizar em níveis elevados.

Neste enquadramento, toda a equipa se empenhará num exigente exercício de rigor na execução das seguintes iniciativas, muitas das quais já em curso em 2018:

- Gestão proativa do aprovisionamento das matérias-primas, com estabelecimento de parcerias, diversificação das fontes e monitorização em tempo real das cadeias de abastecimento e das condições de mercado;
- Utilização mais eficiente das matérias-primas, otimizando os rácios de rendimentos da cortiça, com a redução de custos de não qualidade;
- Reposicionamento dos preços de venda, procurando salvaguardar a rentabilidade necessária à adequada remuneração do capital investido;
- Desenvolvimento e lançamento de novos produtos, com recurso a novas tecnologias e novas matérias-primas, criando condições para uma diferenciação das propostas de valor;
- Rápida execução de investimentos que possibilitem tornar os processos industriais mais eficientes e competitivos e que permitam aumentar a capacidade de resposta e o nível de serviço ao mercado.

A capacidade de implementar com sucesso estas e outras medidas no curto-prazo, bem como a reação das diferentes geografias e segmentos de mercado às mesmas, acabarão por determinar fortemente o resultado final de 2019.

13.2.5. Isolamentos

A UN perspetiva para 2019 um aumento do volume de vendas no segmento dos aglomerados de cortiça expandida, procurando compensar parcialmente o efeito do forte incremento do preço da matéria-prima (falca) ocorrida anteriormente.

A UN continuará a sua aposta quer de fidelização dos mercados, privilegiando as áreas mais sensíveis ao conceito de construção sustentável, quer no desenvolvimento de projetos de investigação e inovação que permitam conceber novas soluções construtivas.

13.3. RESULTADOS CONSOLIDADOS

O ano 2019 afigura-se desafiante para a Corticeira Amorim: as perspetivas para a economia mundial em 2019 são menos animadoras do que inicialmente previsto e a evolução do EUR/USD é, também, uma incerteza.

Estima-se que o resultado continue a ser afetado pelo consumo de cortiça adquirida a preços mais elevados. Em 2018 registou-se um aumento de cerca de 17% nos preços de compra da cortiça (campanha de 2017: aumento de 11%), situação que coloca desafios relevantes à atividade da Corticeira Amorim. Este fator deverá continuar a pressionar os resultados da Corticeira Amorim, sendo importante manter a revisão das condições de comercialização dos produtos e soluções e, internamente, procurar implementar medidas adicionais de eficiência operacional.

Na UN Rolhas, o objetivo será continuar a crescer acima do crescimento do mercado. UN apostar no crescimento de vendas e na melhoria da eficiência operacional (parcialmente resultante da internalização de parte da produção comprada externamente), para a mitigar o aumento do preço de consumo de cortiça.

A UN Aglomerados Compósitos deverá continuar a sentir o impacto do efeito do aumento preço de compra das matérias-primas cortiça. O desafio para manter os níveis de vendas e de rentabilidade da UN será elevados. Isto vai obrigar a grande disciplina no rendimento das triturações e a capacidade de transmitir ao mercado o aumento de custos.

Na UN Revestimentos, após o ano desfavorável de 2018, a nova equipa de gestão está focada na melhoria da produtividade e em disponibilizar soluções de revestimentos de superiores credenciais técnicas e sustentáveis, em linha com as exigências do mercado, salientando-se o desenvolvimento da nova gama de produtos WISE, lançada já em janeiro de 2019.

A UN Isolamentos só conseguirá ultrapassar o desafio do aumento do preço de consumo das matérias-primas se implementar novas medidas de eficiência produtiva, que permitam obter um maior rendimento da matéria-prima utilizada.

14. RISCOS E INCERTEZAS DO NEGÓCIO

Ao longo da sua longa história - atravessando já três séculos, enfrentando com sucesso as profundas, mesmo radicais, transformações da sociedade, resistindo a duas Guerras Mundiais -, a Corticeira Amorim tem sabido diagnosticar correta e atempadamente os riscos e incertezas dos seus negócios, encarando-os firmemente como oportunidades e desafios.

As dificuldades por que passam algumas das grandes economias do mundo, em particular a conjuntura de instabilidade vivida na Europa de Leste, nomeadamente na Rússia, continuam a afetar o desenvolvimento global da atividade económica, pelo que a Corticeira Amorim, como de resto todos os agentes económicos, continua a operar num clima económico incerto, que afeta alguns dos mercados de exportação:

I. O sector vinícola mundial - se a capacidade de recuperação dos consumos per capita na União Europeia permanece uma incógnita, também é certo que o exagerado declínio verificado durante os anos 90 do século XX e parte da década passada em países importantes como a França ou a Espanha parece ter estabilizado. Não esperando uma completa reversão na evolução das taxas de consumo de vinho na UE, poder-se-á vir a assistir a um reforço da qualidade dos produtos em detrimento da quantidade e frequência do consumo de vinho nestes países. Tal cenário seria positivo para os produtos com rolha de cortiça da Corticeira Amorim, mas, também, pode pressupor uma maior aceitação de formatos de *packaging* onde a cortiça poderá ter um papel menos crucial. Neste sentido, e para dar resposta a estas questões, a Corticeira Amorim continua a implementar uma política de Investigação & Desenvolvimento e Inovação que permite desenvolver um conjunto de rolhas capazes de, em qualidade, quantidade e preço, satisfazer as necessidades de qualquer produtor de vinho, em qualquer mercado.

Os EUA mantêm um peso significativo no mercado que continua a captar os esforços de todas as caves orientadas para a exportação. A sua dimensão e óbvia capacidade para acomodar preços *premium* fazem com que neste mercado permaneça uma grande aposta para a dinamização do crescimento futuro da indústria do vinho, o que é positivo para a rolha de cortiça, dada a clara preferência do consumidor dos EUA por esta opção. Por outro lado, a um crescimento do mercado deverá corresponder também um crescimento na exigência de qualidade e consistência dos produtos de cortiça, aumentando a responsabilidade da Corticeira Amorim na liderança do sector.

De realçar, no entanto, que ao longo de 2018 se verificou - pela primeira vez num quarto de século - algum desaceleramento do volume de transações e consumo de vinho nos EUA, o maior mercado de vinho do mundo. Mas, enquanto o valor total das vendas subiu em 2018, a velocidade desse crescimento está a abrandar. Eventualmente, ajustes demográficos podem compensar este desaceleramento do crescimento, sobretudo porque no segmento dos *millennials* o avanço demográfico irá certamente levar a um maior consumo de vinho; no entanto, este poderá não compensar o declínio demográfico do segmento *babyboomers*. Neste mercado, as vendas diretamente ao consumidor (DTC) cresceram, representando hoje em dia um modelo de vendas que interessa a um número cada vez maior de caves.

Paralelamente sente-se um desaceleramento do consumo na China o que, a par das incertezas que rodeiam o Brexit (o Reino Unido continua a ser um dos principais mercados de vinho do mundo) contribuirão também para instabilidade adicional na indústria do vinho. Também de assinalar uma certa descida nas vendas de champanhe, no entanto muito do consumo está a ser certamente compensado pelo aumento de vendas registado pelos produtores de *prosecco*, *cremant* e *cava*.

De realçar que as vendas realizadas pelos canais eletrónicos terão continuado a aumentar a sua quota ao longo de 2018, sendo que nos últimos meses se assistiu também a um reforço do papel do enoturismo nas vendas diretas ao consumidor, o que representa um impacto positivo na rentabilidade das caves.

No caso dos vinhos, espíritos e cerveja, a premiumização continua a criar um território mais favorável às soluções de *packaging* em cortiça, em detrimento de vedantes sintéticos.

Hoje, a gama de produtos disponibilizados pela UN garante a todos os produtores a possibilidade de usarem rolhas de cortiça, beneficiando da sua mais-valia em termos de sustentabilidade, valor acrescentado e retenção de CO₂, que permanecem fatores inequívocos de diferenciação do produto a nível mundial.

Outra questão importante é, também, a conveniência e a importância adicional que esta poderá vir a ganhar no futuro. A perceção desta tendência, há vários anos claramente sentida dentro da empresa, tem, no lançamento da inovadora proposta Helix, um exemplo claro dessa perceção. Com Helix e pela primeira vez, os consumidores podem disfrutar das vantagens técnicas, de sustentabilidade e de imagem *premium* associadas às rolhas de cortiça sem, no entanto, necessitarem de um saca-rolhas para abrirem as garrafas. Espera-se que este tipo de inovação facilite o consumo dos vinhos *target* deste produto, de maior rotação, potenciando o consumo fracionado sem perda de qualidade, tal como já acontece em mercados importante como os EUA e a África do Sul.

Por outro lado, o lançamento durante 2016 da tecnologia NDtech de deteção individual criou, como esperado, um sólido reforço da perceção de qualidade dos vinhos vedados com produtos Amorim. Esta tecnologia continua a ser a

única no mercado com validações científicas internacionais. Durante 2017, a reação dos mercados e dos mais de mil produtores vinícolas que receberam rolhas NDtech foi claramente positiva e geradora de uma renovada atenção às capacidades da cortiça enquanto a primeira opção para enólogos e consumidores em todo o mundo. Tal reconhecimento reforça grandemente as expectativas do mercado sobre a capacidade da Corticeira Amorim em aumentar significativamente a capacidade produtiva e em alargar o âmbito do conceito de TCA não-detetável. Como se esperava, o ano 2018 foi de consolidação desta inovadora tecnologia que reforçou o posicionamento da Amorim como líder na produção, venda e entrega de rolhas naturais com garantia individual de TCA não-detetável, tendo servido quase 2000 clientes em todo o mundo.

II. O sector da construção - o forte abrandamento da atividade deste sector, quer ao nível de novas construções, quer ao nível da renovação de construções existentes, e a postecipação das decisões de compra do consumidor final, resultando no abrandamento da procura global dos produtos destinados a este sector, como sejam os revestimentos e os isolamentos térmicos e acústicos.

Este abrandamento global continuará a ser contrariado pelo aproveitamento das oportunidades de crescimento diagnosticadas, quer através do reforço da presença em mercados já identificados como de elevado potencial de crescimento, nomeadamente nos mercados emergentes, quer através de aumento de quota em mercados mais maduros. Estas oportunidades são fortemente reforçadas com o lançamento de novas coleções, com o desenvolvimento do portefólio de produtos e com expansão da gama de produtos produzidos.

A crescente consciencialização do consumidor final para fatores de sustentabilidade será também certamente um fator de reforço para a escolha de revestimentos de cortiça, o que constituirá um importante motor de crescimento do volume de vendas.

A longo prazo, a performance da Corticeira Amorim poderá ainda ser influenciada pelos seguintes fatores, continuamente monitorizados e avaliados:

I. Volatilidade cambial - fator de potencial erosão das margens do negócio. No curto prazo, os efeitos da volatilidade cambial têm sido contrariados pela política ativa de substituição das moedas de faturação - no corrente exercício as vendas consolidadas em moedas não Euro representaram 32,4% da faturação para Clientes não Grupo, e pela política de cobertura do risco de câmbio consistentemente adotada (seja cobertura natural seja por contratação de instrumentos financeiros adequados); no longo prazo, a Corticeira Amorim tem-se empenhado no desenvolvimento de novos produtos/soluções de maior valor acrescentado, de forma a conseguir um *mix* de produtos capaz de ultrapassar estes constrangimentos. Assume-se, assim, um modelo organizativo orientado para a criação de valor para o negócio - *moving up the value chain*, ultrapassando este risco;

II. Alterações climáticas - potencial fator de redução da matéria-prima disponível, na medida em que as alterações climáticas podem levar a um desequilíbrio no ecossistema que alberga o sobreiro, nomeadamente devido à ocorrência de secas severas, dificultando a sua propagação e crescimento.

Mas, muito importante, é a capacidade do sobreiro e da cortiça (matéria-prima e produtos) fixarem carbono, o que contribui para mitigar as emissões de gases com efeitos de estufa, origem das referidas alterações climáticas. Nesta matéria, as conclusões de um grupo de investigadores do Instituto Superior de Agronomia (ISA) não deixam dúvidas quanto ao importante papel do sobreiro e do ecossistema que o envolve: por cada tonelada de cortiça produzida, o montado sequestra mais de 73 toneladas de dióxido de carbono.

O sobreiro constitui a base de um sistema ecológico único no mundo, contribuindo para a sobrevivência de muitas espécies da fauna autóctone e para a salvaguarda do ambiente. Só existe em sete países da Bacia Mediterrânica Ocidental - Portugal, Espanha, França, Itália, Marrocos, Argélia e Tunísia, onde vem atuando como barreira ao avanço do deserto, porque suporta climas com reduzida pluviosidade, contribui para a fixação do solo e da matéria orgânica, diminuindo a erosão e aumentando a retenção de água.

Os produtos da Corticeira Amorim são também importantes sumidouros de carbono, que se mantêm durante todo o tempo de vida útil do produto. Como sugerem os investigadores e autores do estudo coordenado pela Universidade de Aveiro, divulgado em 2016, que quantificou a pegada de carbono do sector da cortiça, “a utilização de produtos de cortiça contribui para a mitigação das alterações climáticas, quer pela sua capacidade de acumular carbono quer pelo facto de substituírem produtos alternativos mais intensivos do ponto de vista energético”.

A valorização industrial da cortiça extraída dos sobreiros é a maior garantia da preservação e desenvolvimento dos montados, permitindo a sua viabilidade económica. Hoje, o montado está no centro das atenções havendo legislação específica para o proteger, vários programas de organizações não-governamentais que procuram preservar a floresta, melhorando e certificando as práticas de gestão florestais. É fundamental que haja desenvolvimento da subcultura capaz de promover este crucial papel do montado e, simultaneamente, alimentar o crescimento do mercado dos produtos de cortiça.

Assim, os factos atrás descritos constituirão uma oportunidade de diferenciação para os produtos de cortiça (fixação de CO2 e aumento da sua utilização em isolamento térmico com o desenvolvimento da eco construção).

III. Desenvolvimento de vedantes substitutos - tal como em anos imediatamente anteriores, também em 2018 se manteve a tendência para a diminuição da utilização pelas caves destes vedantes, sobretudo no caso dos plásticos que continuam a perder quota de mercado em países-chave. Quanto aos *screwcaps* manteve-se a diminuição do ritmo de crescimento destes vedantes artificiais, que agora se nota mais estável. Por outro lado, dados de mercado publicados por várias empresas internacionais de *market research* reforçaram o papel da cortiça no crescimento e na rentabilidade das marcas que utilizam este vedante nos principais mercados de vinho do mundo.

No **EUA**, 72% das 100 principais marcas *premium* são seladas com cortiça (Nielsen USA, junho de 2017) e 97% dos consumidores afirmam que a cortiça é um indicador de vinho de alta ou alta qualidade (Wine Opinions, julho de 2017). Os consumidores de vinhos dos EUA estão dispostos a pagar um prémio de 3,87 USD por um vinho selado com cortiça. As vendas de vinhos selados com rolha de cortiça aumentaram 43% entre 2010-2017, enquanto as vendas de vinhos que apresentam outro tipo de vedantes registaram crescimento de 16% (Nielsen USA, junho de 2017).

No **Reino Unido**, as pesquisas realizadas pela Nielsen UK (outubro de 2017) analisaram as principais 1500 marcas de vinhos e concluíram que as garrafas de vinho seladas com cortiça natural se vendiam, em média, com um prémio de 1,52 GBP/garrafa face aos vinhos selados com *screwcap*. No caso dos vinhos tintos, uma garrafa selada com uma rolha natural pode ser vendida por um preço médio de 7,15 GBP, em comparação com 5,26 GBP para uma garrafa com *screwcap* - um preço superior a 36%. Os vinhos rolhados com cortiça gozam de um forte crescimento anual (+6,1%) que é ainda mais expressivo nos vinhos tintos (+11,3%). Pesquisas realizadas pela CGA (outubro de 2017) nas 30 maiores marcas de vinhos do Reino Unido revelaram 17% de crescimento anual para vinhos selados com cortiça, comparado a +9% com vedantes artificiais; os dados mostraram que o preço dos vinhos com cortiça aumentou em mais de 11% desde 2015, em comparação com +6% para os vinhos com vedantes artificiais. O volume de vinhos selados com cortiça aumentou 48% desde 2015, em comparação com apenas 10% para o volume dos vinhos selados com vedantes artificiais.

Esta clara preferência pela cortiça não se restringe aos EUA e ao Reino Unido. Também é espelhado em outros mercados importantes do vinho, como a China, França, Itália e Espanha.

Assiste-se ainda à tentativa, por parte de fabricantes de vedantes artificiais, de encontrar fórmulas mais consentâneas com as necessidades de micro-oxigenação do vinho produzido pelas diferentes caves em diferentes países. Se estas tentativas continuam a não ter grandes resultados, os esforços dos fabricantes de vedantes plásticos em encontrar fontes de matéria-prima alternativas ao petróleo continuam. Apesar destes esforços, o plástico continua associado a vinhos de gama baixa e de menor rentabilidade para o produtor e distribuidor.

No caso dos vedantes de rosca, estes permanecem ainda condicionados pelos seguintes fatores:

- O fenómeno de redução mantém-se como questão técnica relevante, mas assiste-se ao lançamento de *liners* para estes vedantes que tentam gerir as questões relativas ao ingresso de oxigénio;
- Ao nível de ganhos de quota de mercado, o ritmo de crescimento parece ter estabilizado, notando-se a completa ausência de comunicação estruturada para o mercado; permanecerá, pois, a ser mais uma questão de custo, do que imagem ou performance, a suportar estes vedantes.

Em 2018, a Associação Portuguesa de Cortiça (APCOR) concluiu a terceira edição do INTERCORK, uma campanha plurianual de promoção internacional da cortiça, dando especial atenção a mercados cruciais de elevado potencial como os EUA, Reino Unido, Alemanha, França, China, Espanha e Itália. Esta campanha conseguiu que mais de 260 *opinion makers* estejam a trabalhar na promoção da cortiça e dos seus produtos, incluindo alguns dos principais nomes do mundo do vinho. Paralelamente a este importante esforço educacional, foram criados 37 canais de *social media* para além de mais de 2500 artigos positivos publicados sobre a cortiça e quase uma hora de cobertura em televisão e rádio a nível internacional.

Após várias campanhas plurianuais de promoção da cortiça e os bons resultados alcançados em mercados como os Estados Unidos, China, França, Espanha, Itália e Reino Unido, a APCOR manifestou a intenção de submeter um novo dossier de candidatura. Visa, assim, continuar o percurso iniciado há quase uma década atrás e cujo contributo foi essencial ao crescimento das exportações nacionais de cortiça que, em 2018, deverão ter atingido o nível record de mil M€.

IV. O surgimento de novos materiais - a Corticeira Amorim acompanha o desenvolvimento técnico dos materiais concorrentes, no que respeita ao cumprimento de certificações, requisitos, formatos, competitividade pelo preço e pela *performance*, só possível na cortiça através do desenvolvimento de:

- Novos compósitos: que tenham na cortiça fator primordial de diferenciação, mas que permitam ultrapassar barreiras tecnológicas ou alavancar atributos do material base;

- Novas tecnologias: capazes de produzir os materiais compósitos com cortiça a partir de matérias-primas *prime* ou recicladas e em formatos exigidos pelo mercado, tanto para o consumo final como para processos industriais.

A Corticeira Amorim está convicta de que a valorização da cortiça e o reconhecimento das suas propriedades técnicas e ambientais permitirão a sua contínua e progressiva afirmação global, devendo, neste capítulo, continuar a desenvolver-se também a comunicação destas mais-valias da cortiça, tendo em curso estratégias concertadas de longo prazo, nomeadamente na UN Aglomerados Compósitos, que permitirão concretizar esta visão:

- Programa de economia circular, pretendendo recolher e reutilizar subprodutos industriais;
- Programa de desenvolvimento tecnológico: recorrendo a novas tecnologias desenvolver conhecimento e novos compósitos a partir de matérias-primas *prime*;
- Parcerias e *joint ventures*: com várias entidades que permitam alavancar e acelerar crescimento dos programas anteriores, tanto numa ótica de conhecimento para produção como na validação pelo mercado.

A atividade da Corticeira Amorim está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco taxa de juro), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital. Nos termos da alínea e) do número 5, do artigo 508.º-C do Código das Sociedades Comerciais, os objetivos e as políticas da Sociedade em matéria de gestão destes riscos, incluindo as políticas de cobertura de cada uma das principais categorias de transações previstas para as quais é utilizada a contabilização de cobertura, e a exposição aos riscos de preço, de crédito, de liquidez e de fluxos de caixa encontram-se devidamente expostos na Nota “Gestão do Risco Financeiro” incluída nas Notas às Contas Consolidadas.

15. VALORES MOBILIÁRIOS PRÓPRIOS

Não se registaram quaisquer operações com ações próprias pelo que, no final do exercício em apreço, a Corticeira Amorim não detinha ações próprias.

16. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Tendo em conta o resultado líquido positivo, apurado segundo as contas individuais no final do exercício de 2018, no valor de 59 533 073,09 euros (cinquenta e nove milhões, quinhentos e trinta e três mil, setenta e três euros e nove cêntimos), o Conselho de Administração da Corticeira Amorim, SGPS, S.A. propõe que os Senhores Acionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de 59 533 073,09 euros (cinquenta e nove milhões, quinhentos e trinta e três mil, setenta e três euros e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- para Reserva Legal: 2 976 653,80 euros (dois milhões, novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e três euros e oitenta cêntimos);
- para Dividendos: 24 605 000,00 euros (vinte e quatro milhões e seiscentos e cinco mil euros), correspondente a um valor de € 0,185 (dezoito cêntimos e meio) por ação;
- para Reservas Livres: 31 951 419,29 euros (trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e dezanove euros e vinte e nove cêntimos).

17. AVALIAÇÃO ANUAL DE DESEMPENHO

O Conselho de Administração, no âmbito da avaliação anual de desempenho do *governance* da Sociedade, reconhece e realça a atuação profissional, diligente, criteriosa e proactiva de todos os membros do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, da sua Comissão Executiva e dos seus Membros Não Executivos, em prol de:

- definição, implementação e cumprimento da estratégia da Sociedade;
- definição, implementação e monitorização das políticas e práticas de gestão de risco que permitem antecipar, prevenir e mitigar os riscos;

- um relacionamento próximo e colaborante quer entre os vários membros que ocupam os referidos cargos, quer entre os demais órgãos e áreas funcionais da sociedade;
- desenvolvimento sustentável da Sociedade e da criação de valor para o acionista.

18. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram ainda que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo o referido relatório um capítulo especial onde se expõem os principais riscos e incertezas do negócio.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

De 31 de dezembro de 2018 até à data de emissão este relatório, não ocorreram outros factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filias incluídas na consolidação.

20. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração aproveita esta oportunidade para expressar o seu reconhecimento:

- Aos Acionistas e Investidores, pela confiança inequívoca que têm manifestado;
- Às Instituições de Crédito, pela importante colaboração prestada; e
- Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo rigor e qualidade da sua atuação.

A todos os Colaboradores, cujo profissionalismo, disponibilidade e empenho contribuem para o desenvolvimento e crescimento das empresas participadas pela Corticeira Amorim, aqui lhes expressamos o nosso apreço.

Mozelos, 15 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

(página intencionalmente deixada em branco)

Relatório do Governo Societário

Desde 1999, data em que a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) publicou as primeiras recomendações relativas ao governo das sociedades cotadas, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de tutela dos investidores nos mercados de valores mobiliários, a CORTICEIRA AMORIM vem analisando o seu governo societário, comparando-o quer, por um lado, com o que se consideram as melhores práticas, quer, por outro lado, com as circunstâncias da sua atividade e os desafios a que tem de dar resposta e, na sequência, vem implementando um conjunto de medidas que, globalmente, têm tido como principais objetivos reforçar os sistemas internos de controlo e de fiscalização, ampliar a transparência, fomentar a participação dos Acionistas na vida da Sociedade e garantir a criação sustentada de valor para o Acionista.

O presente documento descreve as políticas e as práticas em matéria de governo societário adotadas pela Sociedade, fornecendo ainda uma avaliação qualitativa das mesmas por comparação com as boas práticas elencadas no Código do Governo Societário do Instituto Português de Corporate Governance (IPCG).

No ponto 8. deste relatório, inclui-se também a informação prevista no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), no artigo 3.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de julho (Política de Remunerações), na alínea r), n.º 1 do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários (diversidade nos órgãos de administração e de fiscalização) e no artigo 5.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto (representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização).

PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da Corticeira Amorim cifra-se em 133 milhões de euros, representado por 133 milhões de ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de 1 euro, que conferem direito a dividendos.

Estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A. a totalidade das ações emitidas pela Sociedade.

Distribuição do capital pelos acionistas:

Acionista	Ações Detidas (quantidade)	Participação (%)	Direitos de Voto (%)
Participações Qualificadas:			
Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	67 830 000	51,000%	51,000%
Investmark Holdings, B.V.	18 325 157	13,778%	13,778%
Amorim International Participations, B.V.	13 414 387	10,086%	10,086%
<i>Freefloat</i>	33 430 456	25,136%	25,136%
Total	133 000 000	100,000%	100,000%

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação ou limitações à titularidade de ações (art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

A 31 de dezembro de 2017, a Corticeira Amorim não detinha ações próprias nem efetuou quaisquer transações ao longo de 2018, pelo que a 31 de dezembro de 2018 a sociedade não detinha ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

A sociedade não celebrou quaisquer acordos nos termos descritos neste parágrafo, exceto as normais cláusulas de “change of ownership” incluídas em alguns contratos de financiamento celebrados no âmbito do decurso do normal financiamento das operações. A 31 de dezembro de 2018 existiam cláusulas de manutenção de controlo acionista da Corticeira Amorim em contratos cujos financiamentos perfaziam quarenta e cinco milhões de euros (31-12-2017: trinta e cinco milhões de euros). Em caso de alteração do controlo acionista, os contratos preveem a possibilidade - mas não a obrigação - de ser solicitado o reembolso antecipado dos montantes utilizados.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Os Estatutos da Sociedade não contemplam medidas deste tipo e, tanto quanto é do conhecimento da Corticeira Amorim, não existem quaisquer outras disposições e/ou medidas com idêntico objetivo.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g)).

Tanto quanto é do conhecimento da Corticeira Amorim, não existem quaisquer acordos parassociais que possam conduzir às mencionadas restrições.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Acionista Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (a)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	67 830 000	51,000%
Total imputável	67 830 000	51,000%

(a) O capital da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. é integralmente detido por três sociedades, a Amorim Holding Financeira, SGPS, S.A. (5,63%), a Amorim Holding II, SGPS, S.A. (44,37%) e a Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (50%) sem que nenhuma delas tenha participação de domínio na sociedade, terminando por isso nesta, a cadeia de imputação, nos termos do Artº 20º do Cod.VM. O capital social e direitos de voto das referidas três sociedades, por seu turno, é detido, respetivamente, no caso das duas primeiras, direta e indiretamente (através da Imoeuro SGPS, S.A. e da Oil Investment, B.V.) pela Sra. D. Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim e filhas, e, no caso da terceira, pelo Senhor António Ferreira de Amorim, mulher e filhos.

Acionista Investmark Holding BV	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

Acionista Great Prime S.A. (b)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da Investmark Holding BV, que domina a 100%	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim (c)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da acionista Great Prime, S.A., que domina a 95% (b)	18 325 157	13,778%
Total imputável	18 325 157	13,778%

(b) O capital social da Great Prime, S.A. é integralmente detido por três Sociedades Holding (API Amorim Participações Internacionais, SGPS, S.A. (33,33%), Vintage Prime, SGPS, S.A. (33,33%) e Stockprice, SGPS, S.A. (33,33%)).

(c) À data da sua morte, o Senhor Américo Ferreira de Amorim detinha ações representativas de 85% do capital social e direitos de voto de cada uma das Sociedades Holding, ações essas que passaram desde então a ser imputadas à sua Herança (Indivisa). Por acordo de partilha celebrado no dia 9 de abril de 2018, as herdeiras legitimárias do Senhor Américo Ferreira de Amorim acordaram em atribuir a Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim a titularidade da totalidade dessas ações, ou seja, das ações representativas de 85% do capital social e direitos de voto das Sociedades Holding. No dia 2 de julho de 2018, em cumprimento do assim acordado, foi concluída a transmissão das referidas ações das Sociedades Holding a favor de Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim que, conjuntamente com as ações que já detinha antes nas mesmas sociedades, que representavam 10% do respetivo capital social, passou a deter 95% do capital social das Sociedades Holding.

Acionista Amorim International Participations, BV	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	13 414 387	10,086%
Total imputável	13 414 387	10,086%

Acionista Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (d)	Nº de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	-	-
Através da Amorim International Participations BV, que domina a 100%	13 414 387	10,086%
Total imputável	13 414 387	10,086%

(d) O capital da Amorim, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. é detido pelo Senhor António Ferreira de Amorim, mulher e filhos, não detendo qualquer deles uma participação de domínio da sociedade.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

a) Ações Corticeira Amorim detidas e/ou transacionadas diretamente pelos membros dos órgãos sociais da Sociedade:

- i. Durante o exercício de 2018 os membros dos órgãos sociais não transacionaram qualquer título representativo do capital social da Sociedade. A 31 de dezembro de 2018, não detinham ações da Corticeira Amorim.

b) Ações Corticeira Amorim detidas e/ou transacionadas por sociedades nas quais os membros dos órgãos sociais da Sociedade exerçam funções de administração ou fiscalização:

- i. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. é titular de 67.830.000 ações representativas de 51% do capital social e direitos de voto da Corticeira Amorim.

António Rios de Amorim (Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente do Conselho de Administração da Corticeira Amorim), Cristina Rios de Amorim Baptista e Luísa Alexandra Ramos Amorim (Vogais do Conselho de Administração da Corticeira Amorim) são, respetivamente, Vogal, Vogal, Vice-Presidente e Vogal do Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A.

- ii. A sociedade Amorim Investmark Holdings B.V., na qual Luísa Alexandra Ramos de Amorim, Vogal do Conselho de Administração da Corticeira Amorim, exerce o cargo de *Director*, é titular de 18.325.157 ações representativas de 13,778% do capital social, às quais correspondem 13,778% dos direitos de voto da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.

A titularidade registada a 31 de dezembro de 2018, referida nos pontos i. e ii. permanece inalterada à data da emissão deste relatório.

c) Relação dos Acionistas titulares de mais de um décimo do capital social da empresa:

- i. A sociedade Amorim Investimentos e Participações, S.A. é titular de 67.830.000 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 51% do capital social e a 51% dos direitos de voto;
- ii. A sociedade Investmark Holdings, B.V. é titular de 18.325.157 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 13,778% do capital social e a 13,778% dos direitos de voto;
- iii. A sociedade Amorim International Participations, B.V. é titular de 13.414.387 ações da Corticeira Amorim, correspondentes a 10,086% do capital social e a 10,086% dos direitos de voto.

A titularidade referida nos pontos i., ii. e iii. registava-se a 31 de dezembro de 2018, mantendo-se inalterada à data da emissão deste relatório.

d) Transações de Dirigentes:

Conforme comunicações recebidas das pessoas/entidades abrangidas por esta norma, informa-se que, no ano 2018, não foram realizadas transações de ações da Corticeira Amorim por entidades relacionadas com os seus Dirigentes.

Não houve transação de instrumentos financeiros relacionados com a Corticeira Amorim, quer pelos seus Dirigentes, quer pelas sociedades que dominam a Corticeira Amorim, quer pelas pessoas estritamente relacionadas com aqueles.

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até

ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim o controlo efetivo e a orientação da atividade da Sociedade, sendo o órgão competente para a tomada de decisões de natureza estratégica, sendo também o órgão onde é realizado o acompanhamento dos aspetos mais importantes e relevantes da atividade, incluindo as matérias relevantes decididas, ou simplesmente analisadas, em sede de Comissão Executiva, assim se garantindo que a totalidade dos membros do Conselho de Administração tem efetiva capacidade de conhecer as medidas adotadas na sequência de decisões tomadas por este Conselho, bem como acompanhar a respetiva operacionalização e resultados.

Tal como preconiza o CSC, compete ao Conselho de Administração gerir as atividades da Sociedade e deliberar sobre qualquer assunto da administração da mesma, subordinando-se às deliberações da Assembleia Geral ou às intervenções do Conselho Fiscal, nos casos em que a Lei ou os Estatutos o determinarem.

Dessas competências constam, entre outras:

- a) Escolha do seu Presidente;
- b) Cooptação de Administradores;
- c) Pedido de convocação de Assembleias Gerais;
- d) Elaboração dos relatórios e contas anuais;
- e) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis; prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- f) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- g) Extensões ou reduções importantes da atividade da sociedade;
- h) Modificações importantes na organização da empresa;
- i) Estabelecimento ou cessação de cooperação duradoura e importante com outras empresas;
- j) Mudança de sede;
- k) Projetos de fusão, de cisão e de transformação de sociedade;
- l) Qualquer outro assunto sobre o qual algum Administrador requeira deliberação do Conselho de Administração.

Os Estatutos da Sociedade¹ atribuem ao Conselho de Administração as seguintes competências: o exercício de todos os poderes de direção, gestão, administração e representação da sociedade; transferir a sede da sociedade para qualquer outro local permitido por lei; criar, em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro, delegações, agências, sucursais, filiais, dependências, escritórios ou outras formas locais de representação da sociedade; adquirir, alienar e onerar, por qualquer forma, ações e títulos de dívida próprios da sociedade e quaisquer direitos, bem como fazer sobre umas e outros as operações que forem julgadas convenientes; adquirir, alienar, permutar e locar bens imobiliários, por quaisquer atos ou contratos, bem como onerá-los, ainda que mediante a constituição de garantias reais; exercer e promover o exercício dos direitos da sociedade nas sociedades em que participe; adquirir, alienar, permutar, locar e onerar por qualquer forma bens mobiliários; negociar com instituições de crédito operações de financiamento; movimentar contas bancárias, depositar e levantar dinheiros, emitir, aceitar, subscrever e endossar

¹ Os Estatutos da Sociedade preveem que, por resolução tomada por unanimidade dos membros integrantes deste órgão, o Conselho de administração possa deliberar sobre aumentos de capital, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de duzentos e cinquenta milhões de euros, competindo-lhe ainda deliberar sobre os respetivos termos, condições, forma e prazos de subscrição e realização. No entanto, tal faculdade, nos termos da lei geral, não se encontra atualmente em vigor:

- A última atribuição de poderes ao Conselho de Administração foi dada pela Assembleia Geral de 2 de outubro de 2000, com a deliberação de alteração do artigo 8º, nº 1, do Pacto Social e a consequente escritura pública de 16 de outubro de 2000; o artigo 8º, nº 1 do Pacto Social não indica o prazo para o exercício dos poderes;
- O artigo 456º, nº 1, b) do Código das Sociedades Comerciais refere que o Pacto Social deve fixar o prazo, não excedente a cinco anos, durante o qual os poderes podem ser exercidos, sendo que, na falta de indicação, o prazo é de cinco anos; o nº 4 do mesmo artigo 456º CSC refere que a Assembleia Geral, deliberando com a maioria exigida para a alteração do Pacto Social, pode renovar os poderes ao Conselho de Administração;
- Não foram renovados esses poderes após outubro de 2005.

Informação adicional: não foram emitidos aumentos de capital ao abrigo dos poderes atribuídos ao conselho de administração em outubro de 2000.

cheques, letras, livranças, extratos de fatura e outros títulos de crédito; confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações, bem como comprometer-se em árbitros; desempenhar as demais funções previstas neste contrato e na lei.

O Conselho de Administração pode delegar competências nos seguintes termos:

- Num ou mais Administradores ou numa Comissão Executiva a gestão corrente da Sociedade, fixando-lhe os limites da delegação e/ou encarregar algum ou alguns Administradores de se ocuparem de certas matérias da administração - neste âmbito são indelegáveis as matéria descritas nas alíneas a) a k);
- Em qualquer dos seus elementos ou numa Comissão Executiva a execução das decisões do próprio Conselho; a gestão corrente da sociedade e a competência para determinadas matérias de administração; definir o regime de funcionamento da Comissão Executiva - neste âmbito são indelegáveis as matérias descritas nas alíneas a), b), c), d), f), j) e k).

No que concerne especificamente a operações de aumento de capital, o Conselho de Administração pode, nos termos do artigo 8.º dos Estatutos da Sociedade, por resolução tomada por unanimidade dos seus membros, decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de duzentos e cinquenta milhões de euros, competindo-lhe fixar os respetivos termos e condições, bem como a forma e os prazos de subscrição e realização.

No exercício em apreço, o Conselho de Administração não deliberou qualquer aumento de capital da Sociedade.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

A Sociedade não realizou qualquer negócio ou operação com titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação nos termos do artigo 20.º do CVM fora das condições normais de mercado, enquadrando-se tais negócios na atividade corrente das partes contratantes. Os procedimentos aplicáveis a estas transações estão descritos nos pontos 89. a 91., abaixo.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A Corticeira Amorim é a *holding* de um grupo económico com sede em Portugal, solidamente implantado internacionalmente, através de sociedades subsidiárias, participadas e joint-ventures. O vastíssimo portefólio de produtos e soluções que continuamente desenvolve responde a mercados e consumidores diversos.

Respondendo aos desafios que decorrem deste enquadramento, o governo da Corticeira Amorim preconiza uma política de diversidade na composição dos seus órgãos sociais, em particular do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, como forma de:

- Promover a diversidade na composição do respetivo órgão;
- Potenciar o desempenho de cada membro e, no conjunto, de cada órgão;
- Estimular análises abrangentes, equilibradas e inovadoras; e, conseqüentemente, permitir processos de decisão e de controlo fundamentados e ágeis;
- Contribuir para o incremento da inovação e autorrenovação da Sociedade, para seu o desenvolvimento sustentável e criação de valor para os Acionistas e demais *Stakeholders* no longo prazo.

A Corticeira Amorim reconhece, pois, a necessidade de promover continuamente a diversidade nos seus órgãos sociais e demais dirigentes, em particular no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal, nomeadamente nos seguintes aspetos:

- Habilitações académicas adequadas e experiência profissional relevante para o exercício do cargo societário específico e que, no conjunto do respetivo órgão social, permitam reunir as competências necessárias ao cabal desempenho das funções desse mesmo órgão;
- Inclusão de membros de faixas etárias diferentes, combinando o saber e a experiência de membros mais seniores com a inovação e a criatividade de membros mais jovens, por forma a permitir ao respetivo órgão orientar-se para uma visão inovadora do negócio e uma gestão prudente dos riscos;
- A promoção da diversidade de género e, consequentemente, um adequado balanceamento de sensibilidades e de estilo de tomada de decisão dentro do respetivo órgão.

No que concerne ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, cuja composição se mantém, verifica-se a observância da política tal como evidenciado nos pontos 19. (Conselho de Administração) e 33. (Conselho Fiscal) deste relatório. Em particular, destaca-se que, nos dois casos, o órgão integra 33,3% de pessoas do género sub-representado.

Conforme melhor detalhado no ponto 15. deste relatório, a Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas.

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um Secretário, cargos ocupados no corrente mandato (2017 a 2019) por:

Presidente: Augusto Fernando Correia de Aguiar-Branco

Secretário: Rita Jorge Rocha e Silva

Início do primeiro mandato: 24 de maio de 2014

Data da primeira renovação de mandato: 7 de abril de 2017

Termo do mandato em curso: 31 de dezembro de 2019, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Ao longo do exercício de 2018 não ocorreram alterações na composição da Mesa da Assembleia Geral.

Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes nos membros da Mesa da Assembleia Geral:

Augusto Fernando Correia de Aguiar-Branco (Presidente):

Licenciado em direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra; é advogado, inscrito na Ordem dos Advogados Portugueses desde 1975. É presidente executivo da sociedade de advogados Aguiar-Branco & Associados e consultor jurídico de empresas privadas e públicas, ligadas á atividade financeira, industrial e comercial; exerceu cargos de relevo em associações de carácter profissional, nomeadamente na Associação Portuguesa dos Jovens Advogados e na Ordem dos Advogados; árbitro do Centro de Arbitragem Comercial das Associações Comerciais de Lisboa e Porto; delegado para o Norte de Portugal da União de Advogados Europeus (UAE).

Acumula a atividade profissional com participação em alguns órgãos de associações culturais, como a Fundação Eng.º António de Almeida (Administrador) e o Instituto para a Cooperação e Desenvolvimento Portugal-Oriente (membro do Conselho Consultivo).

Género: Masculino

Idade: 68

Rita Jorge Rocha e Silva (Secretária):

Licenciada em direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Porto; é advogado, inscrito na Ordem dos Advogados Portugueses desde 2008. É advogada e consultora jurídica de empresas privadas e públicas, ligadas à atividade financeira, industrial e comercial.

Género: Feminino

Idade: 36

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f).

Não existem regras estatutárias que prevejam a existência de ações que não confirmem o direito de voto ou que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados. Os Estatutos não preveem mecanismos que visem provocar um desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

A cada ação corresponde um voto.

O bloqueio de ações para participação na Assembleia Geral tem de ser efetuado com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data designada para a respetiva reunião. A mesma regra se aplica quando uma Assembleia Geral é retomada em data posterior, no caso de ocorrer a suspensão da sessão inicial da Assembleia Geral.

Os Estatutos da Sociedade consagram a possibilidade de emissão de voto por correspondência, rececionado na Sociedade até ao terceiro dia útil anterior ao da Assembleia Geral. A receção da declaração de voto deve ocorrer até às 18 horas ao terceiro dia útil anterior à data da realização da Assembleia Geral. Os votos transmitidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas apresentadas posteriormente à data em que esses votos tenham sido emitidos. A presença do Acionista na Assembleia Geral revoga o voto por este dado por correspondência.

Os Estatutos da Corticeira Amorim preveem a admissibilidade do voto por meios eletrónicos desde que se julguem reunidas as condições técnicas que permitam assegurar a verificação da autenticidade das declarações de voto e garantir a integridade e a confidencialidade do seu conteúdo. O voto transmitido por meios eletrónicos deve ser rececionado na Sociedade até ao terceiro dia útil anterior ao da Assembleia Geral, ficando este último sujeito à verificação pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, previamente à convocação da Assembleia Geral, da existência de meios técnicos e de comunicação que garantam a segurança e fiabilidade do voto emitido. Caso o Presidente da Mesa conclua que se encontram reunidos os requisitos técnicos para o exercício do voto por meios eletrónicos, incluirá tal informação no Aviso Convocatório - o que não se verificou durante o ano 2018. Os votos transmitidos por meios eletrónicos valem como votos negativos relativamente a propostas apresentadas posteriormente à data em que esses votos tenham sido emitidos. A presença do Acionista na Assembleia Geral revoga o voto por este dado por correspondência ou por meio eletrónico.

A Corticeira Amorim disponibiliza aos Acionistas, na sua sede social (Rua de Meladas, n.º 380 - 4536-902 Mozelos) e no sítio de Internet (www.corticeiraamorim.com), um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. A solicitação do Acionista, a Sociedade poderá ainda facultar tal documento por e-mail.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Os Estatutos não preveem qualquer limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, individualmente ou em concertação com outros Acionistas.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Os Estatutos da Sociedade consagram requisitos específicos relativamente a quóruns constitutivos/deliberativos para as seguintes situações:

- a) Iguais aos da Lei geral:
 - Destituição do membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais do art. 392º do Código das Sociedades Comerciais - a destituição não produzirá os seus efeitos caso, contra a deliberação de destituição tomada independentemente da invocação de justa causa que a justifique, tenham votado Acionistas que representem, pelo menos, vinte por cento do capital social;
- b) Superiores aos da lei geral:
 - Limitação ou supressão do direito de preferência nos aumentos de capital - necessidade da presença na Assembleia Geral de Acionistas que representem, pelo menos, cinquenta por cento do capital social realizado;
 - Exercício do direito de voto - a necessidade de possuir pelo menos uma ação com a antecedência mínima de cinco dias úteis sobre a data designada para a Assembleia Geral;
 - Para que a Assembleia Geral convocada a requerimento de Acionistas possa deliberar - a necessidade da presença de Acionistas detentores de ações que totalizem, no mínimo, o valor exigido por lei para legitimar o pedido de convocação da reunião;
 - Alteração da composição do Conselho de Administração - a necessidade de deliberação por maioria de Acionistas correspondente a dois terços do capital social;
 - Dissolução da Sociedade - a necessidade de deliberação de Acionistas que detenham ações correspondentes a, pelo menos, oitenta e cinco por cento do capital social realizado.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», que preconiza a separação entre os órgãos de administração e de fiscalização, bem como uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas.

Considera o Conselho de Administração que a adoção deste modelo permite a existência de um órgão de fiscalização com poderes de fiscalização efetivos e reforçados, composto integralmente por membros sujeitos a um regime de incompatibilidades e a requisitos de independência amplos. Acresce que, sendo esta função atribuída a um órgão autónomo - o Conselho Fiscal, tal propicia um eficiente modelo de governo que divide claramente as competências dos diferentes órgãos, evitando a atribuição da função fiscalizadora a um conjunto de membros do Conselho de Administração que é, por lei, um órgão colegial.

É, pois, convicção do Conselho de Administração que, ponderando a situação específica da Corticeira Amorim, o modelo de governo adotado é adequado, na medida em que:

- Consubstancia uma estrutura de regras societárias e de boas práticas, propiciadoras, respetivamente, de maior transparência e de elevados níveis de profissionalismo e competência;
- Garante o alinhamento de interesses de toda a Organização, nomeadamente entre Acionistas, membros dos órgãos sociais, dirigentes e demais colaboradores da sociedade;
- Incentiva a participação dos Acionistas na vida da Sociedade;
- Fomenta a eficiência e a competitividade da Corticeira Amorim.

A Corticeira Amorim promove a reflexão interna sobre as estruturas e práticas de governo societário adotadas, comparando o seu grau de eficiência com eventuais mais-valias de implementação de outras práticas e/ou medidas

preconizadas quer pelo Código do Governo Societário que toma por referência (até 2017: o Código da CMVM; a partir de 2018: o Código do IPCG), quer por outros organismos.

Em sede de Comissão Executiva, este é um tema analisado juntamente com as questões do desenvolvimento orgânico da Corticeira Amorim. A reflexão sobre a estrutura societária propriamente dita é realizada quer em Comissão Executiva, quer em Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

As regras aplicáveis à **designação e substituição** dos membros do órgão de administração são as previstas na Lei com as seguintes especificidades previstas nos Estatutos da Sociedade:

A eleição é realizada em listas, com especificação do cargo que competir a cada membro, sendo a votação feita em duas fases:

Primeira: procede-se à eleição isolada de um Administrador entre pessoas propostas em listas subscritas por grupos de Acionistas que reúnam entre 10% e 20% do capital social. Cada lista deve propor pelo menos duas pessoas elegíveis por cada um dos cargos a preencher, não podendo o mesmo acionista subscrever mais do que uma das listas. Se nesta eleição isolada forem apresentadas listas por mais de um grupo de Acionistas, a votação incidirá primeiro sobre o conjunto das listas, e, depois, sobre as pessoas indicadas na lista vencedora. As listas podem ser apresentadas até ao início da discussão, na Assembleia Geral, do ponto da ordem de trabalhos relativo à eleição dos membros do Conselho de Administração;

Segunda: a Assembleia Geral procede à eleição dos demais Administradores, podendo participar na respetiva deliberação todos os Acionistas presentes, tenham ou não subscrito ou votado qualquer das listas da primeira fase. A Assembleia Geral não pode proceder à eleição dos restantes Administradores enquanto não tiver sido eleita uma das pessoas propostas nas listas da primeira fase, salvo se não tiver sido proposta qualquer lista.

O mandato dos membros do Conselho de Administração dura por três anos civis. Findo o mandato, os Acionistas procedem obrigatoriamente à eleição dos membros do Conselho de Administração, que podem ser reeleitos uma ou mais vezes.

A Assembleia Geral Anual, aquando da votação do relatório de gestão, das contas do exercício e da aplicação dos resultados, pode deliberar a destituição dos membros do Conselho de Administração, sem que haja lugar ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação aos Administradores assim destituídos, independentemente de, para justificação de tal destituição, ter ou não sido invocada justa causa. No entanto, este mecanismo não produzirá os seus efeitos quanto ao membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais de eleição descritas na primeira fase acima, caso, contra a deliberação de destituição tomada independentemente da invocação de justa causa que a justifique, tenham votado Acionistas que representem, pelo menos, 20% do capital social.

Faltando definitivamente um administrador, e não havendo suplentes, deve proceder-se à sua substituição por cooptação, salvo se os administradores em exercício não forem em número suficiente para o conselho poder funcionar. Não havendo cooptação dentro de 60 dias a contar da falta, o conselho fiscal designa o substituto. A cooptação e a designação pelo conselho fiscal devem ser submetidas a ratificação na primeira assembleia geral seguinte.

Faltando administrador eleito ao abrigo das regras especiais da primeira fase, e não havendo suplente respetivo, procede-se a nova eleição, à qual se aplicam, com as necessárias adaptações, as regras especiais da primeira fase.

17. Composição do Conselho de Administração, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

De acordo com os estatutos da Sociedade, a administração da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um a nove Vogais. No mandato em curso, o Conselho de Administração é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e quatro Vogais, todos efetivos.

A duração estatutária do mandato do Conselho de Administração é de três anos civis.

Ao longo de 2018, o Conselho de Administração era composto por seis membros efetivos:

Presidente: António Rios de Amorim

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 29 de março de 1990

Data da primeira designação para Presidente do Conselho de Administração: 31 de março de 2001

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vice-Presidente: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 28 de março de 2003

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 31 de julho de 2009

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Cristina Rios de Amorim Baptista

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 20 de julho de 2012

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Luísa Alexandra Ramos Amorim

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 28 de março de 2003

Foi eleita para Vogal do Conselho de Administração na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 4 de abril de 2013

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Vogal: Juan Ginesta Viñas

Data da primeira designação para o Conselho de Administração: 20 de julho de 2012

Data do termo do atual mandato: 31 de dezembro de 2019 mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes.

O Conselho de Administração da Corticeira Amorim é composto por três membros executivos e por três membros não executivos, tendo mantido a sua constituição ao longo do exercício de 2018:

Membros Executivos:

Presidente: António Rios de Amorim

Vice-Presidente: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira

Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

Membros Não executivos:

Vogal: Cristina Rios de Amorim Baptista

Vogal: Luísa Alexandra Ramos Amorim

Vogal: Juan Ginesta Viñas

Nenhum dos membros não executivos é independente.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

António Rios de Amorim (Presidente):

Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da Corticeira Amorim desde março de 2001. Foi Administrador Delegado da Amorim & Irmãos (1996-2001), Administrador da Sociedade Figueira Praia (1993-2006), responsável operacional da Amorim - Empreendimentos Imobiliários - promotora dos projetos Torres de Lisboa e Arrábida Shopping (1993-1995), Administrador Executivo da Amorim Hotéis, S.A., com responsabilidade no desenvolvimento das cadeias Ibis e Novotel em Portugal. *Degree of Commerce* - Faculty of Commerce and Social Sciences - Universidade de Birmingham (1989) e, complementarmente, frequência do *The Executive Program in Business Administration: Managing the Enterprise* - Columbia University Graduate School of Business (1992), *Managerial Skills for International Business* - INSEAD (2001) e *Executive Program in Strategy and Organization* - Graduate School of Business Stanford University (2007). Foi associado da European Round Table of Industrialists - único grupo empresarial português a integrar esta associação (1991-1995). Presidente da Associação Portuguesa da Cortiça (2002-2012) e da Confédération Européenne du Liège (desde 2003). Em fevereiro de 2006 foi distinguido, por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, com a Comenda de Grande-Oficial da Ordem de Mérito Agrícola, Comercial e Industrial.

Género: Masculino

Idade: 51 anos

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente):

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa. Administrador não executivo da Corticeira Amorim, desde março de 2003 até setembro de 2005, passou a exercer funções executivas a partir desta data; atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Administrador não executivo de diversas empresas do Grupo Amorim (a partir de 2000).

Administrador executivo da Barrancarnes (2000-2005).

Após um ano na área comercial da Møre Codfish (Noruega), integrado no programa Comett e um estágio na Merrill Lynch (Londres), iniciou a sua atividade profissional no Grupo Banco Comercial Português onde, durante três anos, colaborou nas áreas de Estudos e Planeamento, Área Internacional e Fundos de Investimento.

Género: Masculino | Idade: 48 anos

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida (Vogal)

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1983/84). Em 1991 iniciou a sua atividade na Corticeira Amorim, desempenhando diversas funções em várias sociedades do Grupo. Em 2002 assumiu o cargo de Diretor de Desenvolvimento Organizativo e Planeamento e Controlo de Gestão da Corticeira Amorim.

Género: Masculino | Idade: 57 anos

Cristina Rios de Amorim Baptista (Vogal):

Licenciada em Economia pela Faculdade de Economia do Porto em 1991, tendo concluído o MBA em International Banking and Finance da University of Birmingham (Reino Unido) em 1992. Em 2001 realizou uma pós-graduação em Gestão Internacional na Universidade Católica Portuguesa.

Iniciou a atividade profissional em 1992, exercendo funções em instituições internacionais como: a S. G. Warburg España (Corporate Finance) em Madrid (1992), a N. M. Rothschild & Sons Limited (Corporate Finance) em Londres (1993), a Rothschild Asset Management Limited (Gestão de Ativos) em Londres (1993) e a Soserfin, S.A. (área de

Direção de estudos económicos e de Research) em 1994. Exerceu o cargo de Vogal do Conselho de Administração da Fundação Casa da Música (2006 a março de 2013) e da Fundação AEP (2009 a Abril de 2013).

Integrou os Quadros da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (holding do Grupo Amorim) em 1994, sendo atualmente Vice-Presidente e CFO do Grupo. Em 1997 assumiu o cargo de Representante para a Relação com o Mercado (IRO) da Corticeira Amorim, SGPS, SA. (cargo ocupado até final de 2017) e, em julho de 2012, o cargo de vogal do conselho de administração da mesma sociedade.

Em abril de 2017 foi eleita Vogal não Executivo do Conselho de Administração do Banco BPI, S.A.

Género: Feminino | Idade: 50 anos

Luísa Alexandra Ramos Amorim (Vogal):

Licenciada em Marketing pelo ISAG e Hotelaria pela EHTe e EHTP, completando diversas áreas de formação em Hotelaria pelo Centre International de Glion, em Marketing pela UCI Communication - Estados Unidos e Gestão na EGP Porto. Administradora da Amorim - Investimentos e Participações (desde 2002), da Quinta Nova - Nossa Senhora do Carmo (desde 2006) e, mais recentemente, da Amorim Negócios Internacionais (desde 2016). Foi Diretora executiva da Natureza, S.G.P.S (2002-2006), Diretora de Marketing da J. W. Burmester (2000-2002) e Membro da Direção Hoteleira na Amorim Hotéis e Serviços e na Sociedade Figueira Praia (1996-1997), altura em que iniciou funções no Grupo Amorim. Desempenhou funções no âmbito de Consultadoria de gestão na Deloitte & Touche, Porto (1998-2000). Para além da atividade empresarial é fundadora e presidente da Associação Bagos d' Ouro (desde 2010) e foi Vogal do Conselho de Administração da Fundação Museu do Douro (2006-2011).

Género: Feminino | Idade: 45 anos

Juan Ginesta Viñas (Vogal):

Contando com uma vasta e ampla experiência profissional na área empresarial, desempenhou funções relevantes nas sociedades International Harvester (diretor comercial), DEMAG EO (diretor comercial), Hunter Douglas (diretor geral e responsável pelas unidades industriais do Brasil, Argentina e Chile) e Torras Domenech (administrador delegado e presidente), entre outras. É administrador da sociedade Trefinos, SL desde 1996.

Género: Masculino | Idade: 77 anos

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Sociedades detentoras ou às quais são imputáveis participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto da Corticeira Amorim, cujo órgão de administração integra administradores em exercício da Corticeira Amorim:

- O Conselho de Administração da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, S.A. integra António Rios de Amorim, Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira, Cristina Rios de Amorim Baptista e Luísa Alexandra Ramos Amorim;
- O Conselho de Administração da Great Prime, S.A. integra Luísa Alexandra Ramos Amorim;
- O órgão de administração da Investmark Holdings, B.V. integra Luísa Alexandra Ramos Amorim;
- O Conselho de Administração da Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. integra António Rios de Amorim e Cristina Rios de Amorim Baptista.

Maria Fernanda Oliveira Ramos Amorim é mãe de Luísa Alexandra Ramos Amorim e sogra de Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira.

António Ferreira de Amorim é pai de António Rios de Amorim e de Cristina Rios de Amorim Baptista.

Não existem relações comerciais habituais e significativas entre os membros do Conselho de Administração e os acionistas a quem seja imputável participação qualificada.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Corticeira Amorim preveem e atualmente encontram-se em exercício os seguintes órgãos:

Mesa da Assembleia Geral

Composição e mandato conforme descrito no ponto 11. deste relatório.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:

- Convocar as reuniões de assembleia geral - preparando a convocatória e promovendo a sua publicitação;
- Receber requerimentos de inclusão de assuntos na ordem do dia e, no caso de os deferir, publicitar os assuntos incluídos na ordem do dia pela mesma forma usada para a convocação;
- No caso de assembleias gerais virtuais (*ciber-assembleias, assembleias on-line e assembleias por teleconferência*), assegurar a autenticidade das declarações e a segurança das comunicações;
- Escolher o local de realização da assembleia geral dentro do território nacional, desde que as instalações da sede não permitam a reunião em condições satisfatórias;
- Presidir à assembleia geral, dirigir e orientar os trabalhos, nomeadamente, verificar as presenças e quórum, organizar a lista de presenças, declarar aberta a reunião, permitir, limitar ou recusar o uso da palavra, apresentar os votos por correspondência, apurar a totalidade dos votos e anunciar o resultado;
- Autorizar a presença na assembleia geral de 3^{os} estranhos à sociedade, podendo a assembleia revogar essa autorização;
- Suspender os trabalhos da assembleia geral, fixando logo o seu recomeço para data que não diste mais de 90 dias, não podendo a mesma sessão ser suspensa duas vezes;
- Encerrar a sessão, promover a redação da ata e assiná-la.

Compete ao Secretário da Mesa da Assembleia Geral:

- Ajudar o presidente da mesa na condução dos trabalhos, nomeadamente, na verificação das presenças e quórum, na organização da lista de presenças;
- Ler a ordem do dia constante da convocatória e os documentos remetidos à mesa durante a sessão;
- Tomar apontamentos para realização da ata;
- Proceder à contagem dos votos;
- Redigir a ata e assiná-la.

Conselho de Administração²

Composição e mandato conforme descrito no ponto 17. deste relatório; competências conforme descrito no ponto 9. deste relatório.

² Os Estatutos da sociedade preveem a possibilidade de o Conselho de Administração ser assessorado por um a três Conselheiros, a designar pelo mesmo, de entre pessoas de reconhecido mérito e experiência, com mandatos coincidentes com os dos Administradores. Os Conselheiros do Conselho de Administração exercem funções de aconselhamento do Conselho de Administração relativamente a todas as matérias abordadas nas respetivas reuniões, apesar de não terem direito de voto nas deliberações tomadas.

No caso concreto da CORTICEIRA AMORIM, a inigualável experiência, visão de futuro e espírito empreender do Sr. Américo Ferreira de Amorim bem como o elevado conhecimento da fileira da cortiça do Sr. Joaquim Ferreira de Amorim foram um importante contributo para o desenvolvimento da Sociedade, assumindo um importante papel nas reuniões do Conselho no mandato 2014-2016, mantendo-se no cargo até 7 de abril de 2017, com a participação efetiva do Sr. Joaquim Ferreira de Amorim e a ausência do Sr. Américo Ferreira de Amorim, por motivos de saúde..

O Conselho de Administração eleito em 7 de abril de 2017 para o mandato de 2017-2019 não designou Conselheiros do Conselho de Administração.

Comissão Executiva

Composição e mandato conforme descrito no ponto 28. deste relatório; competências conforme descrito no ponto 29. deste relatório.

Conselho Fiscal

Composição e mandato conforme descrito no ponto 31. deste relatório; competências conforme descrito nos pontos 37. e 38. deste relatório.

Revisor oficial de Contas

Composição, mandato e competências conforme descrito no ponto 39. deste relatório.

Comissão de Remunerações

Composição, mandato e competências conforme descrito no ponto 67. deste relatório.

Estrutura de Gestão do Negócio

Tal como detalhadamente explicitado no ponto 9., compete ao Conselho de Administração gerir as atividades da Sociedade e deliberar sobre qualquer assunto da administração da mesma, subordinando-se às deliberações da Assembleia Geral ou às intervenções do Conselho Fiscal, nos casos em que a Lei ou os Estatutos o determinarem. Conforme previsto na Lei e nos Estatutos, o Conselho de Administração delegou a gestão corrente numa Comissão Executiva, conforme descrito nos pontos 28. e 29. deste relatório.

Os membros não executivos do Conselho de Administração participam regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, que, com uma periodicidade mensal, deliberam e analisam a evolução de todas as matérias indelegáveis e de todos os assuntos cuja relevância, materialidade e/ou criticidade torna pertinente a sua inclusão na Agenda de Trabalhos do Conselho.

A organização administrativa das reuniões garante a todos os membros do Conselho - executivos e não executivos - uma preparação prévia adequada, fomentando-se a participação ativa de todos os membros no debate, análise e gizar de ações em prol da produtividade das reuniões e da eficiência da Organização. O calendário das reuniões ordinárias do Conselho de Administração é acordado no início de cada exercício económico, de forma a que todos os seus membros possam estar presentes. Até ao segundo dia útil anterior à realização de cada reunião, qualquer Administrador, incluindo os não executivos, tem oportunidade de solicitar a inclusão de pontos/assuntos a analisar em Conselho.

Sempre que se analisam e ou/deliberam matérias em que um ou mais membros do Conselho de Administração tenham interesses particulares que possam conflitar com o interesse da sociedade, o(s) membro(s) em conflito informam o Conselho dessa circunstância, prestando toda a informação necessária, mas abstendo-se de votar tais matérias.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte da Comissão Executiva ao Conselho de Administração que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva. A Comissão Executiva presta, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, todas as informações solicitadas por outros membros dos órgãos sociais e que se afigurem necessárias no âmbito das competências respetivas.

No âmbito do desempenho das suas competências, o Conselho de Administração tem acesso tempestivo a toda a informação, documentos e colaboradores, quer da sociedade quer das suas principais subsidiárias tendo em vista, o

acompanhamento dos negócios, avaliação do desempenho e das perspectivas de desenvolvimento e o cabal esclarecimento de qualquer assunto que julgue pertinente.

Assim, além das matérias que, por lei ou pelos estatutos, são de exclusiva competência do Conselho de Administração, os membros não executivos conhecem e acompanham:

- A evolução da atividade operacional e dos principais indicadores económico-financeiros de todas as UN que compõem a Corticeira Amorim;
- A informação relevante sobre a função financeira consolidada: financiamento, investimento, autonomia financeira e responsabilidades extrapatrimoniais;
- A atividade desenvolvida pelas várias áreas de suporte e respetivo impacto na Organização;
- A evolução das atividades de investigação, desenvolvimento e inovação (IDI);
- O calendário dos principais eventos da Corticeira Amorim e suas UN, sendo a Organização muitas vezes representada em eventos internacionais, tais como missões empresariais, por um ou mais membros não executivos do Conselho de Administração.

A atividade operacional da Corticeira Amorim está estruturada em cinco Unidades de Negócios (UN)

Assumindo um modelo de gestão assente num conceito de *Holding* Estratégico-Operacional, as UN são coordenadas pela Comissão Executiva da Corticeira Amorim.

Cada UN dispõe de um Conselho de Administração próprio, composto por membros não executivos e por membros executivos, sendo o órgão competente para a decisão de todas as matérias consideradas relevantes. Cada UN dispõe de uma Direção Executiva, composta integralmente por Quadros altamente qualificados, independentes, que reúnem as competências técnicas e profissionais adequadas à condução dos negócios e à gestão dos desafios específicos da atividade desenvolvida e perspetivada. Nas UN a direção executiva compete exclusivamente a gestores profissionais independentes, ou seja, o Presidente do Conselho de Administração não assume a direção executiva da mesma, que compete ao CEO da própria UN. No caso da UN Rolhas, atendendo à complexidade do negócio, existem dois Co-CEO profissionais independentes.

O alinhamento estratégico de toda a Organização é potenciado pela utilização da metodologia de *balanced scorecard* na Corticeira Amorim e nas suas UN. Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim a aprovação dos objetivos e iniciativas estratégicas (i) transversais a toda a Organização, (ii) específicas da Corticeira Amorim e (iii) de cada UN, em estreita colaboração com as respetivas Direções Executivas.

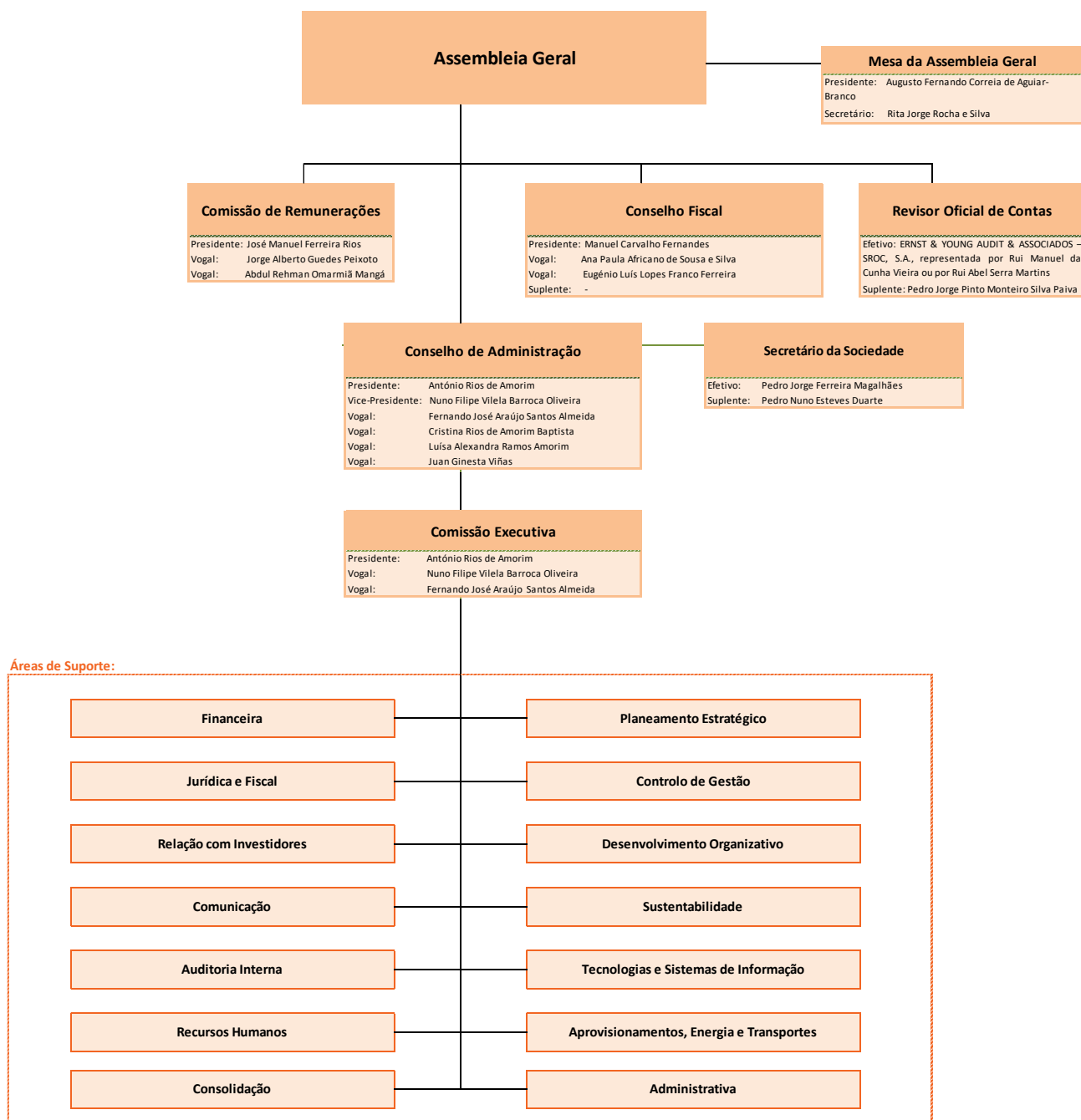
O esquema abaixo apresenta a forma como atualmente se encontra organizada a estrutura de gestão do negócio:



As **Áreas de Suporte** estão orientadas para o acompanhamento e coordenação da atividade das UN e das respetivas áreas funcionais, competindo à Comissão Executiva o respetivo acompanhamento, conforme ilustra o esquema abaixo.

As atividades das áreas de suporte são reportadas periodicamente à Comissão Executiva, sendo a sua atividade acompanhada por um Administrador Executivo. No ano em apreço, Nuno Barroca acompanhou a Auditoria Interna; Fernando Almeida: o Planeamento Estratégico, o Desenvolvimento Organizativo, as Tecnologias e Sistemas de Informação e o Controlo de Gestão; os restantes pelouros foram acompanhados por António Amorim.

Com a frequência julgada conveniente/adequada, quer o Administrador responsável pela Área de Suporte, quer a Comissão Executiva, quer o próprio Conselho de Administração podem suscitar - e fazem-no efetivamente - a inclusão da análise da atividade desenvolvida pelas Áreas de Suporte, analisando-se em Conselho a necessidade/oportunidade de novas atribuições ou estratégias.



b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

O funcionamento do Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM respeita escrupulosamente todas as regras de funcionamento a que se encontra sujeito, nomeadamente as previstas no Código das Sociedades Comerciais, nos Estatutos da Sociedade e nas normas regulamentares emanadas pela CMVM, o que consubstancia já um verdadeiro regulamento de funcionamento, adequado e propiciador do seu eficiente funcionamento em prol da salvaguarda do empenho deste órgão colegial na prossecução eficiente dos interesses da Sociedade e de todos os seus Acionistas.

Assim, embora não exista um regulamento interno formal escrito conforme referido neste ponto, considera a CORTICEIRA AMORIM que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores empresariais salvaguardados tanto pelos membros deste órgão societário como pelos restantes Colaboradores que o apoiam e/ou assessoram.

Atendendo a que tal regulamento não se encontra formalizado, também não está disponível no sítio da Sociedade. No entanto, todas as referidas regras de funcionamento que, por lei (Código das Sociedades Comerciais, Código dos Valores Mobiliários, Regulamentos e Instruções da CMVM) ou pelos Estatutos, são observadas pelo Conselho de Administração encontram-se disponíveis no sítio da CMVM (www.cmvm.pt) ou no da Sociedade (www.corticeiraamorim.com), respetivamente.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração às reuniões realizadas.

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração reúne-se quando e onde o interesse social o exigir. Ao longo do exercício de 2018 realizaram-se 10 reuniões do Conselho de Administração (2017: 11 reuniões), com a presença ou representação da totalidade dos membros deste Conselho. A assiduidade global foi de 100%; caso se expurgassem deste cálculo as representações de administradores, a assiduidade seria de 90,0%.

Fizeram-se representar por outro administrador: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente) na reunião de 9 de abril; Fernando José Araújo dos Santos Almeida (Vogal) na reunião de 2 de julho; Cristina Rios de Amorim Baptista na reunião de 27 de julho; e Juan Ginesta Viñas nas reuniões de 8 de janeiro, 19 de fevereiro e 27 de julho. Os restantes membros do Conselho de Administração participaram presencialmente em todas as reuniões.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Nos termos dos estatutos da Sociedade, compete à Assembleia Geral ou a uma Comissão eleita por aquela deliberar sobre a avaliação de desempenho dos administradores, incluindo os executivos.

Tal como referido no ponto 67. deste relatório, encontra-se em exercício uma Comissão de Remunerações (triénio de 2017 a 2019), a quem compete realizar a avaliação referida neste ponto, fazendo-a efetivamente.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Nos termos da declaração sobre a política de remunerações a atribuir ao Conselho de Administração aprovada na Assembleia Geral de Acionistas de 13 de abril de 2018, sob proposta da Comissão de Remunerações da Sociedade (ponto 69.), sempre que tal seja adequado e exequível, a remuneração deverá ser composta essencialmente por uma remuneração fixa, à qual acresça uma remuneração variável, atribuível aos membros executivos sob a forma de prémio de desempenho, que deve resultar da avaliação da performance de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica a médio/longo prazo da Organização. O montante efetivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente pela Comissão de Remunerações sobre o desempenho dos

membros do Conselho de Administração, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento. O pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

António Rios de Amorim (Presidente):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo CORTICEIRA AMORIM	
<i>Amorim & Irmãos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim & Irmãos, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Bartop - Investimentos e Participações, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Champcork, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Compcork, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Cork Composites, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Research, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Cork Services, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Florestal Espanha, S.L.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Florestal, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Flooring - Soluções Inovadoras de Cortiça, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Isolamentos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Natural Cork, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Revestimentos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Tops Series, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Chapius, S.L.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Comatral - Compagnie Marocaine de Transformation du Liège, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Mesa da Assembleia Geral</i>
<i>Compruss - Investimentos e Participações, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Cosabe - Companhia Silco-Agrícola da Beira, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Dom Korkowy, Sp. Zo.o</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Equipar - Participações Integradas, SGPS, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Ets Christian Bourrassé, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Francisco Oller, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Korken Schiesser GmbH</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Olimpiadas Barcelona 92, S.L.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>SIBL - Société Industrielle Bois Liège, S.A.R.L.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Société Nouvelle des Bouchons Trescasses, S.A.</i>	<i>Diretor</i>
Outras Sociedades	
<i>Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Serviços e Gestão, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Viagens e Turismo, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Desenvolvimento - Investimentos e Serviços, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Global Investors, SGPS, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Clube de Tiro, Caça e Pesca a Alogal</i>	<i>Tesoureiro</i>
<i>Gierlings Velpor - Veludo Português, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>QM1609 - Investimentos Imobiliários, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>

Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira (Vice-Presidente):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo Corticeira Amorim	
<i>Amorim & Irmãos, S.A.</i>	<i>Vice-Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim & Irmãos, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Composites, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Cork Ventures, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Corecochik - Corking Shoes Investments, Lda</i>	<i>Gerente</i>
<i>Growancork - Estruturas Isoladas de Cortiça, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Florestal, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Isolamentos, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Natural Cork, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Revestimentos, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Revestimentos, S. A. Zweigniederlassung Delmenhorst</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
Outras Sociedades	
<i>Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>API - Amorim Participações Internacionais, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Casa das Heras - Empreendimentos Turísticos, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Imobis - Empreendimentos Imobiliários Amorim, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Mosteiro de Grijó - Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Paisagem de Alqueva, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>SSA - Sociedade de Serviços Agrícolas, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>TB Vinhos, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>

Fernando José de Araújo dos Santos Almeida (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo CORTICEIRA AMORIM	
<i>Amorim Cork Services, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Revestimentos, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Vatrya - Consultoria e Marketing, Lda.</i>	<i>Gerente</i>

Cristina Rios de Amorim Baptista (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo CORTICEIRA AMORIM	
<i>Amorim & Irmãos, S.A.</i>	<i>Presidente da Comissão de Vencimentos</i>
Outras Sociedades	
<i>Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.</i>	<i>Vice-Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Banco BPI, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
Outras Instituições:	
<i>AEP - Associação Empresarial de Portugal</i>	<i>Membro do Conselho Geral, em representação de Amorim & Irmãos, S.A.</i>
<i>BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável</i>	<i>Membro da Direção</i>
<i>AEM - Associação de Empresas Emitentes de Valores Cotados em Mercado</i>	<i>Membro do Conselho Geral, em representação da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.</i>

Vogal: Luísa Alexandra Ramos Amorim (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Outras Sociedades	
<i>Actual, SGPS, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Serviços e Gestão, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim - Viagens e Turismo, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Amorim Desenvolvimento - Investimentos e Serviços, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Global Investors, SGPS, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Amorim Negócios Internacionais, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Bucozal - Investimentos Imobiliários e Turísticos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Época Global, SGPS, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Great Prime, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>Investmark Holdings, B.V.</i>	<i>Director</i>
<i>LUYNES - Investimentos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.</i>	<i>Gerente</i>
<i>Quinta Nova de Nossa Senhora do Carmo, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
<i>Vintage Prime, SGPS, S.A.</i>	<i>Vogal do Conselho de Administração</i>
<i>TB Vinhos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
Outras Instuições	
<i>Associação Bagos D'Ouro - IPSS</i>	<i>Presidente da Direção</i>

Juan Ginesta Viñas (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo CORTICEIRA AMORIM	
<i>Trefinos, S.A.</i>	<i>Presidente do Conselho de Administração</i>
Outras Sociedades	
<i>Les Finques, S.A.</i>	<i>Administrador Único</i>

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Existe uma Comissão Executiva, constituída por delegação de competências do Conselho de Administração. Embora não exista um regulamento de funcionamento formal e disponível para consulta, o funcionamento da Comissão Executiva respeita a todas as regras a que se encontra sujeita, nomeadamente as previstas no Código das Sociedades Comerciais, nos Estatutos da sociedade e nos procedimentos adotados internamente, o que consubstancia por si só um regulamento de funcionamento adequado e propiciador da implementação das melhores práticas, em salvaguarda da eficiência da sociedade e da criação de valor para o Acionista.

Tal como referido para o Conselho de Administração, acresce que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores salvaguardados tanto pelos membros desta Comissão como pelos restantes Colaboradores que o apoiam e/ou assessoram.

28. Composição da comissão executiva.

A Comissão Executiva é composta por três membros, um Presidente e dois Vogais:

Presidente: António Rios de Amorim
Vogal: Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira
Vogal: Fernando José de Araújo dos Santos Almeida

O mandato da Comissão Executiva coincide com o do Conselho de Administração.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

A **Comissão Executiva** resulta da delegação de competências do Conselho de Administração - nos precisos termos previstos nos Estatutos e na Lei, conforme descrito no ponto 9. deste relatório -, feita em proveito de uma maior agilização da administração e do acompanhamento mais próximo e contínuo, quer das várias estruturas da Sociedade (de gestão, operacionais ou de suporte), quer das próprias atividades operacionais e dos negócios.

Nos termos dos Estatutos da CORTICEIRA AMORIM, são competências da Comissão Executiva a execução das decisões do Conselho de Administração e a gestão corrente da sociedade, assistindo-lhe também competência para matérias de administração. Em 2018 a atividade da Comissão Executiva desenvolveu-se no quadro destas competências, tendo em vista:

- A gestão corrente da sociedade;
- A implementação das decisões tomadas em Conselho de Administração;
- O alinhamento da atividade das várias Unidades de Negócio que constituem a Sociedade, e análise do *reporting* respetivo;
- Estimativas orçamentais e definição de metas e objetivos;
- Ao nível dos recursos humanos: análise da evolução de indicadores, política e prioridades de formação, avaliação de desempenho, política salarial;
- O acompanhamento da evolução de fatores críticos de negócio, definição e implementação de medidas de gestão desses fatores (evolução dos preços dos principais *inputs*, taxas de juro e de câmbio);
- O acompanhamento e decisão sobre investimentos, financiamentos e assunção de responsabilidades;
- A definição do plano de atividades de auditoria interna e de controlo interno e reporte das principais conclusões;
- A definição da política e decisão sobre as ações prioritárias em matéria de Investigação, Desenvolvimento e Inovação;
- O acompanhamento da ação Corticeira Amorim: transações efetuadas, evolução da cotação, estimativas de analistas;
- A análise e reflexão sobre o modelo de governo societário e sua adequabilidade à sociedade e respetivos objetivos.

Sempre que se analisam e ou/deliberam matérias em que um ou mais membros da Comissão Executiva tenham interesses particulares que possam conflitar com o interesse da sociedade, o(s) membro(s) em conflito informam o Conselho dessa circunstância, prestando toda a informação necessária, mas abstendo-se de votar tais matérias.

No âmbito do desempenho das suas competências, a Comissão Executiva tem acesso tempestivo a toda a informação e colaboradores quer da sociedade quer das suas principais subsidiárias tendo em vista o acompanhamento dos negócios, avaliação do desempenho e das perspetivas de desenvolvimento. Neste âmbito, a Comissão Executiva recebe convocatórias, ordens de trabalho e documentação de suporte a todas as reuniões em que se analise e/ou delibere sobre a estratégia, implementação e ações e avaliação e resultados das várias Unidades de Negócios da Corticeira Amorim; participa nas reuniões de direção dessas Unidades de Negócio e tem amplo acesso a quaisquer documentos ou colaboradores adequados aos esclarecimentos que julgue pertinentes.

Encontra-se devidamente implementado um sistema de reporte desta Comissão ao Conselho de Administração que garante o alinhamento das suas atuações e o tempestivo conhecimento de todos os membros do Conselho de Administração da forma como se desenvolve a atividade da Comissão Executiva.

O Presidente da Comissão Executiva, simultaneamente Presidente do Conselho da Administração, remete, em tempo, ao Presidente do Conselho Fiscal as atas das respetivas reuniões.

A Comissão Executiva reuniu-se 14 vezes ao longo de 2018, a assiduidade foi de 100% (em termos globais e individuais).

III. FISCALIZAÇÃO

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado.

A Sociedade adota o modelo de governação vulgarmente conhecido como «latino reforçado», com uma dupla fiscalização, composta por um conselho fiscal e por um revisor oficial de contas.

31. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Os estatutos determinam que o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um ou mais suplentes.

No corrente mandato (2017-2019), o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente:

Presidente: Manuel Carvalho Fernandes

Vogal: Ana Paula Africano de Sousa e Silva

Vogal: Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira

Data da primeira designação para o Conselho Fiscal: 24 de março de 2014

Data da primeira reeleição para o Conselho Fiscal: 7 de abril de 2017

Termo do mandato: 31 de dezembro de 2019, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais

Suplente: cargo deixado vago pelo falecimento, em maio de 2018, do seu titular, o Sr. Dr. Durval Ferreira Marques

32. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC.

Tanto quanto é do conhecimento da Sociedade, todos membros efetivos do Conselho Fiscal cumprem os critérios de independência previstos no n.º 5 do artigo 414.º, bem como as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e ambos do Código das Sociedades Comerciais.

33. Qualificações profissionais de cada um dos membros do Conselho Fiscal e outros elementos curriculares relevantes.

Manuel Carvalho Fernandes (Presidente):

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. MBA pela Kaholieke Universiteit te Leuven (Lovaina, Bélgica). Carreira profissional no sector financeiro (1979 - 1995) - Banco Português do Atlântico, Secretário de Estado do Tesouro (1986-1988), Presidente do Banco Comercial de Macau (1989-1995), da Companhia de Seguros Bonança (1992-1995) e da União dos Bancos Portugueses (1993-1995). Administrador do Banco Mais (1997-2011), Seguros Sagres (2006-2008), Finibanco (2004-2006). Presidente executivo da SGAL - Sociedade Gestora Alta de Lisboa (1998-2007).

Nos últimos cinco anos exerceu cargos de administração em várias sociedades (para além das referidas no ponto 36.): BANIF, SGPS, S.A., BANIF - Banco Internacional do Funchal, S.A., Tecnicrédito, SGPS, S.A., Banco MAIS, S.A., Finpro, SCR, S.A. e Finpro Unipessoal, Lda.

Género: Masculino

Idade: 65 anos

Ana Paula Africano de Sousa e Silva (Vogal):

Licenciada em Economia na Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Grau de Doutor em Economia (especialidade de Economia Internacional) pela Universidade de Reading - Inglaterra, em 1995; equivalência ao grau de Doutor concedida pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto em janeiro de 1996. Parte escolar do Mestrado em Economia, concluído em 1989, Faculdade de Economia do Porto. Foi técnica superior (a tempo parcial) no Gabinete de Estudos do Instituto Nacional de Estatística - Centro Regional do Porto - março de 1996 a fevereiro de 1998. Desenvolve atividade profissional na Faculdade de Economia do Porto onde é membro do Conselho Científico e

onde leciona: Teoria e Política do Comércio Externo (Mestrado em Economia), Comércio Internacional (Mestrado de Economia e Gestão Internacional), Gestão Estratégica Internacional (MEGI), Economia Internacional (Licenciaturas de Economia e de Gestão); Integração Económica, Estudos Económicos Aplicados, Microeconomia e Macroeconomia (Licenciatura de Economia).

Acumula a sua atividade de docente com uma intensa atividade de científica (orientação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado, participação em júris) e de publicações académicas.

Integra, como membro, a Associação Interuniversitária de Estudos Europeus em Portugal e a European Union Studies Association (Pittsburg, EUA).

Nos últimos cinco anos não exerceu cargos de administração.

Género: Feminino

Idade: 57 anos

Eugénio Luís Lopes Ferreira (Vogal):

Formação Académica e Profissional: licenciado em Economia na Faculdade de Economia - UP, em 1976, onde foi assistente em 1976/77, na cadeira de Matemática Financeira. Ao longo da carreira profissional frequentou inúmeras ações de formação em diversos países europeus e nos Estados Unidos; membro da Ordem dos Economistas e sócio do Instituto Português de Corporate Governance. Em 2016 cancelou voluntariamente a inscrição na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e na Ordem dos Contabilistas Certificados.

Experiência Profissional: é membro do Conselho Fiscal da NOS, SGPS, S.A.; desde 2009 até à data consultor em regime livre; 1977-2008: ingressou no escritório do Porto da então Price Waterhouse (PW), actual PricewaterhouseCoopers (PwC). Após uma breve passagem pelo escritório de Paris (1986), foi admitido como Partner em 1991, transferindo-se para o escritório de Lisboa em 1996. Integrou inicialmente o departamento de Auditoria e posteriormente os Transaction Services, tendo participado em inúmeras auditorias, projetos de consultoria, nomeadamente na área de transações e reorganizações de empresas, em praticamente todos os sectores de atividade, incluindo em empresas de cortiça, abrangendo toda a fileira de transformação. Como auditor, a extensão das responsabilidades incluíram, na maioria dos casos, o desempenho das funções de membro de Conselho Fiscal ou de Fiscal Único; em diferentes momentos desempenhou variadas funções internas na PW/PwC, nomeadamente (i) a chefia do escritório do Porto (1989-1998); (ii) responsabilidade territorial pela função técnica de auditoria e de gestão de riscos ("Technical Partner" e "Risk Management Partner"); (iii) responsabilidade pela função administrativa, financeira e informática interna ("Finance & Operations Partner"); (iv) responsabilidade pelo Departamento de Auditoria; (v) membro da Comissão Executiva ("Territory Leadership Team"); 1966-1976: iniciou a atividade numa pequena empresa do sector automóvel, interrompida entre 1971-1974 para cumprimento do Serviço Militar.

Nos últimos cinco anos não exerceu cargos de administração.

Género: Masculino

Idade: 68 anos

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal.

Existe o **Regulamento do Conselho Fiscal da Sociedade** que está disponível em

[http://www.amorim.com/xms/files/Investidores/2_Orgaos_Sociais/2014-](http://www.amorim.com/xms/files/Investidores/2_Orgaos_Sociais/2014-2016_Regulamento_do_Conselho_Fiscal.pdf)

[2016_Regulamento_do_Conselho_Fiscal.pdf](http://www.amorim.com/xms/files/Investidores/2_Orgaos_Sociais/2014-2016_Regulamento_do_Conselho_Fiscal.pdf)

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas de cada membro do Conselho Fiscal.

O Conselho Fiscal reúne sempre que for convocado pelo Presidente ou por outros dois membros do Conselho e, pelo menos, todos os trimestres nos termos do artigo 10º do regulamento deste órgão. Durante o ano 2018 realizaram-se cinco reuniões do Conselho Fiscal, com uma assiduidade global de 93,3%; a assiduidade de Manuel Carvalho Fernandes (presidente) e de Eugénio Luís Franco Ferreira (Vogal) foi de 100%; a assiduidade de Ana Paula Africano de Sousa e Silva (Vogal) foi de 80%.

36. Disponibilidade de cada um dos membros do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Manuel Carvalho Fernandes (Presidente):

Empresa	Cargo Exercido
Grupo AFSA, SGPS, S.A. - cargos de administração:	
AFSA, SGPS, S.A.	Administrador
COEPAR - Consultoria e Investimentos, S.A.	Administrador
S2IS - Serviços e Investimentos, SGPS, S.A.	Administrador
BRASILIMO - Investimentos Imobiliários no Brasil, SGPS, S.A.	Administrador
SSL - Serviços e Investimentos, S.A.	Administrador
QMETRICS - Serviços, Consultoria e Avaliação da Satisfação, S.A.	Administrador
SSL - Serviços e Investimentos, S.A.	Administrador
Outras sociedades - cargos de administração:	
Faceril - Fábrica de Cerâmica do Ribatejo, S.A.	Administrador
Coeprimob - promoção Imobiliária, S.A.	Administrador
Qdata, Lda.	Gerente
Quaternaire, S.A.	Administrador
Grupo AFSA, SGPS, S.A. - outros cargos:	
Douro Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Conselho Consultivo
Brasilimo Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Conselho Consultivo

Ana Paula Africano de Sousa e Silva (Vogal):

Instituição	Cargo Exercido
Universidade do Porto Faculdade de Economia da Universidade do Porto	Docente Membro do Conselho de Representantes e do Conselho Científico
Faculdade de Economia da Universidade do Porto	Membro da Comissão Científica do Mestrado em Economia e Gestão Internacional
Centro de Estudos Económicos e Financeiros (CEFUP) Câmara Municipal de Espinho	Membro Vereadora (não executiva) sem pelouro

Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira (Vogal):

Empresa	Cargo Exercido
NOS, SGPS, S.A.	Membro do Conselho Fiscal

Desde 2009, exerce profissionalmente a função de consultor, em regime livre.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Compete ao Conselho Fiscal monitorizar a independência do Revisor Oficial de Contas, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais.

De realçar que, com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016 da Lei nº 140/2015, de 7 de setembro que aprovou o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e da Lei nº 148/2015, de 9 de setembro que aprovou o Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria, a prestação de serviços pelo Revisor Oficial de Contas ficou substancialmente limitada (um vasto conjunto de serviços proibidos legalmente e, restantes, limitados a 70% do valor total de honorários devidos pela revisão legal de contas, pagos ao Revisor Oficial de Contas) e, para os serviços não proibidos, sujeita a aprovação prévia dos mesmos pelo Conselho Fiscal.

Assim, e sempre sujeitos a aprovação prévia expressa do Conselho Fiscal, foram contratados serviços distintos dos serviços de revisão legal de contas ao Revisor Oficial de Contas. Tais serviços compreendem essencialmente trabalhos

com a finalidade de dar cumprimento a formalismos estabelecidos na lei e trabalhos de garantia de fiabilidade sobre as demonstrações financeiras semestrais.

No âmbito destes serviços:

- i. Nem o Revisor Oficial de Contas assume a liderança dos projetos subjacentes, a qual é sempre assumida pelo departamento apropriado da CORTICEIRA AMORIM,
- ii. Nem os representantes indicados para o cargo de Revisor Oficial de Contas da Corticeira Amorim colaboram nesses projetos;

não se colocando, portanto, questões relativas à independência da atuação do Revisor Oficial de Contas.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização.

Ao Conselho Fiscal compete, nos termos da Lei e do respetivo Regulamento de Funcionamento:

- Fiscalizar a administração da sociedade;
- Vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- Verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e das existências de qualquer espécie de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas
- Verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela administração;
- Convocar a Assembleia Geral, quando o Presidente da Mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- Fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da sociedade ou outros, dando-lhes o tratamento adequado;
- Analisar as comunicações de irregularidades recebidas, solicitando aos restantes órgãos sociais e estruturas da sociedade os esclarecimentos necessários às situações reportadas;
- Sugerir, na sequência da análise referida na alínea anterior, medidas acauteladoras da ocorrência dessas irregularidades e dar conhecimento delas ao Conselho de Administração e às entidades, internas ou externas, que cada situação concreta justifique, garantindo-se sempre a não divulgação da identidade dos comunicadores, exceto se estes expressamente o não pretenderem;
- Contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a ele cometidos e a situação económica da sociedade, devendo previamente comunicar ao Conselho de Administração o âmbito e as condições da prestação de serviços a contratar;
- Apreciar e dar parecer prévio sobre as Transações com Titulares de Participações Qualificadas, nos termos de regulamento próprio;

- Suspender administradores quando:
 - as suas condições de saúde os impossibilitem temporariamente de exercer as funções;
 - outras circunstâncias pessoais obstem a que exerçam as suas funções por tempo presumivelmente superior a sessenta dias e solicitem ao Conselho Fiscal a suspensão temporária ou este entenda que o interesse da sociedade o exige;
- Declarar o termo das funções de administradores quando ocorra, posteriormente à sua designação, alguma incapacidade ou incompatibilidade que constituísse impedimento a essa designação e o administrador não deixe de exercer o cargo ou não remova a incompatibilidade superveniente no prazo de trinta dias;
- Cumprir as demais atribuições constantes da lei ou do contrato de sociedade.
- Appreciar o relatório de gestão, as contas do exercício, a certificação legal das contas ou de impossibilidade de certificação bem assim como o relatório adicional a preparar pelo Revisor Oficial de Contas nos termos do artigo 24º da Lei 148/2015;
- Se concordar com a certificação legal das contas ou com a declaração de impossibilidade de certificação, declará-lo expressamente no seu parecer;
- Se discordar da certificação legal das contas ou da declaração de impossibilidade de certificação, consignar no relatório as razões da sua discordância;
- Remeter o relatório e parecer ao Conselho de Administração, no prazo de quinze dias a contar da data em que tiver recebido os referidos elementos de prestação de contas;
- Emitir, no seu relatório e parecer, uma declaração de que, relativamente ao relatório de gestão, às contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidas por lei ou regulamento da CMVM, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da sociedade e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam;
- Fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira e apresentar recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- Selecionar os revisores oficiais de contas a propor à Assembleia Geral e recomendar justificadamente a preferência por um deles;
- Acompanhar a revisão de contas individuais e consolidadas, nomeadamente a sua execução, tendo em conta as eventuais constatações e conclusões da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários;
- Verificar e acompanhar a independência do Revisor Oficial de Contas nos termos legais, incluindo a obtenção das confirmações escritas formais do revisor oficial de contas previstas nos artigos 63º e 78º do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e, em especial, verificar a adequação e aprovar a prestação de outros serviços para além dos serviços de auditoria;
- Atestar se o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 245º-A do Código de Valores Mobiliários.

É garantido ao Conselho Fiscal o acesso a toda a documentação e colaboradores da sociedade para obtenção regular de informação sobre a evolução da atividade em geral e, em particular das áreas que são da sua especial competência. Está igualmente implementado um sistema de reporte regular de informação que abrange as reuniões da Comissão Executiva (envio das atas), os trabalhos de auditoria interna e as transações com partes relacionadas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O Revisor Oficial de Contas é composto por um membro efetivo e um suplente, qualquer deles revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

A Assembleia Geral de Acionistas, realizada em 7 de abril de 2017 elegeu para o corrente mandato (2017-2019):

Revisor Oficial de Contas Efetivo: ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A., representado por Rui Manuel da Cunha Vieira ou por Rui Abel Serra Martins

Suplente: Pedro Jorge Pinto Monteiro da Silva e Paiva

Data do termo de mandato: 31 de dezembro de 2019, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

Compete ao Revisor Oficial de Contas:

- Proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais das contas da sociedade, devendo, designadamente verificar:
 - A regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 - Quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão da caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou por outro título;
 - A exatidão dos documentos de prestação de contas;
 - Se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- Comunicar, imediatamente, por carta registada, ao presidente do conselho de administração os factos de que tenha conhecimento e que considere revelarem graves dificuldades na prossecução do objeto da sociedade, designadamente reiteradas faltas de pagamento a fornecedores, protestos de título de crédito, emissão de cheques sem provisão, falta de pagamento de quotizações para a segurança social ou de impostos. Requerer ao presidente do conselho, no caso de este não ter respondido à carta ou da resposta ser considerada insatisfatória, a convocação do conselho de administração para reunir, com a sua presença, com vista a apreciar os factos e a tomar as deliberações adequadas. No caso da reunião não se realizar ou se as mediadas adotadas não forem consideradas adequadas à salvaguarda do interesse da sociedade, requerer, por carta registada, que seja convocada uma assembleia geral para apreciar e deliberar sobre os factos constantes das citadas cartas registadas e da ata da reunião do conselho acima referida.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

A ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A. foi eleita em 7 de abril de 2017, para o mandato corrente (2017-2019), sendo 2018 o segundo ano do seu mandato e, conseqüentemente, o segundo ano consecutivo de exercício de funções.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

Durante o exercício em apreço, foram contratados à ERNST & YOUNG AUDIT & ASSOCIADOS - SROC, S.A., incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, pela Sociedade e sociedades que com esta se encontram em relação de grupo, serviços de auditoria e revisão legal de contas e outros serviços sujeitos a apreciação e aprovação prévia do

Conselho Fiscal, tais como: revisão de informação financeira intercalar, certificação de balanço intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade.

Na rubrica de outros serviços de garantia fiabilidade incluem-se as certificações de despesas elegíveis em projetos de investimentos subsidiados, a verificação do relatório de sustentabilidade e a emissão de parecer sobre uma cisão ocorrida numa subsidiária do Grupo.

No âmbito destes serviços, estas Entidades não assumem a liderança dos projetos subjacentes, a qual é sempre assumida pelo departamento apropriado da CORTICEIRA AMORIM, não se colocando, portanto, questões relativas à independência da atuação das mesmas.

No ponto 47. divulga-se o montante total destes serviços.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

A auditoria externa da Corticeira Amorim é feita pelo Revisor Oficial de Contas (identificação: ponto 39.).

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

Conforme descrito no ponto 40.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Conforme descrito no ponto 40.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

Conforme descrito no ponto 40.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Conforme descrito no ponto 41. (identificação de trabalhos) e no ponto 37. (procedimentos internos).

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos serviços:

	Auditoria e revisão de contas	Revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade	Outros serviços	Total
EY SROC				
Corticeira Amorim	22 200	14 000	0	36 200
Entidades que integram o grupo	132 750	7 440	0	140 190
Empresas da rede EY				
Corticeira Amorim	0	0	0	0
Entidades que integram o grupo	77 733	0	0	77 733
Total				
Corticeira Amorim	22 200	14 000	0	36 200
Entidades que integram o grupo	210 483	7 440	0	217 923
Total - Valor	232 683	21 440	0	254 123
Total - %	92%	8%	0%	100%

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

As regras aplicáveis à alteração dos Estatutos da Sociedade são as previstas na Lei com a seguinte especificidade prevista nos seus Estatutos: a Administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um Presidente, um Vice-Presidente e um a nove Vogais, podendo esta disposição estatutária ser alterada apenas por deliberação de maioria de Acionistas correspondente a dois terços do capital social.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Compete ao Conselho Fiscal da CORTICEIRA AMORIM, nos termos do respetivo regulamento de funcionamento, receber as comunicações de irregularidades apresentadas por Acionistas, Colaboradores da Sociedade ou por outras pessoas/entidades, dando-lhes o tratamento adequado.

As comunicações deverão ser dirigidas ao:

Conselho Fiscal da CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A.

Morada - Sede social da Sociedade: Rua de Meladas, n.º 380 - Apartado 20 - 4536-902 MOZELOS

Telefone: 22 747 54 00

assegurando a Sociedade que o conteúdo das comunicações recebidas é, em primeiro lugar, do conhecimento do Conselho Fiscal (a nenhum Colaborador da Sociedade está autorizada a abertura de correspondência dirigida especificamente a este órgão social ou a qualquer um dos seus membros individualmente identificados).

Compete ao Conselho Fiscal analisar as comunicações recebidas, solicitar aos restantes órgãos sociais e estruturas da Sociedade os esclarecimentos necessários à situação reportada, sendo competente para, face a cada situação concreta:

- Sugerir medidas acauteladoras de ocorrência de irregularidades;
- Dar conhecimento das irregularidades efetivas ao Conselho de Administração e às entidades, internas ou externas, que cada situação concreta justifique.

Em todo o processo se garante a não divulgação da identidade dos comunicadores, exceto se estes expressamente não pretendam tal tratamento.

É convicção da CORTICEIRA AMORIM que (i) a atribuição de tal competência ao Conselho Fiscal - órgão integralmente constituído por membros independentes, garantindo assim a análise e tratamento imparcial de irregularidades que possam ser comunicadas à Sociedade -, (ii) a não imposição da forma que deve assumir tal comunicação, deixando ao critério do declarante a utilização do suporte que julgue mais adequado a tal comunicação, (iii) a obrigação de se assegurar a proteção de dados (cumprindo escrupulosamente as indicações do declarante em matéria de confidencialidade) e de Colaboradores, constituem medidas que, mantendo a simplicidade da comunicação, salvaguardam os direitos quer do declarante quer dos Colaboradores da Sociedade e efetivamente promovem a investigação e o esclarecimento imparcial das situações declaradas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Tem competências nestas matérias o Departamento de Auditoria Interna.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Estes Departamentos atuam na dependência do Conselho de Administração, via acompanhamento pela Comissão Executiva.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Ao nível do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o objetivo principal consiste na visão integrada dos fatores considerados críticos, pela rendibilidade e/ou riscos associados, para a criação sustentada de valor para a Sociedade e o Acionista.

A um nível operacional e pelas características específicas da atividade da CORTICEIRA AMORIM são identificados dois fatores críticos, cuja gestão é da responsabilidade das UN, nomeadamente os riscos de mercado e de negócio e o fator matéria-prima (cortiça).

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Risco matéria-prima (cortiça):

Atenta a criticidade, transversal a todas as UN, deste fator, a gestão da compra, a armazenagem e a preparação da única variável comum a todas as atividades da CORTICEIRA AMORIM, que é a matéria-prima (cortiça), encontram-se

reunidas na UN Matérias-Primas, uma UN autónoma, com direção executiva profissional e independente, o que permite:

- A especialização de uma equipa exclusivamente dedicada à matéria-prima;
- O aproveitamento de sinergias e integração do processamento de todos os tipos de matéria-prima (cortiça) transformadas nas restantes unidades;
- Potenciar a gestão das matérias-primas numa ótica multinacional;
- Reforçar a presença junto dos países produtores;
- Manter registo histórico (cadastro) atualizado por unidade florestal produtora de cortiça;
- Reforçar o diálogo com a produção, promovendo a certificação florestal, o aumento da qualidade técnica do produto e desenvolver parcerias nas áreas de investigação e desenvolvimento aplicadas à floresta;
- Assegurar o *mix* de matéria-prima mais adequado às necessidades do mercado de produtos finais;
- Assegurar a prazo a estabilidade desta variável crítica para a atividade da CORTICEIRA AMORIM;
- Preparar e propor ao Conselho de Administração a política de aprovisionamento plurianual a desenvolver.

Risco de mercado e de negócio das atividades operacionais:

A gestão dos riscos de mercado e do negócio começa por ser assegurada pelas quatro UN com intervenção no mercado de produtos finais da CORTICEIRA AMORIM, ou seja, as UN Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Compósitos e Isolamentos.

No planeamento estratégico destas UN, suportado pela metodologia de *balanced scorecard*, são identificados os fatores chave para criação de valor seguindo numa lógica multiperspetiva, que engloba as perspetivas financeiras, de mercado/Clientes, de processos e infraestruturas. Nesta lógica, são definidos os objetivos estratégicos e respetivas metas, bem como as iniciativas a desenvolver para as atingir.

A metodologia adotada permite reforçar o alinhamento entre a estratégia delineada e o planeamento operacional onde se definem, para um horizonte temporal mais curto, as ações prioritárias a desenvolver para a redução de riscos e criação sustentada de valor. Competindo à Direção Executiva de cada UN a condução executiva do negócio, estão implementados os processos que permitem o acompanhamento sistemático das ações, as quais são sujeitas a monitorização periódica e a apreciação mensal em sede de Conselho de Administração da UN.

Risco Jurídico:

No que concerne aos riscos jurídicos, o principal risco da atividade da CORTICEIRA AMORIM e suas subsidiárias relaciona-se com potenciais alterações de legislação que possam ter impacto sobre as operações - nomeadamente legislação laboral, regulação ambiental, entre outras - que possam afetar a prossecução e rentabilidade das áreas de negócio em que a Organização desenvolve atividade.

A Direção Jurídica em cooperação com a área de Desenvolvimento Organizativo e Planeamento Estratégico procuram acautelar, por antecipação, tais alterações adaptando as práticas da Sociedade em consonância. A existência de inúmeras certificações, melhor detalhadas no Capítulo 5. do Relatório de Gestão (segurança alimentar, qualidade, ambiente, recursos humanos, etc.), assentes em procedimentos concebidos, implementados e auditados regular e rigorosamente pelas Entidades responsáveis pela emissão de tais certificações, garante a minimização de tal risco. Sempre que aplicável e possível, a Organização contrata seguros que mitiguem as consequências de eventos incertos mas potencialmente desfavoráveis.

Risco Financeiro:

Por ser uma das empresas portuguesas mais internacionalizadas, além da gestão dos riscos de liquidez e de taxa de juro, a CORTICEIRA AMORIM atribui especial atenção à gestão do risco cambial.

A Área Financeira enquanto responsável pela identificação, monitorização e gestão dos referidos riscos, tem como principais objetivos o apoio na definição e implementação estratégica global ao nível financeiro e a coordenação da gestão financeira das diferentes UN. Encontra-se estruturada da seguinte forma:

- Direção Geral Financeira - área que coordena a função financeira ao nível central, isto é, responsável pelo desenvolvimento de políticas e medidas (a aprovar em Comissão Executiva) e sua implementação, pela interlocução global com as contrapartes financeiras, pela monitorização da evolução e pelo reporte periódico (Administrador que acompanha o pelouro; Comissão Executiva e Conselho de Administração);
- Responsáveis Financeiros que, ao nível das empresas, acompanham a evolução dos negócios gerindo a sua componente financeira de acordo com as políticas e orientações preconizadas, articulando a sua atuação com a DGF.

O alinhamento desta estrutura orgânica é garantido por:

- Informação diária e semanal e debate quinzenal sobre aos mercados financeiros e sobre evoluções económicas que possam ter impacto na atividade das empresas;
- Informação periódica (mensal) das condições globalmente contratadas;
- Reuniões trimestrais dos responsáveis financeiros - análise da situação específica e reflexão sobre medidas a implementar;
- Reporte e debate em sede de Conselho de Administração dos aspetos mais relevantes da Área Financeira (endividamento, capital investido, responsabilidades).

Na dependência do Conselho de Administração, via acompanhamento pela Comissão Executiva ou por Administrador Executivo, existem Áreas de Suporte com uma forte atuação na gestão de fatores críticos, incluindo a identificação de riscos, sendo de destacar neste âmbito a intervenção das Áreas Financeira, Desenvolvimento Organizativo/Planeamento e Controlo de Gestão e Auditoria Interna.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

O sistema de controlo interno e de gestão de riscos atualmente implementado na Sociedade resulta de um profundo e contínuo processo de aperfeiçoamento e reflexão interna na Sociedade, envolvendo quer o Conselho de Administração, em particular a sua Comissão Executiva, quer as várias áreas de suporte - nomeadamente a área de Desenvolvimento Organizativo e de Planeamento Estratégico, quer, quando pertinente, o apoio de consultores externos especializados.

De realçar também a área de Auditoria Interna cujo trabalho desenvolvido tem significativo impacto na redução dos riscos de funcionamento da Organização, sendo suas principais funções a avaliação e revisão dos sistemas de controlo interno, visando a otimização dos recursos e a salvaguarda do património, bem como o exame das atividades desenvolvidas, de forma a permitir aos órgãos de gestão um nível de segurança razoável de que os objetivos de negócio serão atingidos.

O sistema de reporte implementado, seja periódico seja pontual por iniciativa do Conselho de Administração, da Comissão Executiva ou dos responsáveis pela gestão, tem implícito quer mensurações quer avaliações objetivas de tais riscos que, sendo debatidos em Conselho de Administração ou Comissão Executiva, dão, se for o caso, lugar à definição de medidas adicionais ou corretivas cuja execução e impacto são objeto de *follow-up* no seio do órgão que as deliberou.

A evolução da atividade e a crescente complexidade do enquadramento em que os negócios se desenvolvem, motivam um atento acompanhamento dos sistemas implementados e, incorporando os contributos e opiniões quer do Conselho Fiscal quer do Revisor Oficial de Contas, que resulta em adoção de procedimentos mais eficazes sempre que tal se mostra aconselhável.

Nos termos do Regulamento do Conselho Fiscal, compete também a este órgão fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).

Relativamente à **preparação e divulgação de informação financeira - incluindo a consolidada**, a Sociedade promove a cooperação estreita entre todos os intervenientes no processo, de forma a que:

- A sua execução obedeça a todos os preceitos legais em vigor e às melhores práticas de transparência, relevância e fiabilidade;
- A sua verificação seja efetiva, quer por análise interna, quer por análise dos órgãos de fiscalização;
- A sua aprovação seja realizada pelo órgão social competente;
- A sua divulgação pública cumpra todos os requisitos legais e recomendatórios, nomeadamente os da CMVM, garantindo a seguinte ordem de divulgação: em primeiro lugar, no Sistema de Difusão de Informação da CMVM (www.cmvm.pt); em segundo, no sítio da Sociedade (www.corticeiraamorim.com); em terceiro, por uma vasta lista de contactos da comunicação social, portuguesa e estrangeira; em quarto, a Quadros da CORTICEIRA AMORIM e aos contactos constantes da base de dados de Acionistas, Investidores, Analistas e outros *Stakeholders*.

O processo de preparação da informação financeira, incluindo a consolidada, está dependente dos intervenientes no processo de registo das operações e dos sistemas de suporte. Existe um Manual de Procedimentos de Controlo Interno e um Manual Contabilístico implementados ao nível do Grupo. Estes manuais contêm um conjunto de políticas, regras e procedimentos destinados a (i) garantir que, no processo de preparação da informação financeira, são seguidos princípios homogêneos e (ii) a assegurar a qualidade e fiabilidade da informação financeira.

A implementação das políticas contabilísticas e procedimentos de controlo interno relacionados com a preparação da informação financeira é alvo de avaliação pela atividade da auditoria interna e externa.

Todos os trimestres, a informação financeira consolidada por Unidade de Negócios é avaliada, validada e aprovada pela Administração da Unidade de Negócios respetiva, procedimento consistentemente adotado por toas as Unidades de Negócio da Corticeira Amorim.

Antes da sua divulgação, a informação financeira consolidada da Corticeira Amorim é aprovada pelo Conselho de Administração e apresentada ao Conselho Fiscal.

Realça-se ainda que o referido Manual de Procedimentos de Controlo Interno contém um conjunto de regras destinadas a garantir que o processo de divulgação de informação financeira, incluindo a informação consolidada, garante a qualidade, transparência e equidade na disseminação da informação.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

A CORTICEIRA AMORIM assegura, através do Representante para as Relações com o Mercado, a existência de um permanente contacto com o Mercado de Capitais, promovendo a comunicação de informação relevante e atualizada à comunidade financeira. A sua atividade é pautada pelos princípios de transparência, rigor e integridade, respeitando o princípio da igualdade de Acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos Investidores, Analistas Financeiros e Entidades Reguladoras.

O Representante para as Relações com o Mercado reúne e coordena a colaboração de profissionais de outros departamentos (Consolidação, Controlo de gestão, Jurídico-fiscal, Administrativo, Financeiro) da Corticeira Amorim em prol de uma resposta objetiva e tempestiva a todas as solicitações de investidores (acionistas ou não).

Funções:

O Representante para as Relações com o Mercado da CORTICEIRA AMORIM desenvolve, designadamente, as seguintes funções:

- Divulgação periódica de análise da evolução da atividade da Sociedade e dos resultados obtidos, incluindo a coordenação e preparação da sua apresentação pública anual realizada a partir da sede da Sociedade (presencial ou em sistema de audioconferência);
- Divulgação de informação privilegiada;
- Divulgação de comunicações sobre participações qualificadas;
- Receção e centralização de todas as questões formuladas pelos investidores e esclarecimentos facultados;
- Participação em conferências, *roadshows* e reuniões com investidores e analistas.

Das ações desenvolvidas em 2018, no âmbito do contacto com investidores, destacam-se as seguintes:

- A apresentação da atividade e dos resultados anuais e semestrais, em sistema de audioconferência, fomentando assim a interação na divulgação daquela informação;
- Reuniões *one-on-one* com investidores e analistas financeiros;
- Participação em *roadshows*, tanto em Portugal como no estrangeiro;
- Reuniões nas instalações da Sociedade com investidores e analistas, aos quais foram apresentadas as principais unidades industriais;
- Participações em Conferências, tanto em Portugal como nos principais centros financeiros europeus.

As ações acima descritas tiveram, sempre que possível e adequado, o envolvimento da Equipa de gestão, quer da Corticeira Amorim quer das várias UN.

A CORTICEIRA AMORIM tem vindo a utilizar as tecnologias de informação de que dispõe para divulgação periódica de informação económico-financeira, nomeadamente dos relatórios de análise da evolução da atividade e dos resultados obtidos, bem como na resposta a questões específicas levantadas pelos Investidores.

Tipo de informação disponibilizada (em português e em inglês):

- A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais;
- Estatutos;
- Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado;
- Composição do Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso;
- Documentos de prestação de contas, incluindo relatório sobre as estruturas e práticas do governo societário;
- Calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre;
- Convocatórias para a realização de Assembleia Geral, durante os 21 dias anteriores à data da Assembleia Geral;
- Propostas apresentadas para discussão e votação em Assembleia Geral, durante os 21 dias anteriores à data da Assembleia Geral;
- Modelo para exercício de voto não presencial;
- Modelo de procuração para representação dos Acionistas em Assembleia Geral;
- Informação anual, semestral e trimestral da atividade desenvolvida pela Sociedade;
- Principais indicadores financeiros e de atividade;
- Evolução da cotação;
- Comunicados divulgados: resultados, informação privilegiada, participações qualificadas no capital da Sociedade;
- Apresentações da atividade efetuadas a Analistas e Investidores.

A partir do início de 2009 passaram também a ser disponibilizadas as atas e informação estatística sobre as presenças dos Acionistas na Assembleia Geral, no prazo máximo de cinco dias úteis após a realização da Assembleia Geral.

Elementos para contato:

O acesso a este Departamento pode ser feito pelo telefone 22 747 54 00, pelo fax 22 747 54 07 ou pelo endereço de correio eletrónico corticeira.amorim@amorim.com.

57. Representante para as relações com o mercado.

A Representante para as Relações com o Mercado da CORTICEIRA AMORIM é Ana Negrais de Matos (CFA).

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

A proporção de resposta aos pedidos de informação é de 100%; o prazo de resposta é, em média, de 24 horas (dias úteis), salvo casos de elevada complexidade (prazo de resposta médio de cinco dias úteis) que exigem a consulta a recursos externos à Sociedade e, portanto, dependentes dos prazos de resposta de tais recursos. Em 2018, estes casos representaram menos de 5% do total de pedidos de informação recebidos; no final do ano, não havia solicitações passíveis de resposta pendentes.

V. Sítio de Internet

59. Endereço.

A CORTICEIRA AMORIM disponibiliza no sítio www.corticeiraamorim.com um vasto conjunto de informação sobre a sua estrutura societária, sobre a sua atividade e sobre a evolução dos seus negócios.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/estruturas-juridica/>

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Estatutos:

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/estruturas-juridica/>

Regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal:

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/orgaos-sociais/>

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

Titulares dos órgãos sociais:

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/orgaos-sociais/>

Representante para as relações com o mercado:

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/>

Gabinete de Apoio ao Investidor, funções e meios de acesso:

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Prestação de contas:

<http://www.amorim.com/investidores/relatorio-e-contas/>

<http://www.amorim.com/investidores/resultados/>

Calendário semestral de eventos societários:

<http://www.amorim.com/investidores/calendario-de-eventos/>

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/assembleia-geral/>

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

<http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/assembleia-geral/>

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Compete à Assembleia Geral de Acionistas nomear uma Comissão de Remunerações, ponderando a possibilidade e capacidade efetiva que os respetivos membros reúnem para, a todo o tempo do respetivo mandato, exercer de forma independente as funções que lhe estão atribuídas, isto é, na definição de políticas de remuneração dos membros dos órgãos sociais que promovam, numa perspetiva de médio e longo prazos, o alinhamento dos respetivos interesses com os da Sociedade.

A adoção da metodologia *balanced scorecard*, que pondera indicadores financeiros e não financeiros para a avaliação do desempenho, permite à Comissão de Remunerações aferir em cada exercício do grau de cumprimento objetivo dessas metas. Fundamenta, também, a elaboração das declarações da Comissão de Remunerações e do Conselho de Administração sobre a política de remunerações, respetivamente dos órgãos de administração e fiscalização e dos demais dirigentes, anualmente submetidas à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Assim, compete:

- À Comissão de Remunerações da CORTICEIRA AMORIM fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir membros do Conselho de Administração, fixando ainda a remuneração a atribuir aos membros dos restantes órgãos sociais;

- Ao Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos seus Dirigentes.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Nos termos dos estatutos, a Comissão de Remunerações é composta por três membros efetivos, que escolherão o respetivo Presidente.

A Assembleia Geral de Acionistas realizada em 7 de abril de 2017 elegeu a Comissão de Remunerações para o corrente mandato (2017-2019):

Presidente:	José Manuel Ferreira Rios
Vogal:	Jorge Alberto Guedes Peixoto
Vogal:	Abdul Rehman Omarmiã Mangá

Fim do mandato: 31 de dezembro de 2019, mantendo-se em funções até nova eleição nos termos legais.

A Comissão de Remunerações pode decidir a contratação de serviços de consultadoria que julgue convenientes e adequados ao cabal exercício das suas funções devendo assegurar que a seleção dos respetivos prestadores obedeça a critérios de competência e independência. No exercício em apreço não foram contratadas pessoas singulares ou coletivas para prestar apoio a esta Comissão.

A Comissão de Remunerações reuniu cinco vezes em 2018, com uma assiduidade global de 100%.

Compete a esta Comissão apresentar a Política de Remunerações a apresentar à Assembleia Geral de Acionistas relativamente à remuneração a auferir pelos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas. Compete-lhe também deliberar sobre as remunerações de cada um dos administradores; sobre quais os administradores cuja remuneração consiste em participação nos lucros, bem como a percentagem destes atribuída a cada um.

Formalmente os membros que constituem a Comissão de Remunerações da CORTICEIRA AMORIM não devem ser considerados independentes relativamente ao Conselho de Administração. No entanto, é convicção geral - nomeadamente da Assembleia Geral de Acionistas que os elegeu para os respetivos cargos - que, além de reunirem competências técnicas adequadas, acumulam uma experiência, uma ponderação e uma ética que lhes permite cabalmente zelar pelos interesses que lhes estão cometidos.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os membros desta Comissão foram selecionados tendo em conta a sua larga experiência em gestão de recursos humanos, no acompanhamento e *benchmarking* das políticas de outras sociedades nestas matérias e o conhecimento da legislação laboral e das boas práticas remuneratórias.

Qualificações profissionais de cada um dos membros da Comissão de remunerações e outros elementos curriculares relevantes:

José Manuel Ferreira Rios (Presidente):

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto. Curso de Perito Averiguador em Danos Reais (2016) e frequência de vários cursos de Segurança e Recursos Humanos. Exerce, desde 1975, cargos de Administração em várias sociedades, o que inclui, entre outras, liderança de áreas de recursos humanos, contando com larga experiência na gestão de recursos humanos, definição de métricas de análise e avaliação de desempenho.

Atualmente ocupa também os cargos de Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa da Cortiça (APCOR); de vogal da Comissão de Fiscalização do Centro Tecnológico da Cortiça (CINCORK) e de vogal do Conselho Diretivo da Fundação Terras de Santa Maria.

Género: Masculino | Idade: 69 anos

Jorge Alberto Guedes Peixoto (Vogal):

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia do Porto.

Início de atividade profissional em 1969, como contabilista. Desde 1970 no Grupo Amorim, onde exerceu as funções de contabilista, diretor financeiro, diretor geral de UN e de administrador em várias empresas.

Experiência na gestão de recursos humanos e práticas remuneratórias, que advêm dos inúmeros cargos exercidos.

Género: Masculino | Idade: 67 anos

Abdul Rehman Omarmiã Mangá (Vogal):

Bacharel em Contabilidade pelo instituto Comercial de Lourenço Marques, Moçambique. Exerceu funções de diretor administrativo do Grupo Cervejeiro Moçambicano e diretor geral das Unidades de Calçado após a independência de Moçambique, com responsabilidade direta na gestão dos Recursos Humanos. Diretor Administrativo da Ormac - Organização, Máquinas e Artigos para Calçado, SA, também com o pelouro dos Recursos Humanos.

Desde junho de 1988, diretor administrativo e responsável pelos recursos humanos da Amorim Investimentos e Participações, SGPS, SA.

Género: Masculino | Idade: 70 anos

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

Sob proposta apresentada pela Comissão de Remunerações da Sociedade, a Assembleia Geral de Acionistas realizada em 13 de abril de 2018 aprovou a seguinte política de remunerações:

1. A remuneração dos **Membros da Mesa Assembleia Geral e do Conselho Fiscal** reveste a forma de senha de presença, devendo ser fixada para todo o mandato, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
2. A remuneração do **Revisor Oficial de Contas** reveste a forma de prestação de serviços, devendo ser fixada anualmente, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
3. Os **Membros do Conselho de Administração** da Sociedade devem ser remunerados tomando em consideração:
 - o estipulado nos acordos remuneratórios celebrados entre a Sociedade e cada Membro do Conselho de Administração;
 - a observância de princípios de equidade interna e de competitividade externa, tomando também em consideração o que os principais grupos económicos portugueses vêm divulgando relativamente às respetivas políticas e práticas remuneratórias;

- sempre que tal seja adequado e exequível, tal remuneração deverá ser composta essencialmente por uma remuneração fixa atribuível a membros executivo e não executivos, à qual acresça uma remuneração variável atribuível aos membros executivos sob a forma de prémio de desempenho;
 - a atribuição da componente variável da remuneração prevista no ponto anterior deverá corresponder a um prémio, que resultará da avaliação da performance de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica a médio/longo prazo da Organização;
 - o montante efetivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente pela Comissão de Remunerações sobre o desempenho dos membros do Conselho de Administração, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento;
 - o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a um triénio, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso;
 - aos membros do Conselho de Administração está vedada a possibilidade de celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com as suas subsidiárias e/ou participadas, que possam mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.
4. Não é política da Sociedade atribuir aos membros dos seus órgãos sociais:
- planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço as ações;
 - sistema de benefícios de reforma.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

É adotada integralmente a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

É adotada integralmente a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69. Os membros executivos do Conselho de Administração auferem de uma componente variável da remuneração que depende da avaliação do respetivo desempenho, em particular do respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo (resultados, inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento).

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

É adotada integralmente a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e descrita no ponto 69. Nesses termos, o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso.

Não se verificando, no exercício em apreço, a deterioração a que alude o parágrafo anterior, não se verificou diferimento do pagamento da componente variável.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não existe atribuição de remuneração variável em ações nos termos deste ponto.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não existe atribuição de remuneração variável em opções nos termos deste ponto.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Para além do exposto nos pontos anteriores, não existem outros sistemas de prémios anuais ou outros benefícios não pecuniários.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Não existem regimes complementares de pensões ou de reforma nos termos deste ponto.

Conforme referido no ponto 69. a Comissão de Remunerações da CORTICEIRA AMORIM submeteu à apreciação da Assembleia de Acionistas realizada em 13 de abril de 2018 (que a aprovou) a política de remunerações dos membros do Conselho de Administração, a qual expressamente refere não ser política de remuneração a atribuição dos benefícios referidos nesta nota.

Apesar de, à data deste relatório, não existirem sistemas de benefícios de reforma como os referidos nesta nota, entende a Sociedade que, a propor-se a sua implementação, a Assembleia Geral deve apreciar as características dos sistemas adotados e vigentes no exercício em causa (tal como apreciou a sua não atribuição).

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2018, o conjunto de todos os membros do **Conselho de Administração** auferiu remunerações provenientes da Corticeira Amorim que ascenderam a 843 818,45 euros:

- o conjunto de membros executivos auferiu remunerações fixas que ascenderam a 551 168,45 euros (António Rios de Amorim: 239 256,15 euros; Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira: 169 256,15; Fernando José de Araújo dos Santos Almeida: 142 656,15 euros) e variáveis - correspondentes a um prémio de desempenho decorrente da análise da evolução dos resultados e o nível de concretização dos seguintes objetivos estratégicos: inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento - que ascenderam

a 292 650,00 euros (António Rios de Amorim: 120 500,00 euros; Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira: 60 500,00 euros; Fernando José de Araújo dos Santos Almeida: 111 650,00 euros);

- os membros não executivos deste órgão não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho de funções no órgão de administração da Corticeira Amorim.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2018, nenhum dos membros do Conselho de Administração auferiu remunerações provenientes de outras sociedades associadas ou participadas que consolidam na Corticeira Amorim.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e/ou participação nos lucros foram concedidos.

A componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração corresponde a um prémio de desempenho que decorre da verificação objetiva do grau de cumprimento das metas, objetivos e iniciativas estratégicos e ações prioritárias definidos no plano estratégico da Sociedade (horizonte temporal: três anos) e suas declinações anuais. Para este efeito, relevaram, entre outros, a análise da evolução dos resultados e o nível de concretização dos seguintes objetivos estratégicos: inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento.

Os valores atribuídos aos membros do Conselho de Administração nos termos desta nota encontram-se desagregados no ponto 77.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a ex-Administradores relativamente à cessação das suas funções no exercício de 2018.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

No exercício de 2018, o conjunto de todos os membros do **Conselho Fiscal** auferiu de retribuições totais que ascenderam a 36 000 euros (Manuel Carvalho Fernandes: 12 000; Ana Paula Africano de Sousa e Silva: 9600; Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira: 9600; Durval Ferreira Marques: 4800 euros). Os membros do Conselho Fiscal não auferem, nos termos da política de remunerações descrita, retribuição variável.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

O Presidente e o Secretário da Mesa da Assembleia Geral auferiram retribuições totais que ascenderam a 10 000 e 3000 euros, respetivamente.

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existem limitações contratuais nos termos deste ponto.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. l).

Não existem acordos nos termos deste ponto. A Sociedade não celebrou quaisquer acordos com titulares do Conselho de Administração ou Dirigentes que prevejam o pagamento de indemnizações em situações não exigidas por lei.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (“stock options”)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e/ou o exercício de opções).

Nos termos da política de remunerações aprovada em Assembleia Geral e, conforme referido no ponto 85., não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações.

Entende a Sociedade que, a propor-se a implementação de planos deste tipo, a Assembleia Geral deverá apreciar as características dos planos a adotar, bem como a sua concretização em cada exercício.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações (“stock options”) de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Não existem.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existem mecanismos de controlo deste tipo.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas.

Todos os negócios realizados pela Sociedade com partes relacionadas respeitam o interesse da Sociedade e suas participadas, são analisados pelo órgão competente da Unidade de Negócios que é contraparte na transação e são realizados a condições normais de mercado. Negócios de valor significativo (transação superior a 1 milhão de euros)

ou, pela sua natureza, de especial relevância para a Sociedade, são analisados em Comissão Executiva e/ou Conselho de Administração.

Nos termos do regulamento sobre Transações com Titulares de Participações Qualificadas³ aprovado e em vigor desde 1 de agosto de 2014, a realização de transações com titulares de participação qualificada e/ou entidades relacionadas deve ser submetida a parecer prévio do Conselho Fiscal nos seguintes casos:

- i) Transações cujo valor por transação exceda um milhão de euros ou cujo valor acumulado no exercício exceda três milhões de euros. O parecer prévio do Conselho Fiscal não será necessário quando respeitar a contratos de execução continuada, ou a renovações em termos substancialmente semelhantes aos do contrato anteriormente em vigor;
- ii) Transações com um impacto significativo na atividade da CORTICEIRA AMORIM e/ou das suas Subsidiárias em função da sua natureza ou importância estratégica, independentemente do respetivo valor;
- iii) Transações realizadas, excecionalmente, fora das condições normais de mercado, independentemente do respetivo valor.

A avaliação a realizar no âmbito dos procedimentos de autorização e parecer prévio aplicáveis a transações com titulares de participação qualificada e/ou entidades relacionadas deve ter em conta, entre outros aspetos relevantes em função do caso concreto, o princípio do igual tratamento dos acionistas e demais *stakeholders*, a prossecução do interesse da Sociedade e, bem assim, o impacto, materialidade, natureza e justificação de cada transação.

O valor destas transações é divulgado anualmente no Relatório e Contas Consolidado da Corticeira Amorim (ponto 92. deste relatório).

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

No exercício em apreço não houve operações sujeitas a parecer prévio do Conselho Fiscal.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Conforme descrito no ponto 89.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

As transações da CORTICEIRA AMORIM com empresas relacionadas resumem-se, no essencial, à prestação de serviços por parte de subsidiárias da AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A., (Amorim Serviços e Gestão, S.A., Amorim Viagens e Turismo, Lda., OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.). O total das prestações de serviços destas empresas ao conjunto das empresas da CORTICEIRA AMORIM foi de 10 346 mil euros (2017: 8528 mil euros); em sentido contrário realizaram-se transações que ascenderam a 138 mil euros (2017: 96 mil euros).

As vendas da Quinta Nova, S.A., subsidiária da AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A., às empresas do universo CORTICEIRA AMORIM atingiram os 48 mil euros (2017: 55 mil euros); em sentido contrário, realizaram-se transações que ascenderam a 161 mil euros (2017: 120 mil euros).

³ Apesar do regulamento sobre Transações com Titulares de Participações Qualificadas aprovado e em vigor a partir de 1 de agosto de 2014 não está disponível para consulta pública, informa-se nesta nota 89. do teor relevante do mesmo.

As compras de cortiça amadia efetuadas no exercício a empresas detidas pelos principais acionistas indiretos da CORTICEIRA AMORIM atingiram o valor de 1124 mil euros (2017: 1430 mil euros), correspondendo a menos de 2% das compras totais da matéria-prima cortiça.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

Em matéria de governo societário, a CORTICEIRA AMORIM encontra-se sujeita (i) às disposições da lei vigente em Portugal, nomeadamente ao estipulado no Código das Sociedades Comerciais, no Código dos Valores Mobiliários e nos Regulamentos emanados pela CMVM, podendo este conjunto de documentos ser consultado no sítio da CMVM, em www.cmvm.pt; (ii) aos seus próprios Estatutos Sociais, disponíveis para consulta no sítio da Sociedade, em <http://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/estruturas-juridica/>. Acolhe, também, o Código de Governo Societário emanado pelo Instituto Português de Corporate Governance (IPCG) e que, mesmo sendo apenas um quadro recomendatório, constitui um importante referencial de boas práticas, que também se encontra disponível em www.cgov.pt.

No presente relatório, a CORTICEIRA AMORIM avalia as suas práticas tendo por referência o referido Código de Governo Societário, numa base de *comply or explain*, elaborando o presente relatório sobre as estruturas e práticas do seu governo societário por referência a todo o quadro normativo legal, estatutário e recomendatório a que se encontra sujeita.

2. ANÁLISE DE CUMPRIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES ADOTADO

Capítulo I – Parte Geral

1.1. Relação da sociedade com investidores e informação

I.1.1. A sociedade deve instituir mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a produção, o tratamento e a atempada divulgação de informação aos seus órgãos sociais, aos acionistas, aos investidores e demais *stakeholders*, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.

Adotada. Pontos 55., 56., 57. e 58.

1.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da sociedade

I.2.1. As sociedades devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros dos órgãos societários adequados à função a desempenhar, sendo que além de atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.

Adotada. Parte I - introdução ao Capítulo B., pontos 19. e 26. (Conselho de Administração), e pontos 33. e 36. (Conselho Fiscal). ponto 11. (Mesa da Assembleia Geral); pontos 67. e 68. (Comissão de Remunerações).

I.2.2. Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas devem dispor de regulamentos internos – nomeadamente sobre o exercício das respetivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros –, devendo ser elaboradas atas detalhadas das respetivas reuniões.

Parcialmente adotada.

Conforme explicitado nos pontos 22. e 27. não existe regulamento interno formalizado do Conselho de Administração nem da Comissão Executiva constituída no seu seio; tal como referido nestes pontos, estes dois órgãos atuam num quadro legal, estatutário e procedimental que, no seu conjunto, consubstancia já um regulamento de funcionamento adequada e propiciador da adoção das melhores práticas, em salvaguarda da eficiência da sociedade e da criação de valor para o acionista.

Existe e está disponível no site da sociedade o regulamento interno do Conselho Fiscal.

São elaboradas atas detalhadas das reuniões destes órgãos.

I.2.3. Os regulamentos internos de órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados, na íntegra, no sítio da internet.

Adotada relativamente ao Conselho Fiscal (pontos 22. 34. 61.); não existe regulamento interno formalizado dos restantes órgãos, pelo que também não estão divulgados no site da sociedade.

I.2.4. A composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas devem ser divulgados através do sítio Internet da sociedade.

Adotada. Pontos 17. e 23. (Conselho de Administração); pontos 28 e 29 (Comissão Executiva); pontos 31. e 35. (Conselho Fiscal).

I.2.5. Os regulamentos internos da sociedade devem prever a existência e assegurar o funcionamento de mecanismos de deteção e prevenção de irregularidades, bem como a adoção de uma política de comunicação de irregularidades (*whistleblowing*) que garanta os meios adequados para a comunicação e tratamento das mesmas com salvaguarda da confidencialidade das informações transmitidas e da identidade do transmitente, sempre que esta seja solicitada.

Adotada. Ponto 49.

I.3. Relação entre órgãos da sociedade

I.3.1. Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade devem estabelecer mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação e colaboradores da sociedade para a avaliação do desempenho, da situação e das perspetivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.

Adotada. Pontos 21. 29. e 38.

I.3.2. Cada órgão e comissão da sociedade deve assegurar, atempada e adequadamente, o fluxo de informação, desde logo das respetivas convocatórias e atas, necessário ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.

Adotada. Pontos 21. e 29.

I.4. Conflitos de interesses

I.4.1. Deve ser imposta a obrigação de os membros dos órgãos e comissões societárias informarem pontualmente o respetivo órgão ou comissão sobre os factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse social.

Adotada. Pontos 21. e 29.

I.4.2. Deverão ser adotados procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitarem.

Adotada. Pontos 21. e 29.

I.5. Transações com partes relacionadas

I.5.1. O órgão de administração deve definir, com parecer prévio e vinculativo do órgão de fiscalização, o tipo, o âmbito e o valor mínimo, individual ou agregado, dos negócios com partes relacionadas que: (i) requerem a aprovação prévia do órgão de administração (ii) e os que, por serem de valor mais elevado, requerem, ainda, um parecer prévio favorável do órgão de fiscalização.

Adotada. Ponto 38. 89. 90. e 91.

I.5.2. O órgão de administração deve, pelo menos de seis em seis meses, comunicar ao órgão de fiscalização todos os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1.

Os negócios abrangidos pela Recomendação I.5.1. são comunicados ao Conselho Fiscal com periodicidade trimestral. O valor destas transações é divulgado anualmente no Relatório do Governo Societário (ponto 92.).

Capítulo II – Acionistas e Assembleia Geral

II.1. A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, devendo explicitar no relatório de governo a sua opção sempre que a mesma implique desvio ao princípio de que a cada ação corresponde um voto.

Adotada. Ponto 12.

II.2. A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

Não adotada. Ponto 14.

Conforme detalhado no ponto 14. os **Estatutos da CORTICEIRA AMORIM** consagram um quórum constitutivo/deliberativo superior ao previsto na lei nas seguintes situações:

- Limitação ou supressão do direito de preferência nos aumentos de capital - necessidade da presença na assembleia geral de Acionistas que representem, pelo menos, cinquenta por cento do capital social realizado (artigo 7º);
- Destituição do membro do Conselho de Administração eleito ao abrigo das regras especiais do artigo 392.º do CSC, que contra a deliberação de destituição não tenham votado Acionistas que representem, pelo menos, vinte por cento do capital social (artigo 17.º);
- Para que a Assembleia Geral convocada a requerimento de Acionistas possa deliberar - a necessidade da presença de Acionistas detentores de ações que totalizem, no mínimo, o valor exigido por lei para legitimar o pedido de convocação da reunião (artigo 22.º);
- Alteração da composição do Conselho de Administração - necessidade de deliberação por maioria de Acionistas correspondente a dois terços do capital social (artigo 24.º);
- Dissolução da Sociedade - necessidade de deliberação de Acionistas que detenham ações correspondentes a, pelo menos, oitenta e cinco por cento do capital social realizado (artigo 33.º).

Como resulta do exposto, o não cumprimento da presente Recomendação e a imposição de quórum constitutivo/deliberativo superior ao previsto no Código das Sociedades confere aos Acionistas, particularmente aos detentores de reduzidas frações de capital, um papel relevante num conjunto de decisões que afetam de forma substancial a vida da Sociedade (dissolução), o seu modelo de governo (destituição do Administrador proposto pelos Acionistas minoritários e alteração da composição do Conselho de Administração), os direitos patrimoniais dos Acionistas (limitação ou supressão de direitos de preferência em aumentos de capital) e a adequada participação dos Acionistas em reuniões da Assembleia Geral por estes convocadas.

Assim, considera-se que a manutenção destes requisitos se orienta para a promoção e proteção dos direitos e do papel dos Acionistas na condução de questões societárias relevantes - valores que o Código do Governo das Sociedades pretende proteger.

II.3. A sociedade deve implementar meios adequados para o exercício do direito de voto por correspondência, incluindo por via eletrónica.

Parcialmente adotada (ponto 12.).

É admitido o voto por correspondência, devendo as declarações de voto, endereçadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, dar entrada na sede da Sociedade, até às dezoito horas do terceiro dia útil anterior ao dia designado para a Assembleia Geral e nas demais condições expressamente publicitadas em cada Convocatório da Assembleia Geral. A presença do acionista na Assembleia Geral revoga o voto emitido por correspondência.

Os Estatutos da CORTICEIRA AMORIM preveem a admissibilidade do voto por meios eletrónicos desde que se julguem reunidas as condições técnicas que permitam assegurar a verificação da autenticidade das declarações de voto e garantir a integridade e a confidencialidade do seu conteúdo. Caso o Presidente da Mesa conclua que se encontram reunidos os requisitos técnicos para o exercício do voto por meios eletrónicos, incluirá tal informação no Aviso Convocatório - o que não se verificou durante o ano 2018.

II.4. A sociedade deve implementar meios adequados para a participação dos acionistas na assembleia por meios telemáticos.

Não adotada. Os Estatutos da Corticeira Amorim não consagram a participação nas reuniões da Assembleia Geral de Acionistas por meios telemáticos.

II.5. Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente

que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Adotada. Ponto 5. Ponto 13.

II.6. Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.

Adotada. A Sociedade não celebrou quaisquer acordos que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do Conselho de Administração, exceto as normais cláusulas de “change of ownership” incluídas em alguns contratos de financiamento celebrados no decurso do normal financiamento das operações. Não se encontram implementadas quaisquer medidas visando especificamente os efeitos descritos nesta recomendação. **Pontos 4. e 84.**

Capítulo III – Administração não Executiva e Fiscalização

III.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes devem designar entre si um coordenador (*lead independent director*) para, designadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções; e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação V.1.1.

Não adotada. Não existem administradores independentes o que impede a adoção da prática nos precisos termos em que é preconizada.

No entanto, considera-se que os objetivos visados se encontram plenamente acautelados (i) pelo atuação criteriosa e colegial do Conselho de Administração, quer nas suas reuniões mensais em que se debatem todos os temas relevantes para a sociedade com a presença do seu Presidente (assiduidade: 100%); (ii) o sistema implementado garante, por um lado, o reporte tempestivo da Comissão Executiva a todos os membros do Conselho de Administração e, por outro lado, a preparação das reuniões do Conselho de Administração agendando-as com antecedência e circulando a ordem de trabalhos e respetivos documentos de suporte com a necessária antecedência ao seu estudo e interpelação; (iii) a avaliação realizada é feita colegialmente, pelo conjunto dos membros que compõem o Conselho de Administração.

III.2. O número de membros não executivos do órgão de administração, bem como o número de membros do órgão de fiscalização e o número de membros da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas.

Adotada. Ponto 18. (Conselho de Administração) e ponto 31. (Conselho Fiscal).

III.3. Em todo o caso, o número de administradores não executivos deve ser superior ao de administradores executivos.

Não adotada. Ponto 18. Apesar do número de administradores não executivos ser igual ao número de administradores executivos, considera-se que cumprem cabal e eficientemente as responsabilidades que lhes estão cometidas.

III.4. Cada sociedade deve incluir um número não inferior a um terço mas sempre plural, de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- (i) Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade;
- (ii) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- (iii) Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- (iv) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- (v) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- (vi) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

Não adotada. Pontos 18. e 20.

Apesar de não existirem administradores independentes, os administradores não executivos têm ampla e diversificada experiência académica e profissional, bem como elevados padrões de ética e conduta profissional que dão acrescidas garantias de atuação na prossecução do superior interesse da sociedade e da generalidade dos acionistas, em detrimento de interesses particulares.

A existência de regras internas, claras e imperativas, que regulam as transações entre partes relacionadas, bem como a obrigação de se absterem em decisões nas quais possam ter interesse particular, impossibilitam uma atuação em proveito próprio, obrigando, pois, a uma atuação profissional isenta.

III.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação III.4 não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem entretanto decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).

Não aplicável.

III.6. Os administradores não-executivos devem participar na definição, pelo órgão de administração, da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões que devam considerar-se estratégicas para a sociedade em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.

Adotada. Capítulo 12. do Relatório consolidado de gestão (Atividade desenvolvida pelos membros não executivos do Conselho de Administração da Corticeira Amorim); pontos 9. (Competências indelegáveis do Conselho de Administração) e 21. (Estrutura e gestão do negócio).

III.7. O conselho geral e de supervisão deve, no quadro das suas competências legais e estatutárias, colaborar com o conselho de administração executivo na definição da estratégia, principais políticas, estrutura empresarial e decisões

que devam considerar-se estratégicas para a sociedade, em virtude do seu montante ou risco, bem como na avaliação do cumprimento destas.

Não aplicável. O modelo adotado pela Corticeira Amorim não inclui este órgão, conforme descrito no **ponto 15**. as competências de na definição de políticas e estratégias nos termos desta recomendação são da competência indelegável do Conselho de Administração. As competências de fiscalização são do Conselho Fiscal e do revisor Oficial de Contas, com as especificidades que decorrem do âmbito da respetiva atividade.

III.8. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização deve, em especial, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre as linhas estratégicas e a política de risco definidas pelo órgão de administração.

Adotada. Ponto 38.

III.9. As sociedades devem constituir comissões internas especializadas adequadas à sua dimensão e complexidade, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de governo societário, de remunerações e avaliação do desempenho, e de nomeações.

Adotada parcialmente. Não existe uma Comissão de Governo Societário nem uma Comissão de Nomeações, matérias que, atendendo à dimensão da Sociedade, na Corticeira Amorim, são tratadas ao nível do Conselho de Administração e da Comissão Executiva. Pontos 27. e 29.

III.10. Os sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna devem ser estruturados em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade.

Adotada. Secção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos do Capítulo C - Organização Interna.

III.11. O órgão de fiscalização e a comissão para as matérias financeiras devem fiscalizar a eficácia dos sistemas e de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

Adotada. Pontos 38 e 54.

III.12. O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de controlo interno, incluindo controlo de cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de compliance) e de auditoria interna, e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.

Adotada. Pontos 37. e 38.

Capítulo IV – Administração Executiva

IV.1. O órgão de administração deve aprovar, através de regulamento interno ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos executivos e do exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.

Não adotada. Apesar de não existir regulamento interno formalizado nos termos previstos nesta recomendação: (i) existe a delegação formal de competências do Conselho de Administração na Comissão Executiva que, juntamente

com a legislação em vigor estabelecem já um regime de atuação dos membros da Comissão Executiva, e (ii) existem regras internas, claras e genericamente observadas, no sentido do Conselho de Administração ter informação sobre eventuais cargos societários, executivos ou não, em entidades não relacionadas com o Grupo Corticeira Amorim.

IV.2. O órgão de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos e não deve delegar poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.

Adotada. Ponto 21.

IV.3. O órgão de administração deve fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e zelar pela sua prossecução.

Adotada.

IV.4. O órgão de fiscalização deve organizar-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.

Adotada.

Capítulo V – Avaliação de Desempenho, Remunerações e Nomeações

V.1 Avaliação Anual de Desempenho

V.1.1. O órgão de administração deve avaliar anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho das suas comissões e dos administradores delegados, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, e o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.

Adotada. Capítulo 17. do Relatório Consolidado de Gestão.

V.1.2. O órgão de fiscalização deve fiscalizar a administração da sociedade e, em particular, avaliar anualmente o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o funcionamento interno do órgão de administração e das suas comissões, bem como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.

Adotada. Ponto 24. 25. Ponto 38.

V.2 Remunerações

V.2.1. A fixação das remunerações deve competir a uma comissão, cuja composição assegure a sua independência em face da administração.

Adotada parcialmente. Pontos 66., 67. e 68.

V.2.2. A comissão de remunerações deve aprovar, no início de cada mandato, fazer executar e confirmar, anualmente, a política de remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, no âmbito da qual sejam fixadas as respetivas componentes fixas, e, quanto aos administradores executivos ou administradores pontualmente investidos

de tarefas executivas, caso exista componente variável da remuneração, os respetivos critérios de atribuição e de mensuração, os mecanismos de limitação, os mecanismos de diferimento do pagamento da remuneração e os mecanismos de remuneração baseados em opções ou ações da própria sociedade.

Adotada. Pontos 69., 70., 71., 72., 77. e 79.

V.2.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter adicionalmente:

- (i) A remuneração total discriminada pelos diferentes componentes, a proporção relativa da remuneração fixa e da remuneração variável, uma explicação do modo como a remuneração total cumpre a política de remuneração adotada, incluindo a forma como contribui para o desempenho da sociedade a longo prazo, e informações sobre a forma como os critérios de desempenho foram aplicados;
- (ii) As remunerações provenientes de sociedades pertencentes ao mesmo grupo;
- (iii) O número de ações e de opções sobre ações concedidas ou oferecidas, e as principais condições para o exercício dos direitos, incluindo o preço e a data desse exercício e qualquer alteração dessas condições;
- (iv) Informações sobre a possibilidade de solicitar a restituição de uma remuneração variável;
- (v) Informações sobre qualquer afastamento do procedimento de aplicação da política de remuneração aprovada, incluindo a explicação da natureza das circunstâncias excecionais e a indicação dos elementos específicos objeto de derrogação;
- (vi) Informações quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à cessação de funções de administradores.

Não adotada.

No entanto, embora a informação referida nesta recomendação não tenha sido incluída na declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho - por se tratar de uma declaração sobre política de remuneração e não sobre a remuneração efetivamente atribuída, considera a Corticeira Amorim que a disponibilização dessa mesma informação através do Relatório do Governo Societário (Secção IV. do Capítulo D. Remunerações) é uma via alternativa de acolhimento desta recomendação já que faculta e coloca à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas a informação preconizada.

V.2.4. Para cada mandato, a comissão de remunerações deve igualmente aprovar o regime de pensões dos administradores, se os estatutos as admitirem, e o montante máximo de todas as compensações a pagar ao membro de qualquer órgão ou comissão da sociedade em virtude da respetiva cessação de funções.

Não aplicável. Nos termos da declaração sobre política de remunerações aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, sob proposta da Comissão de Remunerações, não é política da Sociedade atribuir aos membros dos seus órgãos sociais sistemas de benefícios de reforma.

V.2.5. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou, no seu impedimento, outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.

Adotada. É prática a Comissão de Remunerações estar representada nas Assembleias Gerais.

V.2.6. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações deve poder decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultadoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. A Comissão de remunerações deve assegurar que os serviços são prestados com independência e que os respetivos prestadores não serão contratados para a prestação de quaisquer outros serviços à própria sociedade ou a outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo sem autorização expressa da Comissão.

Adotada. Ponto 67.

V.3 Remuneração dos Administradores

V.3.1. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes deve ter natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.

Adotada. Pontos 69., 70. e 71.

V.3.2. Uma parte significativa da componente variável deve ser parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a à confirmação da sustentabilidade do desempenho, nos termos definidos em regulamento interno da sociedade.

Adotada. Pontos 69. e 72.

V.3.4. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

Não aplicável. Nos termos da declaração sobre política de remunerações aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, sob proposta da Comissão de Remunerações, não é política da Sociedade atribuir aos membros dos seus órgãos sociais planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço da ação.

V.3.5. A remuneração dos administradores não executivos não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

Adotada. Pontos 77. e 78.

V.3.6. A sociedade deve estar dotada dos instrumentos jurídicos adequados para que a cessação de funções antes do termo do mandato não origine, direta ou indiretamente, o pagamento ao administrador de quaisquer montantes além dos previstos na lei, devendo explicitar os instrumentos jurídicos adotados no relatório de governo da sociedade.

Adotada. Pontos 83. 84.

V.4. Nomeações

V.4.1. A sociedade deve, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, promover que as propostas para eleição dos membros dos órgãos sociais sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação do perfil, conhecimentos e currículo à função a desempenhar por cada candidato.

Adotada. As propostas à Assembleia Geral de Acionistas para eleição dos membros dos órgãos sociais são acompanhadas do currículo académico e profissional de cada um dos candidatos, evidenciando as suas competências académicas e profissionais, o respetivo percurso profissional e cargos de relevo exercidos ou em exercício.

V.4.2. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes deve ser atribuída a uma comissão de nomeações.

Não adotada. Na Corticeira Amorim a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigente é realizada pela Direção de Recursos Humanos.

V.4.3. Esta comissão inclui uma maioria de membros não executivos independentes.

Não aplicável. Não existe Comissão de Nomeações.

V.4.4. A comissão de nomeações deve disponibilizar os seus termos de referência e deve induzir, na medida das suas competências, processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam escolhidos para proposta os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo de género.

Apesar de não haver Comissão de Nomeações conforme prescrito em V.4.2., na Corticeira Amorim existe um conjunto de procedimentos estabelecidos internamente que preconizam e possibilitam:

- A identificação tempestiva e adequada dos perfis necessários/compatíveis com uma determinada função de direção;
- A condução dos processos de seleção que tomam por base a adequação do perfil à função a exercer e critérios de mérito profissional;
- A designação de quadros dirigentes respeitando a política de diversidade da Corticeira Amorim (Introdução da Secção B. Parte I deste relatório).

Capítulo VI – Gestão de Risco

VI.1. O órgão de Administração deve debater e aprovar o plano estratégico e a política de risco da sociedade, que inclua a definição de níveis de risco considerados aceitáveis.

Adotada. Ponto 54.

VI.2. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade deve instituir um sistema de gestão de riscos, identificando

- (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade,
- (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto,
- (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação,
- (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento e
- (v) o procedimento de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema.

Adotada. Ponto 54.

VI.3. A sociedade deve avaliar anualmente o grau de cumprimento interno e o desempenho do sistema de gestão de riscos, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.

Adotada. Ponto 54.

Capítulo VII – Informação financeira

VII.1 Informação financeira

VII.1.1. O regulamento interno do órgão de fiscalização deve impor que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação financeira pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.

Adotada. Ponto 38.

VII.2 Revisão legal de contas e fiscalização

VII.2.1. Através de regulamento interno, o órgão de fiscalização deve definir:

- (i) Os critérios e o processo de seleção do revisor oficial de contas;
- (ii) A metodologia de comunicação da sociedade com o revisor oficial de contas;
- (iii) Os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas;
- (iv) Os serviços distintos de auditoria que não podem ser prestados pelo revisor oficial de contas.

Adotada. O Conselho Fiscal tem instituído um procedimento interno que abrange estas matérias.

VII.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

Adotada.

Compete ao Conselho Fiscal propor o Revisor Oficial de Contas e respetiva remuneração, no quadro da Política de Remunerações aprovada em Assembleia Geral de Acionistas.

VII.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

Adotada. Pontos 38.

VII.2.4. O revisor oficial de contas deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização.

Adotada. Ponto 39. No âmbito das suas atribuições, compete ao Revisor Oficial de Contas proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legais das contas da sociedade.

VII.2.5. O revisor oficial de contas deve colaborar com o órgão de fiscalização, prestando-lhe imediatamente informação sobre quaisquer irregularidades relevantes para o desempenho das funções do órgão de fiscalização que tenha detetado, bem como quaisquer dificuldades com que se tenha deparado no exercício das suas funções.

Adotado. Ponto 38.

Mozelos, 15 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

(página intencionalmente deixada em branco)



Relatório de Sustentabilidade 2018

ÍNDICE

- MENSAGEM DO DIRETOR DE SUSTENTABILIDADE
- 1. ABORDAGEM AO RELATÓRIO
- 2. CARACTERIZAÇÃO DA CORTICEIRA AMORIM
 - 2.1. PERFIL DA ORGANIZAÇÃO
 - 2.2. PESSOAS E CULTURA
 - 2.3. PRINCÍPIOS E POLÍTICAS
 - 2.4. CADEIA DE FORNECEDORES
- 3. GESTÃO E ESTRATÉGIA
 - 3.1. ESTRUTURA DE GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE
 - 3.2. ENVOLVIMENTO COM OS *STAKEHOLDERS*
 - 3.3. PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
- 4. PROMOVER A I&D+I E ALAVANCAR O DESEMPENHO ECONÓMICO
 - 4.1. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
 - 4.2. DESEMPENHO ECONÓMICO
- 5. PROMOVER AS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DO PRODUTO E DO MONTADO
 - 5.1. PROMOÇÃO DO MONTADO, BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS
 - 5.2. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS
 - 5.3. IMPACTO AMBIENTAL DO PRODUTO
 - 5.4. ECONOMIA CIRCULAR
- 6. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR DAS PESSOAS
 - 6.1. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
 - 6.2. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO
 - 6.3. IMPACTO NA COMUNIDADE LOCAL
- 7. NOTAS METODOLÓGICAS
- 8. TABELA GRI
- 9. RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO INDEPENDENTE

MENSAGEM DO DIRETOR DE SUSTENTABILIDADE

Caro *Stakeholder*,

As megatendências globais, como as alterações climáticas, escassez de recursos, crescimento da população, aceleração da urbanização, modificações no poder económico global e avanços tecnológicos, estão a alterar a forma as organizações, indústrias e sociedade em geral interagem. A Corticeira Amorim não é exceção.

Neste mundo em permanente mudança, as nossas escolhas e as nossas ações terão de alinhar-se, cada vez mais, pelas possibilidades reais do Planeta Terra, a nossa casa comum, e pela absoluta necessidade de promover o desenvolvimento global sustentável e inclusivo, anulando as abismais assimetrias que hoje conhecemos.

Na Corticeira Amorim assumimos, desde sempre, um forte compromisso com o desenvolvimento de produtos e soluções eficientes em termos de recursos, produzidos de maneira sustentável e com base numa matéria-prima sustentável - a cortiça. Mas ambicionamos sempre ir mais longe. Sucedem-se projetos de investigação, desenvolvimento e inovação que nos permitem oferecer um portefólio de produtos e soluções que cumprem a respetiva função de forma irrepreensível, com incomparáveis vantagens: reduzem a pegada de carbono do produto final, economizam energia ou água, limpam o ambiente, melhoram a qualidade do ar interior, promovem o bem-estar e o conforto.

E, assim, acreditamos que os nossos esforços contribuem para a Agenda 2030 e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas.

Em 2018, destacamos o reconhecimento das credenciais da rolha *Neutrocork*, uma rolha de cortiça de última geração, que garante excelente qualidade com relevante impacto positivo para o ambiente. E, também, o *Wise*, a primeira geração de pavimentos com identidade Amorim, um produto totalmente livre de PVC, com pegada de carbono negativa, que incorpora cortiça e materiais reciclados.

Durante o último ano, após a auscultação de *stakeholders* mais participada de sempre, revimos a nossa estratégia de desenvolvimento sustentável e identificamos metas prioritárias que se alinham com os ODS. Sublinhámos o nosso contributo para integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade, através do Plano de Intervenção Florestal em curso que fomentará, nos próximos anos, a plantação de 50 mil hectares de sobreiros, com maior densidade e produtividade que o montado tradicional; e para proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, tendo estabelecido um objetivo de reduzir, até 2020, o número de acidentes de trabalho.

Este é um caminho sem retorno. Superar desafios, inovar, explorar novas formas de fazer mais com menos, influenciar pelo exemplo a nossa cadeia de valor, promover o bem-estar das comunidades criar valor em harmonia com a natureza tornam o nosso trabalho fascinante e recompensador.

Este é o trabalho de uma vasta equipa - quase 4500 Colaboradores um pouco por todo o mundo - que investe as suas competências e entusiasmo nesta missão. A todos, o nosso sentido apreço.

Uma palavra também de agradecimento a todos os nossos *stakeholders* pela colaboração e confiança durante o ano de 2018.

Cordiais cumprimentos,

Cristina Rios de Amorim

Administradora e Diretora de Sustentabilidade

1. ABORDAGEM AO RELATÓRIO

Desde 2006 que a Corticeira Amorim publica regularmente o relatório de sustentabilidade - uma prática pioneira no seu setor de atividade - promovendo a transparência, o aperfeiçoamento das suas práticas e potenciando a adoção de princípios de sustentabilidade, quer na cadeia de valor, quer junto dos seus principais *stakeholders*. Em 2017, retomou-se o reporte anual, incluindo-o no Relatório Anual Consolidado, aumentando a difusão desta informação a um número mais alargado de *stakeholders*.

O presente relato, genericamente intitulado de Relatório de Sustentabilidade 2018, divulga o desempenho económico, social e ambiental do grupo Corticeira Amorim no ano 2018 (perímetro indicado abaixo). O relatório foi elaborado de acordo com as diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI) - GRI Standards 2016, para o nível Core e dá resposta aos requisitos legais introduzidos pelo Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, sendo, nos termos do artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais, a Demonstração Não Financeira Consolidada da Corticeira Amorim, SGPS, S.A..

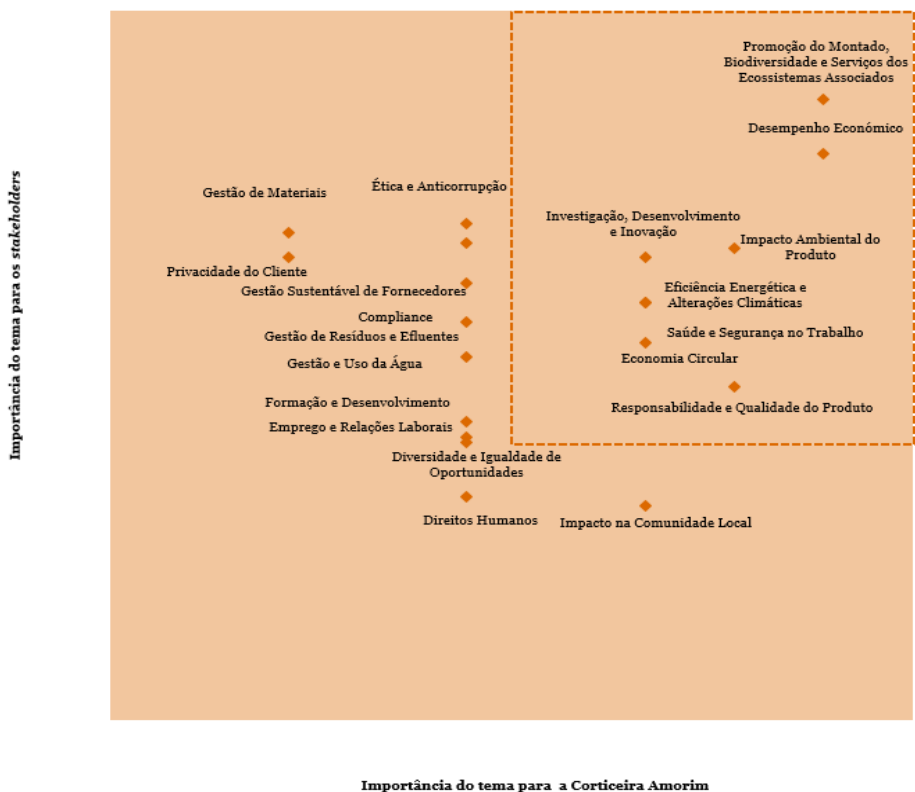
Inclui-se, sempre que possível, apropriado e relevante, informação de anos anteriores para os principais indicadores, de forma a permitir uma perspetiva da sua evolução.

O conteúdo deste relato é complementado com as informações constantes do Relatório Consolidado de Gestão, do Relatório do Governo Societário e do website da empresa - www.amorim.com -, de acesso público.

Em 2018, foi implementado um processo de auscultação aos *stakeholders* da Corticeira Amorim que permitiu identificar os temas de sustentabilidade que estes consideram relevantes no âmbito da atuação da Organização.

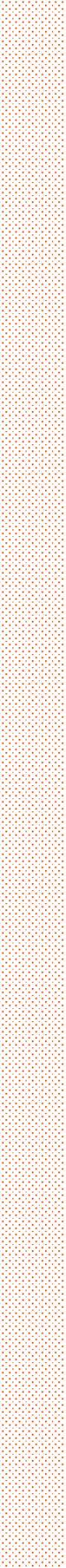
Conjugando a importância dos vários temas de sustentabilidade para os *stakeholders* e para a Corticeira Amorim, foi construída uma matriz que ilustra a materialidade dos vários temas dos pilares social, ambiental e económico, e serviu de base à seleção da informação a considerar neste relatório.

Matriz de Materialidade - Corticeira Amorim



Assim, os temas mais materiais para a Corticeira Amorim e para os seus *stakeholders*, a destacar neste relatório, são: Promoção do Montado, Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas Associados, Desempenho Económico, Investigação, Desenvolvimento e Inovação, Eficiência Energética e Alterações Climáticas, Saúde e Segurança no Trabalho, Economia Circular e Impacto Ambiental do Produto (onde se integra o tema Responsabilidade e Qualidade do Produto). Dada a importância para a Organização, o tema Formação e Desenvolvimento foi considerado relevante para efeitos deste relatório.

Para definição do universo de empresas abrangidas por este relatório foi adotado um critério que visa a inclusão de todas as unidades que geram impactos materiais relativamente aos aspetos atrás referidos. Deste modo, o âmbito do



relatório não contempla a totalidade das empresas do Grupo Corticeira Amorim, dada a dificuldade em implementar sistemas de informação de sustentabilidade nas empresas de menor dimensão. Um plano para a sua inclusão gradual está a decorrer. As empresas abrangidas por este relatório englobam 86% das unidades industriais e empregam 74% do número de colaboradores do grupo Corticeira Amorim no final de 2018.

As metodologias de cálculo dos indicadores utilizadas como complemento às GRI Standards 2016 são apresentadas no capítulo 7. Notas Metodológicas. Sempre que os dados apresentados não se referem ao perímetro de base considerado, é fornecida tal indicação; sempre que os dados apresentados resultem de estimativas, são apresentados os pressupostos utilizados no seu cálculo.

A verificação da informação deste relatório esteve a cargo da Ernst & Young Audit & Associados, SROC, S.A..

Este documento está disponível em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/relatorio-de-sustentabilidade/>, podendo qualquer esclarecimento ser solicitado à Corticeira Amorim, através do endereço eletrónico natural.choice@corticeira.amorim.com.

2. CARACTERIZAÇÃO DA CORTICEIRA AMORIM

2.1. PERFIL DA ORGANIZAÇÃO

2.1.1. Identificação

A Corticeira Amorim, SGPS, S.A. é uma sociedade gestora de participações sociais com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, estando as ações representativas do seu capital social, que atualmente se cifra em 133 000 000 euros, cotadas na Euronext Lisbon.

2.1.2. Estrutura Operacional

A atividade operacional da Corticeira Amorim está estruturada em cinco Unidades de Negócios (UN).

Assumindo um modelo de gestão assente num conceito de Holding Estratégico-Operacional, as UN são coordenadas pela Comissão Executiva da Corticeira Amorim.

Cada UN dispõe de um Conselho de Administração próprio, composto por membros não executivos e por membros executivos, sendo o órgão competente para a decisão de todas as matérias consideradas relevantes. Cada UN dispõe de uma Direção Executiva, composta integralmente por Quadros altamente qualificados, independentes, que reúnem as competências técnicas e profissionais adequadas à condução dos negócios e à gestão dos desafios específicos da atividade desenvolvida e perspetivada. Nas UN a direção executiva compete exclusivamente a gestores profissionais independentes, ou seja, o Presidente do Conselho de Administração não assume a direção executiva da mesma, que compete ao CEO da própria UN. No caso da UN Rolhas, atendendo à complexidade do negócio, existem dois Co-CEO profissionais independentes.

O alinhamento estratégico de toda a Organização é potenciado pela utilização da metodologia de balanced scorecard na Corticeira Amorim e nas suas UN. Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração da Corticeira Amorim a aprovação dos objetivos e iniciativas estratégicas (i) transversais a toda a Organização, (ii) específicas da Corticeira Amorim e (iii) de cada UN, em estreita colaboração com as respetivas Direções Executivas.

2.1.3. Principais Produtos e Serviços

A Corticeira Amorim tem vindo a aprofundar o seu conhecimento sobre a matéria-prima cortiça, através da investigação, desenvolvimento e inovação de um vasto portefólio de produtos e aplicações sustentáveis, que antecipam as tendências do mercado e superam as expectativas de algumas das indústrias mais exigentes do mundo, como a dos vinhos e espirituosos, a aeroespacial, a da construção e do design, sendo de salientar:

UN Rolhas: líder mundial na produção e fornecimento de rolhas de cortiça, com uma produção anual de cerca de 5,5 mil milhões de unidades. O mais completo portefólio de vedantes naturais, nomeadamente rolhas para vinho, vinhos efervescentes e espirituosos, e uma rede de distribuição própria, conferem-lhe uma posição ímpar no fornecimento da rolha ideal para qualquer segmento de vinho e em qualquer parte do mundo;

UN Revestimentos: líder mundial na produção e distribuição de pavimentos e revestimentos de parede com incorporação de cortiça. Alinhada com valores de sustentabilidade e inspirada na Natureza, a UN Revestimentos produz pavimentos de alta qualidade e sustentáveis, assegurando uma melhor qualidade de vida e simultaneamente preservando o meio-ambiente. O uso de uma estrutura multicamada, que combina as propriedades naturais e exclusivas da cortiça com a tecnologia mais avançada, permitiu o desenvolvimento de pavimentos de qualidade superior, que oferecem benefícios únicos como um maior isolamento acústico e térmico, maior conforto ao caminhar e uma superior qualidade do ar interior;

UN Aglomerados Compósitos: concentra as suas atividades na produção de granulados, aglomerados e compósitos de cortiça. As propriedades naturais da cortiça, potenciadas pela junção com outros materiais, dão origem ao desenvolvimento de soluções de ponta para setores de atividade distintos, como a da construção, a indústria do calçado, aeroespacial, ferroviária, de transformadores elétricos e do design de interiores, entre outros;

UN Isolamentos: dedica-se à produção de materiais de isolamento de excelente desempenho técnico e 100% naturais. As características únicas do aglomerado de cortiça expandida conferem-lhe elevado grau de isolamento térmico, acústico e antivibrático - a que se junta uma durabilidade praticamente ilimitada -, sendo por isso um material de eleição para projetos de construção sustentável. Pelo seu apelo tátil, a solução tem sido progressivamente selecionada para o design de interiores.

2.1.4. Participação em Associações

As empresas do grupo Corticeira Amorim integram órgãos sociais e participam ativamente em discussões em diversas associações e organizações, nacionais e internacionais, sobre temas de interesse para a sua área de atuação e para o desenvolvimento sustentável dos países onde atuam. Entre estas destaca-se:

Organização	Propósito	Representante Amorim
	Associação empresarial do setor da cortiça que representa, promove, divulga e investiga a indústria da cortiça portuguesa. http://www.apcor.pt	Vice-presidente da Direção e Presidente da Assembleia Geral
	Associação empresarial que integra a rede mundial do WBCSD - World Business Council for Sustainable Development, a maior organização internacional a trabalhar a área do desenvolvimento sustentável, com mais de 200 empresas associadas em diferentes países e 68 organizações independentes nos cinco continentes, que em conjunto representam mais de 20 mil empresas e uma rede internacional de parcerias. https://www.bcsdportugal.org/	Vice-Presidente da Direção
	Entidade dinamizadora do polo de competitividade e tecnologia das indústrias de base florestal com o objetivo de preservar a floresta e garantir o seu futuro, sem descurar as questões ecológicas, sociais e económicas. http://www.aiff.pt/	Secretário da Assembleia Geral e Vogal da Direção
	Pessoa coletiva sem fins lucrativos cujo objeto é contribuir para a produção e divulgação de conhecimento na área dos resíduos; dinamizar ações que valorizem a cooperação entre as entidades com atuação na área dos resíduos; promover e apoiar atividades e projetos dos seus associados que contribuam para a prossecução do objeto da associação. http://www.smartwasteportugal.com/pt/	Vogal da Direção
	Conjunto de empresas, municípios, centros de investigação e desenvolvimento, associações empresariais e outras entidades que apostam na sustentabilidade enquanto mote para a inovação e competitividade. http://www.centrohabitat.net/pt	Vogal da Direção
	Plataforma destinada a todos os envolvidos na área de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação da indústria vinícola espanhola.	Membro da Secção Técnica
	Iniciativa da Universidade do Minho que agrega mais de 80 investigadores de áreas de conhecimento diversas, com o objetivo de encontrar soluções para desafios societários complexos, associados à sustentabilidade. http://ib-s.uminho.pt/	Membro do Conselho Estratégico

2.2. PESSOAS E CULTURA

Consciente da sua responsabilidade como *player* crucial nesta área de atividade, a Corticeira Amorim assume o seu papel de liderança, fomentando a ambição de desenvolver, de forma continuada, novas soluções de cortiça que acrescentem valor ao mercado, face a soluções convencionais, e que combinam de forma singular desempenho técnico, fator *premium* e credenciais de sustentabilidade únicas.

É um motivo de orgulho trabalhar com uma matéria-prima natural, tão versátil como os milhares de aplicações que origina e que, é convicção da Corticeira Amorim, continuará a gerar.

Mas são, de facto, os colaboradores da empresa, oriundos de todos os continentes que sustentam a estratégia de crescimento e inovação da Corticeira Amorim. Por esta razão, advoga-se uma política de pessoas que promove a ambição e o desafio, o empenho e a exigência, a cooperação e o trabalho em parceria. Desenvolver um ambiente de trabalho onde imperam a transparência na comunicação, a equidade interna e a diversidade de qualquer natureza é uma diretriz fundamental das políticas e práticas referentes às pessoas e aos ambientes de trabalho.

Acredita-se que o sucesso sustentável da Organização depende de um conjunto de mulheres e de homens, de vários países, de diversificadas funções, todos convergindo para uma cultura partilhada onde a identificação com os produtos e o negócio deverá ser a realidade de todos.

Converge-se assim em torno de:

Missão:

Acrescentar valor à cortiça, de forma competitiva, diferenciada e inovadora, em perfeita harmonia com a Natureza.

Valores:

Orgulho - Orgulhamo-nos da tradição do nosso negócio, da nossa história enquanto empresa e do saber que acumulámos em anos de trabalho de diferentes gerações. Orgulhamo-nos de trabalhar com uma matéria-prima que vem da Terra, sustentável, com identidade, tradição, modernidade e inovação.

Ambição - Temos gosto no que fazemos, mobilizamo-nos para fazer sempre mais e melhor, captando novos Clientes, novos mercados e novas aplicações para a cortiça.

Iniciativa - Encontramos soluções para compromissos e desafios, reagindo rápida, eficaz e positivamente a diferentes circunstâncias e contextos, sempre focados no desenvolvimento do negócio e do setor.

Sobriedade - Celebramos vitórias e comemoramos sucessos internamente, privilegiando a discrição na nossa relação com o exterior, nunca esquecendo que devemos sempre aprender mais e fazer continuamente melhor.

Atitude - Estamos com a empresa nos bons e nos maus momentos, com o nosso esforço, empenho e disponibilidade, dando o melhor de nós e, sempre, respeitando Colegas, Clientes, Fornecedores, Acionistas e demais *stakeholders*, relevantes para a sustentabilidade da Corticeira Amorim.

2.3. PRINCÍPIOS E POLÍTICAS

As matérias de *governance*, risco e controlo interno da Corticeira Amorim são objeto de ampla e regular reflexão dentro da organização. Fruto do profissionalismo e ética dos seus dirigentes e quadros - e também da sua cultura -, alguns aspetos relacionados não se encontram formalmente redigidos e disponíveis publicamente.

Apesar de ser convicção de que se encontram plenamente acautelados os riscos a que a atividade da Sociedade está sujeita e salvaguardados os interesses dos seus *stakeholders*, atenta ao crescente ênfase e escrutínio de tais matérias, a Sociedade analisa com regularidade as suas práticas, e promove, quando possível e adequado, a sua formalização e divulgação.

As políticas adotadas pela Corticeira Amorim refletem um conjunto de compromissos do grupo na área da ética e da responsabilidade económica, ambiental e social. Consubstanciam, no conjunto, as responsabilidades assumidas pelas diversas empresas no âmbito de um modelo de gestão que preconiza uma competitividade responsável e que se apresentam em mais detalhe em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/politicas-e-sistemas-de-gestao/> e em <https://www.amorim.com/investidores/informacao-institucional/orgaos-sociais/>.

2.3.1. Direitos Humanos

A salvaguarda e o respeito pelos Direitos Humanos são prática básica da Corticeira Amorim, não se identificando casos de discriminação, nem riscos de ocorrência de trabalho infantil, trabalho forçado ou compulsório ou restrições à liberdade de associação e sindicalização em nenhuma das atividades e operações desenvolvidas.

O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor nos países onde é desenvolvida a atividade, não se identificando riscos na atividade da empresa e ao longo da cadeia de fornecimento nesta matéria. É objetivo da Corticeira Amorim continuar a adotar práticas que a diferenciam positivamente na salvaguarda dos direitos humanos, propagando - pelo exemplo e pelas iniciativas de sensibilização - essas práticas ao longo da cadeia de fornecimento. Assim, na metodologia da Corticeira Amorim para a avaliação de fornecedores, são incorporadas, entre outros, Índices de Responsabilidade Social conforme detalhado no subcapítulo 2.4. Cadeia de Fornecedores e em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/politicas-e-sistemas-de-gestao/>.

2.3.2. Código de Ética e Conduta Profissional

A Corticeira Amorim tem formalizado um Código de Ética e Conduta Profissional que norteia o comportamento profissional de todos os seus colaboradores e que é alvo de reflexão regular, a última das quais ocorreu em 2017. Atualmente abrange doze domínios:

- Utilização profissional dos ativos da organização;
- Sigilo e confidencialidade;
- Regras quanto à utilização das tecnologias de informação;
- Relações entre colaboradores;
- Comunidade;
- Corrupção/suborno;
- Clientes e fornecedores;
- Comunicação com o exterior;
- Imagem corporativa;
- Propriedade industrial;
- Proteção de dados;
- Direitos humanos/proibição do assédio.

2.3.3. Corrupção e Suborno

A identificação e avaliação de riscos associados a corrupção e suborno em mercados onde a Corticeira Amorim atua é efetuada conjuntamente pela Comissão Executiva e pela Administração das UN, tendo por base as especificidades de cada mercado, complementada por auditorias de processo de controlo interno, que avaliam a conformidade dos processos e identificam ineficiências.

A Corticeira Amorim tem definido um procedimento de comunicação de irregularidades, competindo ao seu Conselho Fiscal, órgão composto integralmente por membros independentes, nos termos do respetivo regulamento de funcionamento, receber as comunicações de irregularidades (dirigidas ao Conselho Fiscal, via postal, para a sede da sociedade) apresentadas por acionistas, colaboradores ou por outras pessoas/entidades, dando-lhes o tratamento adequado, competindo-lhe ainda sugerir, na sequência da análise das irregularidades comunicadas, medidas acauteladoras da ocorrência dessas irregularidades.

Durante o exercício de 2018 não houve qualquer comunicação de irregularidades. Mais informação poderá ser consultada no capítulo C. Organização Interna, II. Comunicação de irregularidades do Relatório do Governo Societário.

2.3.4. Sistemas de Gestão

- 29 Unidades industriais / distribuição com certificação FSC na cadeia de custódia
- 5 Unidades industriais / distribuição com certificação ISO 50001
- 4 Unidades industriais / distribuição com certificação ISO 14001
- 1 Unidade industrial com certificação OHSAS ISO 18001

As certificações dos sistemas de gestão da Corticeira Amorim são consideradas fundamentais para a empresa garantir uma gestão efetiva dos aspetos ambientais e sociais, orientada para a concretização dos objetivos estratégicos. Com efeito, as diversas UN estão certificadas em diferentes sistemas de gestão mais adequados ao acautelamento e mitigação de riscos não financeiros, que decorrem das suas atividades.

O ano de 2018 destaca-se pelo reforço desta prática através da renovação de certificações de diferentes subsistemas de gestão nas diferentes empresas e do início do processo com vista à implementação de novas certificações nomeadamente: uma unidade industrial para certificação ISO 50001; quatro unidades industriais para certificação ISO 14001; cinco unidades industriais para certificação ISO 45001.

Mais informação pode ser consultada no quadro resumo do capítulo 6. Abordagem à Sustentabilidade, do Relatório Consolidado de Gestão.



2.3.5. Compromissos Voluntários

Carta de Princípios do Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (BCSD Portugal)

O BCSD Portugal integra a rede mundial do WBCSD - *World Business Council for Sustainable Development* e em Portugal agrega e representa mais de 90 empresas de referência que se comprometem ativamente com a transição para a sustentabilidade. A Corticeira Amorim subscreveu, em novembro de 2017, a sua Carta de Princípios, que estabelece os compromissos fundamentais de sustentabilidade que as empresas subscritoras, voluntariamente, adotam para si próprias e que procuram estender à sua cadeia de valor, na esfera da sua influência. A carta incentiva os subscritores a irem além do cumprimento das normas legais, adotando normas e práticas reconhecidas e alinhadas com padrões de gestão, éticos, sociais, ambientais e de qualidade, em qualquer contexto da economia global.

Assim, tal como os demais subscritores, a Corticeira Amorim:

- Reconhece a importância da partilha de informação sobre sustentabilidade junto das suas partes interessadas, respondendo e esclarecendo sobre dúvidas e preocupações nestes domínios, contribuindo para a sensibilização da importância e relevância de adoção de práticas sustentáveis;

- Considera a carta uma iniciativa aplicável a toda a cadeia de valor e procurará dialogar com os seus fornecedores diretos mais relevantes, de forma a encorajá-los a aderirem a esta mesma carta;
- Compromete-se com a ambição estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

A carta pode ser consultada em:

http://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2017/12/Carta_Principios_BCSDPortugal.pdf

Carta de Princípios do Porto Protocol

O Porto Protocol é um novo movimento, fundado no Porto por Adrian Bridge, presidente do grupo *The Fladgate Partnership*, que na origem juntou mais de oito dezenas de empresas na partilha e no debate de soluções para combater as alterações climáticas e minimizar os seus impactos. Para o lançamento mundial da iniciativa, teve lugar no Porto a *Climate Change Leadership Porto Summit 2018* que reuniu inúmeras personalidades, com destaque para Barack Obama, ex-Presidente dos EUA, Mohan Munasinghe, prémio Nobel da Paz em 2007 e Irina Bokova, ex-diretora geral da Unesco. A cimeira trouxe a debate, o tema das alterações climáticas bem como as soluções para mitigar este problema. Foi, também, apresentado o Porto Protocol e a sua Carta de Princípios, um movimento que pretende criar sinergias entre empresas comprometidas no combate às alterações climáticas e conscientes que, com o seu exemplo podem influenciar outras entidades em torno da causa. Os membros do Porto Protocol comprometem-se a orientar a sua atividade através de bons princípios ambientais, assim como a executar projetos que melhorem a sustentabilidade das respetivas organizações. O Porto Protocol prevê ainda o desenvolvimento de parcerias entre os aderentes, a possibilidade de disseminar ideias e de fornecer acesso a ferramentas de aprendizagem, relatórios e know-how produzidos por entidades oficiais.

Mais informação pode ser consultada em: <https://climatechange-porto.com/porto-protocol/>.

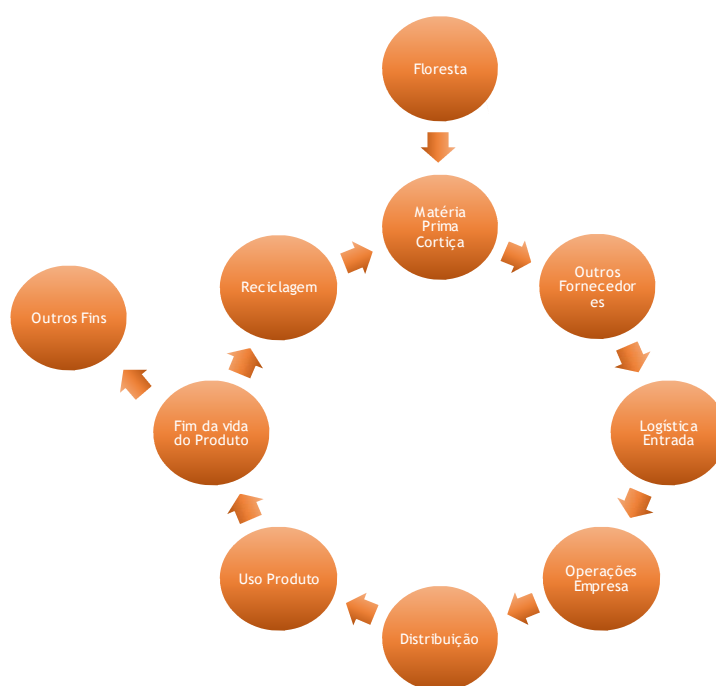
2.4. CADEIA DE FORNECEDORES

- 29 Unidades com certificação FSC na cadeia de custódia
- 72% Compras de cortiça em Portugal
- Principal meio de transporte é marítimo

Refletindo o conjunto de compromissos na área da ética e da responsabilidade económica, ambiental e social, referido no subcapítulo 2.2. Pessoas e Cultura, a Corticeira Amorim dá preferência, sempre que possível, a fornecedores que providenciem matéria-prima segundo boas práticas de sustentabilidade - quer no que diz respeito à sua origem, quer nos processos de exploração.

Considera-se que, pela sua relevância, criticidade para o negócio e peso relativo na estrutura de custos da empresa, os fornecedores de matérias-primas (essencialmente cortiça) e de serviços de transporte são preponderantes na cadeia de valor.

A Corticeira Amorim tem um modelo de negócio verticalizado que integra todas as fases da produção, desde a compra da matéria-prima até à comercialização de um variadíssimo portefólio de produtos de cortiça, alcançando mais de 25 mil clientes e 93% de vendas feitas fora de Portugal, para mais de 100 países.



ODS das Nações Unidas e metas:



ODS 8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas.

ODS 8.8 Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

ODS 12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

ODS 12.4 Até 2020, alcançar a gestão o ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a libertação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

ODS 12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.

ODS 12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

ODS 17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e partilhem conhecimento, pericia, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento.

2.4.1. Procurement e Aprovisionamento de Cortiça

A gestão integrada do negócio é iniciada na UN Matérias-Primas. A sua missão é garantir o aprovisionamento de todo o tipo de matérias-primas cortiça para as várias UN da Corticeira Amorim e respetivas aplicações de mercado, competindo-lhe preparar, debater e decidir a política de aprovisionamento plurianual da Corticeira Amorim.

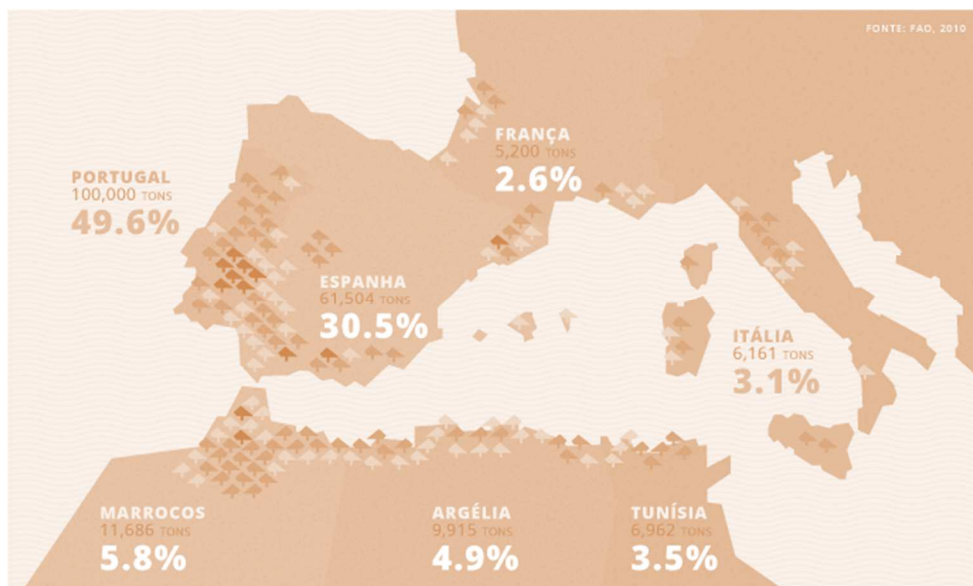
A UN Matérias-Primas assume outras importantes missões, atuando de forma relevante sobre o conhecimento do montado e o incremento da qualidade da cortiça produzida. Entre outras ações, a UN promove a certificação florestal junto dos produtores, incluindo a certificação *Forest Stewardship Council* (FSC). Caracteriza-a uma forte política de investigação e desenvolvimento florestal, sendo que a introdução de novas técnicas de produção de cortiça através de processos de rega de instalação melhorada é uma das áreas prioritárias de intervenção, com o objetivo de aumentar a qualidade e a quantidade de cortiça, de forma a assegurar a sustentabilidade do negócio. Mais informação no subcapítulo 5.1.2. Projeto de Intervenção Florestal.

Nos últimos anos, esta UN adotou uma política de diversificação das fontes de aprovisionamento, no sentido de assumir uma intervenção proativa em todas as regiões de produção de cortiça (Bacia do Mediterrâneo conforme mostra mapa abaixo), estando para o efeito concentrada, em Portugal (72%). Estas são também as áreas onde maioritariamente estão localizadas as operações da Corticeira Amorim. Do total de colaboradores reportados neste relatório, 95% (mais de 3100 postos de trabalho) pertencem a unidades nestas geografias, demonstrativo da importância da atividade da Empresa para a promoção social e económica destas áreas, ao mesmo tempo que preserva um dos maiores tesouros naturais da Bacia do Mediterrâneo.

Compras de cortiça (milhares de euros):

	2018	2017	2016
Portugal	189 673	197 785	162 015
Norte de África	10 909	9 373	14 562
Outras origens	62 407	55 313	55 127
Total	262 989	262 472	231 705

Produção anual de cortiça por país:



Rastreabilidade - Certificados do Forest Stewardship Council (FSC)

Os montados de sobre ocupam uma área estimada de mais de 2,2 milhões de hectares na Bacia do Mediterrâneo Ocidental. Portugal possui a maior área de montado do mundo, que corresponde a cerca de um terço da área de distribuição da espécie. Destes, cerca de 126 mil hectares têm certificação FSC (FSC Portugal, 31-12-2017).

A Corticeira Amorim foi pioneira na obtenção dos certificados da cadeia de custódia do FSC na indústria da cortiça, em 2004 e, numa antevisão das necessidades da indústria vinícola - destinatária do seu principal produto -, foi a primeira empresa de *packaging* do mundo a alcançar esta certificação.

Entre outras iniciativas, a Corticeira Amorim foi responsável, entre 2008 e 2015, por um serviço de aconselhamento técnico - gratuito - a produtores florestais, que contemplou mais de 20 mil hectares de área florestal de sobreiro em Portugal, com vista à identificação e adoção de melhores práticas de gestão do montado e da biodiversidade associada. Este serviço foi instituído com a adesão da Corticeira Amorim, em outubro de 2007, à Iniciativa *Business & Biodiversity* da Comissão Europeia, um protocolo feito em parceria com o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas) e as ONG WWF e Quercus que previa, para além do mencionado serviço de aconselhamento técnico, medidas para a dinamização da investigação florestal e disseminação de boas práticas de gestão.

Atualmente, a Corticeira Amorim continua focada no desenvolvimento da sua atividade de acordo com os princípios preconizados pelo FSC. No final de 2018, cerca de 29 estabelecimentos (industriais e/ou de distribuição) da Corticeira Amorim tinham a sua cadeia de custódia certificada de acordo com este normativo, fornecendo ao mercado garantia acrescida ao nível da proteção da biodiversidade, dos direitos dos trabalhadores, dos direitos dos povos indígenas e de áreas com importância ambiental e cultural significativa.

2.4.2. Procurement e Aprovisionamento Não Cortiça

Para a gestão da compra de todos os materiais não cortiça, serviços e empreitadas, incluindo transportes, a empresa tem uma Direção de Compras centralizada. A missão desta direção é gerir profissionalmente e numa ótica global a carteira de fornecedores, de forma a maximizar a criação sustentável de valor na Corticeira Amorim, procurando a excelência dos bens adquiridos e dos serviços prestados em permanente harmonia com os objetivos das empresas do grupo Corticeira Amorim. Neste contexto, a Corticeira Amorim privilegia o estabelecimento de parcerias estáveis e duradouras com os fornecedores, existindo um grau elevado de fidelização aos principais fornecedores.

Durante 2018 esta Direção supervisionou um volume global de compras de mais de 140 M€, realizadas em vários países, com predominância em Portugal

Pré-qualificação, Qualificação e Avaliação de Fornecedores

A empresa tem definida uma metodologia para a pré-qualificação, qualificação e avaliação de fornecedores, em que são incorporados índices de responsabilidade social (IRSoc) e de responsabilidade ambiental (IRAmb): um fornecedor será qualificado para fornecer a Corticeira Amorim em função da qualidade dos fornecimentos, dos prazos de entrega e dos seus índices de responsabilidade social e de responsabilidade ambiental.

Metodologia de Avaliação do Índice de Responsabilidade Social (IRSoc)

O IRSoc é calculado em função da percentagem de requisitos cumpridos pelo fornecedor. Caso o fornecedor seja certificado pela norma NP 4469, terá 100% do IRSoc. Por cada requisito a que o fornecedor não se comprometa cumprir, ser-lhe-á retirado 25% ao IRSoc.

Metodologia de Avaliação do Índice de Responsabilidade Ambiental (IRAmb)

O IRAmb é calculado em função da percentagem de requisitos cumpridos pelo fornecedor. Caso o fornecedor seja certificado pela norma ISO 14001, terá 100% do IRAmb. Por cada requisito a que o fornecedor não se comprometa cumprir, ser-lhe-á retirado 25% ao IRAmb.

Se vier a ser detetado que o fornecedor não cumpre um ou mais requisitos constantes do seu compromisso, o seu IRSoc ou IRAmb será zero.

Informação mais detalhada sobre os requisitos destes índices podem ser consultados em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/politicas-e-sistemas-de-gestao/>.

Anualmente é elaborado um programa de auditoria a fornecedores, selecionados com base num conjunto de critérios: a *performance* do fornecedor no ano anterior, a criticidade dos produtos/serviços fornecidos ou se se trata de um novo fornecedor e contempla aspetos de qualidade, ambientais e sociais. Após cada auditoria é avaliada a *performance*

do fornecedor. Quando são identificadas não conformidades, é pedido um plano de ação e, dependendo da criticidade das não conformidades detetadas, as empresas do grupo Corticeira Amorim podem efetuar auditorias de acompanhamento para verificar a implementação das ações. Poderá ainda haver a necessidade de colaborar com o fornecedor para resolver as não conformidades ou encontrar alternativas a esse fornecedor. Durante 2018, a Corticeira Amorim não efetuou substituição de fornecedores em resultado do processo de pré-qualificação, qualificação e avaliação de fornecedores.

2.4.3. Transportes

A empresa possui um Departamento de Transportes, inserido na Direção Central de Compras, que se rege por princípios de comprometimento, credibilidade, integridade (ética) e procura de excelência, tendo como objetivos estratégicos:

- Posicionamento da função compras como geradora de valor para a organização;
- Otimização da estrutura de compras com vista à persecução de objetivos transversais à organização;
- Abordagem diferenciada de acordo com a natureza da categoria e a natureza do processo;
- Alinhamento da plataforma tecnológica com as necessidades em termos de processo e de informação de gestão.

A rubrica dos transportes é um fator crítico do negócio tanto na sua vertente económica, como ambiental, devido, por um lado, ao aumento dos seus custos, afetado pelo aumento do preço dos combustíveis e, por outro, ao peso que tem nos consumos e emissões associadas à atividade a montante e a jusante da cadeia de valor.

Atividade a Montante e a Jusante da Cadeia de Valor

As emissões geradas na cadeia de valor ocorrem, fundamentalmente, durante o transporte das matérias-primas e produtos, que são na grande maioria fornecidos por prestadores de serviços de logística externos. O transporte e distribuição a montante e a jusante correspondem a 96% das emissões de âmbito 3 apuradas.

Os valores a seguir apresentados consideram os aspetos mais importantes da cadeia de valor da Corticeira Amorim, para a atividade em Portugal. Em 2018, verifica-se um aumento nas emissões de âmbito 3 face ao registado em 2017, que resulta do aumento da atividade.

Informação sobre emissões de âmbito 1 e 2 pode ser consultada no subcapítulo 5.2. Eficiência Energética e Alterações Climáticas.

	2018		2017	
	Consumo fora da Organização (GJ) Âmbito Portugal	Emissões CO2 - Âmbito 3 (t CO2) Âmbito Portugal	Consumo fora da Organização (GJ) Âmbito Portugal	Emissões CO2 - Âmbito 3 (t CO2) Âmbito Portugal
Transporte e distribuição a montante	444 101	32 916	364 681	27 022
Resíduos gerados nas operações	3 820	283	3 199	237
Viagens de negócios	14 137	1 020	16 420	1 175
Transporte de colaboradores	36 039	2 677	32 458	2 405
Transporte e distribuição a jusante	983 750	71 917	911 767	67 072

Têm sido encetadas novas ações de forma a minimizar este impacto e garantir que continue a ser um fator positivamente diferenciador da competitividade internacional do negócio da Corticeira Amorim, sendo de destacar a preferência, sempre que possível, pelo transporte de mercadorias por via marítima, em detrimento da via rodoviária, representando o primeiro o principal meio de transporte utilizado pela empresa, e a dinamização de projetos que visam maximizar a quantidade de produto transportado por unidade de embalagem, tendo em vista racionalizar os fluxos de transporte.

OBJETIVO:

Desenvolvido pela Amorim Top Series com a intenção de reduzir a quantidade de material de embalagem utilizado; reduzir, na origem, a quantidade de materiais que terminam no lixo/reciclagem; maximizar a quantidade de produto transportado por unidade de embalagem; otimizar espaço de *stockagem* ao longo da cadeia de abastecimento.

AÇÕES:

Desenvolvimento de uma caixa do tamanho de uma palete que utilizasse menos cartão, com desenho de soluções de abertura/uso mais ergonómicas;

- Identificação de parceiro para a produzir;
- Testes ao longo da cadeia de abastecimento da sua robustez e rigidez;
- Promoção da ideia junto dos *stakeholders*;
- Implementação.

RESULTADOS:

Esta solução, já adotada por alguns clientes e em fase de avaliação e testes por outros, permite:

- Colocar mais 20% de produto em cada unidade de embalagem/transporte, aumentando a quantidade de produto transportado em cada envio;
- Aumentar a quantidade de produto *stockável* no mesmo espaço;
- Reduzir a quantidade de materiais de embalagem em 30%.

3. GESTÃO E ESTRATÉGIA

A Amorim não é só o líder mundial na indústria da cortiça, é também um excelente modelo para as empresas em toda a parte, devido aos seus produtos de elevada qualidade e profundo compromisso com a sustentabilidade económica, social e ambiental.

Prof. Mohan Munasinghe, Prémio Nobel da Paz 2007

3.1. ESTRUTURA DE GESTÃO DA SUSTENTABILIDADE

A Corticeira Amorim mantém uma reflexão contínua do seu modelo de governo societário, à luz do que são as boas práticas nacionais e internacionais nesta matéria, das circunstâncias da atividade que desenvolve e dos desafios a que tem de dar resposta. Deste modo, tem vindo a implementar um conjunto de medidas que, globalmente, visam reforçar os sistemas internos de controlo e de fiscalização, ampliar a transparência, fomentar a participação de todos os stakeholders na vida da Sociedade e garantir a criação sustentada de valor para os mesmos.

As boas práticas de governo societário são um pilar do desenvolvimento sustentável da Corticeira Amorim. O Relatório do Governo Societário expõe de forma aprofundada a estrutura e práticas do governo societário, descrevendo-se no website, <https://www.amorim.com/sustentabilidade/gestao-da-sustentabilidade/>, as matérias consideradas relevantes ou complementares para o âmbito deste relato, designadamente:

- A escuta e envolvimento de *stakeholders*;
- A estrutura organizativa de suporte à gestão da sustentabilidade corporativa (SC).

O sistema de gestão integrado da sustentabilidade tem na sua base a missão e os valores da Corticeira Amorim preconizando:

A interação com *stakeholders*, nomeadamente, através da sua regular auscultação que é considerada fundamental para a definição e posterior validação das opções estratégicas e para a compreensão das expectativas quanto às matérias a monitorizar e a comunicar pela Corticeira Amorim. Apresenta-se no subcapítulo 3.2. Envolvimento com *Stakeholders* informação adicional sobre o processo de auscultação de *stakeholders* promovido pela Corticeira Amorim em 2018.

A estratégia: o alinhamento estratégico de toda a organização é potenciado pela utilização da metodologia do *balanced scorecard*, competindo ao Conselho de Administração a aprovação dos objetivos estratégicos, iniciativas estratégicas e ações prioritárias. Da integração dos processos nas perspetivas estratégicas do *balanced scorecard* resulta o reforço das práticas de desenvolvimento sustentável, através do alinhamento de diferentes subsistemas de gestão promotores de eficiência, conforme se apresenta em: <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/politicas-e-sistemas-de-gestao/>.

As operações: as equipas responsáveis pela implementação das práticas de desenvolvimento sustentável em cada UN, sob um programa estruturado denominado Escolha Natural, implementam iniciativas e ações necessárias ao cumprimento dos objetivos definidos e monitorizam de forma regular o desempenho.

A estrutura de suporte: a estrutura organizativa possibilita a gestão e o alinhamento efetivo entre a estratégia, as políticas e as práticas de desenvolvimento sustentável. As áreas de suporte estão orientadas para a coordenação da atividade das UN e das respetivas áreas funcionais, competindo à Comissão Executiva o acompanhamento periódico, conforme ilustra o esquema apresentado no capítulo B. Órgãos Sociais e Comissões, do Relatório do Governo Societário. A Sustentabilidade é acompanhada por António Rios de Amorim, CEO e Presidente da Corticeira Amorim.

Gestão e Estratégia da Sustentabilidade no Grupo Corticeira Amorim:



3.2. ENVOLVIMENTO COM OS STAKEHOLDERS

A Corticeira Amorim reconhece a importância de todos os seus *stakeholders*, como elemento fundamental para o desenvolvimento das suas atividades e para o sucesso alcançado. A Corticeira Amorim considera, ainda, que todos os seus *stakeholders* são fundamentais no que respeita à validação das opções estratégicas, pelo que a gestão da sustentabilidade da Corticeira Amorim tem em conta as suas preocupações e expectativas quanto às matérias a monitorizar e comunicar.

3.2.1. Os Stakeholders da Corticeira Amorim

As partes interessadas da Corticeira Amorim são todas aquelas, pessoas ou instituições, que afetam e/ou podem ser afetadas pelas atividades, produtos ou serviços da organização e desempenho associado.



3.2.2. Principais Meios de Comunicação

A Corticeira Amorim procura gerir o envolvimento e a comunicação com os seus *stakeholders*, de forma a melhor compreender e responder às suas preocupações e expectativas. Para este efeito, utiliza um conjunto diferenciado de meios de comunicação, sintetizado na tabela seguinte. A utilização destes meios de comunicação é sujeita a uma revisão regular.

	Acionistas & Investidores	Clientes	Colaboradores	Entidades Oficiais & Governamentais	Fornecedores	Media	ONG & Comunidade	Parceiros e Sociedade Civil
Reportar								
Assembleia Geral de Acionistas	x							
Reuniões com investidores e analistas	x							
Divulgação periódica da evolução da atividade	x			x		x	x	
Relatório & Contas	x			x	x	x	x	
Relatório de Sustentabilidade	x	x	x	x	x	x	x	x
Promover & Divulgar								
Iniciativas de defesa do montado e do ambiente			x	x			x	x
Ações de educação/sensibilização ambiental		x	x		x		x	x
Iniciativas de envolvimento com a comunidade							x	x
Apoio a iniciativas / projetos	x	x	x	x	x	x	x	x
Colaborar								
Seleção e avaliação de fornecedores					x			
Inquéritos de satisfação		x	x					
Participação em feiras e eventos setoriais		x		x	x	x		x
Programas de sensibilização e de apoio técnico		x			x			
Inovar								
Protocolos de colaboração em matéria de I&D		x		x	x		x	x
Publicação de artigos técnicos		x		x	x	x		x
Envolver								
Grupos de trabalho		x		x	x		x	x
Reuniões e contactos periódicos	x	x		x	x		x	x
Reuniões gerais e setoriais				x			x	x
Informar								
Painéis informativos nas instalações			x					
Procedimentos e Políticas			x					
Intranet			x					
Sistemas de gestão de performance			x					
Seminários e workshops diversos		x	x	x	x		x	x
Ações internas temáticas e de sensibilização			x				x	
Comunicar								
Atendimento das solicitações externas	x	x	x	x	x	x	x	x
Visitas ao montado e à Corticeira Amorim	x	x	x	x	x	x	x	x
Website	x	x	x	x	x	x	x	x
Newsletter e Press Releases	x	x	x	x	x	x	x	x
Brochuras informativas	x	x	x	x	x	x	x	x

3.2.3. Auscultação

A Corticeira Amorim promove o envolvimento e a auscultação de *stakeholders*, visando a identificação das principais temáticas de sustentabilidade a serem consideradas como prioridades futuras, bem como a conceção de uma estratégia de envolvimento com os mesmos. O mais recente processo decorreu em 2018.

a) Procedimentos utilizados e estrutura do questionário

Procedimentos utilizados:

Duração: o questionário foi aplicado entre julho e agosto de 2018, sob a responsabilidade da Pricewaterhousecoopers (PwC).

Distribuição: foi enviado um e-mail aos *stakeholders* das várias UN, pelas diferentes pessoas de contacto da Corticeira Amorim, para convite ao preenchimento do questionário disponibilizado em plataforma online. Sempre que indicado pela Corticeira Amorim, foram enviados pela PwC aos *stakeholders*, e-mails para reforço do pedido de resposta aos questionários.

Tipos de questões: o questionário era constituído por três grupos de questões, de resposta aberta e fechada, existindo a possibilidade de realização de comentários adicionais.

O questionário aplicado foi estruturado em três secções principais:

Visão de sustentabilidade: uma questão sobre a consideração da Corticeira Amorim como uma organização com uma visão clara das suas responsabilidades económicas, ambientais e sociais, com campo para apresentação de exemplos justificativos.

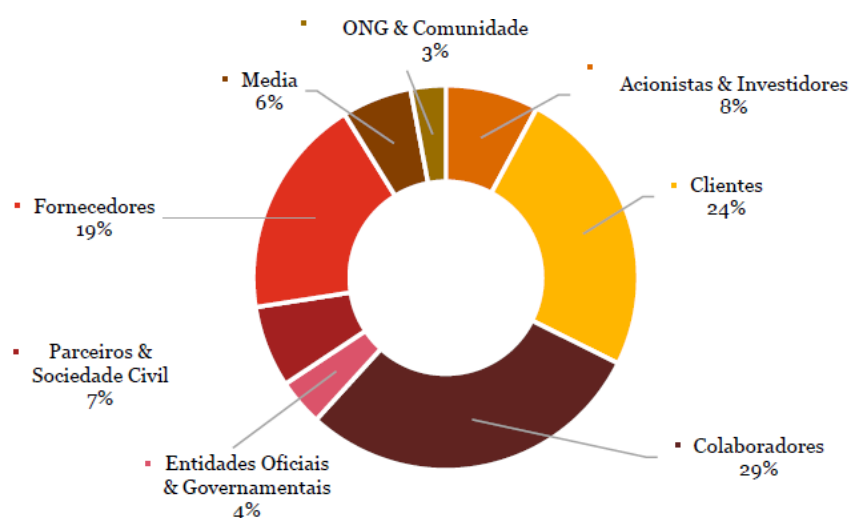
Desempenho de sustentabilidade: duas questões: a primeira, de escolha múltipla, identifica a importância e o desempenho da Corticeira Amorim em temas de sustentabilidade, com campo para identificação de outros temas relevantes não predefinidos; a segunda, de resposta aberta, destina-se a identificar oportunidades de melhoria para os temas seleccionados nas questões anteriores com baixo desempenho.

Reporte de sustentabilidade: cinco questões: a primeira questão visa identificar se os *stakeholders* leram o último relato de sustentabilidade; a segunda visa classificar de forma global a informação disponibilizada no relato; a terceira questão pretende classificar o relato de sustentabilidade de acordo com sete critérios; a quarta questão, de resposta aberta, visa a apresentação de sugestões de melhoria para os critérios de avaliação do relato de sustentabilidade e a quinta questão, também de resposta aberta, pretende a inclusão de novos temas no relato de sustentabilidade, não referidos em edições anteriores.

b) Caracterização da amostra e taxa de resposta

Ao longo do período entre 2009 e 2018 foram realizados vários processos de auscultação de *stakeholders*, verificando-se um aumento gradual do tamanho da amostra. No processo de 2018, amplamente participado (74%), foram identificados 137 *stakeholders* e temas relevantes de sustentabilidade, à luz das diretrizes GRI e em alinhamento com os critérios da norma AA1000 *Stakeholder Engagement Standard da AccountAbility* (AA1000SES) e requisitos das normas ISO 9001 e ISO 14001.

c) Distribuição da resposta por grupo de *stakeholders*



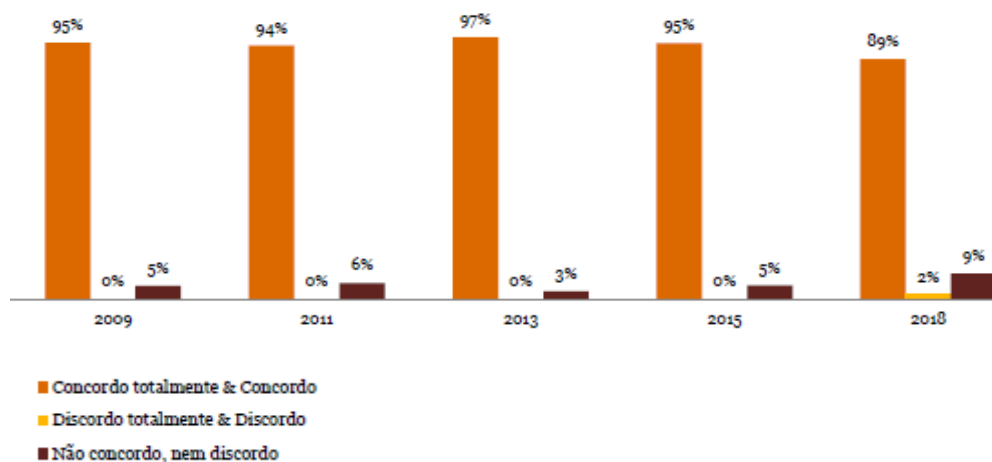
d) Principais conclusões do processo de auscultação

Visão da sustentabilidade

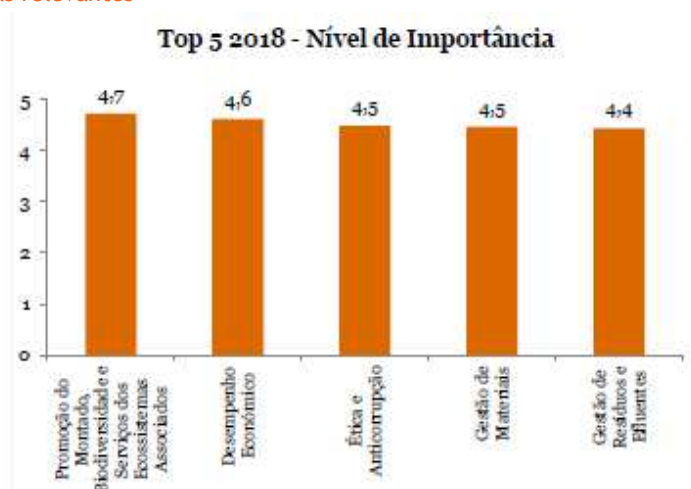
A maioria (89%) dos *stakeholders* da Corticeira Amorim considera que a organização apresenta uma visão clara das suas responsabilidades económicas, sociais e ambientais.

Questão colocada aos *stakeholders*: “Considera que a Corticeira Amorim apresenta uma visão clara das suas responsabilidades económicas, ambientais e sociais?”

Evolução Global 2009-2018



Temas relevantes



Questão colocada aos *stakeholders*: “Considerando o trabalho desenvolvido pela Corticeira Amorim classifique o nível de importância dos vários temas?”

No âmbito do trabalho desenvolvido pela Corticeira Amorim, os cinco temas importantes para os *stakeholders*, incluem três temas do pilar ambiental e dois temas do pilar económico.

Para os temas Direitos Humanos, Gestão e Uso da Água e Gestão de Materiais, verificou-se um aumento significativo do nível de importância conferido pelos *stakeholders*, face a 2015.

O tema mais importante identificado pelos *stakeholders* é a Promoção do Montado, Biodiversidade e Serviços dos ecossistemas associados. O tema Ética e Anticorrupção, considerado o terceiro tema mais importante pelos *stakeholders*, é o que revela o melhor desempenho a percebido pelos respondentes. O Desempenho Económico é identificado como o segundo tema mais importante e o segundo tema com melhor desempenho na Corticeira Amorim.

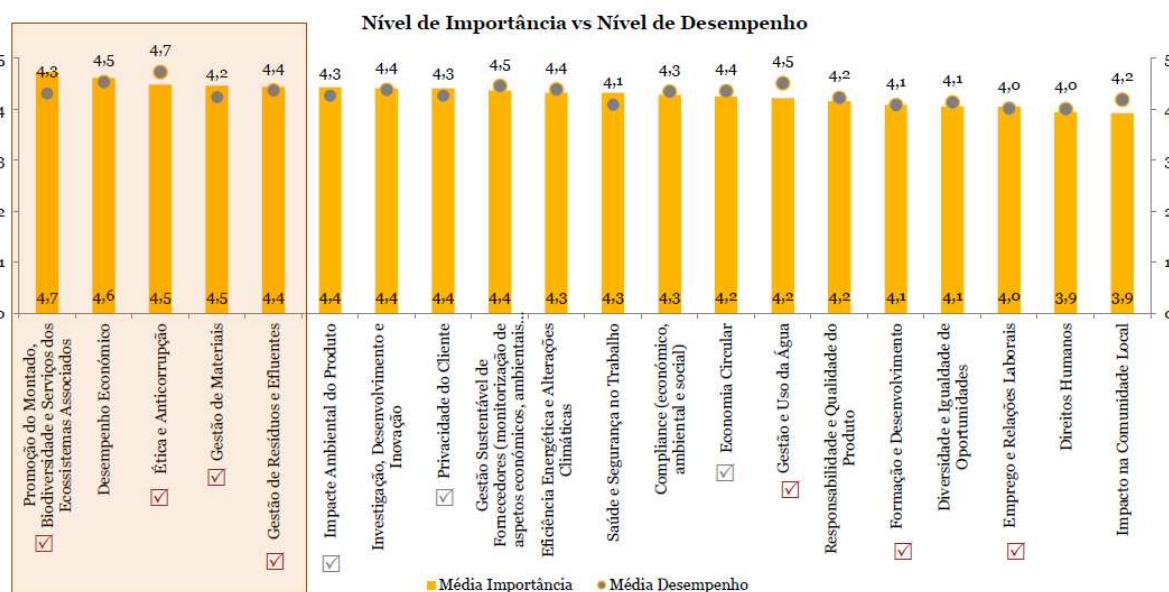
Performance de Sustentabilidade

Questão colocada aos stakeholders: “Considerando o trabalho desenvolvido pela Corticeira Amorim, classifique o nível de desempenho nos temas referidos?”

Os temas Direitos Humanos e Emprego e Relações Laborais são aqueles que demonstram as melhorias mais significativas de desempenho percecionadas pelos *stakeholders* face a 2015.

Evidenciaram-se decréscimos na avaliação de desempenho percecionado relativamente aos temas Promoção do Montado, Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas Associados e Impacto na Comunidade Local.

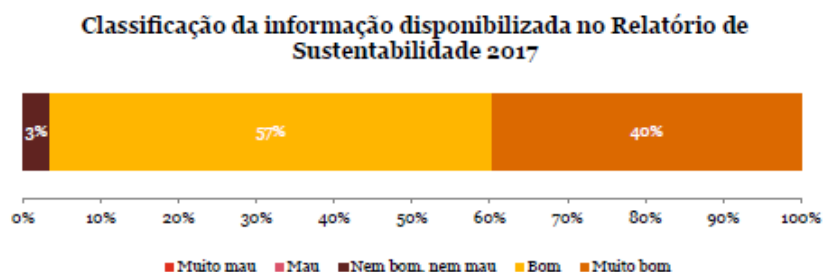
De uma forma geral, para os *stakeholders* consultados, a Corticeira Amorim apresenta um bom desempenho nos cinco temas considerados mais importantes. Existe oportunidade de melhoria nos temas Direitos Humanos e Emprego e Relações Laborais, que revelaram desempenhos percecionados mais baixos face à globalidade dos resultados.



Reporte de sustentabilidade

Questão colocada aos stakeholders: “Classifique a informação disponibilizada no Relatório de Sustentabilidade 2017.”

Cerca de 97% dos *stakeholders* que leram o Relatório de Sustentabilidade consideram a informação disponibilizada como boa ou muito boa. Não existem classificações negativas por parte dos *stakeholders*; apenas 3% revelam indiferença face à informação disponibilizada. Comparativamente com o processo de auscultação de *stakeholders* realizado em 2015, é detetado um ligeiro crescimento de 1 ponto percentual na evolução da classificação positiva da informação disponibilizada no Relatório de Sustentabilidade.



3.3. PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Estratégia alinhada com 12 dos 17 ODS

As prioridades estratégicas identificadas pela Corticeira Amorim em matéria de desenvolvimento sustentável consistem na materialização dos aspetos económicos, ambientais e sociais tendo em conta os resultados da auscultação de *stakeholders*, uma análise de benchmarking, os compromissos e políticas internas e o alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Ambição estabelecida pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

Aprovados por 193 países em setembro de 2015, os 17 ODS fazem parte da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas e resultam do trabalho conjunto de governos e de cidadãos de todo o mundo para criar um novo modelo global para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar de todos, proteger o ambiente e combater as alterações climáticas.

Em 2018, a Corticeira Amorim procedeu à revisão da sua estratégia de desenvolvimento sustentável com base na análise da materialidade de forma a promover o alinhamento com as expectativas e feedback dos *stakeholders*. Procedeu ainda à identificação dos ODS mais relacionados com os temas materiais, selecionando indicadores de desempenho e metas chave para cada ODS relevante. Foram assim identificados 12 ODS e 44 metas, como sendo os prioritários para a estratégia de desenvolvimento sustentável da Corticeira Amorim.



4. PROMOVER A INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO E ALAVANCAR O DESEMPENHO ECONÓMICO

4.1. INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

- 7,5 M€ investimento médio I&D+I / ano
- 25 Novas patentes (3 anos)

O ODS 9 apela à construção de infraestruturas resilientes e sustentáveis e promove a industrialização inclusiva e sustentável. Também reconhece a importância da Investigação, Desenvolvimento e Inovação para encontrar soluções duradouras para os desafios sociais, económicos e ambientais.

A cortiça é um material por natureza tão formidável que poderia parecer impossível melhorá-lo. Mas é precisamente isso que a Corticeira Amorim tem feito desde a sua fundação, apostando na diferenciação pela qualidade e contribuindo como nenhum outro *player* no setor para a reinvenção de um recurso natural excecional, que responde aos principais desafios da sociedade atual, beneficiando as pessoas, o planeta e o desenvolvimento sustentável.

A Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D+I) é assumida, em todas as UN da Corticeira Amorim, como um pilar estratégico de desenvolvimento do negócio e da criação de valor, dispondo de uma estrutura transversal decisiva e autónoma - a Amorim Cork Research - além de ter em todas as UN competências próprias de I&D+I. Mais informação está detalhada no capítulo Inovação, Investigação & Desenvolvimento de Produto do Relatório Consolidado de Gestão relativo ao exercício de 2018. A empresa assume uma política de I&D+I, orientada pelos seguintes objetivos:

- Desenvolver novos produtos e mercados para a cortiça;
- Procurar novas soluções tecnológicas, a nível de produto e de processos, em parceria com clientes, fornecedores e outras entidades;
- Reforçar a notoriedade das suas marcas com evolução constante da oferta em resposta às novas tendências de mercado e de consumo;
- Promover uma cultura de inovação, através de um ambiente propício à criatividade, espírito crítico e de iniciativa dos seus colaboradores, fomentando o trabalho em equipa e entreajuda transversal;
- Valorizar práticas inovadoras;
- Criar um ambiente de incentivo à ousadia, assumindo o risco e o insucesso como uma componente do processo de inovação;
- Providenciar formação contínua dos colaboradores no sentido da sua realização profissional e pessoal;
- Facilitar a comunicação, interna e externa, estabelecendo novos e melhorados canais para troca de informação;
- Procurar implementar as melhores práticas de gestão e monitorizar, de forma contínua, os seus processos, identificando oportunidades de melhoria.

ODS das Nações Unidas e metas:



ODS 8.2 Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias através da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive através da focalização em setores de alto valor agregado e dos setores de mão de obra intensiva.

ODS 8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive através do acesso aos serviços financeiros.

ODS 9.4 Até 2030, modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com maior eficiência no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades.

ODS 9.5 Fortalecer a investigação científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivar a inovação e aumentar substancialmente o número de trabalhadores na área de investigação e desenvolvimento por milhão de pessoas e a despesa pública e privada em investigação e desenvolvimento.

O compromisso estratégico com a I&D+I concretiza-se num investimento médio anual de cerca de 7,5 M€ e muito mais em tecnologia de última geração e processos de produção exclusivos, traduzido tanto no desenvolvimento de novos produtos e soluções, como também no reforço do posicionamento da Corticeira Amorim enquanto centro de conhecimento. A este respeito, foram submetidas a registo, nos últimos três anos, 25 novas patentes.

Submissão de patentes

2016	11
2017	5
2018	9

4.2. DESEMPENHO ECONÓMICO

- 716,1 M€ distribuídos pelos *stakeholders*

Tendo iniciado a sua atividade no século XIX, a Corticeira Amorim tornou-se na maior empresa transformadora de produtos de cortiça do mundo, gerando um volume de negócios superior a 763 milhões de euros em mais de 100 países, através de uma rede de dezenas de empresas subsidiárias. A Corticeira Amorim desenvolveu um portefólio variado de produtos com base na cortiça - uma matéria-prima 100% natural - que são usados por algumas das indústrias mais tecnológicas e exigentes do mundo, como são exemplo as indústrias de vinhos & espirituosos, aeroespacial, construção, desporto, design de interiores e de moda.

O montado de sobreiro assume uma importância crucial para a economia e a ecologia de vários países do Mediterrâneo. Portugal concentra 34% da área mundial, o que corresponde a uma área de 736 mil hectares e 23% da floresta nacional. O sobreiro encontra-se maioritariamente no sul do país, sendo que o Alentejo ocupa um lugar de destaque com 84% do total. A produção mundial da cortiça ascende a 201 mil toneladas, destacando-se mais uma vez Portugal como o líder na produção, com 49,6%. As exportações portuguesas de cortiça representam cerca de 2% das exportações de bens portugueses, 1,2% das exportações totais e significam um saldo da balança comercial de 815,6 milhões de euros, equivalente a uma taxa de cobertura de 578%. (Fonte: Anuário da cortiça 18/19 APCOR).

ODS das Nações Unidas e metas:



ODS 8.1 Sustentar o crescimento económico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto (PIB) nos países menos desenvolvido.

Em 2018, a Corticeira Amorim gerou um valor económico de 766,9 M€, tendo 716,1 M€ sido distribuídos pelos vários *stakeholders*, correspondendo a um aumento de 12% face ao valor distribuído em 2017.

Valor Económico Gerado		Valor Económico Retido		milhares de euros		
2016	643 798	2016	56 736	Custos Operacionais	2016	400 188
2017	706 692	2017	66 111		2017	451 264
2018	766 910	2018	50 856		2018	523 777
				Colaboradores	2016	113 608
					2017	128 071
					2018	136 117
				Fornecedores de Capital	2016	34 556
					2017	36 626
					2018	39 425
				Estado	2016	38 560
					2017	24 397
					2018	16 525
				Comunidades	2016	150
					2017	224
					2018	209

De realçar que a Corticeira Amorim contribui, em todos os países em que opera e nos termos da legislação específica aplicável, para os regimes locais de segurança social que abrangem a totalidade dos seus colaboradores - tendo este montante ascendido a 22,1 M€ no exercício de 2018, correspondendo a um aumento de 10% face ao valor de 2017.

milhares de euros

Contribuições para regimes
locais de segurança social

2016	17 830
2017	19 996
2018	22 056

5. PROMOVER AS CARACTERÍSTICAS AMBIENTAIS DO PRODUTO E DO MONTADO

5.1. PROMOÇÃO DO MONTADO, BIODIVERSIDADE E SERVIÇOS DOS ECOSISTEMAS

- 100€/ano/ha valor serviços ecossistemas do Montado
- 50 mil ha novas plantações previstas (Projeto de Intervenção Florestal)

O montado é um sistema agro-silvo-pastoril de elevada relevância nacional, tanto a nível socioeconómico como ambiental. A rede pan-europeia Natura 2000, para a conservação da natureza classifica o montado como muito importante para a conservação da biodiversidade. Este ecossistema alberga uma elevada biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas como o emblemático lince-ibérico ou a águia-imperial-ibérica, e presta inúmeros serviços ao Homem, que vão desde a regulação do clima e dos ciclos hidrológicos, à proteção contra a erosão e os incêndios, ao sequestro de carbono, aos serviços culturais como as atividades recreativas ao ar livre, até aos serviços de produção de cortiça e lenha ou a criação de gado.

A exploração de cortiça no montado (atividade fundamental para a sua viabilidade) não afeta os inúmeros serviços que o ecossistema presta, já que o processo de extração de cortiça - descortiçamento - não danifica a árvore. O sobreiro vive em média 200 anos, durante os quais pode ser descortiado entre 15 a 18 vezes. O sobreiro é a única espécie de carvalho cuja casca se regenera após cada extração.

O Living Planet Report 2018 da WWF sublinha a importância da natureza para as pessoas referindo que “toda atividade económica depende, em última análise, dos serviços prestados pela natureza, tornando-se um componente imensamente valioso da riqueza de uma nação.” O mesmo relatório dá nota que os serviços de ecossistemas que globalmente a natureza fornece, valem cerca de \$125.000 mil milhões por ano.

A Corticeira Amorim está ciente do seu papel na viabilização do montado de sobreiro e reconhece a sua defesa/preservação como uma prioridade estratégica. O contributo da empresa para a manutenção, preservação e valorização do montado de sobreiro passa pelas seguintes linhas de orientação:

- Aumento do conhecimento sobre o impacto ambiental dos produtos de cortiça e do ecossistema que estes viabilizam;
- Afirmação de soluções de cortiça e do desenvolvimento do montado, enquanto garantes do ecossistema;
- Atuação proativa na discussão de políticas e na proposta de medidas para a proteção do sobreiro, a preservação do montado, a promoção do setor da cortiça, a certificação de sistemas de gestão florestal e a remuneração dos serviços ambientais do montado.

ODS das Nações Unidas e metas:



ODS 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo.

ODS 12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e consciencialização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza.

ODS 15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas húmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais.

ODS 15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, travar a deflorestação, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente os esforços de florestação e reflorestação, a nível global.

ODS 15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradados, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo.

ODS 15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, travar a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas.

ODS 15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade no planeamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contabilidade.

ODS 15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas.

ODS 15.b Mobilizar recursos significativos, a partir de todas as fontes, e em todos os níveis, para financiar a gestão florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover a gestão florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento.

5.1.1. Aumento do Conhecimento sobre o Impacto Ambiental dos Produtos de Cortiça e do Ecossistema que estes Viabilizam

A Corticeira Amorim foi a primeira empresa do setor a promover a análise do impacto ambiental dos seus produtos, nomeadamente das rolhas, com a análise do ciclo de vida comparativo de rolhas de cortiça versus cápsulas de alumínio e vedantes de plástico, tendo sido concluído que as rolhas de cortiça são as mais amigas do ambiente.

Mais informação em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/abordagem-de-gestao/>.

No ano 2018, é de salientar a realização de diversos estudos de análise de ciclo de vida e registo de declarações ambientais de produto (*EPD - Environmental Product Declaration*), nas diferentes UN, através dos quais se evidencia o superior desempenho ambiental das soluções de cortiça, tendo por base normativos reconhecidos internacionalmente.

CASO DE ESTUDO: Estudo sobre Pegada de Carbono da Neutrocork na UN Rolhas

OBJETIVO:

A rolha Neutrocork é recomendada para vinhos com uma certa complexidade e é a escolha de milhares de produtores de vinho em todo o mundo. O estudo, realizado pela PwC, pretende confirmar que esta rolha tem uma pegada de carbono negativa, reiterando o compromisso do grupo com a proteção do ambiente.

AÇÕES:

Neste estudo independente da PwC utilizou-se uma metodologia de análise do ciclo de vida (ACV), seguindo as diretrizes do Protocolo de Gases com Efeito de Estufa do World Business Council for Sustainable Development e do World Resources Institute. A metodologia *Cradle to Gate* permitiu calcular as emissões de carbono da rolha Neutrocork ao longo de todo o processo produtivo e distribuição até ao Reino Unido.

RESULTADOS:

O estudo concluiu que a rolha Neutrocork tem uma pegada de carbono negativa de -342 kg de CO₂ por tonelada de produto, correspondendo a -1,8g de CO₂ por rolha. Quando é considerada a capacidade de retenção de carbono da floresta de sobreiro, associada à produção de cortiça, o resultado é ainda mais impressionante: um total de -73,342 kg CO₂ por tonelada de produto, ou -392 g CO₂ por cada rolha. Este estudo independente confirmou as credenciais ambientais da rolha Neutrocork, uma solução que, para além da excelência técnica, coloca em evidência o valor da cortiça como um dos mais excecionais materiais naturais e sustentáveis do mundo.

CASO DE ESTUDO: Rigoroso Controlo de Qualidade na Amorim Isolamentos

OBJETIVO:

A UN Isolamentos dedica-se à produção de aglomerados de isolamento acústico e térmico, totalmente naturais e de elevado desempenho técnico. O objetivo é o reconhecimento da superior qualidade e sustentabilidade dos seus produtos em relação aos convencionais. Com durabilidade praticamente ilimitada, a cortiça mantém todas as suas características ao longo da vida útil do produto, além de ser 100% natural e totalmente reciclável. É produzida industrialmente sem recurso a aditivos e necessita de um reduzido consumo energético.

AÇÕES:

Sujeição dos processos e produtos às mais rigorosas certificações.

RESULTADOS:

Destacam-se as seguintes certificações:

- Controlo de Qualidade de acordo com a norma EN 13170 e conseqüente marcação CE;
- DAPHabitat System by Centrohahabitat - Associação Plataforma para a Construção Sustentável - Declaração Ambiental de Produto com base na norma ISO 14025;

- NATUREPLUS - Associação Internacional para a Construção e Acomodação Sustentável (Alemanha) - certifica os melhores produtos para a construção sustentável;
- ACERMI - Association Pour La Certification Des Matériaux Isolants (França) - certifica materiais específicos para isolamento, avaliando a sua performance técnica;
- ICEA - Instituto per la Certificazione Etica e Ambientale (Itália) - certificação dos aspetos ambientais e éticos dos produtos;
- Certificado R da Positivisten Arge kdR (Alemanha) - certifica o consumo de energia ao longo do ciclo de vida, depleção de recursos e emissões dos materiais;
- LQAI - Laboratório da Qualidade de Ar Interior (Portugal) - certifica as não emissões de COV, formaldeído e outros compostos relativo ao produto;
- PCS - Portal da Construção Sustentável (Portugal) - certificado de sustentabilidade do produto;
- Certificação Ecológica - Japan Environment Association (Japão) - certifica os impactos ambientais dos produtos;
- Certificação ISO 9001;
- Certificação da condutibilidade térmica após 45 anos de utilização, mantendo características intactas.

5.1.2. Projeto de Intervenção Florestal

A Corticeira Amorim tem vindo a trabalhar num projeto que visa a preservação e o desenvolvimento sustentável da floresta de sobreiro - o Projeto de Intervenção Florestal. Sob o lema “cuidar do presente, construir o futuro” as principais linhas de orientação passam pelo desenvolvimento de sistemas de rega com instalação melhorada, a sequenciação do genoma do sobreiro, o melhoramento do sobreiro e o combate a pragas e a doenças.

Na génese deste Projeto esteve o resultado alcançado numa plantação experimental de sobreiros irrigados na herdade do Conqueiro (Avis, Portugal), propriedade de Francisco de Almeida Garrett. O sucesso - alguns sobreiros foram descortiçados pela primeira vez com oito anos em vez do ciclo normal de 20/25 anos - motivou o contacto do proprietário com a Corticeira Amorim que, ciente da importância destes resultados, de imediato envolveu a Universidade de Évora.

Neste âmbito, lançou-se em 2017 a primeira plantação estruturada de 50 hectares de sobreiros que, face às restantes manchas existentes, é inovadora, uma vez que beneficia de um sistema de rega de instalação melhorada. Este sistema prevê irrigação gota-a-gota para os novos povoamentos até à primeira extração da cortiça, altura a partir da qual o sobreiro volta ao seu crescimento normal, com ciclos de nove anos.

No plano definido para o Projeto de Intervenção Florestal, a meta é, com o envolvimento e apoio dos proprietários florestais, plantar 50 mil hectares de sobreiros, com maior densidade do que a atual floresta, e aumentar em 30% a produção de cortiça.

CASO DE ESTUDO: Melhoramento do Sobreiro e Cruzamento de Espécies na UN Matérias-Primas

OBJETIVO:

Selecionar plantas apenas por cruzamento de espécies de forma natural e sem manipulação genética, com o objetivo de ter árvores melhor adaptadas às condições de solo, clima e alterações climáticas e que produzam cortiça de qualidade.

AÇÕES:

- Processo micorriza - aplicação de um fungo nas raízes dos sobreiros para aumentar a sua robustez e resistência;
- Sequenciamento do genoma do sobreiro - mapeamento do código genético do sobreiro que irá tornar possível identificar marcadores genéticos para a qualidade da cortiça e desenvolver outros marcadores para identificar

árvores resistentes a pragas e doenças, permitindo chegar a uma seleção ideal de sobreiros, mantendo, contudo, a variabilidade genética;

- Pesquisa orientada para o combate a pragas e doenças.

RESULTADOS:

Está em fase final de experimentação, já em aplicação real no campo, uma combinação de armadilhas e atraentes voláteis (feromonas) que permitirão o controlo biorracional da *Coruebus Undatus* - a cobrilha da cortiça - diminuindo o número de árvores afetadas.

CASO DE ESTUDO: Projeto LIFE+ SUBER na UN Matérias-Primas

OBJETIVO:

Contribuir para uma melhor adaptação e resiliência das florestas de sobreiro às alterações climáticas, favorecendo a sua conservação e a manutenção da cadeia de valor associada. Entre os objetivos do programa estão, ainda, combater o stress hídrico, o crescimento de pragas e a frequência de incêndios florestais.

Lançado em 2014, o projeto foi liderado pelo Consorcio Forestal de Cataluña e teve como entidades associadas, para além da Amorim Florestal, o Centre Tecnologic Forestal da Catalunya, a Forestal Catalana e o Centro de Propriedade Florestal da Catalunha. O projeto teve o apoio da Comissão Europeia ao abrigo do programa LIFE e foi cofinanciado pela Amorim Florestal Mediterrâneo, pela Diputacion de Barcelona e pelo Instituto Catalan del Suro.

AÇÕES:

O projeto foi desenvolvido na Catalunha, abrangendo um total de 108 hectares de floresta e zonas de controlo associadas. Foram implementadas um total de 28 ações, agrupadas em diferentes categorias:

- Ações de implementação: estabelecimento de povoamentos piloto demonstrativos, com diferentes técnicas inovadoras de gestão das florestas, desde a gestão irregular com limpezas seletivas, à plantação de sobreiros, restauração de áreas degradadas e desinsetização massiva de *Coarebus Undatus*;
- Ações de prossecução: para permitir atestar a eficácia das ações desenvolvidas e propor ajustes para melhorar as técnicas;
- Ações de divulgação para permitir transferir para os proprietários e gestores dos montados as técnicas e as ferramentas desenvolvidas no âmbito do projeto.

RESULTADOS:

Através do projeto Life+ SUBER foram aplicados modelos inovadores de gestão florestal para melhorar a vitalidade e a produção da floresta de sobreiro, reduzindo o risco de incêndios. Com medidas como o desbaste seletivo e o tratamento *in situ* dos restos do descortiçamento, constata-se uma redução da densidade das árvores de pequeno tamanho, mantendo-se as árvores de grandes dimensões. Deste modo, espera-se conseguir uma maior produção de cortiça. Estas intervenções permitiram ainda diminuir a vulnerabilidade das florestas, alcançando importantes melhorias sobretudo em relação a fogos de copas, que originam incêndios de alta densidade. Também foram aplicadas medidas de controlo de pragas, nomeadamente de controlo biorracional de *Coarebus Undatus*, que contribuíram significativamente para o avanço do conhecimento sobre o inseto. Por fim, foram aplicadas medidas de restauração de sobreiros, nomeadamente através da instalação de sistemas de proteção das árvores em risco, criando condições favoráveis para a sua regeneração natural e aumentando a vitalidade da floresta.

5.1.3. Aquisição da Herdade da Baliza

Durante 2018, a Corticeira Amorim adquiriu a Herdade da Baliza, uma propriedade na zona de Castelo Branco/Tejo Internacional com uma área total de 2866 hectares, pelo valor de 5,5 M€. Esta aquisição marca o início do percurso da empresa como proprietária florestal, uma operação estratégica que visa evidenciar e contagiar pelo exemplo a implementação das novas técnicas de gestão da floresta de sobreiro nacional.

5.1.4. Localização das Operações

As áreas onde a Corticeira Amorim desenvolve a sua atividade não se localizam em zonas classificadas pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) como zonas protegidas, pelo que não há, a este nível, impacto significativo sobre a biodiversidade.

5.2. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

- Balanço de carbono da atividade com impacto positivo
- 65% Energia consumida advém de biomassa
- 72 Mil t CO₂ de emissões evitadas

As megatendências globais, como as alterações climáticas e escassez de recursos, crescimento da população, aceleração da urbanização, modificações no poder económico global e avanços tecnológicos estão a afetar a tomada de decisões do consumidor e das empresas em todo o mundo. Na Corticeira Amorim, responde-se proativamente a estas tendências, promovendo o montado, adotando um modelo económico baseado na economia circular e desenvolvendo produtos verdes, de grande valor acrescentado, baseados em materiais renováveis e recicláveis e que auxiliam na transição para uma economia de baixo carbono.

O contributo da Corticeira Amorim para o combate às alterações climáticas passa, assim, por uma melhoria contínua na sua performance energética e pela implementação de tecnologias e processos produtivos que garantem a otimização do rendimento da cortiça consumida em todo o ciclo industrial. Como um dos principais promotores do Montado contribui, também por esta via para o combate às alterações climáticas uma vez que os sobreiros são grandes sumidouros de carbono utilizando as suas raízes, folhas, tronco e casca (cortiça) para o armazenar ao longo de toda a sua vida, que pode ultrapassar os 200 anos. A dinamização de programas de reciclagem de cortiça à escala global, é um outro importante contributo já que ao estender-se o ciclo de vida da cortiça, através da reciclagem, atrasa-se a emissão do carbono retido de volta para a atmosfera.

No ano 2013, a Corticeira Amorim estabeleceu a sua política ambiental, comum a todas as UN e participadas. Em coerência com os seus princípios e práticas de gestão sustentável, a Corticeira Amorim, comprometeu-se a:

- Garantir o cumprimento dos requisitos legais, bem como de outros requisitos que a organização subscreva, aplicáveis aos aspetos ambientais das suas atividades, produtos e serviços;
- Controlar os aspetos ambientais significativos, contribuindo para a prevenção da poluição;
- Atuar proativamente, identificando, avaliando e tomando as medidas preventivas adequadas à minimização dos impactos ambientais específicos de cada atividade, utilizando, sempre que viável, as melhores práticas e tecnologias disponíveis.

Já no ano de 2017, subscreveu a carta de princípios do BCSD Portugal (membro da rede global mundial do WBCSD - *World Business Council For Sustainable Development*), comprometendo-se ainda a:

- Promover a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços, através da identificação, monitorização e mitigação dos riscos ambientais associados às suas atividades, visando a redução dos impactos negativos no clima, ar, água, solos, biodiversidade, território e nas comunidades;
- Reduzir o consumo de recursos naturais e a geração de resíduos, maximizando a eficiência dos processos, a reutilização e a reciclagem;
- Promover a responsabilidade ambiental, a utilização de tecnologias inovadoras e limpas e o envolvimento com as partes interessadas com vista à adaptação aos desafios globais.

Para concretizar os compromissos, as diversas UN da Corticeira Amorim têm implementado diferentes sistemas de gestão, certificados por diversas normas conforme se descreve no capítulo 2.3. Princípios e Políticas, nomeadamente ISO 14001 e ISO 50001 que, relativamente ao perímetro reportado, em conjunto, abrangem 23% das Unidades

Industriais (UI), correspondem a 56% do consumo de energia e que preveem, entre outros: procedimentos e responsabilidades específicos de acordo com as respetivas normas, auditorias internas, monitorização a nível executivo e definição de objetivos. Encontra-se em progresso a implementação da ISO 14001 em mais quatro UI e da ISO 50001 em mais uma UI, aumentando o alcance para 34% das UI.

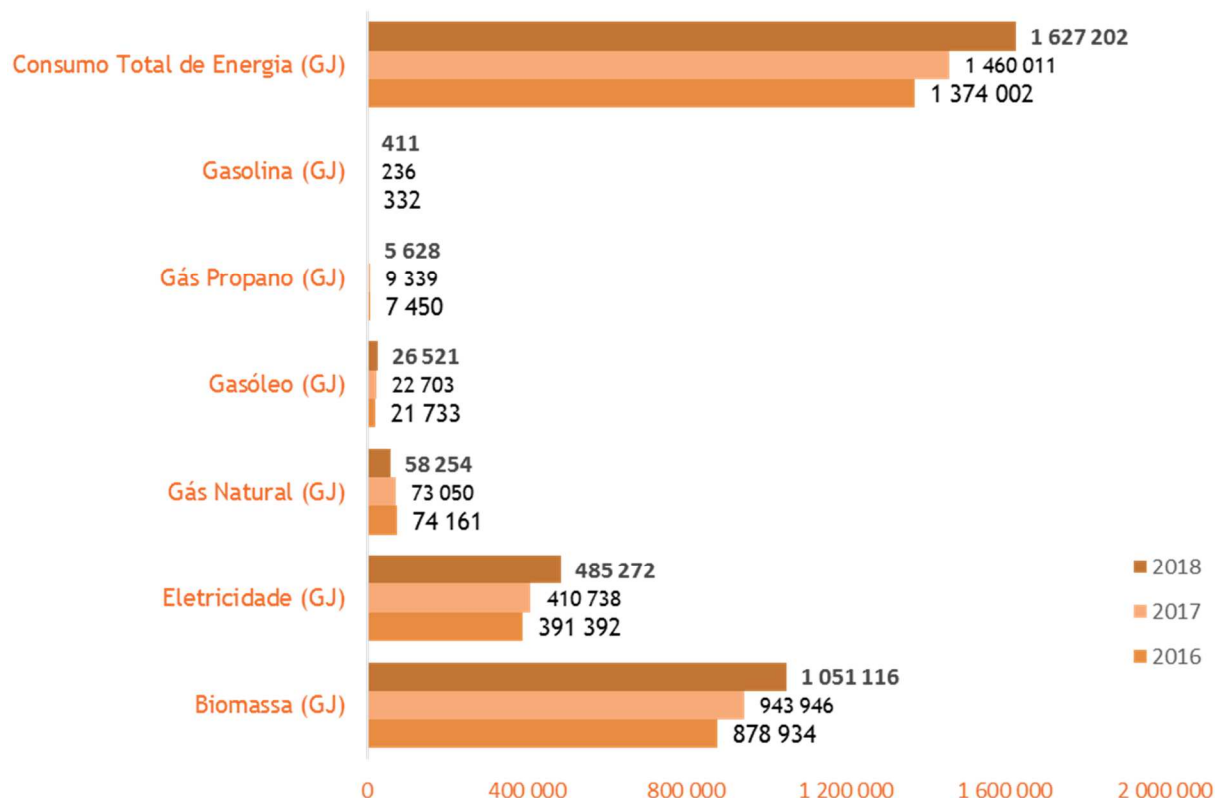
Adicionalmente, salienta-se a existência de um Fórum de Eficiência Energética, que reúne, duas a três vezes por ano, os gestores de energia das diferentes UN, tendo em vista a melhora do desempenho e a eficiência dos processos. No ano de 2018, realizaram-se as 29ª e a 30ª edições deste fórum, que contaram com a participação de mais de 60 colaboradores.

ODS das Nações Unidas e metas:



ODS 7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global.
 ODS 7.3 Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética.
 ODS 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita nas cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.
 ODS 13.2 Integrar medidas relacionadas com alterações climáticas nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais.
 ODS 13.3 Melhorar a educação, aumentar a consciencialização e a capacidade humana e institucional sobre medidas de mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce no que respeita às alterações climáticas.

5.2.1. Energia



O consumo de energia na Corticeira Amorim, medido em gigajoule (GJ) aumentou em 2018 face a 2017, em linha com o aumento da atividade e integração no perímetro da sustentabilidade de três novas unidades industriais, resultado do trabalho que se tem vindo a implementar, de incremento da materialidade da informação reportada. O *mix* energético manteve-se praticamente inalterado observando-se, no entanto, um ligeiro aumento do peso da eletricidade.

5.2.2. Intensidade Energética

	2018	2017	2016
Intensidade energética (GJ/M€ vendas)	2 160*	2 161	2 142

(*) inclui aumento do perímetro; mantendo o mesmo perímetro: 2 069

Verifica-se uma redução da intensidade energética face ao ano anterior, mais expressiva se excluirmos o efeito perímetro (-4%), fruto da implementação de um conjunto de 84 medidas de eficiência operacional/energética, repartidas entre diversos âmbitos onde se destaca a energia térmica (20 medidas), ar comprimido (37 medidas) e acionamentos/motores (10 medidas).

Foram renovadas as certificações do sistema de gestão de energia - ISO 50001 - nas cinco unidades industriais da UN Rolhas que serviram de piloto à sua implementação, estando em processo a certificação de mais uma unidade industrial na UN Aglomerados Compósitos. A adoção desta norma obriga a estabelecer sistemas e processos para melhoria do desempenho energético e para o uso e consumo de energia, nomeadamente favorecendo o uso mais eficiente das fontes de energia disponíveis, ao mesmo tempo que permite criar uma sistematização de trabalhos que se vão executando e adequá-los a outros sistemas de gestão em curso.

No total, foram investidos 3,5 M€, dos quais resultará numa poupança anual de mais de 212 mil GJ.

CASO DE ESTUDO: Medidas de Eficiência e Otimização Operacional de Energia na UN Rolhas

OBJETIVO:

Melhorar a eficiência e otimização operacional de energia elétrica, garantir um funcionamento mais regular de todos os equipamentos e conseguir, assim, uma melhoria substancial dos custos dos processos.

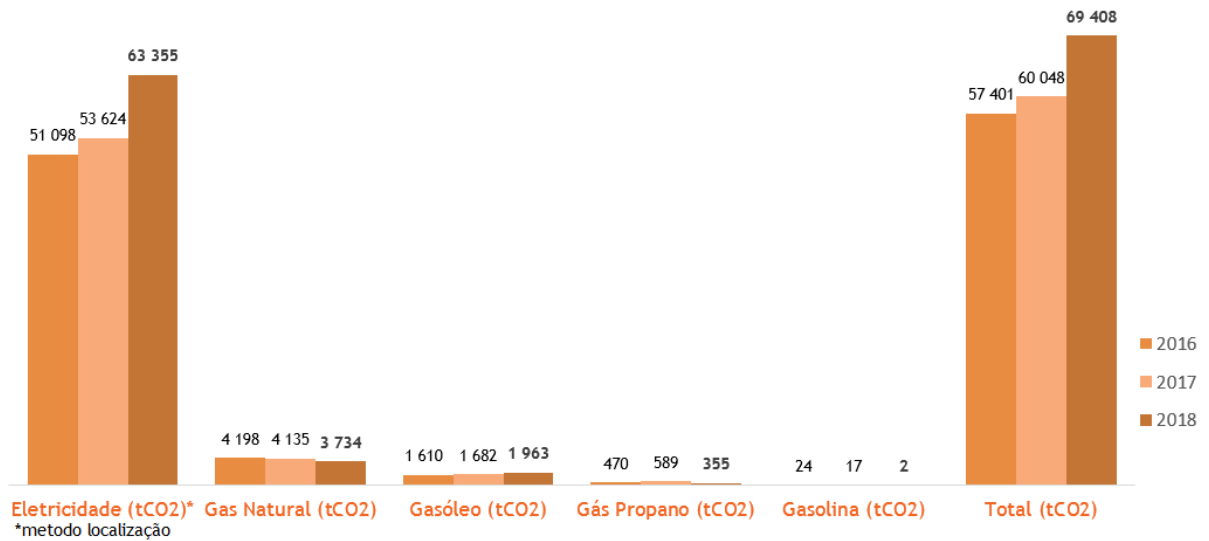
AÇÕES:

Foram aplicadas 45 medidas de eficiência operacional e energética, sendo uma das principais a colocação de uma subestação Alta Tensão/Média Tensão, com melhorias no funcionamento de todos os equipamentos cujos abastecimentos energéticos dela dependem. Este projeto insere-se no polo de Lamas da UN Rolhas e abrange três unidades industriais que partilham a linha de produção.

RESULTADOS:

O projeto permite gerar poupanças anuais nos custos operacionais de aproximadamente 20%, ao mesmo tempo que oferece melhorias na qualidade de energia fornecida.

5.2.3. Emissões



As emissões de âmbito 1 e 2 atingiram as 69 408 t CO₂, registando um aumento face ao ano anterior. A contribuir, esteve essencialmente a variação de perímetro, o aumento da atividade e um aumento do peso da energia elétrica no mix energético.

No que respeita à eletricidade, à semelhança do considerado no relatório de sustentabilidade de 2016/ 2017, de forma a alinhar com as recomendações do Protocolo de Gases com Efeito de Estufa - Normas Corporativas de Transparência e Contabilização do World Resources Institute/World Business Council for Sustainable Development, para o presente relato, foram calculadas as emissões indiretas de energia (âmbito 2), utilizando o método baseado na localização e o método baseado no mercado.

As emissões indiretas de energia, utilizando o método baseado no mercado são: 64 735 t CO₂ (2017: 54 792 t CO₂; 2016: 41 485 t CO₂).

Informação sobre emissões de âmbito 3 está disponível no subcapítulo 2.4.3. Transportes.

5.2.4. Intensidade Carbónica

	2018	2017	2016
Intensidade Carbónica (t CO₂ / M€ vendas)	92,1*	88,9	89,5

(*) inclui aumento do perímetro; mantendo o mesmo perímetro: 87,5

No ano 2018, apesar da redução verificada na intensidade energética, verificou-se um aumento na intensidade carbónica que resultou essencialmente do aumento do peso da energia elétrica no mix energético. Para esta situação muito contribuiu a integração no perímetro de três unidades industriais adicionais, nas quais está a decorrer um processo de ajustamento e adequação aos processos em prática nas restantes unidades industriais. Num perímetro comparável, a intensidade carbónica da atividade da Corticeira Amorim teria registado uma redução de 2% para os 87,5 t CO₂ / M€ de vendas.

A constante procura pela implementação de tecnologias e processos produtivos, que garantam a otimização do rendimento da cortiça consumida no ciclo industrial tem levado a uma redução da disponibilidade de pó de cortiça para aproveitamento ao nível energético. Esta situação coloca alguns desafios e motivou o investimento nos sistemas de produção para que, com menos pó de cortiça, fosse possível a produção da mesma energia. Assim, em 2018, manteve-se o peso de 65% da energia produzida a partir da biomassa, considerada neutra em matéria de emissões de CO₂, no mix energético da Corticeira Amorim (65% em 2017 e 64% em 2016) e atingiu-se as 72 mil t CO₂ de emissões evitadas, como resultado das medidas de eficiência operacional/energética e mix considerado. De entre as principais iniciativas de 2018, destaca-se o projeto da UN Aglomerados Compósitos de melhoria da eficiência das caldeiras.

OBJETIVO:

A falta de estabilidade de temperatura sob a forma de termofluido e vapor na unidade industrial levava a um aumento considerável do consumo de gás. O objetivo deste projeto foi melhorar a eficiência energética das caldeiras, garantindo a estabilidade da temperatura, aumentando o número de dias de funcionamento da caldeira principal de termofluido e garantindo a entrega de vapor sobreaquecido. Estas medidas permitiram diminuir o consumo de gás natural e minimizar a emissão de partículas por queima incompleta, melhorando o impacto ambiental das caldeiras.

AÇÕES:

Intervenção nas caldeiras de Termofluido e Vapor.

RESULTADOS:

- Estabilidade de temperatura de termofluido na unidade industrial;
- Aumento dos dias de trabalho mensal da caldeira principal em 63%;
- Diminuição de set-point de temperatura em 10°C;
- Diminuição de consumo de pó de cortiça;
- Aumento da temperatura de entrega de vapor em mais de 100°C;
- Diminuição de consumo elétrico com poupanças de cerca de 146 tCO₂;
- Diminuição de consumo de ar comprimido com poupanças de cerca de 296 tCO₂;
- Diminuição para metade da periodicidade da limpeza;
- Diminuição de consumo de gás natural.

5.3. IMPACTO AMBIENTAL DO PRODUTO

- Vasta gama de produtos verdes

O aumento da população coloca uma pressão sem precedentes sobre os recursos finitos do mundo. O relatório de 2017, produzido pelo Painel Internacional de Recursos do Programa Ambiental da ONU, indica que o uso global de materiais está a acelerar: mais do que triplicou desde 1970 e poderá duplicar novamente até 2050, acrescentando que, sem uma maior eficiência na utilização de recursos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável não serão atingidos.

A cortiça, sendo um produto 100% natural, 100% renovável e 100% reciclável apresenta-se como uma excelente alternativa para reduzir a dependência global de produtos não renováveis e baixar a pegada de carbono de produtos finais. A Corticeira Amorim mantém um papel proativo na ampliação do já vasto campo de aplicação da cortiça, sustentado pelas características inatas do material, que se destaca também pela sua leveza, excelente isolamento e consequentemente eficiência energética.

ODS das Nações Unidas e metas:



ODS 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo para metade a proporção de águas residuais não-tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e a reutilização, a nível global.

ODS 6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência no uso da água em todos os sectores e assegurar extrações sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água.

ODS 6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado.

ODS 7.3 Até 2030, duplicar a taxa global de melhoria da eficiência energética.

ODS 13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima e as catástrofes naturais em todos os países.

5.3.1. Gestão e Uso da Água

A água é um importante recurso natural, essencial tanto para a sobrevivência humana, como para o funcionamento de muitas indústrias. As alterações climáticas afetam a disponibilidade de água doce e, conseqüentemente, o crescimento económico, colocando pressão sobre o abastecimento global de água. A falta de acesso a água potável é um problema universal que tem de ser respondido por todos.

A água é especialmente relevante para as UN Matérias-Primas, Rolhas e Isolamentos, responsáveis pela captação de 86% do total da água utilizada pela Corticeira Amorim. A água da rede pública corresponde a cerca de 8% do total de água captada, sendo a grande maioria obtida através da captação subterrânea (92%). Durante o ano de 2018, assistiu-se a um aumento de 5% do consumo de água, fruto essencialmente da variação do perímetro. Mantendo o mesmo perímetro, e apesar do incremento da atividade, o aumento registado teria sido menor que 1%, refletindo o esforço da Corticeira Amorim para gerir o uso da água de forma eficiente.

Captação de água (m3) por fonte

	2018	2017	2016
Rede pública	41 692	30 259	31 073
Água subterrânea	465 673	453 863	440 664
Total	507 365	484 122	471 737

Várias iniciativas foram implementadas nas diferentes unidades fabris, potenciando a gestão eficiente da água, destacando-se:

- Instalação de equipamentos ou tecnologias inovadoras, visando a redução do consumo;
- Monitorização e replaneamento dos horários e duração das regas;
- Implementação de medidas para reduzir os poluentes rejeitados na água, nomeadamente através de intervenções nas ETAR;
- Análise regular das águas das captações, com recurso a entidades externas competentes, de forma a detetar e eliminar contaminação da água subterrânea.

OBJETIVO:

Reduzir o consumo de água e energia nas instalações sanitárias da Amorim Revestimentos.

AÇÕES:

Implementação de um sistema de poupança de água, mediante a instalação de redutores de caudal nas torneiras e chuveiros e equipamentos economizadores nos autoclismos.

RESULTADOS:

A instalação de economizadores nas torneiras e redutores volumétricos nos chuveiros permitiu reduzir, em mais de 50%, o consumo de água e de energia necessária para aquecer a água.

OBJETIVO:

Face ao aumento do volume de água de cozedura de cortiça para tratar, a ETAR Físico-Química (FQ) deixou de ter a capacidade requerida e perdeu eficiência. Simultaneamente, a ETAR biológica, para onde era encaminhada a água de lavagem de discos, encontrava-se subaproveitada. O objetivo era aumentar a eficiência do processo de tratamento, utilizando a ETAR biológica, e conseguindo:

- Aumento do volume de efluente líquido tratado;
- Redução dos Compostos Químicos Orgânicos (CQO) do efluente líquido;
- Redução do consumo de Produtos Químicos na ETAR;
- Passagem de 2 turnos a 1 turno;

AÇÕES:

Em 2018, realização de testes com junção de dois efluentes líquidos (físico-químicos e biológicos) e realização do primeiro tratamento na ETAR FQ, passando depois para ETAR biológica, através de decantação no reator biológico. Prevista a colocação de uma centrifugadora para retirada de lamas, a junção dos processos físico-químico e biológico e a redução de produtos químicos para 2019.

RESULTADOS:

Após os primeiros testes, redução dos valores de CQO em mais de 50%, e redução do consumo de coagulante e floculante. No final do projeto, prevê-se duplicar o tratamento diário de efluente.

5.3.2. Responsabilidade e Qualidade do Produto

A cortiça é a casca do sobreiro. Uma matéria-prima natural, retirada da árvore em ciclos de nove anos, sem nunca a danificar e que reúne um conjunto de propriedades que lhe conferem um caráter inigualável. É leve, impermeável, elástica e compressível, isolante térmico e acústico, tem uma combustão lenta e muito resistente ao atrito. Além disso, é totalmente biodegradável, renovável, reciclável, reutilizável e passível de circular de forma contínua na economia.

A cortiça é uma excelente alternativa ecológica a materiais não renováveis de grande impacto e, num mundo em que a inovação e a ecologia andam de mãos dadas, este material desperta o interesse de cada vez mais setores que aproveitam as características da cortiça, criando novos produtos e soluções que contribuem, também por esta via, para a sociedade se adaptar, atenuar ou corrigir os impactos das alterações climáticas, a delapidação de recursos ou a erosão ambiental, conduzindo à transição industrial para a economia de baixo carbono.

De entre os vários projetos levados a cabo pela Corticeira Amorim neste domínio, destaca-se:

- O desenvolvimento de soluções 100% naturais (UN Rolhas);
- Lançamento do pavimento WISE (UN Revestimentos);
- Desenvolvimento de decking primário com certificação IMO (UN Aglomerados Compósitos);
- GreenURBALIVING, solução inovadora de cortiça para fachadas verdes (UN Isolamentos).

CASO DE ESTUDO: Desenvolvimento de Soluções 100% Naturais na UN Rolhas

OBJETIVO:

Criar um conjunto de soluções com reduzido impacto ambiental, propondo uma alternativa aos plásticos. Para tal, a Amorim Top Series, em parceria com a Amorim Cork Composites, desenvolveu um compósito de origem 100% natural, a partir de granulado de cortiça e um polímero de origem natural. Este compósito permite a produção de cápsulas, mais sustentáveis.

AÇÕES:

- Desenvolvimento de compósitos constituídos por grânulos de cortiça e polímero de origem natural;
- Caracterização, entre outras, do aspeto estético e resistência físico-mecânica do produto que permitiram desenvolver ações de otimização;
- Produção de pré-series para apresentação no mercado.

RESULTADOS:

Este compósito permite alargar o portefólio da Amorim Top Series, através da disponibilização de produtos com menor impacto ambiental, sendo constituído por, pelo menos 50%, em volume de cortiça e um polímero de origem 100% natural. Apresentação de protótipo em 2018, com lançamento previsto para 2019.

CASO DE ESTUDO: Lançamento do Pavimento WISE na UN Revestimentos

OBJETIVO:

Introduzir no mercado a primeira geração de pavimentos com a identidade Amorim, onde a sustentabilidade é absolutamente central. Wise é uma solução inovadora e sustentável, um produto totalmente livre de PVC, com pegada de carbono negativa, feito à base de cortiça e materiais reciclados.

AÇÕES:

Desenvolvimento de um produto cuja estrutura é composta por underlay integrado de cortiça, seguido por um core inovador - Cork Rigid Core - composto em 94% por cortiça e materiais reciclados. Uma camada adicional de cortiça serve para reforçar o conforto acústico e térmico e é finalizado com visuais de cortiça ou madeira, recorrendo a decorativos naturais (cortiça), impressão digital (madeira) ou filme impresso sem PVC (madeira).

RESULTADOS:

Wise é um produto sustentável, com pegada de carbono negativa. Um pavimento totalmente livre de PVC, com todas as principais certificações de qualidade do ar interior: TUV, Classificação A+ e, em curso, Green Guard, Blue Angel, F4stars e EPD do produto. O lançamento ocorreu em janeiro de 2019.

OBJETIVO:

Desenvolvimento de uma solução com cortiça para *decking* primário de navios em conformidade com as normas de segurança da IMO (International Maritime Organization), em particular em termos de comportamento face ao fogo e ao fumo.

AÇÕES:

- Recolha de requisitos e construção da proposta de valor. Análise das normas internacionais;
- Desenvolvimento de um novo material para *decking* primário exterior, onde a natureza orgânica e reciclável da cortiça, a sua leveza e origem florestal vão ao encontro das exigências do “green ship building” e ações de sustentabilidade presentes no setor naval.

RESULTADOS:

- Primeira solução em cortiça para este fim, capaz de cumprir a legislação, apresentando fortes argumentos térmicos e de leveza (redução do peso em mais de 50%). Esta solução apresenta credenciais únicas em termos de economia e sustentabilidade, nomeadamente quanto à origem, segurança e pegada de carbono dos materiais utilizados em embarcações, no contexto da procura crescente de soluções alternativas e sustentáveis;
- Primeiro produto da Amorim Cork Composites a obter uma certificação desta natureza. Implementação em embarcações de renome, cruzeiros de rio e navios de exploração polar, entre outros.

OBJETIVO:

Num setor tradicionalmente dominado pelos materiais sintéticos, este projeto visa colocar o aglomerado de cortiça expandida, um material 100% natural, no centro de novos sistemas de fachadas verdes.

AÇÕES:

Projeto liderado pela Amorim Isolamentos e desenvolvido por um consórcio nacional que junta o Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico para a Construção, Energia, Ambiente e Sustentabilidade (ITeCons), a Neoturf e a associação nacional para a qualidade nas Instalações Prediais (ANQIP). No projeto está a ser trabalhada a modelação digital de coberturas e fachadas verdes, que podem assumir formas irregulares, com a possibilidade de personificar diferentes formas de canteiros e de conceber sistemas de cobertura a aplicar em meios inclinados.

RESULTADOS:

Obtenção de um modelo de cobertura com um desempenho ambiental e energético que, pelo recurso à cortiça, será superior ao das coberturas convencionais. De entre as suas principais vantagens técnicas, destaca-se também o conforto térmico, assim como uma excelente capacidade de drenagem e retenção, com forte contributo para a eficiência hídrica dos edifícios e para a gestão urbana de águas pluviais.

5.3.3. Impacto Local

Todos os agentes têm impacto ambiental. Na Corticeira Amorim há uma preocupação com esses impactos e implementando medidas para os mitigar adaptadas às características específicas de cada unidade. Entre outras:

- Medições de ruído regulares e medidas ativas para o reduzir, como o encapsulamento de máquinas e motores;
- Controlos de emissões gasosas das chaminés e medidas específicas para evitar emissões de poeira ou partículas, como a aplicação de filtros;

- Formação a colaboradores sobre as melhores práticas para evitar a ocorrência de derrames, tendo disponíveis kits de derrames;
- Procedimentos de resposta em vigor para emergências.

5.4. ECONOMIA CIRCULAR

- 0 Desperdícios de cortiça
- 478 Toneladas cortiça reciclada
- 90% Resíduos valorizados

Segundo o WBCSD - World Business Council for Sustainable Development, a Economia Circular é uma oportunidade de \$ 4 500 mil milhões, que se apresenta com um grande potencial para o crescimento económico global e também ajudará na aceleração da sociedade para um futuro sustentável.

A otimização da utilização e consumo de cortiça em todo o ciclo produtivo é uma das estratégias preconizadas pela Corticeira Amorim. Os subprodutos gerados durante o processo produtivo das rolhas, ou a cortiça que não reúne características adequadas para a sua produção, são incorporados noutras aplicações de elevado valor acrescentado. A parte que não é passível de ser incorporada em produtos é valorizada como fonte de energia, a biomassa, considerada neutra em matéria de emissões de CO₂.

ODS das Nações Unidas e metas:



ODS 8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se em dissociar crescimento económico da degradação ambiental, de acordo com o enquadramento decenal de programas sobre produção e consumo sustentáveis, com os países desenvolvidos a assumirem a liderança.

ODS 12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais.

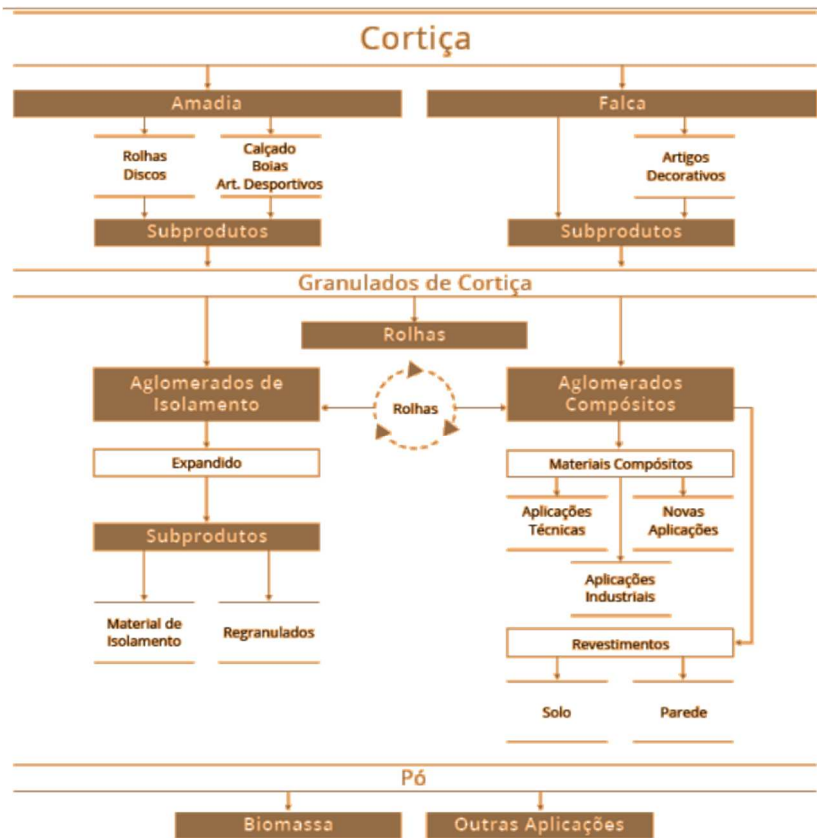
ODS 12.4 Até 2020, alcançar a gestão ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a libertação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente.

ODS 12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reutilização.

Não existem desperdícios ou resíduos de cortiça - nada se perde, tudo é valorizado. Mesmo a matéria-prima que resulta da manutenção das florestas de sobreiro (podas) é utilizada para soluções de revestimentos e isolamentos de cortiça e uma multiplicidade de outros fins. O diagrama que se segue ilustra o processo de transformação da cortiça, adotado pela Corticeira Amorim, e algumas aplicações que resultam do seu aproveitamento integral, um caso paradigmático de Economia Circular.

Sendo a cortiça um material que promove sinergias com outros materiais, além do aproveitamento total da cortiça, e sempre que é viável, opta-se pela utilização de subprodutos de outras indústrias, poupando recursos naturais existentes no planeta e reduzindo os problemas associados à sua eliminação.

Neste âmbito, de entre as principais iniciativas, destaca-se o projeto de “Economia Circular” implementado na UN Aglomerados Compósitos e as várias iniciativas de recolha seletiva e reciclagem de cortiça que se dá nota no subcapítulo 5.4.1. Reciclagem de Cortiça.



CASO DE ESTUDO: Economia Circular na UN Aglomerados Compósitos

OBJETIVO:

A génese da criação da Amorim Cork Composites encontra-se na valorização de subprodutos e outras fontes de cortiça que, pelas suas características técnicas, têm reduzido interesse para a produção de rolhas. O desenvolvimento de materiais compósitos, incorporando subprodutos de diversas indústrias, não cortiça, permite dar vida a novos produtos para um vasto leque de aplicações nos mais diversos segmentos. O projeto “economia circular” consiste na identificação e valorização desses materiais.

Os próprios desperdícios decorrentes da atividade de produção da Amorim Cork Compósitos são incorporados no processo produtivo. Este modelo de economia circular complementado por outros materiais, abrange várias áreas da empresa, com especial foco na inovação, *procurement* e industrialização, com o objetivo de valorizar a cortiça, utilizando-a na sua quantidade ótima em combinação com outros materiais.

AÇÕES:

- Definição de uma estratégia de *procurement* e contratualização de matérias-primas alternativas em larga escala;
- Instalação de uma nova linha de trituração e aglomeração;
- Identificação e implementação de novos processos de aglomeração;
- Desenvolvimento de novos produtos/matérias-primas com base na economia circular. Estes produtos combinam cortiça com outras matérias-primas, neutros em carbono ou carbono negativos, subprodutos de outras indústrias.

RESULTADOS:

- Identificação de mais de cinco mil toneladas de materiais com potencial interesse;
- Aumento do consumo deste tipo de materiais em mais de 180%;

- Aumento da eficiência e capacidade de produção em mais de 260%;
- Desenvolvimento de um portefólio de novos produtos com base na economia circular.

5.4.1. Reciclagem de Cortiça

Uma das vantagens ambientais da reciclagem de cortiça reside no facto de este material incorporar carbono fixado pelos sobreiros, que aí se mantém durante todo o tempo de vida útil da mesma. Verifica-se, portanto, que o aumento do ciclo de vida da cortiça, através da reciclagem, atrasa a emissão desse carbono de volta para a atmosfera.

Embora não seja incorporada em rolhas, a cortiça reciclada pode ter uma segunda vida e integrar uma multiplicidade de outros fins, o que permite estender o ciclo de vida da cortiça e os seus benefícios ambientais.

As rolhas e outras aplicações de cortiça recolhidas são tratadas e trituradas numa das três unidades industriais da Corticeira Amorim, licenciadas no território nacional para a reciclagem de cortiça; depois de transformadas em granulados, voltam a integrar o processo produtivo nomeadamente de aglomerados compósitos e de isolamento.

A empresa apoia várias iniciativas para recolha seletiva e reciclagem de rolhas de cortiça, conceito que teve origem em Portugal, onde, em 2008, arrancou o projeto Green Cork, uma parceria da Corticeira Amorim com a principal associação ambiental nacional, a Quercus. Depois estendeu-se a outros países, como Espanha, EUA e Canadá, França, Itália e Reino Unido, África do Sul e Austrália. No ano de 2018, foram recicladas através dos vários programas ativos 478 toneladas de cortiça, correspondendo a 87% rolhas e 13% outros produtos.

Abaixo dá-se nota das principais iniciativas ativas em 2018, descrevendo-se a campanha encetada, durante 2018, com o Grupo Auchan em França.

Programa	Descrição
	Implementado desde 2008, o Green Cork é o projeto da Quercus de recolha de rolhas de cortiça para reciclagem. É desenvolvido em parceria com a Corticeira Amorim e vários outros parceiros e tem como objetivos principais a recolha de rolhas e o financiamento da plantação de árvores autóctones através do programa Floresta Comum. http://www.greencork.org/participe/
	Desde 2011, que envolve associações e instituições que mobilizam cerca de mil voluntários e gerem mais de cinco mil pontos de recolha por toda a Itália. Por cada tonelada de rolhas recolhidas é efetuado um donativo a instituições, financiando, desta forma, projetos de solidariedade social, ao mesmo tempo que favorece a economia circular, ao dar outra vida à cortiça reciclada. http://www.amorimcorkitalia.com/campagna-etico
	Nasceu em França, em 2009, com o objetivo de estreitar relações com os clientes, aliando a proteção do ambiente a diversas instituições de solidariedade social. Hoje é o maior contribuinte mundial para a reciclagem de rolhas de cortiça. http://www.ecobouchon.com/
	Trata-se do maior programa de reciclagem de rolhas de cortiça da América do Norte adotado, em 2008, pela empresa canadiana de calçados SOLE. O projeto prevê que as rolhas recolhidas através da rede de mais de três mil parceiros sejam encaminhadas para unidades responsáveis pela sua transformação e incorporadas posteriormente na produção de solas de sapatos da SOLE. https://recork.org/
	Teve início em 2013, na África do Sul e tem como objetivo recolher rolhas de cortiça usadas ou excedentes para lhes dar uma nova vida, criando ainda emprego. https://www.amorimcork.co.za/about-cork/

OBJETIVO:

Em parceria com a cadeia francesa de retalho Auchan, realização de uma campanha de reciclagem para sensibilizar o consumidor para a importância da reciclagem de rolhas de cortiça, enfatizando as credenciais ambientais desta matéria-prima natural.

AÇÕES:

Durante a tradicional Feira do Vinho de Outono, 641 espaços comerciais da cadeia Auchan, em França, disponibilizaram pontos de recolha de rolhas de cortiça usadas, encorajando os seus clientes a participar numa das maiores iniciativas de reciclagem de cortiça naquele país. Posteriormente, as rolhas recolhidas foram entregues à Amorim France, que é responsável pelo seu encaminhamento para reciclagem.

RESULTADOS:

O sobreiro é um sumidouro biológico de carbono e utiliza as suas raízes, folhas, tronco e casca - a cortiça - para o reter ao longo do seu ciclo de vida. Através da reciclagem, esta capacidade de retenção prolonga-se. Desde a sua criação em 2010, mais de mil toneladas de rolhas de cortiça foram recolhidas e recicladas em França através do programa EcoBouchon. Este programa de reciclagem tem, também, uma vertente de responsabilidade social: por cada tonelada de rolhas recolhidas, a Auchan e a Corticeira Amorim doam 300 euros a uma instituição de solidariedade social.

5.4.2. Resíduos

A Corticeira Amorim não considera o pó de cortiça como um resíduo, o qual é valorizado como fonte de energia.

Em 2018, 90% do total dos resíduos gerados foram valorizados através de agentes autorizados e apenas 10% foram eliminados.

	2018	2017	2016
			toneladas
Resíduos Industriais Perigosos	373	282	249
Valorização	237	170	116
Eliminação	135	112	134
Resíduos Industriais Não Perigosos	10 059	8 544	9 559
Valorização	9 114	7 811	8 683
Eliminação	945	733	876
Total	10 432	8 826	9 808

A empresa reconhece a importância da valorização dos resíduos com vista a prolongar o seu uso na economia e os benefícios associados e tem implementado processos de trabalho ou tecnologias para reduzir, reciclar ou reutilizar resíduos. Em 2018, entre os exemplos mais relevantes desta prática estão: o projeto Recupera da UN Revestimentos e o projeto de desenvolvimento de um *underlay* baseado em compósitos provenientes da economia circular, na UN Aglomerados Compósitos

De salientar, ainda, a existência nas diferentes unidades fabris de processos para rotular, armazenar, manusear e transportar produtos perigosos.

OBJETIVO:

Incorporação de excedentes de corte em novos compósitos de cortiça. No processo de fabrico das diferentes famílias de produtos da Amorim Revestimentos, nomeadamente na operação de corte e realização do sistema de encaixe, são gerados “resíduos” que, antes da implementação deste projeto, tinham de ser enviados para aterro. Com o projeto Recupera, garante-se a incorporação destes excedentes nos processos produtivos de soluções técnicas, utilizando compósitos de cortiça.

AÇÕES:

- Separação dos excedentes resultantes da operação de corte (polímeros vs fibras naturais);
- Tratamento e classificação para reintrodução no processo produtivo;
- Incorporação dos resíduos com polímeros nos processos de aglomeração de compósitos de cortiça com polímeros (prensa Subertech);
- Incorporação das fibras naturais nos processos de aglomeração de cortiça.

RESULTADOS:

Projeto em implementação, que pretende assegurar a incorporação de 600 t/ano de resíduos de compósito de cortiça nos processos de aglomeração que utilizam prensa Subertech e de 700 t/ano de fibras naturais nos processos de aglomeração de cortiça.

OBJETIVO:

O conceito de economia circular e o desenvolvimento de materiais que, mais do que serem recicláveis, são eles próprios baseados em matérias-primas recicladas, são questões cada vez mais centrais num mercado competitivo e com crescentes preocupações ambientais.

Com o objetivo de oferecer produtos diferenciadores e sustentáveis, a Amorim Cork Composites desenvolveu um underlay com uma excelente performance tanto acústica, como térmica. Utilizando a quantidade ótima de cortiça e combinando-a com outros compósitos provenientes da economia circular, foi possível criar um produto competitivo e que responde às necessidades do segmento dos pisos laminados, atualmente a maior fatia do mercado de pavimentos.

AÇÕES:

Numa primeira fase, procedeu-se à identificação e *procurement* junto das indústrias com maior potencial de resíduos como fonte de matérias-primas complementares. Depois de garantida a existência de matéria-prima seguiu-se o desenvolvimento interno do produto:

- Definição dos requisitos e identificação das principais necessidades de mercado;
- Realização de diferentes iterações, combinando com a cortiça os diferentes compósitos, num equilíbrio perfeito, até alcançar o produto que cumprisse na íntegra com todos os requisitos inicialmente desenhados;
- Realização de testes em laboratórios acreditados para certificação do produto;

RESULTADOS:

O produto está em plena fase de lançamento. Pelas suas características, este produto contribuirá para o fortalecimento de um modelo de negócio de economia circular.

6. PROMOVER O DESENVOLVIMENTO, A SEGURANÇA E O BEM-ESTAR DAS PESSOAS

Do universo de colaboradores representado neste relato, mais de 94% pertencem a empresas de base industrial. Os indicadores exibidos neste capítulo são, por isso, influenciados pela predominância de atividades de gestão operacional, devendo ser relativizados a esta expressão.

As empresas que não foram consideradas nesta análise, cujo número de trabalhadores representa cerca de 26% da população, englobam predominantemente atividades de natureza comercial e de suporte ao negócio, o que iria conferir cambiantes diferentes a alguns indicadores.

6.1. FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

- 100% Colaboradores abrangidos por contrato coletivo de trabalho (Portugal)
- 1,35 Rácio salário mais baixo e salário mínimo nacional (Portugal)
- 55 Mil horas de formação

A formação e o desenvolvimento dos colaboradores são pilares fundamentais para se atingir o desenvolvimento sustentável, através do desenvolvimento do conhecimento, aperfeiçoamento de aptidões e aumento da resiliência das comunidades. A garantia do empenho e compromisso dos colaboradores é uma diretriz fundamental nas políticas e práticas da gestão de pessoas da Corticeira Amorim. Assegurar um ambiente de trabalho seguro e saudável, promover o desenvolvimento das competências num contexto desafiante e indutor da evolução profissional e pessoal dos seus colaboradores são objetivos concretos da atuação da empresa no domínio dos recursos humanos, tendo-se assistido ao longo dos últimos anos a uma crescente preocupação e conseqüente investimento nesta área de gestão.

A gestão dos recursos humanos, orientada para a concretização destes objetivos estratégicos, segue a política de gestão e motivação de pessoas que pode ser consultada em <https://www.amorim.com/sustentabilidade/sistema-de-gestao-integrado/politicas-e-sistemas-de-gestao/> e que:

- Adota e assume o princípio da liberdade de associação;
- Promove um ambiente de trabalho física, social e psicologicamente seguro e saudável, procurando continuamente evoluir através da adoção das melhores técnicas e práticas neste domínio;
- Fomenta a implementação dos princípios e a adoção dos comportamentos evocados no Código de Ética e Conduta Profissional e nos compromissos públicos assumidos com a sociedade em geral, que deverão caracterizar as relações internas entre colaboradores, bem como as interações destes com os diferentes *stakeholders*;
- Implementa práticas de gestão de pessoas no âmbito do recrutamento e do desenvolvimento de competências, que promovem a não discriminação de qualquer natureza e a igualdade de oportunidades, construindo contextos de trabalho onde a pluralidade e a diferença sejam um fator de melhoria e inovação contínuas;
- Adota práticas de liderança pelo exemplo, que valorizam a aprendizagem e a evolução, e práticas de reconhecimento e de compensação baseadas no mérito e isentas de juízos de natureza discriminatória.

ODS das Nações Unidas e metas:



ODS 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo à universidade.

ODS 4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz e da não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.

ODS 4.b Até 2020, ampliar substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento.

ODS 5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas, em toda parte.

ODS 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos.

ODS 5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública.

ODS 5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de género e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

ODS 8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor.

6.1.1. Emprego

- 25% Colaboradores do género feminino
- 84% Colaboradores com contrato de efetivo permanente
- 99% Colaboradores a tempo inteiro
- 86% Colaboradores em Portugal

Os indicadores demográficos do emprego não sofreram variação sensível face aos anos anteriores. O efetivo global aumentou (perímetro de sustentabilidade e global) e a estrutura de contratação manteve-se (84% efetivos permanentes), bem como a repartição entre colaboradores do género masculino e feminino.

De notar que, um dos fluxos de entrada principal são os operadores de produção com vista a responder às próprias variações de atividade. Em geral, estas necessidades são colmatadas com um recrutamento de mão-de-obra masculina, devido às exigências físicas dos postos de trabalho. Se atentarmos noutra tipo de categorias nomeadamente técnicos de suporte à gestão, verificamos uma tendência de recrutamento cada vez mais intensa de colaboradores do género feminino.

A prevalência de vínculos contratuais diretos e, dentro destes, os de efetivo permanente demonstra o compromisso efetivo da Corticeira Amorim com políticas de emprego que privilegiem a estabilidade e o compromisso de médio e longo prazo com a sua força de trabalho.

Número total de colaboradores, por categoria profissional, por género e faixa etária

	Faixa Etária			Género		Total
	<30	30 a 50	>50	Feminino	Masculino	
Administradores	0	7	16	0	23	
Diretores	0	50	42	12	80	
Chefes Departamento	14	61	25	33	67	
Comerciais	5	62	26	13	80	
Técnicos de Suporte à Gestão	75	114	28	90	127	
Supervisores de Equipa	6	42	46	16	78	
Administrativos	18	139	68	129	96	
Técnicos de Manutenção, Qualidade e Logística	49	203	109	85	276	
Operadores de Produção	306	1 076	699	453	1 628	
Total 2016	364	1 539	965	716	2 152	2 868
Total 2017	395	1 548	956	737	2 162	2 899
Total 2018	473	1 753	1 060	831	2 455	3 286

Número e taxa de rotatividade e de novas contratações por faixa etária, género e região

	2018	2017	2016
Número de entradas	455	362	339
Taxa Novas Contratações	14%	12%	12%
<30	7%	6%	5%
30 a 50	6%	6%	6%
>50	1%	1%	1%
Feminino	3%	3%	3%
Masculino	11%	10%	9%
Portugal	10%	9%	9%
Resto do Mundo	4%	3%	3%
Número de saídas	475	344	323
Taxa Rotatividade	14%	12%	11%
<30	4%	4%	3%
30 a 50	6%	5%	5%
>50	5%	3%	3%
Feminino	3%	2%	2%
Masculino	11%	10%	9%
Portugal	11%	9%	8%
Resto do Mundo	3%	3%	3%

6.1.2. Relações Laborais

- 22% Colaboradores exercem o direito de liberdade de associação
- 100% Colaboradores abrangidos por contratos coletivos de trabalho estabelecidos entre a APCOR e os sindicatos do setor (Portugal)

A liberdade de associação é um direito de todos os colaboradores, sendo exercido ativamente por 22% dos colaboradores da Corticeira Amorim abrangidos por este relatório.

Com o objetivo de regulamentar, em Portugal, as condições de trabalho dos colaboradores estão estabelecidas, entre a APCOR e os sindicatos do setor, contratos coletivos de trabalho que abrangem 100% dos trabalhadores. Este acordo tem cobertos tópicos como horários, remunerações, acesso a formação, entre outros. Destaca-se o rácio de 1,35 entre o salário mais baixo acordado no contrato coletivo de trabalho (775,51 €) e o salário mínimo nacional.

As diferentes empresas têm, ainda, os seus órgãos internos de representação dos colaboradores (Comissões Sindicais, Comissão de Trabalhadores, Comissão de Higiene e Segurança no Trabalho) que participam em várias instâncias no dia a dia de trabalho das empresas.

No âmbito das relações laborais, há ainda a referir que a empresa atribui prémios e complementos salariais de natureza diversa, entre outras regalias, nomeadamente acesso a todos os colaboradores de um seguro de internamento hospitalar e nas unidades sede a consultas de medicina curativa; apoio na educação dos colaboradores e seus filhos, via atribuição de um subsídio escolar e bolsas de mérito para filhos de colaboradores; dois dias extra de férias; iniciativas de reconhecimento e celebração ao longo do ano que incluem oferta de brinquedos aos filhos de colaboradores mais novos e cabazes de Natal a todos colaboradores. Existem, também, programas implementados para monitorizar o clima organizacional e planos de comunicação internos, aspetos considerados fundamentais para o envolvimento e compromisso dos colaboradores no dia a dia e nos projetos da empresa.

De entre as principais iniciativas, evidencia-se o estudo de clima organizacional realizado na UN Matérias-Primas e o lançamento da plataforma Linkpeople, uma plataforma digital que permite interatividade entre chefias e colaboradores (nomeadamente a gestão do desempenho), entre colaboradores e departamentos de gestão de recursos humanos e mesmo entre colaboradores.

CASO DE ESTUDO: Estudo de Clima Organizacional na UN Matérias-Primas

OBJETIVO:

Perante a necessidade de ter um retrato atual do clima organizacional, a UN Matérias-Primas, realizou um estudo para conhecer a opinião dos colaboradores acerca do seu ambiente de trabalho, compreender as suas necessidades e expectativas, bem como a importância e valorização dadas ao seu ambiente de trabalho.

AÇÕES:

- Diagnóstico: distribuição de questionários a todos os colaboradores, sendo a participação no inquérito opcional. O questionário aborda as dimensões mais relevantes no âmbito de inquéritos de clima: comunicação, trabalho em equipa, relações com colegas e chefias, salários e reconhecimento;
- Análise de resultados: análise dos dados, comparando a realidade atual com as realidades em 2011 e 2014;
- Reunião com as chefias diretas de cada fábrica para divulgação de resultados e elaboração de plano de ações;
- Elaboração de plano de ações: após a identificação das questões com pontuação mais baixa elaborou-se um plano de melhoria.

RESULTADOS:

Após as alterações ao modelo organizativo da UN Matérias-Primas, em janeiro de 2017, têm sido implementadas diversas melhorias com um impacto positivo no clima organizacional, tal como o estudo sugere. Entre os resultados mais significativos destacam-se:

- Melhoria em cerca de 18% do total dos pontos obtidos em todas as questões face ao último estudo em 2014, e mais de 27% face ao de 2011;
- 97% das questões obtêm resultados superiores relativamente ao anterior;
- Aumento das respostas positivas nas questões sobre responsabilidade social/sustentabilidade;

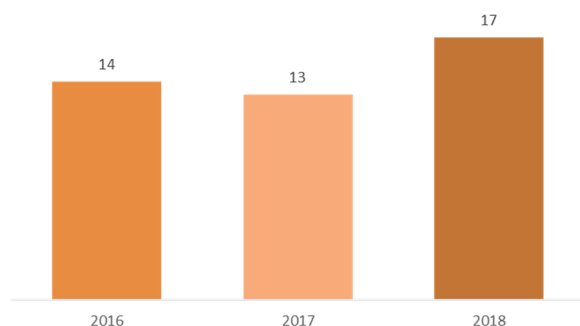
Está a decorrer um plano de ações com o objetivo de continuar a melhorar em todos os pontos, com maior incidência naqueles com pontuação mais baixa.

6.1.3. Formação e Educação

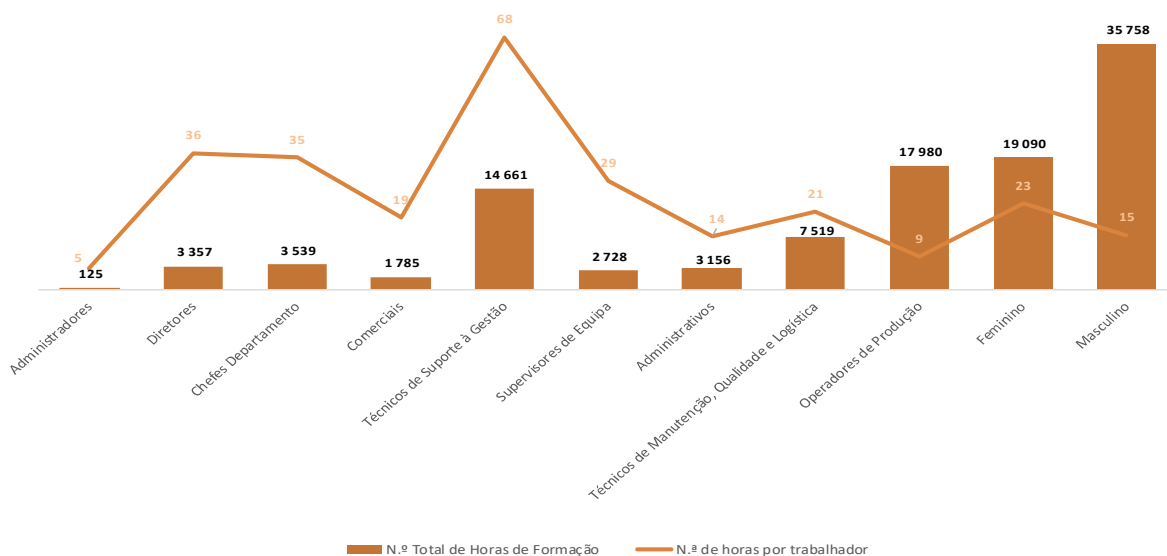
- 54 847 Horas totais de formação
- 17 Horas de formação média por colaborador

A Corticeira Amorim tem consciência de que o desempenho presente e futuro do negócio estão amplamente dependentes da capacidade de a empresa desenvolver as suas pessoas. Privilegiando a estabilidade da força de trabalho, é a sua aposta na adequação e no desenvolvimento das capacidades e competências que lhe garantirá, em contínuo, um desempenho à altura das suas ambições. Seja numa vertente técnica, seja numa dimensão de gestão ou mesmo comportamental, a empresa identifica diferentes segmentos de população e atua de um modo cada vez mais específico sobre estes mesmos segmentos.

Média de horas de formação por colaborador



Número médio de horas de formação por colaborador, discriminado por género e categoria profissional



Em 2018, registou-se um crescimento significativo das horas de formação na Corticeira Amorim. Este aumento é generalizado, mas com especial incidência na categoria de operadores de produção e nas funções técnicas e de supervisão.

De salientar o projeto no âmbito da implementação de um novo ERP (SAP) na UN Matérias-Primas e que envolveu um número muito significativo de horas de formação. Para além da dimensão técnica, há que evidenciar o esforço de reconversão de competências que está a ser feito, por forma a qualificar o mais possível a força de trabalho atual. O projeto de implementação do SAP, que ocorrerá sucessivamente em todas as empresas do grupo Corticeira Amorim até ao ano 2021, prevê precisamente uma componente de “gestão da mudança”, com uma preocupação em maximizar as possibilidades de êxito do processo, quer do ponto de vista de gestão, quer do ponto de vista comportamental. Para além disso, existe uma preocupação, sempre presente, de otimizar as competências atuais e de potenciar o desenvolvimento de novas competências e qualificações nos atuais colaboradores, sem colocar em causa as condições de sucesso do projeto.

Os planos e as ações implementadas para a evolução na área da segurança e higiene no trabalho passaram pelo investimento na formação de operadores e de chefias, contribuindo para uma evolução das competências e das atitudes neste domínio.

De realçar ainda os programas para jovens colaboradores (programas de estágio para jovens colaboradores) e para chefias diretas que somam também um volume significativo a este total.

CASO DE ESTUDO: Programa Formativo “From Bark to Bottle” na UN Rolhas

OBJETIVO:

Promover, junto dos colaboradores da empresa, um conhecimento mais profundo do negócio, através de um programa de formação teórico-prático, englobando todos os processos e produtos, das matérias-primas aos mercados e I&D+I, e potenciando o envolvimento das pessoas com o negócio e a cultura organizacional no contexto da cultura do vinho e do desenvolvimento sustentável.

AÇÕES:

Programa formativo com uma forte vertente prática, desenvolvido nas UI, que inclui módulos sobre escolha de matéria-prima e escolha de rolhas naturais. Existem atualmente duas edições anuais, ministradas por um corpo de 24 formadores que inclui membros destacados da Administração, e pela proximidade do negócio, intervêm também no programa, quer como formadores quer como formandos, colaboradores da UN Matérias-Primas.

RESULTADOS:

Com um formato dinâmico, o programa formativo From Bark to Bottle contribui para um maior conhecimento do negócio, da história e cultura do grupo, oferecendo uma visão global e, simultaneamente, uma consciência da verticalização do grupo. Ao mesmo tempo, fortalece o envolvimento dos colaboradores com a empresa, transmitindo a paixão pela cortiça, transversal a toda a organização, promovendo o contacto com pessoas, processos e produtos.

6.1.4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação

A Corticeira Amorim preconiza uma política de gestão e motivação de pessoas que promove a não discriminação de qualquer natureza, a igualdade de oportunidades no âmbito do recrutamento, na promoção e formação dos seus colaboradores, na remuneração e nas condições de trabalho. Assim, em qualquer situação, são critérios de equidade e de promoção do mérito que presidem a decisões e nunca fatores baseados no género, na idade, na raça ou religião.

A realidade da sociedade em geral e a assimetria de género que existe na ocupação de determinadas funções ou cargos nas diferentes organizações e instituições transporta-se, obviamente, para a realidade organizacional da Corticeira Amorim, fruto de sua existência centenária e não desenquadrada do seu contexto.

A Corticeira Amorim tem práticas de gestão de pessoas assentes na avaliação do mérito e recompensa do desempenho. Neste sentido, a empresa não restringe o acesso das mulheres a quaisquer cargos ou categorias profissionais, nem limita a evolução de remuneração por fatores que não sejam baseados nas competências e no desempenho efetivo.

Os rácios exibidos apresentam, de uma forma geral, uma variação positiva no âmbito da equidade de género. A intervenção da empresa nesta matéria engloba, nomeadamente, ações de comunicação e sensibilização para este tema tão atual da nossa sociedade e medidas que visam o equilíbrio da vida profissional/familiar.

Rácio do salário entre mulheres e homens, por categoria profissional

	2018	2017	2016
Diretores	0,7	0,7	0,8
Chefes Departamento	0,9	0,8	0,7
Comerciais	0,6	0,5	0,6
Técnicos de Suporte à Gestão	0,8	0,9	0,8
Supervisores de Equipa	1,2	1,1	1,0
Administrativos	1,1	1,1	1,1
Técnicos de Manutenção, Qualidade e Logística	0,9	0,9	0,9
Operadores de Produção	1,0	1,0	1,0

Rácio da remuneração entre mulheres e homens, por categoria profissional

	2018	2017	2016
Diretores	0,6	0,7	0,8
Chefes Departamento	0,9	0,7	0,7
Comerciais	0,7	0,7	0,7
Técnicos de Suporte à Gestão	0,7	0,8	0,8
Supervisores de Equipa	1,1	1,0	0,9
Administrativos	1,0	1,1	1,0
Técnicos de Manutenção, Qualidade e Logística	0,9	0,8	0,8
Operadores de Produção	0,9	0,9	0,9

6.1.5. Bem-Estar dos Colaboradores

A Corticeira Amorim disponibiliza um conjunto de benefícios aos colaboradores que visam o seu bem-estar para além do tempo de trabalho e que têm impactos positivos na compatibilização e conciliação da vida pessoal e familiar, nomeadamente:

- No âmbito da saúde, e na maioria das empresas em Portugal, é disponibilizada, para além da medicina do trabalho, obrigatória, medicina curativa com a possibilidade de consultas, pelo menos duas vezes por semana e que muitas vezes é o primeiro nível para diagnóstico de várias patologias, incluindo, saúde mental; adicionalmente, existe, um plano de vacinação antigripal para os colaboradores e vários rastreios de saúde (oftalmológicos, cardiovasculares, respiratórios, entre outros); as UN têm, ainda, protocolos com laboratórios

de análises clínicas que realizam recolhas nas empresas e com farmácias que entregam medicamentos nas instalações;

- No âmbito da educação, anualmente, são disponibilizados subsídios escolares para todos os filhos de colaboradores e trabalhadores estudantes, para apoio à compra de material escolar. Adicionalmente, tem instituído um programa de bolsas de mérito para filhos de colaboradores, apoiando através do pagamento de propinas, até cerca de 30 jovens por ano;
- As cantinas da empresa são acessíveis a familiares diretos do colaborador, permitindo ainda que o colaborador adquira refeições para levar para casa, facilitando assim, em alguns casos, a vida quotidiana;
- Dois dias de férias adicionais.

6.2.SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

- Redução do número de acidentes em 50% (2018-2020)

O relatório de 2018 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) dá conta que, por ano, 2,78 milhões trabalhadores morrem por lesões (13,7%) e doenças relacionadas com o trabalho (86,3%). Afirma ainda que, todos os anos, há quase mil vezes mais lesões causadas por doenças e acidentes não mortais, do que por acidentes mortais e que estas lesões não mortais afetam, por ano, 374 milhões de trabalhadores, sendo que muitas delas têm consequências graves na capacidade dos trabalhadores para obtenção de rendimentos a longo prazo.

A Corticeira Amorim reconhece que as condições de trabalho são um dos fatores fundamentais para o sucesso de uma organização. O seu compromisso em matéria de saúde e segurança no trabalho (SST) é evidente na meta estabelecida de reduzir o número de acidentes em mais de 50% até ao ano de 2020, nos investimentos que tem vindo a realizar, na revisão contínua dos planos de segurança e na monitorização da sua eficácia e adequação face aos riscos, reiterando a aposta neste tema através do compromisso dos Quadros, em metas específicas nos seus contratos de objetivos individuais e na sensibilização e formação de todos os colaboradores.

Na área da SST, as UN têm implementado ações concretas, planos estruturados que visam a melhoria contínua e sustentada das práticas e a prevenção do risco, que reduzem ocorrências e mitigam efeitos, com um impacto positivo direto nos indicadores destas áreas.

Para a Corticeira Amorim, o objetivo na área de SST é ter empresas onde o bem-estar físico, social e psicológico dos seus colaboradores é uma constante. Assim sendo, a Corticeira Amorim estabeleceu como objetivos neste domínio:

- Melhorar o processo de avaliação de riscos e de implementação da SST;
- Melhorar as condições de trabalho e de bem-estar dos colaboradores;
- Reduzir a taxa de acidentes de trabalho (indicadores de frequência e de gravidade);
- Reduzir o número de dias perdidos por doença profissional.

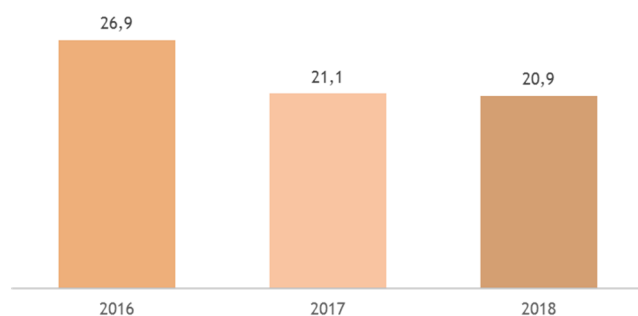
ODS das Nações Unidas e metas:



ODS 3.6 Até 2020, reduzir para metade, a nível global, o número de mortos e feridos devido a acidentes rodoviários.
ODS 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais para todos de forma segura, eficaz, de qualidade e a preços acessíveis.
ODS 3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gestão de riscos nacionais e globais de saúde.
ODS 8.8 Proteger os direitos do trabalho e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários.

Índice de frequência de acidentes

Nr acidentes / horas trabalhadas x 1000000



Rácio de acidentes, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região

	2018	2017	2016
Número de acidentes no local de trabalho	115	130	159
Portugal	96	118	136
Resto do Mundo	19	12	23
Nº de óbitos	* 0	1	0
Índice de frequência de acidentes	20,9	21,1	26,9
Portugal	20,0	22,2	26,2
Resto do Mundo	26,9	14,1	32,2
Taxa de doenças ocupacionais	** 7,1	1,6	1,2
Portugal	8,1	1,5	1,3
Resto do Mundo	0,0	2,3	0,0
Taxa de dias perdidos	737	547	583
Portugal	700	515	573
Resto do Mundo	986	750	659
Taxa de absentismo	*** 3,7%	3,4%	3,3%
Portugal	3,7%	3,5%	3,4%
Resto do Mundo	3,6%	3,4%	3,3%

* Acidente de viação in itinere em 2017

** Alteração de critérios na certificação de doença ocupacional, bem como validação de vários processos pendentes de anos anteriores

*** Alteração na contabilização de acordo com as notas metodológicas

O número de acidentes de trabalho decresceu no último ano cerca de 12%, de forma mais expressiva em Portugal (19%). Em linha com estes resultados, verificou-se uma redução global no índice de frequência. Contudo, verificou-se um aumento na taxa de dias perdidos motivada pela ocorrência de alguns acidentes, que implicaram períodos de recuperação mais longos.

A Corticeira Amorim tem implementado, desde o final de 2017, um plano de combate à sinistralidade laboral que engloba diversas medidas, nomeadamente a constituição de um fórum de Higiene e Segurança no Trabalho composto pelas áreas de SST e pelos diretores gerais de cada UN. Este fórum reuniu quatro vezes em 2018, promovendo a discussão do tema, a análise de *benchmark* de resultados e de melhores práticas. Tendo em conta todas as ações previstas no plano, acredita-se que os resultados obtidos serão ainda mais visíveis e relevantes durante os próximos anos.

No período relatado, registou-se um acréscimo significativo na taxa de doenças ocupacionais. A ocorrência de casos novos em 2018 foi semelhante à de anos anteriores. Este agravamento expressivo fica, pois, a dever-se à validação por parte das entidades oficiais de vários processos pendentes e à classificação mais célere e afirmativa de determinado tipo de patologias (ex.: tendinites) como doença ocupacional. Reconhece-se, assim, que também os serviços públicos de saúde ocupacional estão mais ativos e sensibilizados para o combate das doenças ocupacionais.

O absentismo tem-se mantido relativamente estável. O ano de 2018 não foi exceção. O aumento registado deve-se a uma alteração nos pressupostos de cálculo conforme notas metodológicas. Não sendo um indicador especialmente gravoso, quando comparado com a média de empresas de base industrial em Portugal, trata-se de um domínio em que se pretende melhorar nos próximos anos.

A Corticeira Amorim cumpre todos os requisitos, normas e determinações legais no âmbito da SST, em todos os países onde tem operações. Como boas práticas neste domínio, salienta-se:

- Exames de medicina do trabalho regulamentares de admissão e periódicos;
- Disponibilização de equipamentos de proteção individual;
- Formação aos colaboradores no âmbito da higiene e segurança adaptada às características específicas de cada posto de trabalho;
- Formação de todos os intervenientes nos processos de trabalho, incluindo prestadores de serviços;
- Comissões de higiene e segurança, com participação de colaboradores e/ou representantes dos colaboradores.

De realçar a validação e certificação externa segundo a norma internacional OHSAS ISO 18001 numa das unidades da empresa e que abrange 14% dos colaboradores, exemplo que se pretende estender, encontrando-se, em progresso, a certificação pela ISO 45001 em mais cinco unidades industriais da Corticeira Amorim, aumentando a cobertura para mais de 35% dos colaboradores. Existem ainda programas voluntários de promoção da saúde oferecidos aos trabalhadores.

CASO DE ESTUDO: Projeto Atividade Física na UN Matérias-Primas

OBJETIVO:

Face a um histórico de 40% de acidentes de trabalho, originando baixa com lesões músculo-esqueléticas, o objetivo foi desenvolver e implementar entre os colaboradores um programa de atividade física capaz de:

- Reduzir os acidentes de trabalho;
- Melhorar a condição física dos colaboradores;
- Corrigir as eventuais posturas incorretas e/ou identificar formas alternativas de fazer as tarefas;
- Reduzir lesões músculo-esqueléticas relacionadas com o trabalho e consequentes doenças profissionais.

AÇÕES:

Foi desenvolvido um programa com as seguintes ações:

- Avaliação de risco ergonómico por zona corporal: para cada tarefa e por zona corporal é atribuído um nível de risco em função da amplitude do movimento, postura executada, força e repetição; avaliação da movimentação manual de cargas;
- Avaliação das condições organizacionais e físicas do posto de trabalho; diagnóstico das características do equipamento e ferramentas de trabalho existentes, comparando-as e adequando-as com os princípios ergonómicos do estudo antropométrico da população portuguesa;
- Avaliação da condição física individual do trabalhador com o objetivo de identificar as estruturas corporais com mais solitação durante as tarefas, identificar as estruturas em sobreuso e identificar o desuso que induz inatividade e diminuição da tolerância ao esforço.

RESULTADOS:

- Melhoria da condição física de quase 100% dos colaboradores, comprovada com indicadores de avaliação física;
- Diminuição dos acidentes de trabalho e de lesões músculo-esqueléticas (nenhuma consequência deste tipo após implementação do programa);
- Aumento do espírito de equipa;
- Reforço da disciplina e organização da equipa;
- Sentimento generalizado dos trabalhadores das vantagens do programa.

6.3. IMPACTO NA COMUNIDADE LOCAL

- 1,7 Mil estudantes envolvidos em ações de educação ambiental
- 20,5 Mil árvores plantadas desde 2011
- > 40 Instituições apoiadas /ano

Construir comunidades resilientes é vital para se atingir o desenvolvimento sustentável e as empresas têm um papel fundamental nesta construção. Com mais de 4400 trabalhadores espalhados pelo mundo, a Corticeira Amorim reconhece a importância de ser um agente ativo no auxílio às comunidades, para superar os desafios que enfrentam.

A preocupação com o equilíbrio social acompanha os quase 150 anos de atividade da Corticeira Amorim, tendo sido uma das primeiras empresas a disponibilizar a todos os trabalhadores uma cantina e um médico, no distante ano de 1938. O seu conceito de responsabilidade social não se esgota no círculo estrito dos seus colaboradores, mas estende-se à comunidade envolvente, procurando comprometê-los também nessa relação.

ODS das Nações Unidas e metas:



ODS 4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo.

ODS 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e à igualdade de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos.

ODS 8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação.

6.3.1. Programa Escolha Natural

O Programa Escolha Natural, lançado pela Corticeira Amorim em 2008, com ações que se renovam anualmente, tem como principais objetivos:

- sensibilizar os colaboradores e a sociedade em geral, enquanto cidadãos e responsáveis pelas gerações futuras, para a solidariedade social e para a adoção de comportamentos mais amigos do ambiente;
- fazer das práticas de desenvolvimento sustentável um fator de diferenciação positiva, junto dos diferentes grupos de *stakeholders*.

a) Ações de educação ambiental

Colaboração com escolas desde o 1º ciclo até às escolas de negócio, em Portugal e no estrangeiro. Através de sessões dinamizadas por colaboradores na própria escola ou com a visita de escolas às instalações da empresa, a iniciativa teve a participação de mais de 1,7 mil estudantes em 2018: cerca de 800 em ambiente escola e 934 em ambiente empresa.

OBJETIVO:

O Município de Santarém, com o apoio da Corticeira Amorim, tem vindo a promover junto das escolas básicas do concelho, a ação de informação e sensibilização ambiental intitulada “Do Montado à Rolha”. Esta iniciativa tem como objetivo despertar o interesse da comunidade escolar pela Floresta Autóctone, dando a conhecer o ecossistema do montado de sobro e a importância da exploração da cortiça para a sua conservação.

AÇÃO:

A ação, que tem início no mês de janeiro de cada ano, prevê que as escolas aderentes promovam uma recolha de rolhas de cortiça para reciclagem, que revertem a favor do programa Green Cork, promovido pela Quercus, do qual o Município é parceiro desde junho de 2016. A escola que obtiver maior número de rolhas de cortiça recolhidas por aluno, num período de três meses, é premiada com uma visita de estudo ao Observatório do Sobreiro e da Cortiça e a um Montado em processo de descortiçamento, em Coruche, permitindo aos alunos conhecer uma espécie de elevado valor cultural, económico e ambiental.

RESULTADOS:

Mais de 395 alunos de diferentes escolas participaram na ação em 2018, contribuindo assim para a Economia Circular.

b) Programa Porto Futuro

Protocolo com a Câmara Municipal do Porto e que privilegia a colaboração da Corticeira Amorim com um agrupamento de escolas da cidade para transpor algumas práticas de negócio para as escolas:

- Voluntariado no “*Junior Achievement*” - educação para o espírito empresarial e educação financeira - participação de mais de 100 voluntários desde 2005;
- Presença no Conselho Geral do Agrupamento Escolar;
- Projetos diversos;
- Doação de material informático, de revestimento e isolamento. Patrocínio de prémios de mérito.



c) Fórum da Sustentabilidade

Para a edição 2018 do fórum de sustentabilidade da Corticeira Amorim foi convidado um painel diversificado de especialistas, incluindo Cláudia Coelho e Marta Antas Gago (PwC), Nuno Gaspar Oliveira (Esporão) e Aline Guerreiro (Portal da Construção Sustentável) que discutiram com os colaboradores da empresa conceitos importantes para o setor, como o impacto da economia circular, tendências e desafios de sustentabilidade e o valor dos serviços dos ecossistemas. Foi um momento para partilhar ideias, fundamental para uma reflexão sobre o impacto positivo da sustentabilidade na indústria da cortiça, particularmente nos campos da floresta e construção.

d) Reflorestação

À semelhança das ações promovidas em anos anteriores, cerca de 100 voluntários da Corticeira Amorim plantaram 2 mil sobreiros em 2018. A iniciativa foi realizada numa herdade da Junta de Freguesia de Galveias, o Monte da Torre.

A iniciativa decorreu no âmbito do projeto Floresta Comum, que tem como objetivo a criação de uma floresta autóctone com altos índices de biodiversidade e de produção de serviços de ecossistema, financiado pelo projeto de recolha de rolhas de cortiça para reciclagem - Green Cork - dinamizado pela Quercus, do qual a Corticeira Amorim é parceira, desde a sua génese.

Com esta florestação, os voluntários da Corticeira Amorim contribuíram, desde 2011, para a plantação em Portugal de 20,5 mil árvores autóctones, com especial preponderância de sobreiros.

e) Outras iniciativas:

O envolvimento da empresa e dos colaboradores está patente em várias iniciativas que vão desde as dádivas de sangue, à organização de provas desportivas, *workshops* e concursos diversos relacionados com os temas da sustentabilidade, à participação em ações de voluntariado para a recuperação de espaços de escolas, de associações humanitárias, passando por campanhas internas de recolha de livros, alimentos, vestuário para posterior doação a instituições de carácter social, que convocam a um maior envolvimento com a Comunidade e chamam a atenção para a responsabilidade social, para as práticas de hábitos de vida saudáveis e mais amigos do ambiente. Adicionalmente, as empresas acarinharam o envolvimento de colaboradores num projeto interno de “Hortas Biológicas”, disponibilizando espaços dentro das suas instalações para o cultivo das hortas.

CASO DE ESTUDO: Diminuição de Consumo de Copos de Plástico na UN Rolhas

OBJETIVO:

Atualmente, o plástico é um dos principais contaminantes dos oceanos, interferindo com a biodiversidade natural e provocando desequilíbrios no planeta. Apesar dos plásticos utilizados na Amorim Champcork serem posteriormente reciclados, o seu fabrico e a própria reciclagem consomem energia e provocam emissões de CO₂, fatores que contribuem para o desequilíbrio dos ecossistemas. O objetivo é reduzir a pegada ambiental, diminuindo o consumo de copos de plástico nesta UI.

AÇÕES:

A Amorim Champcork consumia mensalmente mais de sete mil copos de plástico, que se traduziam em quase 20 kg de plástico por mês. Em média, cada pessoa consome 155 copos/ano, representando um custo de aproximadamente mil euros para a unidade/ano a que acresce os custos relacionados com a reciclagem. Através da atribuição de copos rebitáveis a todos os colaboradores, retiraram-se as mangas de copos plásticos dos dispensadores.

RESULTADOS:

Embora o tempo de vida útil dos copos rebitáveis não esteja ainda determinado, esta medida permitiu diminuir o consumo de copos de plástico de uma só utilização na UI. Para além da redução da pegada ambiental, esta medida permite alcançar uma poupança efetiva de cerca de dois mil euros por ano.

6.3.2. Mecenato e doações

a) Doações

A Corticeira Amorim tem vindo, ao longo dos anos, a prosseguir uma política de doações de material a instituições de reconhecido mérito e capacidade de intervenção social, sendo uma prática que, acrescentando um claro valor social e contribuindo para melhorar a qualidade da prestação de serviços de apoio por parte das organizações beneficiárias, tem vindo a ser prosseguida de forma contínua.

No ano 2018, diversas instituições - de solidariedade, públicas, privadas e associativas -, beneficiaram destas doações de bens diversos (produtos da Corticeira Amorim, materiais de escritório, informático ou de outra natureza).

A Corticeira Amorim é doador de referência da Fundação Albertina Ferreira de Amorim, Entidade de Utilidade Pública, com o objetivo de promover a solidariedade e fomentar a valorização humana nas vertentes ética, religiosa, cultural e civilizacional. A Fundação atua prioritariamente em dois domínios distintos: apoio da investigação científica no âmbito do conhecimento sobre a matéria-prima cortiça; apoio humanitário e social a causas e projetos da comunidade envolvente das empresas da Corticeira Amorim.

Em 2018, manteve-se como um agente ativo com intervenções de âmbito social, humanitário e socorrista, através de apoio financeiro ou em género a cerca de 40 instituições, nomeadamente de inserção social, de acolhimento de menores em risco e de apoio à terceira idade, corporações de bombeiros, unidades hospitalares, Liga Portuguesa Contra o Cancro, entre outras.

b) Academia Amorim

Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, composta por cientistas que se dedicam à pesquisa enológica, com o objetivo de otimizar a qualidade do vinho e permitir que o seu processo de envelhecimento decorra como esperado. Desde 1992 que esta instituição, fundada em França por membros da terceira geração da família Amorim, apoia o trabalho destes investigadores, oferecendo-lhes anualmente uma bolsa de estudos que recompensará o trabalho científico desenvolvido e que contribuirá para melhorar o conhecimento sobre o vinho. Em 2018, Grégoire Henry & Tristan Destremau, com o projeto VINOVAE, foram galardoados com o GRANDE PRÉMIO INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Além do reconhecimento aos que se dedicam ao estudo do vinho e do seu meio ambiente, a Academia promove fóruns temáticos em que reúne especialistas, profissionais curiosos que partilham a mesma paixão pelo vinho.



c) Outros apoios

A Corticeira Amorim é também parceira, desde a sua fundação, da Associação Bagos D'Ouro, uma instituição que se dedica a apoiar crianças e jovens carenciados do Douro, através do acompanhamento do seu percurso escolar e da criação de oportunidades para o desenvolvimento de projetos de vida de sucesso. É ainda sócia fundadora da Fundação Terras de Santa Maria, tendo um dos seus elementos no conselho diretivo da fundação, atribuindo anualmente um prémio ao melhor aluno na área de gestão do Instituto Superior de Entre Douro e Vouga (ISVOUGA).

A empresa colabora também com inúmeras iniciativas, nacionais e internacionais, fornecendo materiais, knowhow e apoio técnico ao desenvolvimento de projetos educativos, de investigação e artísticos. No ano 2018, destaca-se a colaboração com as seguintes entidades: Rhode Island School of Design (EUA), Pratt Institute (EUA), Elon University (EUA), Copenhagen Contemporary (Dinamarca), Bonn Bundeskunsthalle Museum (Dinamarca), Domaine de Boisbuchet (França), Fundação Calouste Gulbenkian (Portugal) e Centro Cultural de Belém (Portugal).

7. NOTAS METODOLÓGICAS

7.1. PERÍMETRO

Alterou-se o universo das empresas que compõem o perímetro considerado em matérias de sustentabilidade, nomeadamente pela incorporação de três unidades industriais pertencentes à UN Rolhas: a Socori, S.A., Socori Florestal, S.L. e Elferson & Co. AB.

No capítulo 4. Promover a Investigação, Desenvolvimento e Inovação e Alavancar o Desempenho Económico apresentam-se os valores consolidados da Corticeira Amorim (100% das empresas incluídas). Nos restantes capítulos, as empresas incluídas abrangem 86% das unidades industriais e correspondem a 74% do número de colaboradores da Corticeira Amorim no final de 2018 e que se apresentam no quadro abaixo:

Empresa	Localização	País	2018
Matérias-Primas			
Amorim Natural Cork, S.A.	Vale de Cortiças -	PORTUGAL	100%
Amorim Florestal, S.A.	Ponte de Sôr	PORTUGAL	100%
Amorim Florestal II, S.A.	Ponte de Sôr	PORTUGAL	100%
Amorim Florestal III, S.A.	Ponte de Sôr	PORTUGAL	100%
Amorim Florestal España, SL	San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%
Amorim Florestal Mediterrâneo, SL	Cádiz	ESPAÑA	100%
Amorim Tunisie, S.A.R.L.	Tabarka	TUNÍSIA	100%
Comatral - C. de Maroc. de Transf. du Liège,	Skhirat	MARROCOS	100%
Société Nouvelle du Liège, S.A. (SNL)	Tabarka	TUNÍSIA	100%
Société Tunisienne d'Industrie Bouchonnière	Tabarka	TUNÍSIA	55%
Rolhas			
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%
Amorim & Irmãos, S.A.	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%
Amorim Champcork, SA	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%
Amorim Top Series, S.A.	Vergada	PORTUGAL	75%
Elferson & Co. AB	Parid	SUÉCIA	53%
Equipar, Participações Integradas, Lda.	Coruche	PORTUGAL	100%
Francisco Oller, S.A.	Girona	ESPAÑA	92%
Socori, S.A.	Rio Meão	PORTUGAL	60%
Socori Florestal, S.L.	Cáceres	ESPAÑA	100%
Revestimentos			
Amorim Revestimentos, S.A.	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%
Amorim Benelux, BV	Tholen	HOLANDA	100%
Amorim Deutschland, GmbH - AR	Delmenhorts	ALEMANHA	100%
Amorim Flooring, SA	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%
Amorim Flooring (Switzerland) AG	Zug	SUIÇA	100%
Amorim Flooring North America Inc.	Hanover - Maryland	E. U.	100%
Aglomerados Compósitos			
Amorim Cork Composites, S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%
Amorim Compcork, Lda	Mozelos	PORTUGAL	100%
Amorim Cork Composites Inc.	Trevor - Wisconsin	E. U.	100%
Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, S.A.	Corroios	PORTUGAL	100%
Isolamentos			
Amorim Isolamentos, S.A.	Vendas Novas	PORTUGAL	100%
Holding Cortiça			
Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%
Amorim Cork Research, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%
Amorim Cork Services, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%
Amorim Cork Ventures, Lda	Mozelos	PORTUGAL	100%

7.2. CADEIA DE FORNECEDORES - ATIVIDADE A MONTANTE E A JUSANTE DA CADEIA DE VALOR

No caso do consumo de energia fora da organização, e dado que ainda não existem fatores de conversão na bibliografia que permitam apurar estes dados com rigor, a Corticeira Amorim realizou uma estimativa do consumo de energia com base no valor das emissões e dos fatores de emissão dos respetivos combustíveis, tendo sido necessário realizar algumas considerações. Por este motivo, o cálculo apresentado é uma estimativa, sendo propósito da Corticeira Amorim continuar a trabalhar para consolidar a metodologia utilizada. Os valores apresentados, consideram os aspetos mais importantes da cadeia de valor da Corticeira Amorim, para a atividade em Portugal (exclui Socori, S.A.).

Assim, foram consideradas as seguintes atividades e pressupostos:

- Transporte e distribuição a montante e transporte e distribuição a jusante: foi considerado a quantidade de produto comprado e vendido, que corresponde a 95% do total; fatores de emissão associados ao transporte dos produtos, por via marítima, aérea e/ou rodoviária;
- Resíduos gerados nas operações: foi considerado o total de resíduos produzidos e os resíduos enviados para os respetivos destinatários; fatores de emissão associados ao transporte rodoviário por tonelada transportada;
- Viagens de negócios: valores das emissões apurados pela agência de viagens;
- Transporte de colaboradores: foi feita a aferição das distâncias percorridas pelos colaboradores; fator de emissão associado ao transporte rodoviário pela distância percorrida pelos colaboradores no trajeto casa-trabalho-casa.

Todos os fatores de emissão considerados tiveram como fonte de informação os fatores publicados pelo GHG Protocol e a Defra - Department for Environment, Food & Rural Affairs.

7.3. DESEMPENHO ECONÓMICO

Os valores apresentados dizem respeito aos valores consolidados da Corticeira Amorim (100% das empresas incluídas).

As Receitas correspondem ao somatório das seguintes rubricas: Vendas e Prestação de Serviços; Proveitos Suplementares; Subsídios à Exploração; Trabalhos para a Própria Empresa; Outros Proveitos Operacionais; Proveitos e Ganhos Financeiros; Mais-valias com imobilizado (deduzidas das menos-valias).

Os Custos operacionais não incluem as amortizações.

O investimento na comunidade inclui apenas o valor de donativos em dinheiro e não inclui contribuições e donativos em espécie.

7.4. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - ENERGIA

Para 2018, utilizaram-se os fatores de conversão utilizados no decorrer das auditorias no âmbito do SGCIE – Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, despacho 17313/2008:

Fonte de Energia	Unidade	Fator de Conversão
Gás Natural	GJ / m ³	37,9
Gás Propano	GJ/ t	46,7
Gasóleo	GJ / t	42,8
Gasolina	GJ/t	44,5
Biomassa (Pó de Cortiça)	GJ / t	15,7
Biomassa (Lenha)	GJ/t	11,6
Eletricidade	GJ/kWh	0,0036

7.5. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - EMISSÕES

Para o cálculo das emissões de CO2 foram considerados os fatores de conversão utilizados nas auditorias no âmbito do SGCIE Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de energia, despacho 17313 / 2008. No caso das emissões associadas ao consumo de eletricidade (método baseado no mercado), foi considerado a informação disponível à data de elaboração do relatório do fornecedor Endesa. Considerou-se pouco material as emissões localizadas fora de Portugal (cerca de 7%):

Fonte de Energia	Unidade	Fator de Emissão
Gás Natural	kg CO2/GJ	64,1
Gás Propano	kg CO2/GJ	63
Gasóleo	kg CO2/GJ	74
Gasolina	kg CO2/GJ	69,2
Biomassa (Pó de Cortiça)	kg CO2/GJ	0
Biomassa (Lenha)	kg CO2/GJ	0
Eletricidade - Fornecedor 2016	g CO2/ kwh	381,58
Eletricidade - Fornecedor 2017	g CO2/ kwh	480,24
Eletricidade - Fornecedor 2018 (*)	g CO2/ kwh	480,24
Eletricidade - Localização (Portugal)	g CO2/ kwh	470,00

(*) informação disponível à data

7.6. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - INTENSIDADE ENERGÉTICA E INTENSIDADE CARBÓNICA

Face à diversidade de aplicações e negócios da Corticeira Amorim, torna-se difícil a definição de um indicador que permita de forma clara observar a evolução da energia e das emissões de CO2 face ao nível de atividade. Ao longo do tempo procurou-se dar resposta a essa necessidade, analisando diferentes indicadores tendo-se, nos últimos anos, optado pelo rácio entre o consumo de energia / emissões e o valor das vendas totais da Empresa. Este indicador apresenta algumas limitações, nomeadamente relacionadas com as diferenças entre o perímetro considerado no numerador (mais restrito) e o perímetro considerado no denominador (mais amplo), que se tornam mais evidentes em anos de alterações materiais de perímetro. Para manter a comparabilidade do indicador, exclui-se o efeito das empresas adquiridas que não fazem parte do perímetro da sustentabilidade, no apuramento da intensidade energética e intensidade carbónica da atividade 2018, considerando-se como valor de vendas consolidadas para este ano 753 M€.

7.7. SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Foi alterado o procedimento de cálculo do índice de frequência, taxa de doenças ocupacionais e taxa de dias perdidos de acordo com o *ILO Code of Practice*. As fórmulas consideradas são conforme segue:

- Índice de frequência = Número acidentes / Horas trabalhadas x 1 000 000.
- Taxa de doenças ocupacionais = Número de casos de doenças ocupacionais / Horas trabalhadas x 1 000 000.
- Taxa de dias perdidos = Número de dias perdidos / Horas trabalhadas x 1 000 000.
- Taxa de absentismo = Dias de ausência / Dias potenciais de trabalho.

Ocorreu ainda uma alteração na fórmula de cálculo dos dias potenciais, onde se eliminou a contabilização de feriados, o que levou a uma redução em 17% do número de dias potenciais, com efeitos diretos na taxa de absentismo.

Para o cálculo do Índice de frequência, apenas se consideram os acidentes que dão origem a dias perdidos.

Para a determinação dos dias perdidos, considera-se o número de dias úteis e começa-se a contar no dia seguinte ao da ocorrência do acidente até ao regresso ao trabalho do acidentado.

8. TABELA GRI

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação																																																																																																
GRI 102 – DIVULGAÇÕES GERAIS 2016																																																																																																		
PERFIL ORGANIZACIONAL																																																																																																		
102-1	Nome da organização	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1. Perfil da Organização - 2.1.1. Identificação																																																																																																
102-2	Atividades, marcas, produtos e serviços	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1. Perfil da Organização - 2.1.3. Principais Produtos e Serviços																																																																																																
102-3	Localização da sede da organização	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1. Perfil da Organização - 2.1.1. Identificação																																																																																																
102-4	Número de países nos quais a organização opera e nome dos países nos quais as suas principais operações estão localizadas e/ou que são especialmente relevantes para os tópicos de sustentabilidade abordados no relatório	Relatório Anual Consolidado 31-12-2018 - Presença no Mundo																																																																																																
102-5	Tipo e natureza legal de propriedade	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1. Perfil da Organização																																																																																																
102-6	Mercados servidos	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1. Perfil da Organização - 2.1.3. Principais Produtos e Serviços Relatório Anual Consolidado 31-12-2018 - Presença no Mundo																																																																																																
102-7	Dimensão da organização	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1. Perfil da Organização 6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.1.1. Emprego Relatório Anual Consolidado 31-12-2018 - Organigrama Relatório Consolidado de Gestão - 10. Demonstração Consolidada da Posição Financeira e 11. Principais Indicadores Consolidados																																																																																																
102-8	Número total de colaboradores, discriminados por contrato de trabalho e género	6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.1.1. Emprego Número de colaboradores por contrato de trabalho e por género <table border="1" style="margin-left: 20px;"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mulheres</td> <td>831</td> <td>737</td> <td>716</td> </tr> <tr> <td>Efetivos permanentes</td> <td>707</td> <td>630</td> <td>622</td> </tr> <tr> <td>Termo certo</td> <td>124</td> <td>107</td> <td>94</td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>2 455</td> <td>2 162</td> <td>2 152</td> </tr> <tr> <td>Efetivos permanentes</td> <td>2 041</td> <td>1 753</td> <td>1 739</td> </tr> <tr> <td>Termo certo</td> <td>414</td> <td>409</td> <td>413</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>3 286</td> <td>2 899</td> <td>2 868</td> </tr> </tbody> </table> Número de colaboradores por contrato de trabalho e por região <table border="1" style="margin-left: 20px;"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Portugal</td> <td>2 810</td> <td>2 469</td> <td>2 447</td> </tr> <tr> <td>Efetivos permanentes</td> <td>2 312</td> <td>1 991</td> <td>1 966</td> </tr> <tr> <td>Termo certo</td> <td>498</td> <td>478</td> <td>481</td> </tr> <tr> <td>Resto do Mundo</td> <td>476</td> <td>430</td> <td>421</td> </tr> <tr> <td>Efetivos permanentes</td> <td>436</td> <td>392</td> <td>395</td> </tr> <tr> <td>Termo certo</td> <td>40</td> <td>38</td> <td>26</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>3 286</td> <td>2 899</td> <td>2 868</td> </tr> </tbody> </table> Número de colaboradores por tipo de emprego e por género <table border="1" style="margin-left: 20px;"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Mulheres</td> <td>831</td> <td>737</td> <td>716</td> </tr> <tr> <td>Tempo Inteiro</td> <td>824</td> <td>727</td> <td>708</td> </tr> <tr> <td>Tempo Parcial</td> <td>7</td> <td>10</td> <td>8</td> </tr> <tr> <td>Homens</td> <td>2 455</td> <td>2 162</td> <td>2 152</td> </tr> <tr> <td>Tempo Inteiro</td> <td>2 423</td> <td>2 125</td> <td>2 129</td> </tr> <tr> <td>Tempo Parcial</td> <td>32</td> <td>37</td> <td>23</td> </tr> <tr> <td>TOTAL</td> <td>3 286</td> <td>2 899</td> <td>2 868</td> </tr> </tbody> </table>		2018	2017	2016	Mulheres	831	737	716	Efetivos permanentes	707	630	622	Termo certo	124	107	94	Homens	2 455	2 162	2 152	Efetivos permanentes	2 041	1 753	1 739	Termo certo	414	409	413	TOTAL	3 286	2 899	2 868		2018	2017	2016	Portugal	2 810	2 469	2 447	Efetivos permanentes	2 312	1 991	1 966	Termo certo	498	478	481	Resto do Mundo	476	430	421	Efetivos permanentes	436	392	395	Termo certo	40	38	26	TOTAL	3 286	2 899	2 868		2018	2017	2016	Mulheres	831	737	716	Tempo Inteiro	824	727	708	Tempo Parcial	7	10	8	Homens	2 455	2 162	2 152	Tempo Inteiro	2 423	2 125	2 129	Tempo Parcial	32	37	23	TOTAL	3 286	2 899	2 868
	2018	2017	2016																																																																																															
Mulheres	831	737	716																																																																																															
Efetivos permanentes	707	630	622																																																																																															
Termo certo	124	107	94																																																																																															
Homens	2 455	2 162	2 152																																																																																															
Efetivos permanentes	2 041	1 753	1 739																																																																																															
Termo certo	414	409	413																																																																																															
TOTAL	3 286	2 899	2 868																																																																																															
	2018	2017	2016																																																																																															
Portugal	2 810	2 469	2 447																																																																																															
Efetivos permanentes	2 312	1 991	1 966																																																																																															
Termo certo	498	478	481																																																																																															
Resto do Mundo	476	430	421																																																																																															
Efetivos permanentes	436	392	395																																																																																															
Termo certo	40	38	26																																																																																															
TOTAL	3 286	2 899	2 868																																																																																															
	2018	2017	2016																																																																																															
Mulheres	831	737	716																																																																																															
Tempo Inteiro	824	727	708																																																																																															
Tempo Parcial	7	10	8																																																																																															
Homens	2 455	2 162	2 152																																																																																															
Tempo Inteiro	2 423	2 125	2 129																																																																																															
Tempo Parcial	32	37	23																																																																																															
TOTAL	3 286	2 899	2 868																																																																																															
102-9	Cadeia de fornecedores da organização	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.4. Cadeia de Fornecedores																																																																																																
102-10	Alterações significativas ocorridas no decorrer do período coberto pelo relatório em relação à dimensão, estrutura, participação acionista ou cadeia de fornecedores da organização	Em 2018, a Corticeira Amorim anunciou a aquisição de 70% da Elferson & Co. AB e 100% da Cosabe – Companhia Silvo-Agrícola da Beira, S.A.																																																																																																
102-11	Abordagem ao princípio da precaução	Relatório do Governo Societário - C. Organização Interna																																																																																																
102-12	Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.3. Princípios e Políticas - 2.3.5. Compromissos Voluntários																																																																																																
102-13	Participação em associações e organizações nacionais ou internacionais de defesa	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.1. Perfil da Organização - 2.1.4. Participação em Associações																																																																																																
ESTRATÉGIA																																																																																																		
102-14	Declaração do Presidente do Conselho de Administração sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia de sustentabilidade	Relatório Anual Consolidado 31-12-2018 - Mensagem do Presidente																																																																																																
102-15	Principais impactos, riscos e oportunidades	Relatório Consolidado de Gestão - 14. Riscos e Incertezas do negócio																																																																																																
ÉTICA E INTEGRIDADE																																																																																																		
102-16	Valores, princípios, padrões e normas de comportamento da organização	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.2. Pessoas e Cultura e 2.3. Princípios e Políticas																																																																																																
102-17	Mecanismos para aconselhamento e preocupações sobre ética	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.3. Princípios e Políticas																																																																																																

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação
GOVERNANCE		
102-18	Estrutura de governo da organizações, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	3. Gestão e Estratégia - 3.1 Estrutura de Gestão da Sustentabilidade Relatório do Governo Societário - B. Órgãos Sociais e Comissões, II. Administração e Supervisão, a) Composição
102-24	Processos de seleção e nomeação para o mais alto órgão de governação e seus comités, bem como os critérios adotados para selecionar e nomear os membros do mais alto órgão de governação	Relatório do Governo Societário - B. Órgãos Sociais e Comissões
ENVOLVIMENTO COM STAKEHOLDERS		
102-40	Lista de grupos de <i>stakeholders</i> da organização	3. Gestão e Estratégia - 3.2. Envolvimento com os Stakeholders
102-41	Porcentagem de colaboradores abrangidos por acordos de contratação coletiva	6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.12. Relações Laborais
102-42	Base para identificação e seleção de <i>stakeholders</i>	3. Gestão e Estratégia - 3.2. Envolvimento com os Stakeholders - 3.2.1. Os Stakeholders da Corticeira Amorim
102-43	Abordagem adotada para envolvimento com os <i>stakeholders</i> , inclusive a frequência do envolvimento por tipo e por grupo	3. Gestão e Estratégia - 3.2. Envolvimento com os Stakeholders - 3.2.2. Principais Meios de Comunicação
102-44	Principais questões e preocupações apontadas pelos <i>stakeholders</i> como resultado do processo de envolvimento e as medidas adotadas pela organização no tratamento das mesmas	3. Gestão e Estratégia - 3.2. Envolvimento com os Stakeholders - 3.2.3. A escutação 3.3. Prioridades de Desenvolvimento Sustentável
PRÁTICA DE REPORTE		
102-45	Totalidade das entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas	1. Abordagem ao Relatório 7. Notas Metodológicas - 7.1. Perímetro
102-46	Processo adotado para definição do conteúdo do relatório e os limites dos tópicos	1. Abordagem ao Relatório
102-47	Tópicos materiais identificados no processo de definição do conteúdo do relatório	1. Abordagem ao Relatório
102-48	Reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações	1. Abordagem ao Relatório 7. Notas Metodológicas
102-49	Alterações significativas em relação a períodos cobertos por relatórios anteriores quanto ao âmbito e ao limite dos Aspectos	1. Abordagem ao Relatório 7. Notas Metodológicas - 7.1. Perímetro
102-50	Período coberto pelo relatório	1. Abordagem ao Relatório
102-51	Data do relatório anterior mais recente	Relatório de Sustentabilidade 2017, referente aos anos de 2016 e 2017.
102-52	Ciclo de emissão de relatórios	1. Abordagem ao Relatório
102-53	Contatos para questões sobre o relatório ou os seus conteúdos	1. Abordagem ao Relatório
102-54	Declaração feita pela organização, se tiver preparado o relatório de acordo com os Standards da GRI e qual a opção escolhida	1. Abordagem ao Relatório
102-55	Índice de conteúdo GRI	Presente tabela
102-56	Descrição da política e práticas correntes adotadas pela organização para submeter o relatório a uma verificação externa	1. Abordagem ao Relatório
GRI 200 – DIVULGAÇÕES ECONÓMICAS 2016		
TÓPICO MATERIAL: 201 - DESEMPENHO ECONÓMICO 2016		
103 - Formas de Gestão 2016	Formas de gestão genéricas	1 – Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o desempenho económico, o tema "Desempenho Económico" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Abordagem ao Relatório). 2 – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o desempenho económico (4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico). 3 – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.2. Desempenho Económico).
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído	4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.2. Desempenho Económico 7. Notas Metodológicas 7.1. Perímetro e 7.3. Desempenho Económico
201-2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas	Relatório Consolidado de Gestão - 14. Risco e Incertezas do negócio Relatório do Governo Societário - C. Organização Interna, III. Controlo interno e gestão de riscos 4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico 5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.1. Promoção do Montado, Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas e 5.2. Eficiência Energética e Alterações Climáticas e 5.3. Impacto Ambiental do Produto e 5.4. Economia Circular
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização	4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.2. Desempenho Económico 6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.12. Relações Laborais

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação
TÓPICO: GRI 202 - PRESENÇA NO MERCADO 2016		
202-1	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, por género, nas unidades operacionais importantes	6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.12. Relações Laborais
TÓPICO: GRI 204 - PRÁTICAS DE COMPRA 2016		
204-1	Proporção de despesas com fornecedores locais	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.4. Cadeia de Fornecedores - 2.4.1. Procurement e Aproveitamento de Cortiça e 2.4.2. Procurement e Aproveitamento Não Cortiça
TÓPICO: GRI 205 - ANTI CORRUPÇÃO 2016		
205-1	Operações avaliadas quanto a riscos relacionados com a corrupção	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.3. Princípios e Políticas - 2.3.3. Corrupção e Suborno
205-3	Incidentes confirmados de corrupção e ações tomadas	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.3. Princípios e Políticas - 2.3.3. Corrupção e Suborno
TÓPICO MATERIAL: INVESTIGAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO		
103 - Formas de Gestão 2016	Formas de gestão genéricas	1- Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com a investigação, desenvolvimento e inovação, o tema " Investigação, Desenvolvimento e Inovação " foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade - 1. Abordagem ao Relatório). 2 - A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a investigação, desenvolvimento e inovação (4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico). 3 - A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste relatório (4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.1. Investigação, Desenvolvimento e Inovação).
	Investimento médio anual	4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.1. Investigação, Desenvolvimento e Inovação
	Submissão de patentes	4. Promover a I&D+I e Alavancar o Desempenho Económico - 4.1. Investigação, Desenvolvimento e Inovação
GRI 300 - DIVULGAÇÕES AMBIENTAIS 2016		
TÓPICO MATERIAL: GRI 302 - ENERGIA 2016		
103 - Formas de Gestão 2016	Formas de gestão genéricas	1- Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto energia, o tema " Eficiência Energética e Alterações Climáticas " foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade - 1. Abordagem ao Relatório). 2 - A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o consumo de energia (5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado). 3 - A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.2. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2.1. Energia e 5.2.2. Intensidade Energética).
	Formas de gestão específicas	Algumas unidades da Corticeira Amorim estão abrangidas pela regulamentação do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia (SGCIE).
302-1	Consumo de energia dentro da organização	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.2. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2.1. Energia 7. Notas Metodológicas - 7.4. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - Energia
302-2	Consumo de energia fora da organização	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.4. Cadeia de Fornecedores - 2.4.3. Transportes, Atividade a Montante e a Jusante da Cadeia de Valor 7. Notas Metodológicas - 7.2 Cadeia de Fornecedores - Atividades a Montante e a Jusante da Cadeia de Valor
302-3	Intensidade energética	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.2. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2.2. Intensidade Energética 7. Notas metodológicas - 7.6. Eficiência Energética e Alterações climáticas Intensidade Energética e Intensidade Carbónica
302-4	Redução do consumo de energia	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.2. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2.2. Intensidade Energética
302-5	Redução nos requisitos energéticos de produtos e serviços	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.2. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2.1. Energia e 5.2.2. Intensidade Energética

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação
TÓPICO MATERIAL: GRI 303 - ÁGUA 2016		
103 - Formas de Gestão 2016		Uma vez que a gestão do impacto ambiental do produto envolve os aspetos "Gestão e Uso da Água" e "Responsabilidade e Qualidade do Produto", estes aspetos são considerados materiais para resposta ao GRI Standards 2016. Sendo que, para efeitos de resposta às Formas de Gestão Genéricas 2016, se deve considerar o presente parágrafo: 1 – Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto água, o tema "Impacto Ambiental do Produto" foi considerado tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Abordagem ao Relatório). 2 – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o impacto ambiental do produto (5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado). 3 – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.3. Impacto Ambiental do Produto - 5.3.1. Gestão e Uso da Água e 5.3.2. Responsabilidade e Qualidade do Produto).
	Formas de gestão genéricas	
303-1	Total de captações de água discriminado por fonte	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.3. Impacto Ambiental do Produto - 5.3.1. Gestão e Uso da Água
TÓPICO MATERIAL: GRI 304 - BIODIVERSIDADE 2016		
103 - Formas de Gestão 2016		1 – Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto biodiversidade, o tema "Promoção do Montado, Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Abordagem ao Relatório). 2 – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a biodiversidade (5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado). 3 – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.1. Promoção do Montado, Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas).
	Formas de gestão genéricas	
304-1	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas.	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.1. Promoção do Montado, Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas - 5.1.4. Localização das operações
304-2	Impactos significativos das atividades, produtos e serviços da organização sobre a biodiversidade	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.1. Promoção do Montado, Biodiversidade e Serviços dos Ecossistemas - 5.1.1. Aumento do conhecimento sobre o impacto ambiental dos produtos de cortiça e do ecossistema que estes viabilizam e 5.1.2. Projeto de Intervenção Florestal e 5.1.3. Aquisição da Herdade da Baliza
TÓPICO MATERIAL: GRI 305 - EMISSÕES 2016		
103 - Formas de Gestão 2016		1 – Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto emissões, o tema "Eficiência Energética e Alterações Climáticas" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Abordagem ao Relatório). 2 – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com as emissões (5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado). 3 – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2.3. Emissões e 5.2.4. Intensidade Carbónica).
	Formas de gestão genéricas	
	Formas de gestão específicas	Algumas unidades da Corticeira Amorim estão abrangidas pela regulamentação do Sistema de Gestão de Consumos Intensivos de Energia (SGCIE).
305-1	Emissões indiretas de GEE (âmbito 1)	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.2. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2.3. Emissões 7. Notas Metodológicas - 7.5. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - Emissões
305-2	Emissões indiretas de GEE (âmbito 2)	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.2. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2.3. Emissões 7. Notas Metodológicas - 7.5. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - Emissões
305-3	Outras emissões indiretas de GEE (âmbito 3)	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.4. Cadeia de Fornecedores - 2.4.3. Transportes, Atividade do Montante e a Jusante da Cadeia de Valor 7. Notas Metodológicas - 7.2. Cadeia de Fornecedores - Atividade do Montante e a Jusante da Cadeia de Valor
305-4	Intensidade de emissões de GEE	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2.4. Intensidade Carbónica 7. Notas Metodológicas - 7.6. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - Intensidade Energética e Intensidade Carbónica
305-5	Redução de emissões de GEE	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.1. Eficiência Energética e Alterações Climáticas - 5.2.4. Intensidade Carbónica

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação
TÓPICO MATERIAL: GRI 306 – EFLUENTES E RESÍDUOS 2016		
103 - Formas de Gestão 2016	Formas de gestão genéricas	1– Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto efluentes e resíduos, o tema "Economia Circular" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Abordagem ao Relatório). 2 – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a gestão de efluentes e resíduos (5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado). 3 – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.4. Economia Circular - 5.4.2. Resíduos e 5.4.1. Reciclagem de Cortiça).
306-2	Resíduos produzidos, por tipo e por método de tratamento	5. Promover as Características Ambientais do Produto e do Montado - 5.4. Economia Circular - 5.4.2. Resíduos
TÓPICO: GRI 307 – CONFORMIDADE AMBIENTAL 2016		
307-1	Incumprimento das leis e regulamentos ambientais	Não existem multas, nem sanções não-monetárias pelo não cumprimento das leis e regulamentos ambientais.
TÓPICO: GRI 308 – AVALIAÇÃO DE FORNECEDORES EM MATÉRIA AMBIENTAL 2016		
308-2	Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.3. Princípios e Políticas e 2.4. Cadeia de Fornecedores
GRI 400 – DIVULGAÇÕES SOCIAIS 2016		
TÓPICO MATERIAL: GRI 401 - EMPREGO 2016		
103 - Formas de Gestão 2016	Formas de gestão genéricas	1– Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto emprego, o tema "Formação e Desenvolvimento" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Abordagem ao Relatório). 2 – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com o emprego (6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas). 3 – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.1.1. Emprego).
	Formas de gestão específicas	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.
401-1	Número e taxa de novas contratações e taxa de rotatividade por faixa etária, género e região	6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.1.1. Emprego
TÓPICO MATERIAL: GRI 402 - RELAÇÕES LABORAIS 2016		
103 - Formas de Gestão 2016	Formas de gestão genéricas	1– Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto relações laborais, o tema "Formação e Desenvolvimento" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Abordagem ao Relatório). 2 – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com as relações laborais (6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas). 3 – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.1.2. Relações Laborais).
	Formas de gestão específicas	O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas. As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.
402-1	Prazos mínimos de aviso prévio em caso de alterações operacionais	Normativos com referência a avisos prévios relativos ao local de trabalho (em particular os que devem presidir à sua eventual alteração) cumpridos pela Corticeira Amorim.

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação																																																																																					
TÓPICO MATERIAL: GRI 403 - SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO 2016																																																																																							
103 - Formas de Gestão 2016	Formas de gestão genéricas	<p>1 – Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto saúde e segurança no trabalho, o tema "Saúde e Segurança no Trabalho" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Abordagem ao Relatório).</p> <p>2 – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a saúde e segurança no trabalho (6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas).</p> <p>3 – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.2. Saúde e Segurança no Trabalho).</p>																																																																																					
	Formas de gestão específicas	<p>O trabalho realizado na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim ocorre em conformidade com estruturas institucionais e jurídicas.</p> <p>As condições de trabalho na cadeia de fornecedores da Corticeira Amorim satisfazem a legislação laboral em vigor em cada geografia onde seja desenvolvida a atividade.</p>																																																																																					
403-2	Rádios de acidentes, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por região e género	<p>6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.2. Saúde e Segurança no Trabalho 7. Notas Metodológicas - 7.7. Saúde e Segurança no Trabalho</p> <p>Rácio de acidentes, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e número de óbitos relacionados com o trabalho, por género</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de acidentes no local de trabalho</td> <td>115</td> <td>130</td> <td>159</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>9</td> <td>21</td> <td>32</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>106</td> <td>109</td> <td>127</td> </tr> <tr> <td>Índice de frequência de acidentes</td> <td>20,9</td> <td>21,1</td> <td>26,9</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>6,7</td> <td>14,3</td> <td>22,1</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>25,4</td> <td>23,2</td> <td>28,4</td> </tr> <tr> <td>Taxa de doenças ocupacionais</td> <td>** 7,1</td> <td>1,6</td> <td>1,2</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>10,5</td> <td>0,0</td> <td>0,7</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>6,0</td> <td>2,1</td> <td>1,3</td> </tr> <tr> <td>Taxa de dias perdidos</td> <td>737</td> <td>547</td> <td>583</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>433</td> <td>304</td> <td>486</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>800</td> <td>623</td> <td>614</td> </tr> <tr> <td>Taxa de absentismo</td> <td>*** 3,7%</td> <td>3,4%</td> <td>3,3%</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>4,8%</td> <td>4,3%</td> <td>3,9%</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>3,3%</td> <td>3,1%</td> <td>3,1%</td> </tr> </tbody> </table> <p><small>** Alteração de critérios na certificação de doença ocupacional, bem como validação de vários processos pendentes de anos anteriores</small></p> <p><small>*** Alteração na contabilização de acordo com as notas metodológicas</small></p> <p>Número de acidentes e número de óbitos, trabalhadores indiretos, por género (âmbito Portugal)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2018</th> <th>2017</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Número de acidentes no local de trabalho</td> <td>26</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>2</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>24</td> <td>13</td> </tr> <tr> <td>Nº de óbitos no local de trabalho</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Feminino</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> <tr> <td>Masculino</td> <td>0</td> <td>0</td> </tr> </tbody> </table>		2018	2017	2016	Número de acidentes no local de trabalho	115	130	159	Feminino	9	21	32	Masculino	106	109	127	Índice de frequência de acidentes	20,9	21,1	26,9	Feminino	6,7	14,3	22,1	Masculino	25,4	23,2	28,4	Taxa de doenças ocupacionais	** 7,1	1,6	1,2	Feminino	10,5	0,0	0,7	Masculino	6,0	2,1	1,3	Taxa de dias perdidos	737	547	583	Feminino	433	304	486	Masculino	800	623	614	Taxa de absentismo	*** 3,7%	3,4%	3,3%	Feminino	4,8%	4,3%	3,9%	Masculino	3,3%	3,1%	3,1%		2018	2017	Número de acidentes no local de trabalho	26	13	Feminino	2	0	Masculino	24	13	Nº de óbitos no local de trabalho	0	0	Feminino	0	0	Masculino	0	0
	2018	2017	2016																																																																																				
Número de acidentes no local de trabalho	115	130	159																																																																																				
Feminino	9	21	32																																																																																				
Masculino	106	109	127																																																																																				
Índice de frequência de acidentes	20,9	21,1	26,9																																																																																				
Feminino	6,7	14,3	22,1																																																																																				
Masculino	25,4	23,2	28,4																																																																																				
Taxa de doenças ocupacionais	** 7,1	1,6	1,2																																																																																				
Feminino	10,5	0,0	0,7																																																																																				
Masculino	6,0	2,1	1,3																																																																																				
Taxa de dias perdidos	737	547	583																																																																																				
Feminino	433	304	486																																																																																				
Masculino	800	623	614																																																																																				
Taxa de absentismo	*** 3,7%	3,4%	3,3%																																																																																				
Feminino	4,8%	4,3%	3,9%																																																																																				
Masculino	3,3%	3,1%	3,1%																																																																																				
	2018	2017																																																																																					
Número de acidentes no local de trabalho	26	13																																																																																					
Feminino	2	0																																																																																					
Masculino	24	13																																																																																					
Nº de óbitos no local de trabalho	0	0																																																																																					
Feminino	0	0																																																																																					
Masculino	0	0																																																																																					
TÓPICO MATERIAL: GRI 404- FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO 2016																																																																																							
103 - Formas de Gestão 2016	Formas de gestão genéricas	<p>1 – Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto formação e educação, o tema "Formação e Desenvolvimento" foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Abordagem ao Relatório).</p> <p>2 – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a formação e educação (6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas).</p> <p>3 – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.1.3. Formação e Educação).</p>																																																																																					
404-1	Média de horas de formação anual por colaborador, género e categoria profissional	6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.1.3. Formação e Educação																																																																																					

GRI ref.	Descrição	Valor / Localização da informação
TÓPICO MATERIAL: GRI 405 - DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES 2016		
103 - Formas de Gestão 2016		1 – Os temas materiais da Corticeira Amorim, tiveram como base, o cruzamento dos resultados da auscultação de <i>stakeholders</i> com a perspetiva interna da Empresa. Com relação direta com o aspeto diversidade e igualdade de oportunidades, o tema “ Formação e Desenvolvimento” foi considerado um tema de materialidade elevada (matriz de materialidade – 1. Abordagem ao Relatório). 2 – A Corticeira Amorim tem promovido ao longo dos anos diversas iniciativas relacionadas com a diversidade e igualdade de oportunidades (6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas). 3 – A Corticeira Amorim realiza a medição e monitorização dos indicadores associados a este aspeto e reporta-os neste Relatório (6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.14. Diversidade e Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação).
	Formas de gestão genéricas	
103 - Formas de Gestão 2016		A Corticeira Amorim preconiza uma política de gestão e motivação de pessoas que promove a não discriminação de qualquer natureza, a igualdade de oportunidades no âmbito do recrutamento, na promoção e formação dos seus colaboradores, na remuneração e nas condições de trabalho.
	Formas de gestão específicas	
405-1	Mão-de-obra por género e faixa etária e outros indicadores de diversidade	6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.1.1. Emprego e 6.1.4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação
405-2	Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens, por categoria funcional	6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.1. Formação e Desenvolvimento - 6.1.4. Diversidade e Igualdade de Oportunidades e Não Discriminação
TÓPICO: GRI 413 - COMUNIDADES LOCAIS 2016		
413-1	Operações com programas implementados de envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento local	6. Promover o Desenvolvimento, a Segurança e o Bem-Estar das Pessoas - 6.3. Impacto na Comunidade Local
TÓPICO: GRI 414 - AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES 201		
414-2	Impactos sociais negativos na cadeia de fornecimento e ações tomadas	2. Caracterização da Corticeira Amorim - 2.3. Princípios e Políticas e 2.4. Cadeia de Fornecedores

Mozelos, 15 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.



(página intencionalmente deixada em branco)



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade sobre o Relatório de Sustentabilidade

Ao Conselho de Administração de
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.

Introdução

1. Fomos contratados pelo Conselho de Administração de Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A. para procedermos à revisão independente do Relatório de Sustentabilidade incluído no "Relatório Anual Consolidado 2018", relativamente ao seu desempenho em sustentabilidade no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do "Relatório de Sustentabilidade" bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita que a informação apresentada esteja isenta de distorções materiais devido a fraude ou erro.
3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e descritos na secção "Âmbito" abaixo.

Âmbito

4. O trabalho que realizámos foi planeado e executado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE 3000 - Revista) - "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que não sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica" emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board*, para um nível de garantia limitada de fiabilidade.
5. Os procedimentos executados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, variam quanto à natureza e à tempestividade, e são menos extensos do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, e por conseguinte, proporcionam menor segurança do que um trabalho destinado à obtenção de uma garantia razoável de fiabilidade. Nestas circunstâncias, os nossos procedimentos de revisão independente consistiram em:
 - ▶ Indagações ao órgão de gestão para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e o conhecimento dos intervenientes sobre as matérias incluídas no relato;
 - ▶ Revisão dos processos, critérios e sistemas aplicados para recolher, agregar, apresentar e validar os dados relativos ao ano de 2018;
 - ▶ Execução, numa base de amostragem, de testes aos cálculos efetuados pelo órgão de gestão, bem como testes de comprovação da informação quantitativa e qualitativa incluída no relato;
 - ▶ Confirmação da observância por parte dos responsáveis de determinadas unidades operacionais das instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho; e
 - ▶ Verificação da conformidade da informação constante do "Relatório de Sustentabilidade" com o resultado do nosso trabalho.
6. Relativamente às normas de reporte de sustentabilidade da Global Reporting Initiative - *GRI Standards 2016*, o nosso trabalho consistiu na aferição da auto-avaliação feita pelo órgão de gestão sobre a opção de aplicação das *GRI Standards 2016* e do cumprimento do disposto no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais (divulgação de informação não financeira) e no artigo 245-A, al. r) do Código dos Valores Mobiliários (divulgação da política de diversidade relativamente aos órgãos de administração e de fiscalização).

Qualidade e independência

7. Aplicámos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade, incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis e cumprimos com os requisitos de independência e ética do Código de Ética do *International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA)* e do Código de Ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

8. Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato da informação constante do “Relatório de Sustentabilidade” não estão a funcionar de forma apropriada e que a informação divulgada não esteja isenta de distorções materialmente relevantes. Adicionalmente, nada chegou ao nosso conhecimento que não nos permita concluir que o “Relatório de Sustentabilidade” não inclui os dados e a informação requeridos para uma opção “de acordo Essencial” tal como definido pelas normas *GRI Standards 2016* e pelo artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais e artigo 245-A al. r) do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 20 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 178)
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira (ROC n.º 1154)
Registado na CMVM com o n.º 20160766

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração Consolidada da Posição Financeira

m ilhaves de euros

	Notas	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017
Ativo			
Ativos fixos tangíveis	IX	259.433	227.905
Ativos intangíveis	X	7.585	4.077
Goodwill	X	13.987	9.848
Ativos biológicos		240	-
Propriedades de investimento	XI	5.481	5.678
Investimentos em associadas e emp. conjuntos	VI e XII	9.537	11.006
Outros ativos financeiros	XIII	1.632	2.520
Impostos diferidos	XIV	13.346	13.146
Outros devedores	XVIII	4.844	-
Ativos não correntes		316.084	274.180
Inventários	XV	406.090	359.141
Clientes	XVI	174.483	167.604
Imposto sobre o rendimento	XVII	8.915	13.297
Outros devedores	XVIII	35.704	35.398
Outros ativos	XVIII	3.103	2.782
Caixa e equivalentes	XIX	21.695	17.005
Ativos correntes		649.989	595.228
Total do Ativo		966.074	869.407
Capital Próprio			
Capital social	XX	133.000	133.000
Reservas e outras componentes do capital próprio	XX	255.974	224.439
Resultado líquido do exercício		77.389	73.027
Interesses que não controlam	XXI	31.871	29.524
Total do Capital Próprio		498.234	459.991
Passivo			
Dívida remunerada	XXII	39.503	48.094
Outros passivos financeiros	XXIV	30.263	36.179
Provisões	XXXI	43.081	40.940
Benefícios pós-emprego	XXXI	1.621	975
Impostos diferidos	XIV	7.737	7.187
Passivos não correntes		122.205	133.375
Dívida remunerada	XXII	121.200	61.695
Fornecedores	XXIII	165.008	157.096
Outros passivos financeiros	XXIV	41.039	33.498
Outros passivos	XXIV	16.464	21.521
Imposto sobre o rendimento	XVII	1.924	2.231
Passivos correntes		345.635	276.042
Total do Passivo e Capital Próprio		966.074	869.407

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas

m ilhães de euros

4T18 (não auditado)	4T17 (não auditado)		Notas	2018	2017
179.360	170.139	Vendas	VIII	763.117	701.609
101.639	83.892	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		408.780	333.030
11.069	2.833	Variação de produção		32.119	4.932
33.558	30.846	Fornecimento e serviços externos	XXV	124.140	116.524
32.243	33.352	Gastos com pessoal	XXVI	134.239	125.630
-986	-1.349	Ajustamentos de imparidade de ativos	XXVII	-73	2.290
2.690	4.580	Outros rendimentos e ganhos	XXVIII	11.599	12.348
1.097	2.568	Outros gastos e perdas	XXVIII	5.765	7.822
25.566	28.242	Cash Flow operacional corrente (EBITDA corrente)		133.984	133.594
7.670	7.852	Depreciações/Amortizações	IX, X e XI	31.279	29.599
17.896	20.390	Resultados operacionais correntes (EBIT corrente)		102.705	103.995
-624	-1.341	Resultados não recorrentes	XXVII	57	-2.913
1.332	555	Gastos financeiros	XXIX	3.547	1.471
34	74	Rendimentos financeiros	XXIX	95	191
562	81	Ganhos (perdas) em associadas e emp. conjuntos	XII	2.691	1.039
16.536	18.650	Resultados antes de impostos		102.002	100.842
-2.502	1.344	Imposto sobre os resultados	XIV	19.393	24.263
19.038	17.306	Resultado líquido		82.608	76.579
239	642	Interesses que não controlam	XXI	5.220	3.551
18.798	16.664	Resultado líquido atribuível aos acionistas da Corticeira Amorim		77.389	73.027
0,141	0,125	Resultado por ação - básico e diluído (euros por ação)	XXXV	0,582	0,549

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral

m. milhares de euros

4T18 (não auditado)	4T17 (não auditado)		Notas	2018	2017
19.038	17.306	Resultado Líquido consolidado do período		82.608	76.579
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:					
56	332	Variação do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	XIV	-462	1.575
1.349	1.261	Variação das diferenças de conversão cambial e outras	XIV	-626	-4.298
9	-298	Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	XIV	-2.844	625
-637	573	Outro rendimento integral	XIV	92	448
777	1.868	Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		-3.840	-1.650
19.815	19.174	Total do rendimento integral		78.768	74.929
Atribuível a:					
20.315	18.349	Acionista da Corticeira Amorim		74.078	71.599
-500	825	Interesses que não controlam		4.690	3.330

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)
(os itens nesta Demonstração estão apresentados líquidos de impostos. Imposto sobre o rendimento relacionado com as outras componentes do rendimento integral apresentado na nota XIV)

Demonstração Consolidada dos Fluxos De Caixa

m. Ilhares de euros

4T18 (não auditado)	4T17 (não auditado)		Notas	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
189.657	168.193	Recebimentos de clientes		767.722	705.476
-158.141	-127.212	Pagamentos a fornecedores		-599.191	-539.882
-33.059	-34.230	Pagamentos ao Pessoal		-136.780	-121.914
-1.543	6.751	Fluxo gerado pelas operações		31.751	43.680
-4.501	-8.808	Pagamento/recebimento do imposto s/o rendimento		-9.854	-24.608
11.551	11.826	Outros rec./pag. relativos à atividade operacional		37.605	55.778
5.507	9.769	FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		59.502	74.850
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
671	148	Ativos fixos tangíveis		934	1.990
-1	0	Ativos intangíveis		0	0
-78	-189	Investimentos financeiros		872	145
18	-16	Outros ativos		206	576
-98	90	Juros e Proveitos relacionados		169	431
250	250	Dividendos		500	500
Pagamentos respeitantes a:					
-15.671	-15.624	Ativos fixos tangíveis		-53.718	-42.758
-9.304	341	Investimentos financeiros		-14.437	-31.421
-2.329	-991	Ativos intangíveis		-3.587	-1.508
-26.542	-15.991	FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-69.061	-72.045
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
0	0	Empréstimos obtidos		35.000	5.250
131	297	Subsídios de investimento		2.423	12.004
811	1.706	Outros		3.943	3.534
Pagamentos respeitantes a:					
-2.651	-6.806	Empréstimos obtidos		-22.167	-24.486
-278	-1.219	Juros e gastos similares		-1.657	-2.263
-12.636	-10.640	Dividendos		-38.355	-35.366
-1.150	-180	Subsídios de investimento		-2.340	-995
-230	-122	Outros		-586	-469
-16.003	-16.964	FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-23.739	-42.791
-37.038	-23.186	Variações de caixa e seus equivalentes		-33.298	-39.986
-136	-514	Efeito das diferenças de câmbio		-310	-3.065
216	-114	Variação de perímetro		216	2.317
-1.783	18.463	Caixa e seus equivalentes no início do período	XIX	-5.348	35.383
-38.740	-5.348	Caixa e seus equivalentes no fim do período	XIX	-38.740	-5.348

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio

m ilhazes de euros

Capital próprio atribuível aos accionistas da Corticeira Amorim, SGPS, S.A.										
	Notas	Capital	Prémios de Emissão de Ações	Derivados designados como de cobertura	Reservas cambiais	Reserva legal	Outras reservas	Resultado líquido	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
Saldo a 1 de janeiro de 2017		133.000	38.893	-1.107	2.274	16.203	119.084	102.703	15.893	426.942
Afetação do resultado do exercício anterior	XX	-	-	-	-	2.567	100.136	-102.703	-	0
Dividendos distribuídos	XX	-	-	-	-	-	-34.580	-	-575	-35.155
Alterações de perímetro	XXI	-	-	-	-	-	-	-	12.800	12.800
Alterações da percentagem de interesse mantendo controlo	XXI	-	-	-	-	-	1.278	-	-1.923	-645
Acordo para aquisição de interesses que não controlam	XXIV	-	-	-	-	-	-18.880	-	-	-18.880
Resultado Líquido consolidado do período	XX e XXI	-	-	-	-	-	-	73.027	3.551	76.579
Varição do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	XXXII	-	-	1.575	-	-	-	-	-	1.575
Varição das diferenças de conversão cambial	XX e XXI	-	-	-	-3.981	-	-	-	-317	-4.298
Outro rendimento integral de associadas	XII	-	-	-	662	-	-37	-	-	625
Outro rendimento integral		-	-	-	-	-	352	-	96	448
Rendimentos integrais totais do período		0	0	1.575	-3.319	0	315	73.027	3.330	74.928
Saldo a 31 de dezembro de 2017		133.000	38.893	468	-1.045	18.770	167.353	73.027	29.524	459.991
Efeito da aplicação IFRS 9 (Nota XXXV)							-343			-343
Saldo a 1 de janeiro de 2018 (após aplicação do IFRS 9)		133.000	38.893	468	-1.045	18.770	167.010	73.027	29.524	459.648
Afetação do resultado do exercício anterior	XX	-	-	-	-	2.725	70.303	-73.027	-	0
Dividendos distribuídos	XX	-	-	-	-	-	-35.910	-	-2.445	-38.355
Alterações de perímetro	XXI	-	-	-	-	-	-	-	611	611
Alterações da percentagem de interesse mantendo controlo	XXI	-	-	-	-	-	-1.928	-	-510	-2.438
Resultado Líquido consolidado do período	XX e XXI	-	-	-	-	-	-	77.389	5.220	82.608
Varição do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	XXXII	-	-	-462	-	-	-	-	-	-462
Varição das diferenças de conversão cambial	XX e XXI	-	-	-	-96	-	-	-	-530	-626
Outro rendimento integral de associadas	XII	-	-	-	-2.919	-	75	-	-	-2.844
Outro rendimento integral		-	-	-	-	-	92	-	-	92
Rendimentos integrais totais do período		0	0	-462	-3.015	0	167	77.389	4.690	78.768
Saldo a 31 de dezembro de 2018		133.000	38.893	6	-4.060	21.495	199.642	77.389	31.871	498.234

(para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras consolidadas em anexo)

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

I - Nota introdutória

A CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A. (adiante designada apenas por CORTICEIRA AMORIM, designação que poderá também abranger o conjunto da CORTICEIRA AMORIM SGPS e suas participadas) resultou da transformação da CORTICEIRA AMORIM, S.A., numa sociedade gestora de participações sociais ocorrida no início de 1991 e cujo objeto é a gestão das participações do Grupo Amorim no sector da cortiça.

A atividade da CORTICEIRA AMORIM estende-se desde a aquisição e preparação da cortiça, até à sua transformação num vasto leque de produtos derivados de cortiça. Abrange também a comercialização e distribuição, através de uma rede própria presente em todos os grandes mercados mundiais.

A CORTICEIRA AMORIM é uma empresa Portuguesa com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, sendo as ações representativas do seu capital social de 133.000.000 Euros cotadas na Euronext Lisbon - Sociedade Gestora de Mercados Regulamentados, S.A.

A sociedade Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A. era detentora, à data de 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2018, de 67.830.000 ações da CORTICEIRA AMORIM, correspondentes a 51,00% do capital social. A CORTICEIRA AMORIM é incluída no perímetro de consolidação da Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A., sendo esta a sua empresa-mãe e controladora. A Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S, S.A. é detida a 100% pela Família Amorim.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em Conselho de Administração do dia 15 de fevereiro de 2019. Os acionistas têm a capacidade de alterar as demonstrações financeiras após a data de emissão.

Exceto quando mencionado, os valores monetários referidos nestas Notas são apresentados em milhares de euros (mil euros = k euros = K€).

II - Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram consistentemente usadas em todos os períodos apresentados nestas demonstrações e de que se apresenta em seguida um resumo.

a. Bases de apresentação

De acordo com o Dec. Lei nº35/2005, de 17 de fevereiro, posteriormente alterado pelo Dec. Lei nº98/2015 de 2 de junho, o qual transpôs para a legislação portuguesa as disposições do Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho de 2002, estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiros (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor em 1 de janeiro de 2018. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, têm por base o custo histórico, exceto nos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor de acordo com o IFRS 9, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, mantidas de acordo com os princípios contabilísticos locais, ajustados no processo de consolidação de modo a que estejam em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia em vigor para períodos iniciados em 1 de janeiro de 2018.

b. Consolidação

• Empresas do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas incluem, com referência a 31 de dezembro de 2018, os ativos, os passivos e os resultados das empresas do Grupo, entendido como o conjunto da CORTICEIRA AMORIM e das suas subsidiárias, as quais são apresentadas na Nota VI.

Uma entidade é classificada como subsidiária quando é controlada pelo Grupo. O controlo é atingido apenas se o Grupo tiver, cumulativamente:

- (a) poder sobre a investida;
- (b) exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida; e
- (c) a capacidade de usar o seu poder sobre a investida para afetar o valor dos resultados para os investidores.

Geralmente, presume-se que existe controlo quando o Grupo detém a maioria dos direitos de voto. Para suportar esta presunção e nos casos em que o Grupo não detém a maioria dos direitos de voto da investida, todos os factos e circunstâncias relevantes são tidos em conta nas avaliações sobre a existência de poder e controlo, tais como:

- (a) Acordos contratuais com outros detentores de direitos de voto;
- (b) Direitos provenientes de outros acordos contratuais; e
- (c) Os direitos de voto existentes e potenciais.

A existência de controlo por parte do Grupo é reavaliada sempre que haja uma alteração de factos e circunstâncias que levem a alteração num dos três elementos caracterizadores de controlo mencionados acima.

As subsidiárias são incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, desde a data em que o controlo é adquirido e até à data em que o mesmo efetivamente termina.

Os saldos e transações intra-grupo, e os ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Perdas não realizadas são também eliminadas exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas sempre que necessário de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Uma alteração no interesse participativo numa subsidiária que não envolva perda de controlo é contabilizada como sendo uma transação entre acionistas. Se o Grupo perde o controlo sobre a subsidiária, os ativos correspondentes (incluindo goodwill), passivos, interesses que não controla e outros componentes de capital próprio são desreconhecidos e eventuais ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados. O investimento mantido é reconhecido ao justo valor no momento da perda de controlo.

Nas situações em que o Grupo detém, em substância, o controlo de entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

Os ativos líquidos das subsidiárias consolidadas pelo método integral atribuíveis às ações ou partes detidas por pessoas estranhas ao Grupo são inscritos na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica de Interesses que não controlam.

Os interesses detidos por pessoas estranhas ao Grupo sobre o resultado líquido das subsidiárias são identificados e ajustados por dedução ao resultado atribuível aos acionistas do Grupo e inscritos na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de Interesses que não controlam.

- Participações financeiras em associadas e entidades controladas conjuntamente

Empresas associadas são as empresas sobre as quais a CORTICEIRA AMORIM exerce uma influência significativa, entendido como o poder de participar na determinação das políticas operacionais e financeiras, sem que contudo seja exercido controlo ou controlo conjunto. Geralmente presume-se que existe influência significativa quando a percentagem de participação é superior a 20%.

A classificação das participações financeiras em entidades controladas conjuntamente é determinada com base na existência de acordos contratuais que demonstrem e regulem o controlo conjunto, o qual é assim entendido quando as decisões sobre as atividades relevantes do empreendimento requerem acordo unânime entre as partes.

A avaliação da existência de influência significativa ou controlo conjunto tem em consideração o mesmo tipo de factos e circunstâncias aplicáveis na avaliação de controlo sobre subsidiárias.

Estas participações financeiras são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, isto é, as demonstrações consolidadas financeiras consolidadas incluem o interesse do Grupo no total de ganhos e perdas reconhecidos da associada/entidade controlada conjuntamente, desde a data em que a influência significativa/controlo conjunto começa até à data em que efetivamente termina. Os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

A participação do Grupo relativa aos ganhos e perdas das suas associadas/entidades controladas conjuntamente é reconhecida na demonstração dos resultados, e a sua parcela de movimentos de Reservas Pós-aquisição são reconhecidos em Reservas. Os movimentos acumulados pós-aquisição são ajustados de acordo com os movimentos acumulados no investimento financeiro. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma associada / entidade controlada conjuntamente iguala ou ultrapassa o seu investimento, incluindo qualquer transação de recebimentos não segura, o Grupo deixa de reconhecer mais perdas, exceto se tiver incorrido em obrigações ou tiver efetuado pagamentos em nome da associada/entidade controlada conjuntamente.

Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da empresa associada/entidade controlada conjuntamente é reconhecido como goodwill, o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada/entidade controlada conjuntamente adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração dos resultados.

Ganhos não realizados em transações entre o Grupo e as suas associadas/entidade controlada conjuntamente são eliminados na extensão da participação do Grupo nas associadas/entidades controladas conjuntamente. Perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência de imparidade de um bem transferido.

As políticas contabilísticas de associadas/entidades controladas conjuntamente são alteradas sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo avalia a existência de indicadores de imparidade; caso existam, o Grupo calcula o valor recuperável do investimento e reconhece uma perda por imparidade se este for inferior ao valor contabilístico do investimento, na linha “Ganhos (perdas) em associadas” da demonstração de resultados.

Após a perda de influência significativa ou controlo conjunto (sem manutenção de influência significativa), o Grupo reconhece inicialmente o investimento retido ao justo valor, e a diferença entre o valor contabilístico e o justo valor retido somado da receita da venda, é reconhecida na demonstração dos resultados.

- **Efeito Cambial**

Sendo o euro a divisa do país em que está estabelecido a empresa-mãe, e sendo esta a divisa em que são conduzidos cerca de dois terços dos negócios, o euro é considerada a moeda funcional e de apresentação de contas da CORTICEIRA AMORIM.

Nas subsidiárias cuja divisa de reporte seja o euro, todos os ativos e passivos expressos em outras divisas foram convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio das datas de balanço. As diferenças resultantes das taxas de câmbio em vigor nas datas das transações e as das datas das respetivas liquidações ou das datas de balanço foram registadas como ganhos ou perdas do exercício pelo seu valor líquido. Estas diferenças são reconhecidas em resultados operacionais por não terem caráter financeiro.

Os valores ativos e passivos das demonstrações financeiras das subsidiárias cuja divisa de reporte seja diferente do euro foram convertidas para euros, utilizando os câmbios das datas de balanço, sendo a conversão dos respetivos rendimentos e gastos feita à taxa média do período.

A diferença cambial resultante desta transposição é registada no capital próprio na rubrica “Diferenças de conversão cambial” que é parte integrante das “Reservas e outras componentes do capital próprio”.

Sempre que uma subsidiária que reporte numa divisa diferente do euro seja alienada ou liquidada o valor da diferença de conversão cambial acumulado em capital próprio é reconhecido na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação ou liquidação.

- **Concentrações de atividades empresariais e goodwill**

O método de aquisição é o método utilizado para reconhecer a entrada das subsidiárias da Corticeira Amorim aquando da respetiva aquisição.

No método de aquisição a diferença entre: (i) a retribuição transferida juntamente com os interesses que não controlam e com o justo valor dos interesses de capital próprio anteriormente detidos e (ii) a quantia líquida dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, é reconhecida, à data da aquisição como goodwill, se positiva, ou como ganho, se for negativa.

A retribuição transferida é mensurada pelo justo valor calculado como sendo o valor agregado dos justos valores, à data de aquisição, dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos de capital próprio emitidos pela Corticeira Amorim. Para efeitos da determinação do goodwill/ganhos da concentração, a retribuição transferida é expurgada de qualquer parte da retribuição que respeite a outra transação (ex.: remuneração para prestação de serviços futuros ou para liquidação de relações pré-existentes) cuja margem é reconhecida separadamente em resultados.

A retribuição transferida inclui o justo valor, à data de aquisição, de qualquer retribuição contingente. Alterações subsequentes neste valor são reconhecidas: (i) como capital próprio se a retribuição contingente estiver classificada como capital próprio, (ii) como gastos ou rendimentos nos resultados ou como outro rendimento integral se a retribuição contingente estiver classificada como ativo ou passivo financeiro e (iii) como gastos nos termos da IAS 37 ou outras normas aplicáveis, nos restantes casos.

Os custos relacionados com a aquisição não fazem parte da retribuição transferida pelo que não afetam a determinação do goodwill/ganho da aquisição, sendo reconhecidos como gastos no exercício em que ocorrem.

Na data de aquisição são reavaliadas a classificação e designação de todos os ativos adquiridos e passivos transferidos, de acordo com as IFRS, com exceção das locações e contratos de seguro que são classificados e designados tendo por base os termos contratuais e condições à data do início do contrato.

Os ativos que resultem de indemnizações contratuais por parte do vendedor relativas ao desfecho de contingências relacionadas, no todo ou em parte, com um passivo específico da entidade concentrada, passam a ter que ser reconhecidos e mensurados usando os mesmos princípios e pressupostos dos passivos relacionados.

A determinação do justo valor dos ativos adquiridos e passivos adquiridos tem em conta o justo valor dos passivos contingentes que resultem duma obrigação presente originada por um evento passado (se o justo valor puder ser medido de modo fiável), independentemente de ser expectável uma provável saída de fluxos.

Para cada aquisição, a Corticeira Amorim pode optar por mensurar os “interesses que não controlam” ao respetivo justo valor ou pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos transferidos da adquirida. A opção por um ou outro método influencia a determinação da quantia de goodwill a reconhecer. Quando a concentração de atividades empresariais é efetuada em fases, o justo valor na data de aquisição anterior dos interesses detidos é remensurado para o justo valor na data em que o controlo é obtido, por contrapartida de resultados do período em que o controlo é atingido, afetando a determinação do goodwill.

Sempre que uma concentração não está concluída na data de relato, serão ajustadas retrospectivamente, durante o período limite de um ano a contar da data de aquisição, as quantias provisórias reconhecidas à data de aquisição e/ou reconhecidos ativos e passivos adicionais se novas informações forem obtidas sobre factos e circunstâncias que existiam à data da aquisição e que se tivessem sido conhecidos teriam resultado no reconhecimento desses ativos e passivos nessa data.

Considera-se que o goodwill tem vida útil indefinida pelo que não é amortizável sendo sujeito a testes de imparidade anualmente independentemente de haver ou não indicações de estar em imparidade.

Para efeitos da realização dos testes de imparidade, o goodwill é alocado, à data da aquisição, a cada uma das unidades geradoras de caixa de que se espera beneficiem da combinação de negócios, independentemente dos restantes ativos e passivos também associados à unidade geradora de caixa. Quando a operação, ou parte dela, associada a uma unidade geradora de caixa é alienada, o goodwill alocado é também desreconhecido e incluído no apuramento do ganho/perda da alienação, sendo calculado como base no seu valor relativo.

O goodwill relativo a investimentos em empresas sediadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas empresas, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data de balanço.

Acordo para aquisição de interesses que não controlam

A Corticeira Amorim opta por tratar as múltiplas transações numa concentração de atividades empresariais como aquisições em separado.

Quando existe um acordo para aquisição de participação adicional numa determinada subsidiária e os factos e circunstâncias indicam que a Corticeira Amorim não detém controlo sobre as ações sujeitas ao acordo, a Corticeira Amorim opta pela abordagem do reconhecimento integral dos interesses que não controlam, na qual os interesses que não controlam continuam a ser reconhecidos em capital próprio até ao momento em que o acordo subsequente é concretizado. O valor reconhecido dos interesses que não controlam altera-se devido a alocação de resultados, variações em outros rendimentos integrais e dividendos declarados no período de reporte tal como referido na nota II alínea b).

Simultaneamente, é registado um passivo financeiro. O passivo financeiro para o acordo é contabilizado em conformidade com o IFRS 9. No reconhecimento inicial, a correspondente contrapartida é efetuada em uma rubrica de Capital próprio atribuível à empresa-mãe. As alterações subsequentes no valor do passivo financeiro que resultem da remensuração do valor presente de exercício são reconhecidas na demonstração dos resultados no resultado atribuível à empresa-mãe.

Quando o acordo é concretizado, a Corticeira Amorim contabiliza o aumento da sua percentagem de controlo. Simultaneamente, o passivo financeiro é desreconhecido por contrapartida de rubrica de Capital próprio atribuível à empresa-mãe que foi inicialmente debitada.

c. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações e de perdas de imparidade acumuladas.

Custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, quando for provável que benefícios económicos futuros, que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, fluirão para a empresa e o custo do ativo para a empresa possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que sejam incorridos.

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos destinados à produção/aquisição de ativos são adicionados ao custo destes ativos.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos, que refletem satisfatoriamente a respetiva vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios	20 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 7
Equipamento administrativo	4 a 8

A depreciação inicia-se no momento em que esse ativo se qualifique para o seu uso pretendido. Os valores residuais e as vidas úteis esperadas são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do reporte.

As despesas correntes com a manutenção e reparação são registadas como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou das quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são capitalizadas.

Em caso de perda de imparidade, o valor do ativo fixo tangível é ajustado em consonância, sendo o respetivo ajuste considerado uma perda do exercício.

Os ganhos e perdas registados na venda de um ativo fixo tangível são incluídos no resultado do exercício.

d. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são inicialmente mensurados ao custo de aquisição. Subsequentemente são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas.

As despesas de investigação são reconhecidas como gastos do exercício quando incorridas.

As despesas com o desenvolvimento de projetos só serão capitalizadas a partir do momento em que demonstre a sua viabilidade técnica, a empresa tenha a intenção e a capacidade de o concluir, usar ou vender e que dele se esperem benefícios económicos futuros.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, e registadas a partir do momento em que o ativo se qualifique para o uso pretendido.

	<u>Número de anos</u>
Propriedade industrial	10 a 20
Software	3 a 6

As vidas úteis esperadas são revistas periodicamente e ajustadas, se apropriado, à data do reporte.

e. Ativos biológicos

Os ativos biológicos incluem cortiça na árvore mensurada ao justo valor. Na determinação desse justo valor foi utilizado o método do valor presente dos fluxos de caixa descontados, os quais foram apurados através de uma avaliação independente efetuada por uma entidade externa.

f. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento compreendem o valor de terrenos e edifícios não afetos à atividade produtiva.

As propriedades de investimento são originalmente registadas ao custo histórico de aquisição acrescido das despesas imputáveis à compra ou produção, incluindo, quando pertinente, os encargos financeiros que lhes tenham sido atribuídos durante o respetivo período de construção ou instalação. Subsequentemente as propriedades de investimento são mensuradas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas de imparidade acumuladas, até ao valor residual.

Os períodos e o método de depreciação das propriedades de investimento são os indicados na nota para o ativo fixo tangível.

As propriedades são desreconhecidas quando alienadas. No momento em que propriedade de investimento passe a ser utilizada na atividade do Grupo, é reclassificada para ativo fixo tangível. Nos casos em que terrenos e edifícios deixem de estar afetos à atividade do Grupo, será registada uma reclassificação de ativo fixo tangível para propriedade de investimento.

g. Imparidade de ativos não financeiros

Os ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados, sendo testados anualmente para imparidade, ou mais frequentemente se existirem eventos ou alterações de circunstâncias que representem indícios de imparidade.

Os ativos sujeitos a depreciação são avaliados para efeitos de imparidade sempre que um acontecimento ou alteração de circunstâncias indique que o seu valor possa não ser recuperável.

Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Na aferição de imparidade são consideradas as fontes quer internas quer externas de informação. São realizados testes se o nível de rentabilidade das unidades geradoras de caixa se apresenta consistentemente abaixo de um limiar mínimo, a partir do qual existe risco de imparidade dos ativos. São ainda realizados testes de imparidade sempre que a gestão toma decisões de alterações significativas das operações (por exemplo, descontinuação total ou parcial da atividade).

Os testes de imparidade são realizados internamente. Sempre que são realizados testes de imparidade, os cash-flows futuros são descontados a uma taxa específica para a unidade geradora de caixa, a qual contempla o risco do mercado onde ela opera.

O Grupo recorre a peritos externos (avaliadores) apenas para determinar o valor de mercado de terrenos e edifícios em situações de descontinuação das operações, em que os mesmos deixam de ser recuperados pelo uso.

São reconhecidas perdas de imparidade pela diferença entre o valor contabilístico e o valor recuperável. O valor recuperável corresponde ao montante mais elevado entre o justo valor menos custos de venda e o valor de uso do ativo.

As perdas por imparidade, se existentes, são alocadas especificamente aos ativos individuais que integram a unidade geradora de fluxos de caixa.

Os ativos não financeiros, relativamente aos quais tenham sido reconhecidas perdas de imparidade, são revistos a cada data de reporte para reversão dessas perdas, exceto no caso do goodwill cujas imparidades não podem ser revertidas.

h. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de uma outra entidade.

1) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No momento inicial, os ativos são classificados e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao justo valor através do outro rendimento integral e ao justo valor através dos resultados.

A classificação inicial dos ativos financeiros depende das características contratuais dos fluxos de caixa e do modelo de negócio que a Corticeira Amorim adota para os gerir. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais a Corticeira Amorim adota o expediente prático, a Corticeira Amorim mensura no momento inicial um ativo financeiro ao seu justo valor adicionado, no caso de um ativo não classificado como de justo valor através dos resultados, dos custos de transação. As contas a receber de clientes que não contêm uma componente financeira significativa e para as quais a Corticeira Amorim adota o expediente prático são mensuradas ao preço da transação determinado de acordo com a IFRS 15.

De forma a ser possível que um ativo financeiro seja classificado e mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral, ele deve proporcionar fluxos de caixa que representem apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida. Esta avaliação, conhecida como o teste dos “fluxos de caixa apenas de reembolsos de capital e pagamentos de juros”, é realizada para cada instrumento financeiro.

O modelo de negócio estabelecido para a gestão dos ativos financeiros diz respeito ao modo como a Corticeira Amorim gere os ativos financeiros com vista a obter os fluxos de caixa. O modelo de negócio pode ser concebido para obter os fluxos de caixa contratuais, para alienar os ativos financeiros ou ambos.

Compras ou vendas de ativos financeiros que exijam a entrega dos ativos dentro de um prazo estabelecido por regulação ou convenções no mercado em questão são reconhecidos na data da negociação, isto é, na data em que a Corticeira Amorim se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para a sua mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, com reciclagem dos ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida)
- Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral, sem reciclagem dos ganhos e perdas acumulados no momento do seu desreconhecimento (instrumentos de capital)
- Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Esta categoria é a mais relevante para a Corticeira Amorim. A Corticeira Amorim mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente

e

- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente através do método do juro efetivo e são sujeitos a imparidade. Os ganhos e perdas são registados nos resultados quando o ativo é desreconhecido, modificado ou esteja em imparidade.

Os ativos financeiros que a Corticeira Amorim mensura ao custo amortizado incluem essencialmente as contas a receber de clientes e de outros devedores.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de dívida)

A Corticeira Amorim mensura os instrumentos de dívida ao justo valor através do outro rendimento integral se ambas as seguintes condições se encontrarem satisfeitas:

- O ativo financeiro é detido no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter o ativo financeiro para obter os fluxos de caixa previstos contratualmente e os fluxos de caixa decorrentes da sua venda

e

- Os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas definidas, a fluxos de caixa que correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

No caso dos instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através do outro rendimento integral, os juros obtidos, as diferenças de câmbio e as perdas e reversões de imparidade são registadas nos resultados e calculadas do mesmo modo dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. As alterações de justo valor remanescentes são registadas no outro rendimento integral. No momento do desreconhecimento, as alterações no justo valor acumuladas no outro rendimento integral são transferidas (recicladas) para os resultados.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não tem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral (instrumentos de capital)

Aquando do reconhecimento inicial, a Corticeira Amorim pode optar por classificar de forma irrevogável os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral quando eles satisfazem a definição de capital prevista na IAS 32 Instrumentos financeiros: apresentação e não são detidos para negociação. A classificação é determinada instrumento a instrumento.

Ganhos e perdas nestes ativos financeiros nunca são recicladas para os resultados. Os dividendos são registados como ganho financeiro nos resultados quando o direito a receber o pagamento do dividendo estiver estabelecido, exceto quando a Corticeira Amorim beneficia desses dividendos como recuperação de parte do custo do ativo financeiro e, nesse caso, os dividendos são registados no outro rendimento integral. Os instrumentos de capital detidos como instrumentos de capital designados ao justo valor através do outro rendimento integral não são sujeitos a avaliação de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo não tem ativos financeiros classificados nesta categoria.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados

Os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados incluem ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros designados no momento de reconhecimento inicial como mensurados ao justo valor através dos resultados, ou os ativos financeiros que obrigatoriamente têm de ser mensurados ao justo valor. Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se foram adquiridos com a finalidade de ser vendido ou recomprado num prazo muito curto. Derivados, incluindo derivados embutidos separados, são também classificados como detidos para negociação exceto se foram designados como instrumentos de cobertura eficazes.

Os ativos financeiros com fluxos de caixa que não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida são mensurados ao justo valor independentemente do modelo de negócio subjacente. Não obstante o critério para a classificação dos instrumentos de dívida ao custo amortizado ou ao justo valor através do outro rendimento integral descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados ao justo valor através dos resultados no momento do reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento.

Ativos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados são apresentados na Demonstração da Posição Financeira ao justo valor com as alterações líquidas no justo valor apresentadas nos resultados.

Esta categoria inclui os derivativos e, quando aplicável, os investimentos em ações cotadas para as quais o Grupo não decidiu irrevogavelmente mensurar ao justo valor através do outro rendimento integral.

Se um contrato híbrido incluir um contrato de base que não seja um ativo financeiro, um derivativo embutido deve ser separado do contrato de base e contabilizado como derivativo se, e apenas se: i) as características económicas e os riscos do derivativo embutido não estiverem intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base; ii) um instrumento separado com os mesmos termos que o derivativo embutido satisfizesse a definição de um derivativo; e iii) o contrato híbrido não for mensurado pelo justo valor através dos resultados. Derivativos embutidos são mensurados ao justo valor com as alterações no justo valor reconhecidas nos resultados. A reavaliação da classificação só é possível quando ou existe uma alteração nos termos contratuais que modifiquem de forma significativa os fluxos de Caixa ou a reclassificação do ativo financeiro no sentido de deixar de ser classificado na categoria de justo valor através dos resultados.

Um derivativo embutido num contrato híbrido que inclui um contrato de base que contenha um ativo financeiro não é contabilizado separadamente. O ativo financeiro do contrato de base e o derivativo embutido são classificados conjuntamente na sua totalidade como ativos financeiros ao justo valor através dos resultados.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte do ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros ativos) é desreconhecido (ou seja, removido da Demonstração Consolidada da Posição Financeira) quando:

- Os direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram;

ou

- Grupo transferiu os seus direitos contratuais a receber fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro ou assumiu uma obrigação de pagar os fluxos de caixa recebidos na sua totalidade num curto prazo no âmbito de um acordo no qual a Corticeira Amorim i) não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original; ii) está proibido pelos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e iii) a Corticeira Amorim tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos; e
- a Corticeira Amorim transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Corticeira Amorim não transferiu nem reteve substancialmente todos os ativos e benefícios do ativo mas transferiu o controlo sobre o ativo.

Quando a Corticeira Amorim transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou é parte de um acordo que pode possibilitar o desreconhecimento, avalia se, e em que extensão, foram retidos os riscos e benefícios associados à titularidade do ativo.

Quando não foram transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade de um ativo, nem transferido o controlo do ativo, a Corticeira Amorim continua a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Corticeira Amorim também reconhece o passivo correspondente, O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados numa base que reflete os direitos e obrigações que a Corticeira Amorim reteve.

Se o envolvimento continuado da Corticeira Amorim assumir a forma de garantia prestada sobre o ativo transferido, a medida do envolvimento continuado é a menor entre o valor contabilístico original do ativo e a quantia máxima da retribuição recebida que a Corticeira Amorim pode vir a pagar.

Imparidade de ativos financeiros

A Corticeira Amorim reconhece um ajustamento para as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não mensurados ao justo valor através dos resultados. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais que sejam devidos e todos os fluxos de caixa que a Corticeira Amorim espera receber, descontados a uma taxa próxima da taxa de juro efetiva original. Os fluxos de caixa que se esperam vir a receber incluem os fluxos de caixa resultantes de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em dois estágios. Para as situações onde não tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas incidem sobre perdas que possam vir a ser incorridas de incumprimentos que sejam de possível ocorrência nos próximos 12 meses; Para as situações onde tenha existido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, a perda por imparidade é calculada para todas as perdas de crédito esperadas ao longo da duração do ativo, independentemente de quando ocorra o incumprimento.

Para as contas a receber de clientes e contas a receber relativas a contratos com clientes, a Corticeira Amorim adota a abordagem simplificada na determinação das perdas de crédito esperadas.

Assim, o Grupo não monitoriza alterações no risco de crédito, mas ao invés reconhece uma perda por imparidade baseada na perda de crédito esperada ao longo da duração do ativo, a cada data de relato. O Grupo estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico.

A Corticeira Amorim estabeleceu uma matriz de imparidade baseada nos critérios de incumprimento do sistema de gestão do risco, nos créditos que foram perdidos no passado, ajustada por fatores prospetivos específicos dos devedores e do ambiente económico.

Para os instrumentos de dívida ao justo valor através do outro rendimento integral, a Corticeira Amorim aplica a simplificação para riscos de crédito baixos. A cada data de relato, a Corticeira Amorim avalia se o instrumento de dívida pode ser considerado como de risco baixo de crédito utilizando para isso toda a informação relevante e razoável que está disponível a um custo/esforço aceitável. Ao fazer essa avaliação, a Corticeira Amorim tem em conta o rating de crédito do instrumento de dívida.

A Corticeira Amorim considera que um ativo financeiro está em incumprimento quando está vencido a mais de 90 dias. Porém, em certos casos, a Corticeira Amorim pode também considerar que um ativo financeiro está em incumprimento quando exista informação interna e externa que indique que é improvável que a Corticeira Amorim venha a receber a totalidade do crédito sem que tenha de acionar as garantias que possua. Um ativo financeiro é desreconhecido quando não há uma expectativa razoável de vir a recuperar os fluxos de caixa contratuais.

2) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, empréstimos, contas a pagar, ou derivados designados como instrumento de cobertura numa relação de cobertura eficaz.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso dos empréstimos e das contas a pagar, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Corticeira Amorim incluem contas a pagar a fornecedores e outros credores, empréstimos incluindo descobertos bancários e subsídios reembolsáveis e derivados.

O grupo contrata operações de confirming com instituições financeiras, as quais são enquadráveis como “reverse factoring agréments”. Estes acordos não são utilizados para gerir as necessidades de liquidez do grupo na medida em que se mantém o pagamento na data do vencimento das faturas (nessa data os valores adiantados são pagos à instituição financeira pelo grupo). Por esse motivo, e por não originarem gasto financeiro para o grupo, os valores das faturas adiantadas aos fornecedores que aderem a estes contratos são mantidos no Passivo, na conta de Fornecedores, sendo os pagamentos no momento do vencimento tratados como pagamentos operacionais. As operações de confirming de fornecedores são classificadas como operacionais na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação inicial, como segue:

- Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Passivos financeiros ao justo valor através da demonstração dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e os passivos financeiros que no momento de reconhecimento inicial foram assim designados.

Os passivos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido incorridos como a finalidade de serem recomprados no curto prazo. Esta categoria inclui derivados que não sejam designados como sendo instrumentos de cobertura numa relação de cobertura, tal como previsto na IFRS 9. Derivados embutidos separados são também classificados como detidos para negociação a não ser que sejam considerados instrumentos de cobertura eficazes.

Ganhos e perdas em passivos detidos para negociação são registados na demonstração dos resultados.

Os passivos financeiros que são classificados, no momento de reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao justo valor são assim designados no momento do reconhecimento inicial apenas se os critérios previstos na IFRS 9 forem satisfeitos.

- Empréstimos

Esta é a categoria mais relevante para a Corticeira Amorim. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado através da utilização do método do juro efetivo. Ganhos e perdas são registados na demonstração dos resultados quando os passivos são desreconhecidos e através da amortização decorrente do método do juro efetivo.

O custo amortizado é calculado tendo em conta qualquer desconto ou prémio na aquisição e os honorários e outros custos que sejam parte integral da taxa de juro efetiva. O efeito do juro efetivo é registado nos gastos financeiros na demonstração dos resultados.

Esta categoria geralmente é aplicável aos empréstimos bancários incluindo também os subsídios reembolsáveis à taxa zero ou abaixo do valor de mercado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente é satisfeita ou cancelada, ou expira.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro da mesma contraparte e com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo financeiro são substancialmente modificados, a troca ou modificação são tratadas como um desreconhecimento do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre os respetivos valores contabilísticos é reconhecida na demonstração dos resultados.

3) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o respetivo valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada se existir um direito presente de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas e existe a intenção de ou liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar simultaneamente o passivo.

4) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura.

Reconhecimento inicial e subsequente

A Corticeira Amorim utiliza instrumentos financeiros derivados, tais como contratos forward e swaps de taxas de câmbio, para cobrir os seus riscos de câmbio. Tais instrumentos financeiros derivados são inicialmente registados ao justo valor na data em que o derivado é contratado e são subsequentemente mensurados ao justo valor. Os derivados são apresentados no ativo quando o seu justo valor é positivo e no passivo quando o seu justo valor é negativo.

Em termos de contabilidade de cobertura, as coberturas são classificadas como:

- Cobertura de justo valor quando a finalidade é cobrir a exposição a alterações de justo valor de um ativo ou passivo registado ou de um compromisso da Corticeira Amorim não registado.
- Cobertura de fluxos de caixa quando a finalidade é cobrir a exposição à variabilidade dos fluxos de caixa decorrente de um risco específico associado à totalidade ou a uma componente de um ativo ou passivo registado ou a uma transação prevista de ocorrência altamente provável ou o risco de câmbio associado a um compromisso da Corticeira Amorim não registado.
- Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

No início da relação de cobertura, a Corticeira Amorim formalmente designa e documenta a relação de cobertura para a qual pretende aplicar a contabilidade de cobertura bem como a finalidade de gestão e estratégia dessa cobertura.

Antes de 1 de janeiro de 2018, a documentação incluía a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco coberto e o modo como a Corticeira Amorim avaliava a eficácia das variações do justo valor do instrumento de cobertura face à exposição da Corticeira Amorim a variações do justo valor do item coberto ou fluxos de caixa decorrentes do risco coberto. Tais coberturas deveriam ser altamente eficazes para compensar alterações nos justos valores ou nos fluxos de caixa e eram avaliadas numa base contínua de forma a demonstrar que eram de facto altamente efetivas durante o período de relato financeiro.

A partir de 1 de janeiro de 2018, a documentação inclui a identificação do instrumento de cobertura, o item ou transação coberta, a natureza do risco a ser coberto e o modo como a Corticeira Amorim avalia se a relação de cobertura cumpre com os requisitos de contabilidade de cobertura (incluindo a sua análise das fontes de ineficácia da cobertura e a forma como determina a taxa de cobertura). O relacionamento de cobertura é qualificável para contabilidade de cobertura se satisfaz todos os seguintes requisitos de eficácia da cobertura:

- i) Existe uma relação económica entre o item coberto e o instrumento de cobertura;
- ii) O efeito do risco de crédito não domina as alterações de valor que resultam dessa relação económica; e

iii) O rácio de cobertura do relacionamento de cobertura é o mesmo que o que resulta da quantidade do item coberto que uma entidade cobre efetivamente e da quantidade do instrumento de cobertura que a entidade utiliza efetivamente para cobrir essa quantidade do item coberto.

Os relacionamentos de cobertura que satisfaçam os critérios de elegibilidade acima, são contabilizados, como segue:

Cobertura de justo valor

A alteração no justo valor do instrumento de cobertura é registada na demonstração dos resultados. A alteração no justo valor do item coberto atribuível ao risco coberto é registada como parte do valor contabilístico do item coberto e também é registada na demonstração dos resultados.

Para cobertura de justo valor de itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajustamento ao valor contabilístico é amortizado na demonstração dos resultados pelo período remanescente da cobertura usando o método do juro efetivo. A amortização através do método do juro efetivo inicia-se quando existe o ajustamento e nunca mais tarde do momento no qual o item coberto deixa de ser ajustado pelas alterações no justo valor atribuíveis ao risco que está sendo coberto.

Se o item coberto é desreconhecido, o justo valor por amortizar é registado imediatamente na demonstração dos resultados.

Quando um compromisso não registado é designado como item coberto, as alterações acumuladas subsequentes no justo valor do compromisso da Corticeira Amorim atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas como um ativo ou passivo e o correspondente ganho ou perda registado na demonstração dos resultados.

Cobertura de fluxos de caixa

A parcela eficaz do ganho ou perda no instrumento de cobertura é reconhecida no Outro rendimento integral na reserva de cobertura de fluxos de caixa, enquanto que a parcela ineficaz é reconhecida imediatamente na demonstração dos resultados. A reserva de cobertura de fluxos de caixa é ajustada para o menor dos valores entre o ganho ou perda acumulada no instrumento de cobertura e a alteração acumulada no justo valor do item coberto.

A Corticeira Amorim designa apenas o elemento à vista dos contratos forward como instrumento de cobertura. O elemento forward é reconhecido no Outro rendimento integral e acumulado numa componente separada de capital próprio.

As quantias acumuladas no Outro rendimento integral são contabilizadas em função da natureza da relação de cobertura respetiva. Se a relação de cobertura subsequentemente se traduz no registo de um item não financeiro, a quantia acumulada é removida da componente separada de capital próprio e incluída no custo inicial ou valor contabilístico do ativo ou passivo coberto. Tal não é um ajustamento de reclassificação e não deve ser registado no Outro rendimento integral do período. Isto também é aplicável quando uma transação esperada coberta de um ativo não financeiro ou de um passivo não financeiro se converte num compromisso do Grupo sujeito a contabilidade de cobertura.

Para quaisquer outras coberturas de fluxos de Caixa, a quantia acumulada no Outro rendimento integral é reclassificada para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação no mesmo período ou períodos durante os quais os fluxos de caixa cobertos afetam a demonstração dos resultados.

Se a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa for interrompida, a quantia acumulada no Outro rendimento integral deve permanecer se se esperar que os fluxos de Caixa futuros cobertos ainda ocorram. Caso contrário, a quantia acumulada é reclassificada imediatamente para a demonstração dos resultados como um ajustamento de reclassificação. Após a interrupção, assim que os fluxos de caixa coberto ocorram, qualquer quantia acumulada remanescente no Outro rendimento integral deve ser contabilizada de acordo com a natureza da transação subjacente como descrito acima.

Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira

Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira, incluindo a cobertura de itens monetários que sejam contabilizados como integrantes do investimento líquido, são contabilizados de modo similar ao da cobertura de fluxos de caixa. Qualquer ganho ou perda no instrumento de cobertura relativo à parcela eficaz da cobertura é registada no Outro rendimento integral enquanto que os ganhos ou perdas relativos à parcela ineficaz são registados na demonstração dos resultados. No momento da alienação da operação no estrangeiro, o valor acumulado dos ganhos e perdas contabilizados no capital próprio são transferidos para a demonstração dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2018 a Corticeira Amorim não detinha instrumentos de cobertura de um investimento líquido.

i. Inventários

Os inventários encontram-se valorizados pelo menor dos valores de aquisição ou produção e de mercado. O custo de aquisição engloba o respetivo preço de compra adicionado dos gastos suportados direta e indiretamente para colocar o bem no seu estado atual e no local de armazenagem. O custo de produção inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, outros gastos diretos e gastos gerais de produção fixos (com base na capacidade normal de utilização).

As quantidades existentes no final do exercício/período foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física. As saídas de matérias-primas e subsidiárias são valorizadas ao custo médio de aquisição e as de produtos acabados e em curso ao custo médio de produção que inclui os custos diretos e indiretos de fabrico incorridos nas próprias produções.

Sempre que o valor de realização líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, essa diferença é expressa pelas perdas por imparidade em inventários, as quais serão reduzidas ou anuladas quando deixarem de existir os motivos que as originaram.

As matérias-primas apresentam na generalidade dos casos utilização alternativa sem perda significativa de valor (por exemplo através de mudanças de calibre, reprocessamento ou utilização como matéria-prima nas restantes unidades). Nestes casos é feita uma análise específica de imparidade sendo as situações de imparidade muito reduzidas.

Os produtos intermédios e acabados não são tão suscetíveis de aproveitamento alternativo. Nestes casos, a quantia pela qual se espera que os inventários se venham a realizar é influenciada pela antiguidade desses mesmos inventários. Assim, para além da análise específica (forma prioritária de determinação do valor realizável), o grupo aplica um critério baseado na rotação para estimar a redução de valor esperada destes materiais em função da sua antiguidade.

j. Impostos diferidos e imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício compreende o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal, considerando para efeitos fiscais cada uma das filiais isoladamente, à exceção dos constituintes de regimes fiscais especiais. A gestão avalia periodicamente o impacto das situações em que a legislação fiscal possa originar diferentes interpretações.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos consolidados para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização. No final de cada exercício é efetuada uma reapreciação dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com i) o reconhecimento inicial do goodwill; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades empresariais, e que à data de transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Não são reconhecidos impostos diferidos passivos em relação às diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, associadas e participações em joint-ventures, quando o momento da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não se reverterão no futuro previsível.

k. Benefícios a empregados

A generalidade dos empregados portugueses da CORTICEIRA AMORIM está abrangida unicamente pelo regime geral da segurança social. Os empregados em subsidiárias estrangeiras, ou estão cobertos unicamente por regimes locais de segurança social, ou beneficiam de regimes complementares de contribuição definida e de benefício definido.

No plano de contribuição definida, os contributos são reconhecidos como um gasto com o pessoal quando exigíveis.

A Corticeira Amorim opera planos de pensão de benefício definidos nas subsidiárias Amorim Cork Italia (Trattamento di Fine Rapporto) e Eflverson. O custo de fornecer benefícios no âmbito do plano de benefícios definidos é determinado usando o método de crédito unitário projetado. As remensurações, compreendendo ganhos e perdas atuariais, o efeito do limite máximo do ativo, excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos sobre o passivo líquido de benefícios definidos e o retorno dos ativos do plano (excluindo as quantias incluídas nos juros líquidos sobre o passivo líquido de benefícios definidos), são reconhecidos imediatamente na demonstração da posição financeira com um débito ou crédito correspondente aos lucros acumulados no outro rendimento integral no período em que ocorrerem. Remensurações não são reclassificadas para lucros ou perdas em períodos subsequentes.

A CORTICEIRA AMORIM reconhece um passivo e o respetivo custo no exercício relativamente aos bónus atribuíveis a um conjunto alargado de quadros. Estes benefícios são baseados em fórmulas que têm em conta, não só o cumprimento de objetivos individuais, bem como o cumprimento por parte da CORTICEIRA AMORIM de um nível de resultados fixado previamente.

l. Provisões

São reconhecidas provisões quando a CORTICEIRA AMORIM tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e é provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante possa ser estimado com fiabilidade.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. São reconhecidas provisões para reestruturação sempre que para essa reestruturação haja um plano detalhado e tenha havido comunicação às partes envolvidas.

As principais rubricas de provisões foram registadas tendo por base o seu valor nominal. As provisões para processos fiscais em curso são anualmente aumentadas pelo cálculo de juros e coimas, definidos por lei. Na generalidade dos restantes casos, face à incerteza quanto ao momento do ex-fluxo de recursos para fazer face à responsabilidade, não é possível estimar fiavelmente o efeito do desconto, o qual não se estima material.

Quando existe uma obrigação presente, resultante de um evento passado, mas da qual não é provável que resulte uma saída de recursos, ou esta não pode ser estimada com fiabilidade, essa situação é tratada como um passivo contingente, o qual é divulgado nas demonstrações financeiras, exceto se considerada remota a possibilidade de saída de recursos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

m. Rédito de contratos com clientes

O rédito de contratos com clientes é registado quando o controlo dos bens e serviços é transferido para os clientes por uma quantia correspondente à retribuição que a Corticeira Amorim espera receber em troca de tais bens ou serviços.

A Corticeira Amorim atua geralmente como “principal” nos seus acordos com clientes, porque tipicamente a Corticeira Amorim controla os bens e serviços antes de os transferir para os clientes.

Os julgamentos mais significativos, estimativas e pressupostos relacionados com o rédito de contratos com clientes encontram-se divulgados em Nota IV.

O rédito da venda de produtos é reconhecido no momento em que o controlo sobre o bem é transferido para o cliente, o que geralmente acontece no momento da entrega do produto. O tempo de crédito concedido varia não ultrapassando os 90 dias, após a faturação.

Para cada contrato, a Corticeira Amorim avalia se existem outros compromissos no contrato que sejam obrigações de desempenho distintas e para as quais uma parte do preço da transação deva ser alocada. Na determinação do preço da transação, a Corticeira Amorim tem em conta eventuais retribuições variáveis, a existência, ou não, de uma componente significativa de financiamento, de retribuições a receber não-monetárias e a eventualidade de existirem retribuições a pagar ao cliente.

Se a retribuição prevista num contrato incluir uma componente variável, a Corticeira Amorim estima a quantia que considera vir a ter o direito de receber em troca da transferência dos bens para o cliente. A componente variável é estimada no início do contrato e é restringida em caso de incerteza até que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa do rédito reconhecido quando a incerteza associada à componente de retribuição variável seja finalmente dissipada.

Alguns contratos conferem ao cliente o direito a devolverem os bens e a descontos de volume. Os direitos de devolução e os descontos de volume dão origem a uma retribuição variável.

- **Direito de devolução**

Alguns contratos conferem ao cliente o direito a devolver os produtos dentro de um determinado prazo. Tendo em conta a informação histórica, a Corticeira Amorim estima a quantia dos bens que não irão ser devolvidos. A retribuição inclui o rédito sujeito a devolução porque a Corticeira Amorim estima que é altamente provável que não existirá uma reversão significativa do rédito acumulado se a estimativa da devoluções exetáveis alterar.

- **Descontos de quantidade**

A Corticeira Amorim proporciona descontos retrospectivos de volumes a alguns clientes quando uma determinada quantidade de compras em determinado período excede um determinado limite previsto no contrato. Os descontos são registados a crédito da respetiva conta a receber do cliente. Para estimar a retribuição variável associada ao valor esperado de descontos de quantidade a concede, a Corticeira Amorim baseia-se no histórico do cliente.

Os requisitos da IFRS 15 quanto a restringir as quantias de retribuição variável estimada são também aplicáveis, e a Corticeira Amorim regista um passivo relacionado com o valor a conceder de descontos.

Fazendo uso do expediente prático previsto na IFRS 15, a Corticeira Amorim não ajusta o valor da retribuição pelo efeito financeiro quando tem a expectativa, no momento inicial, que o período entre a transferência do bem ou serviço para o cliente e o momento em que o cliente paga o bem ou o serviço é menor do que um ano.

O mesmo acontece quando a Corticeira Amorim recebe adiantamentos de curto-prazo dos seus clientes - neste caso, também o valor da retribuição não é ajustado pelo efeito financeiro.

Na UN Revestimentos a Corticeira Amorim geralmente oferece garantias de bom funcionamento dos seus produtos. Estas garantias de qualidade são contabilizadas de acordo com a IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

n. Subsídios governamentais

Os subsídios recebidos referem-se na generalidade a investimentos em ativos fixos tangíveis. Se atribuídos a fundo perdido são considerados como rendimentos a reconhecer quando recebidos, sendo apresentados como outros rendimentos e ganhos na demonstração de resultados durante o período de vida útil estimado para os ativos em causa. Se os subsídios forem reembolsáveis são considerados em Outros passivos financeiros seguindo os princípios de reconhecimento e mensuração do IFRS 9.

Os subsídios reembolsáveis que vencem juros a condições “fora de mercado” são mensurados ao justo valor no momento do reconhecimento inicial. Para cada subsídio, a determinação do justo valor no momento inicial corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros associados ao subsídio, descontados à taxa de financiamento do Grupo à data do reconhecimento, para empréstimos de prazos semelhantes.

O diferencial entre o valor nominal e o justo valor no momento inicial está incluído na linha “Subsídios reembolsáveis”, incluída em “Outros passivos financeiros”, sendo posteriormente reconhecida nos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” durante o período de vida útil estimado para os ativos em causa. Posteriormente estes subsídios são mensurados ao custo amortizado.

Os subsídios recebidos são classificados como atividade de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

o. Locações

Uma locação é classificada no início do acordo como locação financeira ou locação operacional. Uma locação que transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade de um ativo para o Grupo é classificada como locação financeira. Locações financeiras são registadas no ativo pelo justo valor no ativo ou, se menor, ao valor atual dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos mínimos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente de forma a produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são registados na demonstração dos resultados como gastos financeiros.

O ativo locado é depreciado durante a sua vida útil. No entanto, se não houver certeza razoável de que o locatário virá a obter a propriedade no fim do prazo da locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou da sua vida útil, dos dois o mais curto.

Uma locação operacional é uma locação que não é financeira. Os pagamentos das locações operacionais são registados como gasto operacional na demonstração dos resultados em linha reta durante o período da locação.

p. Capital próprio

As ações ordinárias são classificadas como capital próprio.

Sempre que são adquiridas ações da CORTICEIRA AMORIM, os montantes pagos pela aquisição são reconhecidos em capital próprio a deduzir ao seu valor, numa linha de “Ações Próprias”.

q. Resultados não recorrentes

Os resultados operacionais não recorrentes que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro da Corticeira Amorim, bem como a sua comparabilidade, são apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas. Estes resultados incluem, entre outros, gastos de reestruturação, gastos de transação para a aquisição de subsidiárias e gastos no desinvestimento em determinados mercados.

r. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de “caixa e equivalentes de caixa” inclui numerário, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria, com prazos de vencimento curtos e que são mobilizáveis rapidamente sem risco significativo de alteração de valor.

Para efeitos de demonstração de fluxos de caixa, a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, inclui também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de “Empréstimos bancários”, e os ativos financeiros detidos para negociação.

s. Gastos de empréstimos

O Grupo capitaliza os gastos de empréstimos obtidos (custos de juros e outros incorridos devido a pedidos de empréstimos de fundos) que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo, ou seja, um ativo que leva necessariamente um período substancial de tempo para ficar pronto para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Todos os outros custos de empréstimos obtidos devem ser contabilizados como um gasto no período em que sejam incorridos.

t. Eventos subsequentes

A Corticeira Amorim reconhece nas demonstrações financeiras os eventos que, após a data do balanço, proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam a data do balanço, incluindo as estimativas inerentes ao processo de preparação das demonstrações financeiras. O grupo não reconhece os eventos que, após a data do balanço, proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço.

III - Gestão de risco financeiro

A atividade da CORTICEIRA AMORIM está exposta a uma variedade de riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco taxa de juro e risco preço matéria-prima), risco de crédito, risco de liquidez e risco de capital.

Risco de mercado

a. Risco cambial

A Administração da CORTICEIRA AMORIM estabeleceu uma política de cobertura de risco cambial que aponta para uma cobertura total dos ativos resultantes das suas vendas nas principais divisas e dos passivos resultantes das suas compras em USD. Relativamente às encomendas até 90 dias os responsáveis das Unidades de Negócio decidirão conforme a evolução efetiva dos mercados cambiais. Para as coberturas relativas a encomendas a mais de 90 dias que os responsáveis das UN considerarem relevantes a decisão será do âmbito da Administração da CORTICEIRA AMORIM.

Atendendo à relação entre o montante da exposição do grupo a ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira, e aos nacionais das coberturas contratadas, à data de 31 de dezembro de 2018, qualquer variação que tivesse ocorrido no câmbio das principais divisas face ao Euro (em particular o USD), não teria efeito material nos resultados consolidados do grupo. Relativamente ao efeito sobre as encomendas cobertas, este seria registado em Capitais Próprios. Em termos de cobertura de investimento líquido em subsidiárias/associadas, dado a CORTICEIRA AMORIM não considerar a realização de coberturas cambiais sobre os mesmos, qualquer variação cambial face aos câmbios de fecho, teria um efeito imediato no valor dos Capitais Próprios. O valor registado em diferenças de conversão cambial, onde está incluído o efeito da não cobertura destes investimentos, atingiu em 31 de dezembro de 2018 o valor de -4.060 K€ (31 dezembro de 2017: -1.045 K€).

b. Risco Taxa de Juro

A 31 de dezembro 2017 e de 2018, do total da dívida remunerada, 25 M€ venciam juros a taxa fixa por um período de 10 anos.

O risco taxa de juro resulta, essencialmente, dos empréstimos obtidos não correntes a taxa variável (18,1 M€ em 31/12/2018 e 23,1 M€ em 31/12/2017).

À data de 31 de dezembro de 2018, se as taxas de juro tivessem sido 0,1 pontos percentuais mais altas, mantendo-se as restantes variáveis constantes, o resultado antes de imposto seria mais baixo em cerca de 136 milhares de euros (85 milhares de euros em 2017) fruto do aumento dos custos financeiros com dívida remunerada a taxa variável.

c. Risco Preço Matéria-Prima

Atenta a criticidade, transversal a todas as UN, deste fator, a gestão da compra, armazenagem e preparação da única variável comum a todas as atividades da CORTICEIRA AMORIM que é a matéria-prima (cortiça) encontra-se reunida numa UN autónoma, o que, entre outros objetivos permite preparar, debater e decidir no seio do Conselho de Administração a orientação ou a política de aprovisionamento plurianual a desenvolver.

A equipa de compra de cortiça do Grupo é constituída por um conjunto de pessoas altamente especializadas, atuando essencialmente nos mercados de Portugal, Espanha e Norte de África. O objetivo da equipa de compradores é maximizar a relação qualidade/preço da cortiça comprada e simultaneamente assegurar a compra da quantidade suficiente para o nível de produção desejado.

O mercado de cortiça é um mercado aberto onde o preço é determinado pela lei da oferta e da procura. O preço oferecido pela CORTICEIRA AMORIM é determinado negócio a negócio, e depende essencialmente da qualidade estimada da cortiça. A CORTICEIRA AMORIM não tem capacidade de definir o preço de compra da campanha, sendo este resultado do funcionamento do mercado.

Estando a compra concentrada num determinado período do ano, no qual se garante o abastecimento de matéria-prima para todo o ano seguinte, os preços de venda dos produtos acabados e margens do negócio são definidos tendo em atenção o custo de aquisição da matéria-prima.

Risco de crédito

O risco de crédito resulta, no essencial, dos saldos a receber de clientes resultantes de transações comerciais. O risco de crédito cliente é avaliado pelas Direções Financeiras das empresas operacionais, tendo em conta o histórico de relação comercial, a sua situação financeira, bem como outras informações que possam ser obtidas através da rede de negócios da CORTICEIRA AMORIM. Os limites de crédito estabelecidos são regularmente analisados e revistos, se necessário. O risco de crédito está naturalmente diminuído face à dispersão das vendas por um número muito elevado de clientes, espalhados por todos os continentes, não representando qualquer um mais do que 3% das vendas totais.

Na generalidade não são exigidas garantias aos clientes. A CORTICEIRA AMORIM não recorre ao seguro de crédito.

O risco de crédito resulta ainda dos saldos de disponibilidades e instrumentos financeiros derivados. A CORTICEIRA AMORIM analisa previamente o rating das instituições financeiras de modo a minimizar o risco de incumprimento das contrapartes.

O montante máximo do risco de crédito é o que resulta do não recebimento da totalidade dos ativos financeiros (dezembro 2018: 226 milhões de euros e dezembro 2017: 224 milhões de euros).

O Caixa e Equivalentes da Corticeira Amorim encontra-se disperso por mais 90 subsidiárias, sendo que a subsidiária que temo maior peso corresponde a 24% do Caixa e Equivalentes. Ao nível da qualidade de risco de crédito, associada a Caixa e Equivalentes, em 31 de dezembro de 2018, a Corticeira Amorim seleciona instituições financeiras cujo rating não coloca em causa a realização destes ativos.

Risco de Liquidez

O departamento financeiro da CORTICEIRA AMORIM analisa regularmente os *cash-flows* previsionais de modo a assegurar que existe liquidez suficiente para o grupo satisfazer as suas necessidades operacionais e, em simultâneo, dar cumprimento às obrigações associadas às várias linhas de financiamento. Os excedentes de liquidez são investidos em depósitos remunerados de curto prazo. Desta forma, assegura-se a necessária flexibilidade na condução dos seus negócios.

Os *cash-flows* não descontados estimados por maturidade contratual para os passivos financeiros são como seguem:

	m ilhões de euros				
	Ate 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Dívida remunerada (Nota XXII)	61.695	10.170	12.914	25.011	109.789
Outros passivos financeiros (nota XXIV)	33.498	10.736	15.851	9.592	69.677
Fornecedores (Nota XXIII)	157.096				157.096
Total a 31 de dezembro de 2017	252.290	20.906	28.765	34.602	336.562
Dívida remunerada (Nota XXII)	121.200	8.444	13.759	17.299	160.703
Outros passivos financeiros (nota XXIV)	41.039	8.608	15.897	5.758	71.302
Fornecedores (Nota XXIII)	165.008				165.008
Total a 31 de dezembro de 2018	327.247	17.052	29.656	23.057	397.013

A cobertura do risco de liquidez, é feita, no essencial, pela existência de um conjunto de linhas de crédito imediatamente disponíveis, e, eventualmente, pela existência de depósitos bancários.

Com base nos fluxos de caixa esperados, a reserva de liquidez, composta no essencial por linhas de crédito não utilizadas, terá a seguinte evolução estimada no exercício de 2019.

	m ilhões de euros
	2019
Saldo inicial	138
Fluxo das atividade operacionais	137
Pagamentos de investimentos	-55
Pagamentos de juros e dividendos	-27
Pagamentos de imposto sobre o rendimento	-20
Fluxo financeiro (inclui var. linhas de crédito)	-11
Saldo final	162

Nota: inclui os dividendos propostos para a AG de 14 de Abril 2019

O fluxo financeiro pressupõe que no final de 2019, o nível de linhas de crédito não utilizadas (116 M€) é igual ao do início do ano e o caixa e equivalentes será aproximadamente 22 M€.

Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos Acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes Stakeholders da CORTICEIRA AMORIM. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos Acionistas as medidas consideradas necessárias e que podem passar por ajustar o pay-out relativo aos dividendos a distribuir, transacionar ações próprias, aumentar o capital social por emissão de ações e venda de ativos entre outras medidas.

O indicador utilizado para monitorar a estrutura de capitais é o rácio de Autonomia Financeira. A Administração estabelece como alvo um nível não inferior a 40% de Autonomia Financeira, atendendo às características da empresa e do sector económico em que se enquadra.

A Autonomia Financeira apresentou a seguinte evolução:

	m ilhães de euros		
	31 dezembro 2018	31 dezembro 2017	31 dezembro 2016
Capital Próprio	498.234	459.991	426.943
Ativo	966.074	869.407	726.873
Autonomia Financeira	51,6%	52,9%	58,7%

Justo valor de ativos e passivos financeiros

O Grupo mensura parte dos seus ativos e passivos financeiros ao justo valor à data de referência das demonstrações financeiras. Os instrumentos financeiros derivados estão incluídos nas categorias referidas acima, sendo que os derivados usados pela CORTICEIRA AMORIM, não são transacionados em mercado e não têm cotação (derivados negociados “over the counter”).

De acordo com o normativo contabilístico, é estabelecido uma hierarquia de justo valor que classifica em três níveis os dados a utilizar nas técnicas de mensuração pelo justo valor dos ativos e passivos financeiros:

- Dados de Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Dados de Nível 2 - dados distintos de preços cotados, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Dados de Nível 3 - dados não observáveis relativamente ao ativo ou passivo.

Durante o exercício, não ocorreram transferências entre os níveis referidos acima.

O valor dos instrumentos financeiros derivados reconhecido na Demonstração da posição financeira da CORTICEIRA AMORIM, à data de 31 de dezembro de 2018, ascendem a 132 K€ no ativo (31/12/2017: 800 K€) e 565 K€ no passivo (31/12/2017: 265 K€), conforme notas XVIII e XXIV.

A CORTICEIRA AMORIM recorre a forwards outright e opções para cobertura do risco cambial, conforme evidenciado na nota XXXII. Na avaliação dos instrumentos de cobertura do risco cambial, são usadas técnicas de valorização que usam inputs observáveis (Nível 2). O justo valor é calculado através de um modelo proprietário da CORTICEIRA AMORIM desenvolvido pela Reuters, usando o método dos cash-flows atualizados para os forwards outright, enquanto que para as opções é usado o modelo de cálculo Black & Scholes.

Resumo do justo valor dos instrumentos financeiros derivados:

m ilhães de euros

Natureza	Hierarquia	Tipo	31.12.2018		31.12.2017	
			Nocional	Justo Valor	Nocional	Justo Valor
		Cobertura de Fluxos de Caixa	0	0	0	416
		Cobertura de JV	11.067	132	16.168	445
		Derivados de Negociação	0	0	0	-61
	Nível 2 Total		11.067	132	16.168	800
Ativo Total			11.067	132	16.168	800
		Cobertura de Fluxos de Caixa	6.162	-1	14.866	0
		Cobertura de JV	43.969	457	8.051	266
		Derivados de Negociação	0	109	0	-1
	Nível 2 Total		50.131	565	22.917	265
		Acordo para aquisição de participação adicional em subsidiária	19.035	20.410	20.000	19.035
	Nível 3 Total		19.035	20.410	20.000	19.035
Passivo Total			69.166	20.975	42.917	19.300

Os principais inputs utilizados na valorização são: curva de taxas de câmbio forward e estimativas de volatilidade das moedas.

IV - Estimativas e pressupostos críticos

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam a demonstração da posição financeira e os resultados reportados. Estas estimativas são baseadas na melhor informação e conhecimento de eventos passados e/ou presentes e nas ações que a Empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de concretização das operações, os resultados das mesmas poderão ser diferentes destas estimativas.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8 - “Políticas contabilísticas, alterações em estimativas contabilísticas e erros”.

As estimativas e os pressupostos que apresentam um maior risco de originar um ajustamento material nos ativos e passivos são apresentados abaixo:

- Entidades incluídas no perímetro de consolidação

Para determinação das entidades a incluir no perímetro de consolidação, o Grupo avalia em que medida está exposto, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre essa entidade (controlo de facto).

A decisão de que uma entidade tem que ser consolidada pelo Grupo requer a utilização de julgamento, pressupostos e estimativas para determinar em que medida o Grupo está exposto à variabilidade do retorno e à capacidade de se apoderar dos mesmos através do seu poder.

Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nas demonstrações financeiras consolidadas.

- Imparidade dos ativos não correntes, excluindo goodwill

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações de efeito adverso

no ambiente tecnológico, de mercado, económico e legal, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo. A identificação e avaliação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração.

- Imparidade do goodwill

O goodwill é sujeito a testes de imparidade anuais ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor, de acordo com os critérios indicados na Nota II b). Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa, às quais o goodwill é atribuído, são determinados com base no cálculo de valores de uso. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte da gestão.

- Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual o Grupo espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização/depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição destes antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica e/ou outros é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Corticeira Amorim opera.

- Provisões

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

- Ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada período tendo em atenção a expectativa de performance do Grupo no futuro.

- Perdas de crédito esperadas

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, através da utilização de uma matriz de cobranças, que tem por base o histórico de cobranças passadas ajustada da expectativa futura de evolução das cobranças, para apuramento da taxa de incobrabilidade. As perdas de crédito esperadas das contas a receber são assim ajustadas pela avaliação efetuada, as quais poderão divergir do risco efetivo que se irá incorrer no futuro.

- Justo valor de ativos e passivos financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, com mercado ativo, é aplicado o respetivo preço de mercado. No caso de não existir um mercado ativo, o que se verifica para alguns dos ativos e passivos financeiros da Corticeira Amorim, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros ao justo valor e instrumentos mensurados ao custo amortizado. Os modelos de valorização utilizados com maior frequência são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado.

Para alguns tipos de derivados mais complexos são utilizados modelos de valorização mais avançados, contendo pressupostos e dados que não são diretamente observáveis em mercado, para os quais o Grupo utiliza o modelo proprietário explicitado na Nota III.

- Rédito - direitos de devolução/descontos de quantidade

Alguns contratos conferem ao cliente o direito a devolverem os bens e a descontos de volume. Os direitos de devolução e os descontos de volume dão origem a uma retribuição variável. Ao estimar a contraprestação variável, a Corticeira Amorim determinou que o uso de uma combinação do método de quantidade mais provável e do método do valor esperado é o mais apropriado. Antes de incluir qualquer quantia de contraprestação variável no preço da transação, a Corticeira Amorim considera se o valor da contraprestação variável é restrito. A Corticeira Amorim determinou que as estimativas de contraprestação variável não são limitadas com base em sua experiência histórica, previsão de negócios e condições económicas atuais. Além disso, a incerteza sobre a consideração variável será resolvida dentro de um curto período de tempo.

V - Processo de elaboração das contas consolidadas

A descrição dos principais elementos do sistema de controlo interno e de gestão de riscos do grupo relativamente ao processo de elaboração das contas consolidadas é a que segue:

O processo de preparação da informação financeira está dependente dos intervenientes no processo de registo das operações e dos sistemas de suporte. Existe no grupo um Manual de Procedimentos de Controlo Interno e um Manual Contabilístico, implementados ao nível do Grupo CORTICEIRA AMORIM. Estes manuais contêm um conjunto de regras e políticas destinadas a garantir que no processo de preparação da informação financeira são seguidos princípios homogéneos, e a assegurar a qualidade e fiabilidade da informação financeira.

A implementação das políticas contabilísticas e procedimentos de controlo interno relacionados com a preparação da informação financeira é alvo de avaliação pela atividade da auditoria interna e externa.

Todos os trimestres, a informação financeira consolidada por unidade de negócio é avaliada, validada e aprovada pela Direção de cada uma das unidades de negócio do grupo.

Antes da sua divulgação, a informação financeira consolidada da Corticeira Amorim é aprovada pelo Conselho de Administração e apresentada ao Conselho Fiscal.

VI - Empresas incluídas na consolidação

Empresa		Localização	País	2018	2017
Matérias-Primas					
Amorim Natural Cork, S.A.		Vale de Cortiças - Abrantes	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal, S.A.		Ponte de Sôr	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Florestal II, S.A.	(g)	Ponte de Sôr	PORTUGAL	100%	-
Amorim Florestal III, S.A.	(g)	Ponte de Sôr	PORTUGAL	100%	-
Amorim Florestal España, SL		San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Florestal Mediterrâneo, SL		Cádiz	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Tunisie, S.A.R.L.		Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Augusta Cork, S.L.	(f)	San Vicente Alcántara	ESPAÑA	-	100%
Comatral - C. de Maroc. de Transf. du Liège, S.A.		Skhirat	MARROCOS	100%	100%
Cosabe - Companhia Silvo-Agrícola da Beira S.A.	(d)	Lisboa	PORTUGAL	100%	-
SIBL - Société Industrielle Bois Liège		Jijel	ARGÉLIA	51%	51%
Société Nouvelle du Liège, S.A. (SNL)		Tabarka	TUNÍSIA	100%	100%
Société Tunisienne d'Industrie Bouchonnière		Tabarka	TUNÍSIA	55%	55%
Vatrya - Serviços de Consultadoria, Lda		Funchal - Madeira	PORTUGAL	100%	100%
Rolhas					
Amorim & Irmãos, SGPS, S.A.		Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
ACI Chile Corchos, S.A.		Santiago	CHILE	100%	100%
ACIC USA, LLC		California	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Agglotap, S.A.		Girona	ESPAÑA	91%	91%
All Closures In, S.A.		Paços de Brandão	PORTUGAL	75%	75%
Amorim & Irmãos, S.A.		Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Argentina, S.A.	(h)	Buenos Aires	ARGENTINA	-	100%
Amorim Australasia Pty Ltd		Adelaide	AUSTRÁLIA	100%	100%
Amorim Bartop, S.A.		Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Amorim Champcork, SA	(i)	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	-
Amorim Cork América, Inc.		California	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Cork Beijing Ltd.		Beijing	CHINA	100%	100%
Amorim Cork Bulgaria EOOD		Plovdiv	BULGÁRIA	100%	100%
Amorim Cork Deutschland GmbH & Co KG		Mainzer	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Cork España, S.L.		San Vicente Alcántara	ESPAÑA	100%	100%
Amorim Cork Itália, SPA		Conegliano	ITALIA	100%	100%
Amorim Cork South Africa (Pty) Ltd		Cape Town	ÁFRICA DO SUL	100%	100%
Amorim France, S.A.S.		Champfleury	FRANÇA	100%	100%
Amorim Top Series France, S.A.S.	(j)	Merpins	FRANÇA	100%	100%
Amorim Top Series, S.A.		Vergada	PORTUGAL	75%	75%
Biocape - Importação e Exportação de Cápsulas, Ld	(d)	Mozelos	PORTUGAL	60%	-
Bouchons Prioux		Epernay	FRANÇA	91%	91%
Chapuis, S.L.		Girona	ESPAÑA	100%	100%
Corchera Gomez Barris	(c)	Santiago	CHILE	50%	50%
Corchos de Argentina, S.A.	(b)	Mendoza	ARGENTINA	50%	50%
Corpack Bourrasse, S.A.		Santiago	CHILE	60%	60%
Elfverson & Co. AB	(d)	Paryd	SUÉCIA	53%	-
Equipar, Participações Integradas, Lda.		Coruche	PORTUGAL	100%	100%
S.A.S. Ets Christian Bourassé		Tosse	FRANÇA	60%	60%
FP Cork, Inc.		California	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Francisco Oller, S.A.		Girona	ESPAÑA	92%	92%
Hungarocork, Amorim, RT		Budapeste	HUNGRIA	100%	100%
Indústria Corchera, S.A.	(c)	Santiago	CHILE	50%	50%
Korken Schiesser Ges.M.B.H.		Viena	AUSTRIA	69%	69%
Olimpiadas Barcelona 92, S.L.		Girona	ESPAÑA	100%	100%
Portocork América, Inc.		California	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Portocork France, S.A.S.		Bordéus	FRANÇA	100%	100%
Portocork Internacional, S.A.		Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	100%
Portocork Itália, s.r.l		Milão	ITALIA	100%	100%
Sagrera et Cie		Reims	FRANÇA	91%	91%
S.A. Oller et Cie		Reims	FRANÇA	92%	92%
S.C.I. Friedland		Céret	FRANÇA	100%	100%
S.C.I. Prioux		Epernay	FRANÇA	91%	91%
Socori, S.A.		Rio Meão	PORTUGAL	60%	60%
Socori Florestal, S.L.	(g)	Cáceres	ESPAÑA	100%	-
Sodiliège	(j)	Cognac	FRANÇA	-	75%
Société Nouvelle des Bouchons Trescases	(b)	Perpignan	FRANÇA	50%	50%
TKCork – Advanced Cork Technology, S.A.	(g)	Santa Maria Lamas	PORTUGAL	100%	-
Trefinos Australia		Adelaide	AUSTRÁLIA	91%	91%
Trefinos Italia, s.r.l		Treviso	ITALIA	91%	91%
Trefinos USA, LLC		Fairfield, CA	E. U. AMÉRICA	91%	91%
Trefinos, S.L		Girona	ESPAÑA	91%	91%
Victory Amorim, SI	(c)	Navarrete - La Rioja	ESPAÑA	50%	50%
Wine Packaging & Logistic, S.A.	(b)	Santiago	CHILE	50%	50%

Empresa	Localização	País	2018	2017
Revestimentos				
Amorim Revestimentos, S.A.	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Benelux, BV	Tholen	HOLANDA	100%	100%
Amorim Deutschland, GmbH - AR	Delmenhorts	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Flooring, SA	S. Paio de Oleiros	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Flooring (Switzerland) AG	Zug	SUIÇA	100%	100%
Amorim Flooring Austria GesmbH	Viena	AUSTRIA	100%	100%
Amorim Flooring Investments, Inc.	Hanover - Maryland	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Flooring North America Inc.	Hanover - Maryland	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Flooring Rus, LLC	Moscovo	RÚSSIA	100%	100%
Amorim Flooring Sweden AB	Mölnal	SUÉCIA	100%	100%
Amorim Flooring UK, Ltd	Manchester	REINO UNIDO	100%	100%
Amorim Japan Corporation	Tóquio	JAPÃO	100%	100%
Amorim Revestimientos, S.A.	Barcelona	ESPAÑA	-	100%
Cortex Korkvertriebs GmbH	Fürth	ALEMANHA	100%	100%
Dom Korkowy, Sp. Zo. O.	Kraków	POLÓNIA	50%	50%
Timberman Denmark A/S	Hadsund	DINAMARCA	100%	51%
Aglomerados Compósitos				
Amorim Cork Composites, S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim (UK) Ltd.	Horsham West Sussex	REINO UNIDO	100%	100%
Amorim Compocork, Lda	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Composites LLC	São Petersburgo	RÚSSIA	100%	100%
Amorim Cork Composites GmbH	Delmenhorts	ALEMANHA	100%	-
Amorim Cork Composites Inc.	Trevor - Wisconsin	E. U. AMÉRICA	100%	100%
Amorim Deutschland, GmbH - ACC	Delmenhorts	ALEMANHA	100%	100%
Amorim Industrial Solutions - Imobiliária, S.A.	Corroios	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Sports & Playgrounds, Lda	Mozelos	PORTUGAL	100%	-
Amosealtex Cork Co., Ltd	Xangai	CHINA	50%	50%
Chinamate (Shaanxi) Natural Products Co. Ltd	Shaanxi	CHINA	100%	100%
Chinamate Development Co. Ltd	Hong Kong	CHINA	100%	100%
Compruss - Investimentos e Participações Lda	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Corticeira Amorim - France SAS	Lavardac	FRANCE	100%	100%
Florconsult - Consultoria e Gestão, Lda	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Postya - Serviços de Consultadoria, Lda.	Funchal - Madeira	PORTUGAL	100%	100%
Isolamentos				
Amorim Isolamentos, S.A.	Vendas Novas	PORTUGAL	100%	100%
Holding Cortiça				
Corticeira Amorim, SGPS, S.A.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Ginpar, S.A. (Générale d' Invest. et Participation)	Skhirat	MARROCOS	100%	100%
Amorim Cork Research, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Services, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Amorim Cork Ventures, Lda	Mozelos	PORTUGAL	100%	100%
Ecochic portuguesas - footwear and fashion products, Lda	Mozelos	PORTUGAL	-	12%
Corecochic - Corking Shoes Investments, Lda	Mozelos	PORTUGAL	50%	50%
Gröwancork - Estruturas isoladas com cortiça, Lda	Mozelos	PORTUGAL	25%	25%
PrimaLynx - Sustainable Solutions, Lda.	Mozelos	PORTUGAL	-	24%
TDcork - Tapetes Decorativos com Cortiça, Lda	Mozelos	PORTUGAL	25%	25%
Soc. Portuguesa de Aglomerados de Cortiça, Lda	Montijo	PORTUGAL	100%	100%
Supplier Portal Limited	Hong Kong	CHINA	100%	100%

(a) - Juridicamente são uma só empresa: Amorim Deutschland, GmbH & Co. KG.

(b) - Consolida pelo Método de Equivalência Patrimonial.

(c) - Consolida pelo método integral porque a administração da CORTICEIRA AMORIM SGPS, SA detém direta ou indiretamente, o controlo das atividades relevantes.

(d) - Empresa adquirida em 2018.

(e) - Aumento da percentagem de interesse.

(f) - Empresa fusionada na Amorim Florestal España.

(g) - Empresa constituída em 2018.

(h) - Empresa liquidada em 2018.

(i) - Empresa constituída por cisão da Amorim & Irmãos, S.A. em 2018.

(j) - Fusão da Amorim Top Series France na Sodiliège, tendo esta alterado a designação social para Amorim Top Series France, SA.

(k) - Participações alienadas a terceiros.

As percentagens acima indicadas são as percentagens de interesses e não de controlo.

Para as entidades consolidadas pelo método integral, a percentagem dos direitos de voto detidos por “Interesses que não controlam” é igual à percentagem de detenção de capital social.

Aquisição de ELFVERSON

No início de 2018, a Amorim Bartop, S.A. adquiriu 70% da Elfverson (pelo montante de 49,9 milhões SEK) que passou a consolidar desde 1 de janeiro deste ano. Esta empresa tem um portefólio de produtos premium e uma carteira de clientes de relevo, permitindo o reforço das fontes de abastecimento de tops de madeira de reconhecida qualidade, o que permitirá acompanhar o crescimento das necessidades dos clientes no segmento das rolhas capsuladas.

O grupo optou por mensurar os interesses que não controlam pela respetiva quota-parte nos ativos e passivos da adquirida.

Ativos e passivos da adquirida

Os justos valores dos ativos e passivos identificados no âmbito desta transação são evidenciados no quadro abaixo:

milhões de euros	
Justo valor reconhecido na data de aquisição	
Ativo fixo tangível	0,9
Inventários	0,7
Clientes	0,7
Devedores	0,1
Imp diferidos	0,0
Ativo	2,4
Provisões	0,7
Fornecedores	0,2
Credores	0,6
Dívida financeira líquida	-0,2
Passivo	1,3
Ativo líquido	1,1
70% dos ativos líquidos identificáveis	0,8
Custo de aquisição	5,1
Goodwill	4,3
Interesses que não controlam na data da aquisição	0,3

Não foram identificadas diferenças significativas entre o justo valor e o respetivo valor contabilístico. O goodwill apresentado representa o valor remanescente que não foi possível identificar na adquirida. Não é expectável que o goodwill reconhecido nas contas seja dedutível para efeitos fiscais.

O justo valor dos interesses que não controlam resultam de só ter sido adquirido 70% da participação e da empresa adquirente não ser detida a 100%.

Os custos com esta transação totalizando 139 K€ foram registados como gastos não recorrentes.

Relativamente às demonstrações financeiras do primeiro trimestre de 2018 foi efetuado um ajustamento no preço de aquisição e nas provisões que reduziram o Goodwill em 200 K€.

O montante de pagamento correspondeu ao montante de aquisição (5,1 M€). O contributo das vendas da Elfverson para o resultado s de 2018 foi 3,5 M€.

Aquisição de COSABE

No dia 24 de Outubro de 2018, a CORTICEIRA AMORIM adquiriu 100% da Cosabe - Companhia Silvo-Agrícola da Beira, S.A. (pelo montante de 5,5 milhões EUR). Esta empresa tem como principal ativo a Herdade da Baliza, situada, na

zona de Castelo Branco / Tejo internacional, uma área total 2.866 hectares (“Herdade da Baliza”). A CORTICEIRA AMORIM pretende desenvolver na Herdade da Baliza uma “Plantação Suberícola Intensiva” em modo de produção intensiva e com fertirrega, aumentando a densidade de sobreiros por hectare e um crescimento mais rápido dos mesmos, reduzindo de forma significativa o tempo necessário para o início de exploração das árvores.

Os justos valores dos ativos e passivos identificados no âmbito desta transação incluem essencialmente a Herdade da Baliza. Desta forma, o valor da transação foi atribuído aos ativos tangíveis adquiridas não tendo resultado nenhum goodwill nem goodwill negativo.

VII - Câmbios utilizados na consolidação

Câmbios consolidação		Taxa de Fecho 31/dez/18	Taxa Média jan-dez 18	Taxa Média jan-dez 17	Taxa de Fecho 31/dez/17
Argentine Peso	ARS	43,1452	32,9179	18,7356	22,3054
Australian Dollar	AUD	1,6220	1,5797	1,4732	1,5346
Lev	BGN	1,9557	1,9557	1,9557	1,9557
Brazilian Real	BRL	4,4440	4,3085	3,6054	3,9729
Canadian Dollar	CAD	1,5605	1,5294	1,4647	1,5039
Swiss Franc	CHF	1,1269	1,1550	1,1117	1,1702
Chilean Peso	CLP	794,630	756,762	732,134	737,330
Yuan Renminbi	CNY	7,8751	7,8081	7,6290	7,8044
Danish Krona	DKK	7,4673	7,4532	7,4386	7,4449
Algerian Dinar	DZD	135,454	137,334	125,091	137,539
Euro	EUR	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000
Pound Sterling	GBP	0,8945	0,8847	0,8767	0,8872
Hong Kong Dollar	HKD	8,9819	9,2530	8,8048	9,3720
Forint	HUF	320,980	318,890	309,193	310,330
Yen	JPY	125,850	130,396	126,711	135,010
Moroccan Dirham	MAD	10,9595	11,0770	10,9494	11,2091
Zloty	PLN	4,3014	4,2615	4,2570	4,1770
Ruble	RUB	79,7153	74,0416	65,9383	69,3920
Swedish Krona	SEK	10,2548	10,2583	9,6351	9,8438
Tunisian Dinar	TND	3,4273	3,1079	2,7198	2,9444
Turkish Lira	TRL	6,0588	5,7077	4,1206	4,5464
US Dollar	USD	1,1450	1,1810	1,1297	1,1993
Rand	ZAR	16,4594	15,6186	15,0490	14,8054

VIII - Relatos por segmentos

A CORTICEIRA AMORIM está organizada nas seguintes Unidades de Negócio: Matérias-Primas, Rolhas, Revestimentos, Aglomerados Compósitos e Isolamentos.

Não existem diferenças entre a mensuração de lucros e prejuízos e ativos e passivos dos segmentos relatáveis, associadas a diferenças de políticas contabilísticas ou políticas de imputação de custos suportados centralmente ou ativos e passivos utilizados conjuntamente.

Para efeitos do Relato por Segmentos foi eleito como segmento principal o segmento das Unidades de Negócio (UN), já que corresponde totalmente à organização do negócio, não só em termos jurídicos, como em termos da respetiva análise. As unidades de negócio correspondem aos segmentos operacionais e o reporte por segmentos foi apresentado de acordo com a forma como os mesmos são analisados pelo Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM no seu processo de tomada de decisões.

No quadro seguinte apresenta-se os principais indicadores correspondentes ao desempenho de cada uma das referidas UN, bem como a reconciliação, sempre que possível, para os indicadores consolidados:

m ilhães de euros								
2018	Matérias-Primas	Rolhas	Revestimentos	Compósitos	Isolamentos	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Vendas Clientes Exterior	20.479	526.179	108.654	97.383	10.318	103	-	763.117
Vendas Outros Segmentos	165.966	7.801	3.525	4.788	1.661	4.318	-188.060	-
Vendas Totais	186.446	533.980	112.179	102.171	11.979	4.422	-188.060	763.117
EBITDA corrente	30.464	92.755	2.965	10.319	642	-3.397	236	133.984
Ativo não corrente	31.936	170.547	38.496	36.854	4.242	711	33.298	316.084
Ativo corrente	207.445	333.080	62.986	51.736	10.225	966	-16.449	649.990
Passivo	50.539	190.439	43.795	38.970	2.526	8.547	133.024	467.841
Investimento Tangível e Intangível	5.802	40.898	3.805	6.543	735	67	0	57.851
Depreciações	-3.208	-18.548	-5.671	-2.978	-532	-342	0	-31.279
Ganhos (perdas) em associadas	0	1.897	817	0	0	-22	0	2.691
2017	Matérias-Primas	Rolhas	Revestimentos	Compósitos	Isolamentos	Holding	Ajustamentos	Consolidado
Vendas Clientes Exterior	11.210	472.080	118.180	90.441	9.648	49	-	701.609
Vendas Outros Segmentos	144.864	4.978	3.356	8.336	941	2.516	-164.991	-
Vendas Totais	156.074	477.058	121.536	98.777	10.589	2.566	-164.991	701.609
EBITDA corrente	22.375	91.350	8.284	15.010	1.680	-5.189	85	133.594
Ativo não corrente	23.304	149.493	40.313	33.153	4.037	1.406	22.474	274.180
Ativo corrente	183.573	291.801	65.469	42.016	7.514	1.675	3.180	595.228
Passivo	60.772	170.560	39.798	31.163	2.263	10.282	94.578	409.417
Investimento Tangível e Intangível	6.131	22.475	9.729	4.661	460	284	0	43.739
Depreciações	-4.741	-17.250	-4.309	-2.669	-524	-106	0	-29.599
Ganhos (perdas) em associadas	0	1.668	-30	-181	0	-418	0	1.039

Ajustamentos = desempolamentos inter-segmentos e valores não alocados a segmentos

EBITDA = Resultado antes de depreciações, custos de financiamento líquido, interesses que não controlam e imposto sobre rendimento e resultados não recorrentes.

Foram considerados como únicos gastos que não implicam desembolsos materialmente relevante o valor das provisões e ajustamentos de imparidades de ativos.

Os ativos do segmento não incluem os valores relativos a IDA e saldos não comerciais com empresas do grupo.

Os passivos dos segmentos não incluem IDP, empréstimos bancários e saldos não comerciais com empresas do grupo.

A opção pela divulgação do EBITBA permite uma melhor comparação do desempenho das diferentes Unidade de Negócio, dado as estruturas financeiras não homogéneas apresentadas pelas diferentes Unidade de Negócio. Este tipo de divulgação é também coerente com a distribuição de funções existentes, já que tanto a função financeira, no sentido estrito de negociação bancária, como a função fiscal, utilização de instrumentos como, por exemplo, o RETGS, são da responsabilidade da Holding.

A UN Rolhas tem nas diferentes famílias de rolhas o seu principal produto, sendo os países produtores e engarrafadores de vinho os seus principais mercados. De destacar nos mercados tradicionais, a França, Itália, Alemanha, Espanha e Portugal. Nos novos mercados do vinho o destaque vai para os USA, Austrália, Chile, África do Sul e Argentina.

A UN Matérias-primas é de longe a mais integrada no ciclo produtivo da CORTICEIRA AMORIM, sendo mais de 85% das suas vendas dirigidas para as outras UN, de destacar as vendas de prancha e discos para a UN Rolhas.

As restantes Unidades de Negócio produzem e comercializam um conjunto alargado de produtos que utilizam a matéria-prima sobrança da produção de rolhas, bem como a matéria-prima cortiça que não é suscetível de ser utilizada na produção de rolhas. De destacar como produtos principais os revestimentos de solo, cortiça com borracha para a indústria automóvel e para aplicações antivibráticas, aglomerado expandido para isolamento térmico e acústico, aglomerados técnicos para a indústria de construção civil e calçado bem como os granulados para a fabricação de rolhas aglomeradas, técnicas e de champanhe.

Os principais mercados dos Revestimentos e Isolamentos concentram-se na Europa e os dos Aglomerados Compósitos nos EUA. Todas as Unidades de Negócio realizam o grosso da sua produção em Portugal, estando, por isso, neste país a quase totalidade do capital investido. A comercialização é feita através de uma rede de distribuição própria que está presente em praticamente todos os grandes mercados consumidores e pela qual são canalizados cerca de 70% das vendas consolidadas.

Os investimentos do exercício concentraram-se na sua quase totalidade, em Portugal. Os ativos no estrangeiro atingem cerca de 367 M€ e são compostos na sua grande maioria pelo valor de inventários (128 M€), clientes (116 M€) e ativo fixo tangível (65 M€).

Dos ativos não correntes, há a destacar o valor de 194 M€ (2017: 174 M€) de ativos fixos tangíveis, 5,3 M€ (2017: 5,7 M€) de propriedades de investimento, 4,2 M€ (2017: 2,0 M€) de ativos intangíveis e 0,2 M€ (2017: 1,0 M€) de outros ativos financeiros, localizados em Portugal.

Distribuição das vendas por mercado:

m ilhazes de euros

Mercados	2018		2017	
União Europeia	501.509	65,7%	439.000	62,6%
<i>dos quais: Portugal</i>	55.455	7,3%	40.152	5,7%
Resto Europa	30.338	4,0%	28.655	4,1%
Estados Unidos	127.856	16,8%	129.785	18,5%
Resto América	47.114	6,2%	50.849	7,2%
Australásia	44.397	5,8%	41.621	5,9%
África	11.904	1,6%	11.698	1,7%
TOTAL	763.117	100%	701.609	100%

O valor das vendas diz respeito na sua totalidade, tal como em 2017, a contratos abrangidos pela IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes.

IX - Ativos fixos tangíveis

	Terrenos e Edifícios	Equipamento Básico	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis
Valores Brutos	232.385	375.088	33.346	5.773	3.400	649.992
Depreciações e Ajustamentos	-142.664	-278.499	-31.374	0	0	-452.537
ABERTURA (1 de janeiro 2017)	89.720	96.589	1.972	5.773	3.400	197.454
ENTRADAS	9.792	9.529	813	1.085	0	21.220
AUMENTO	4.012	15.118	3.061	20.011	0	42.203
DEPRECIACÕES / IMPARIDADES	-5.790	-20.177	-1.766	0	0	-27.733
DIMINUIÇÕES-ALIENAÇÕES-ABATES	68	-5.695	-634	-58	0	-6.320
RECLASS. / OUT. MOVIM. / AJUST.	1.213	2.811	740	1.260	-3.400	2.624
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	-986	-465	-60	-31	0	-1.542
Valores Brutos	256.656	402.649	33.620	28.040	0	720.964
Depreciações e Ajustamentos	-158.628	-304.938	-29.493	0	0	-493.059
FECHO (31 de dezembro 2017)	98.029	97.711	4.126	28.040	0	227.905
Valores Brutos	256.656	402.649	33.620	28.040	0	720.964
Depreciações e Ajustamentos	-158.628	-304.938	-29.493	0	0	-493.059
ABERTURA (1 de janeiro 2018)	98.029	97.711	4.126	28.040	0	227.905
ENTRADAS	5.335	933	94	183	0	6.544
AUMENTO	10.522	15.604	2.218	26.249	0	54.593
DEPRECIACÕES / IMPARIDADES	-5.031	-22.290	-1.977	0	0	-29.298
DIMINUIÇÕES-ALIENAÇÕES-ABATES	-221	-571	-56	-585	0	-1.433
RECLASS. / OUT. MOVIM. / AJUST.	11	13.972	333	-13.516	0	799
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	375	-15	-32	-6	0	322
Valores Brutos	273.001	432.314	35.482	40.365	0	781.162
Depreciações e Ajustamentos	-163.982	-326.970	-30.777	0	0	-521.729
FECHO (31 de dezembro 2018)	109.019	105.344	4.705	40.365	0	259.433

As perdas de imparidade reconhecidas em 2018 e 2017 tiveram como contrapartida a linha de “Depreciações/Amortizações” na demonstração consolidada dos resultados por naturezas.

Os dispêndios para colocar os ativos na localização e condição necessárias reconhecidos na quantia escriturada de ativos fixos tangíveis não tiveram qualquer representatividade

Durante o período, não foram capitalizados juros.

X - Ativos intangíveis e goodwill

	Ativos Intangíveis	Goodwill
Valores Brutos	8.053	0
Depreciações e Ajustamentos	-4.277	0
ABERTURA (1 de janeiro 2017)	3.776	0
ENTRADAS	-11	9.848
AUMENTO	1.535	0
DEPRECIAÇÕES / IMPARIDADES	-1.206	0
DIMINUIÇÕES-ALIENAÇÕES-ABATES	113	0
RECLASS. / OUT. MOVIM. / AJUST.	-111	0
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	-19	0
Valores Brutos	10.217	9.848
Depreciações e Ajustamentos	-6.140	0
FECHO (31 de dezembro 2017)	4.077	9.848
Valores Brutos	10.217	9.848
Depreciações e Ajustamentos	-6.140	0
ABERTURA (1 de janeiro 2018)	4.077	9.848
ENTRADAS	0	4.259
AUMENTO	3.542	0
DEPRECIAÇÕES / IMPARIDADES	-934	-103
DIMINUIÇÕES-ALIENAÇÕES-ABATES	14	0
RECLASS. / OUT. MOVIM. / AJUST.	881	0
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	5	-17
Valores Brutos	14.424	14.090
Depreciações e Ajustamentos	-6.839	-103
FECHO (31 de dezembro 2018)	7.585	13.987

Os ativos intangíveis incluem essencialmente *software*, projetos de desenvolvimento autónomo de produtos e soluções inovadoras.

Com exceção do goodwill, não existem ativos intangíveis de vida indefinida.

Detalhe do goodwill conforme o seguinte quadro:

milhares de euros				
2017	Abertura	Aumento	Diminuição	Fecho
Bourrassé	0	9.745		9.745
Sodiliège	0	103		103
Goodwill	0	9.848	0	9.848

milhares de euros				
2018	Abertura	Aumento	Diminuição	Fecho
Bourrassé	9.745			9.745
Elfverson	0	4.242		4.242
Sodiliège	103		103	0
Goodwill	9.848	4.242	103	13.987

Conforme referido na alínea b) do ponto II, os testes de imparidade são realizados anualmente. Foram projetados *cash-flows*, tendo por base no orçamento e planos aprovados pela gestão. Os pressupostos de crescimento tiveram em atenção o crescimento esperado para o mercado do vinho, champanhe e espumante, bem como a evolução da quota de mercado das subsidiárias neste negócio. Nos referidos testes, foram utilizadas taxas de crescimento de 4% e 15% na Bourrassé e Elfverson, respetivamente, para o período 2019-2021 e de 2% para os exercícios seguintes. A taxa de desconto utilizada foi de 7,8%.

O resultado dos testes de imparidade mostram que os valores recuperáveis são suficientemente superiores aos valores contabilísticos, mesmo no caso de evoluções desfavoráveis nas principais variáveis.

XI - Propriedades de investimento

	Propriedades de investimento
Valores Brutos	30.897
Depreciações e Ajustamentos	-23.797
ABERTURA (1 de janeiro 2017)	7.100
ENTRADAS	0
AUMENTO	0
DEPRECIAÇÕES / IMPARIDADES	-232
DIMINUIÇÕES-ALIENAÇÕES-ABATES	-624
RECLASS. / OUT. MOVIM. / AJUST.	-545
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	-21
Valores Brutos	22.127
Depreciações e Ajustamentos	-16.449
FECHO (31 de dezembro 2017)	5.678
Valores Brutos	22.127
Depreciações e Ajustamentos	-16.449
ABERTURA (1 de janeiro 2018)	5.678
ENTRADAS	0
AUMENTO	3
DEPRECIAÇÕES / IMPARIDADES	-140
DIMINUIÇÕES-ALIENAÇÕES-ABATES	-1
RECLASS. / OUT. MOVIM. / AJUST.	-59
DIFERENÇAS DE CONVERSÃO	0
Valores Brutos	22.071
Depreciações e Ajustamentos	-16.589
FECHO (31 de dezembro 2018)	5.481

O valor de 5.481 K€ em Propriedades de Investimento (31 dezembro 2017: 5.678 K€) refere-se no essencial a terrenos e edifícios não afetos à atividade produtiva.

O justo valor das Propriedades de Investimento no caso dos terrenos e edifício de Corroios (determinado com base numa avaliação independente) é próximo ao valor registado na contabilidade. Esta rubrica inclui ainda um imóvel (Interchampagne com valor de 1.481 K€) com uma avaliação recente que corresponde ao valor contabilístico. No final do ano, a gestão fez uma análise a estas avaliações tendo considerada que estas se mantinham atualizadas. As restantes Propriedades de Investimento incluem um imóvel com valor contabilístico de 922 K€ cujo rendimento, atualizada a uma wacc de mercado corresponderá aproximadamente ao valor pelo qual estão registadas (modelo de custos) nas demonstrações financeiras.

Estas propriedades não estão a gerar rendimentos e os gastos de conservação e reparação são insignificantes.

XII - Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

	m ilhães de euros	
	2018	2017
Saldo inicial	11.006	9.450
Entradas / Sidas	0	393
Resultados	1.874	1.039
Dividendos	-500	-500
Diferenças de Conversão Cambial	-2.919	662
Outros	75	-37
Saldo Final	9.537	11.006
Equivalência patrimonial	1.874	1.039
Ganho de alienação das associadas	817	0
Ganhos (perdas) em associadas e emp. conjuntos	2.691	1.039

As associadas e empreendimentos conjuntos são entidades através das quais o grupo atua nos mercados onde estão sediadas, funcionando como canais de distribuição de produtos.

Ganho na alienação de associadas devido ao reconhecimento de uma parte do valor contingente a receber pela alienação da US Floors, ocorrida em 2017. O valor remanescente apurado em 2019 podendo ascender ao máximo de 2,5 MUSD.

A totalidade dos dividendos recebidos em 2018 e 2017 é relativa à associada Trescases.

Em 2018 e 2017 o valor em Diferença de Conversão Cambial refere-se essencialmente às associadas Corchos de Argentina.

Não existem indícios de imparidade nos valores registados.

	m ilhães de euros			
	2018			
	Part. Financ.	Goodwill implícito	Total	Contributo p/ resultado
Trescases	3.985	1.715	5.700	49
Wine Packaging & Logistic	1.164	0	1.164	-62
Corchos Argentina	2.556	0	2.556	1.910
Outros	117	0	117	-23
Saldo Final	7.822	1.715	9.537	1.874

	2017			
	Part. Financ.	Goodwill implícito	Total	Contributo p/ resultado
Trescases	4.437	1.715	6.152	1.037
Wine Packaging & Logistic	1.319	0	1.319	-181
Corchos Argentina	3.473	0	3.473	811
Outros	62	0	62	-628
Saldo Final	9.291	1.715	11.006	1.039

Apresenta-se de seguida um sumário das respetivas informações financeiras:

2018	Trescases (50%)	Corchos Argentina (50%)	Wine Packaging & Logistic (50%)
	K €	K ARS	K CLP
Ativo corrente	21.948	323.464	1.074.438
Ativo não corrente	1.345	23.718	7.051.748
Ativo	23.293	347.182	8.126.186
Capital Próprio	10.858	231.204	2.804.476
Passivo corrente	12.435	115.978	2.021.710
Passivo não corrente	0	0	3.300.000
Vendas	37.158	393.857	1.813.195
Resultado operacional	2.213	176.784	135.906
Resultado líquido	1.509	123.494	-184.487
Rendimento integral	1.509	123.494	-184.487

2017	Trescases (50%)	Corchos Argentina (50%)	Wine Packaging & Logistic (50%)
	K €	K ARS	K CLP
Ativo corrente	18.208	210.879	974.750
Ativo não corrente	1.286	9.420	7.366.917
Ativo	19.494	220.299	8.341.667
Capital Próprio	10.349	120.455	2.946.375
Passivo corrente	9.144	99.844	2.088.337
Passivo não corrente	0	0	3.306.955
Vendas	36.749	242.251	1.632.127
Resultado operacional	2.339	68.859	-3.176
Resultado líquido	1.567	33.326	-358.840
Rendimento integral	1.567	33.326	-358.840

Além das associadas e empreendimentos conjuntos detalhadas acima, o grupo tem influência significativa num conjunto de outras associadas individualmente imateriais.

XIII - Outros ativos financeiros

Os ativos incluídos na rubrica de Outros ativos financeiros (31 dezembro 2018: 1.632 K€, 31 dezembro 2017: 2.520 K€) referem-se a Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo essencialmente instrumentos de capital próprio detidos para negociação. São mensurados ao justo valor e quando se estima que não existem diferenças significativas face ao custo este é mantido. Os ativos foram adquiridos com a finalidade principal de venda ou revenda, consoante o caso, e em determinados casos assegurando a manutenção e sobrevivência de entidades que a Corticeira Amorim considera parceiras para o seu negócio. A gestão efetiva das operações e ativos subjacentes continua a ser assegurada exclusivamente pelos parceiros, servindo a participação financeira como mera “garantia” do investimento efetuado.

XIV - Impostos diferidos / imposto sobre os resultados

A diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios está reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de Impostos diferidos, de acordo com os princípios definidos na nota II j), e ascende a 1.579 K€ (31/12/2017: 4.096 K€).

O efeito na demonstração da posição financeira consolidada provocado por esta diferença ascende no ativo a 13.346 K€ (31/12/2017: 13.146 K€) e no passivo a 7.737 K€ (31/12/2017: 7.187 K€).

O valor do imposto diferido relacionado com itens registados diretamente em Capital Próprio foi de 80 K€ (saldo credor) e refere-se a registos de contabilidade de cobertura. Não houve outros registos de imposto referentes a outras movimentações de Capital Próprio.

É convicção da Administração, expressa nos modelos de previsão possíveis a esta data, que o montante de Impostos Diferidos Ativos reconhecidos corresponde ao valor expectável de materialização futura no que aos prejuízos fiscais diz respeito.

m ilhans de euros

Base das diferenças temporárias	2018	2017
Ajustamentos de Inventários e terceiros	6.584	5.946
Prejuízos Fiscais	2.359	1.921
Ativos Fixos Tangíveis / Intangíveis / Prop. de Invest.	1.220	1.577
Outras dif. temporárias dedutíveis	3.182	3.701
Impostos Diferidos - Ativos	13.346	13.146
Ativos Fixos Tangíveis	3.931	3.898
Outras diferenças temporárias tributáveis	3.806	3.289
Impostos Diferidos - Passivos	7.737	7.187
Imposto Corrente do Exercício	-20.972	-28.359
Imposto Diferido do Exercício	1.579	4.096
Imposto sobre o Rendimento	-19.393	-24.263

A diferença entre a variação ocorrida na posição financeira (líquida de -350 K€) e o valor de gasto na Demonstração de Resultados (1.579 K€) é justificada pelo efeito cambial nos saldos de balanço das subsidiárias não euro, pela

variação do valor de impostos diferidos relativo a outros rendimentos integrais de 80 K€ (débito) e pela integração das novas sociedades no perímetro do consolidado e pela adoção do IFRS 9.

No quadro seguinte pretende-se justificar a taxa de imposto efetiva contabilística partindo da taxa a que estão sujeitas a generalidade das empresas portuguesas:

Reconciliação da taxa de imposto	2018	2017
Taxa genérica de imposto	21,0%	21,0%
Efeito imposto adicional em Portugal	4,1%	5,1%
Efeito benefícios fiscais	-3,8%	-2,6%
Efeito provisão para contingências	-2,5%	0,1%
Efeito custos e proveitos não fiscais	-0,3%	0,2%
Efeito taxas tributação diferente (subsidiárias estrangeiras)	1,5%	1,5%
Efeito reconhecimento / não rec. de Imp. Diferidos (subs estr)	0,1%	0,0%
Equivalência patrimonial	-0,4%	-0,2%
Efeito tributação adicional mais valia alienação US Floors	0,0%	0,0%
Efeito excesso estimativa de imposto e outras	-0,6%	-1,1%
Taxa de imposto efectiva contabilística ⁽¹⁾	19,0%	24,1%

(1) IRC sobre Res. Antes Impostos

Durante o exercício foi pago o montante de 9,8 M€ (2017: 24,6 M€) relativo ao imposto sobre o rendimento. Deste montante, foi pago em Portugal o valor de 2,7 K€ (2017: 20,9 M€). Em termos de imposto sobre o rendimento, a diminuição da taxa efetiva deveu-se principalmente ao facto de terem sido revertidos provisões para processos legais na Argentina que não deram origem a impostos diferidos e devido a reversão de provisões fiscais sem saídas de disponibilidades.

A CORTICEIRA AMORIM e um conjunto alargado das suas subsidiárias com sede em Portugal, passaram a ser tributadas, a partir de 1 de janeiro de 2001, pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do CIRC. A opção pela aplicação de referido regime é válida por um período de cinco exercícios, findo o qual pode ser renovada nos mesmos termos.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da CORTICEIRA AMORIM e das filiais com sede em Portugal estão sujeitas a revisão e possibilidade de correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos nos termos gerais.

A Administração da CORTICEIRA AMORIM e das empresas filiais entende que as correções resultantes de revisões ou inspeções por parte das autoridades fiscais, aquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período.

A taxa de imposto aplicável às subsidiárias portuguesas é de 21%.

A atividade das subsidiárias do Grupo localizadas fora de Portugal está sujeita ao regime geral de tributação nos respetivos países e estados. Durante o exercício de 2018 não ocorreram alterações significativas na taxa de imposto aplicável às subsidiárias nos países nos quais o Grupo tem operações relevantes.

O único valor de imposto diferido relacionado com itens creditados / debitados diretamente em capital próprio é relativo ao justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura e ascende a 80 K€ (273 K€ em 2017).

O valor de impostos diferidos é essencialmente relativo a diferenças temporárias realizáveis no curto prazo. A recuperação dos ativos por impostos assenta em perspetivas futuras que preveem taxas de rentabilidade normais para as empresas e crescimentos em linha com os das unidades de negócios.

Os reportes fiscais existentes são relativos a subsidiárias estrangeiras. O valor total de reportes eleva-se a 23,9 M€, dos quais se considera como de utilização previsível cerca de 7,7 M€. Este reporte tem prazo de utilização para além de 2022.

Montante de impostos relacionado com as outras componentes do rendimento integral:

	m ilhães de euros		
	2018		
	antes de impostos	impostos	liquido de impostos
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Varição do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	-542	80	-462
Varição das diferenças de conversão cambial	-626	0	-626
Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	-2.844	0	-2.844
Outras variações	92	0	92
Outros rendimentos integrais	-3.920	80	-3.840

	m ilhães de euros		
	2017		
	antes de impostos	impostos	liquido de impostos
Itens que poderão ser reclassificados para resultados:			
Varição do Justo Valor dos instrumentos financeiros derivados	1.848	-273	1.575
Varição das diferenças de conversão cambial	-4.298	0	-4.298
Outro rendimento integral de associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial	625	0	625
Outras variações	448	0	448
Outros rendimentos integrais	-1.377	-273	-1.650

XV - Inventários

	m ilhães de euros	
	2018	2017
Mercadorias	18.387	11.054
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	226.922	220.142
Produtos Acabados e Intermédios	135.704	109.086
Produtos e Trabalhos em Curso	31.736	25.064
Imparidade de Produtos Acabados e Intermédios	-4.986	-5.160
Imparidade de Mat. - Primas, Subs., de Consumo e Sub Prod.	-1.673	-1.045
Total Inventários	406.090	359.141

Evolução das perdas por imparidade	2018	2017
Saldo inicial	6.206	5.480
Aumentos	1.174	1.710
Diminuições	720	985
Saldo Final	6.659	6.206

As Matérias-primas incluem essencialmente amadia e falcas (UN Matérias-primas), Produtos e trabalhos em curso incluem essencialmente cortiça cozida e discos (UN Matérias-primas) e os produtos acabados incluem essencialmente uma diversidade de tipologias de rolhas (UN Rolhas), revestimentos (UN Revestimentos) e produtos compósitos (UN Aglomerados compósitos).

Os aumentos das imparidades afetam o valor do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas na demonstração de resultados.

XVI - Clientes

m ilhães de euros

	2018	2017
Valor Bruto	187.669	179.464
Ajustamentos de Imparidade	-13.186	-11.860
Clientes	174.483	167.604
Evolução das perdas por imparidade	2018	2017
Saldo inicial (reportado)	11.860	11.998
efeito aplicação IFRS 9	458	0
Saldo inicial (após aplicação IFRS 9)	12.318	11.998
Aumentos	3.813	2.692
Diminuições	-2.672	-2.456
Outros	-273	-375
Saldo Final	13.186	11.860

Os aumentos e diminuições foram reconhecidas na rubrica de ajustamento de imparidade de ativos na demonstração dos resultados. Nos aumentos de 2018, está incluído o efeito de entrada de perímetro que foi de 70 K€.

No final de cada período é realizada uma análise à qualidade dos créditos sobre clientes. Decorrente da adoção do IFRS 9 aos saldos vencidos até 90 dias a reconhecida uma perda de crédito esperada. Os saldos vencidos entre 90 e 120 dias são considerados como podendo gerar uma imparidade de cerca de 30% e os saldos entre 120 e 180 dias 60%. Todos os saldos vencidos há mais de 180 dias, bem como todos os saldos considerados duvidosos darão origem a uma imparidade total. Esta regra não se sobrepõe à análise de cada caso específico.

A análise dos saldos não vencidos e vencidos é a seguinte:

	milhões de euros	
	2018	2017
Não vencidos	142	134
Vencidos entre 0 - 90 dias	31	29
Vencidos entre 90 - 120 dias	2	3
Vencidos entre 120 - 180 dias	4	5
Vencidos acima de 180 dias e duvidosos	10	9
	188	179

XVII - Imposto sobre o rendimento

	milhares de euros	
	2018	2017
IRC - PEC/imp. mínimo	19	240
IRC - Pagamentos por conta / imp. a recuperar	8.758	12.853
IRC - Retenções na fonte	138	204
IRC - Pagamento RERD	2.587	2.587
IRC - Pagamento RERD imparidade	-2.587	-2.587
IRC - Pagamento PERES	5.383	5.383
IRC - Pagamento PERES imparidade	-5.383	-5.383
Imposto sobre o Rendimento (Ativo)	8.915	13.297
Imposto sobre o Rendimento (Passivo)	1.924	2.231

O valor do RERD refere-se ao pagamento realizado ao abrigo do regime excecional de regularização de dívidas fiscais e à Segurança Social (DL 151-A/2013) (RERD). A administração da CORTICEIRA AMORIM decidiu aderir parcialmente a este regime, tendo sido pago em dezembro de 2014 um valor de 4.265 K€. Este pagamento refere-se a processos relativos a imposto selo (1.678 K€) e IRC (2.587 K€). O valor de IRC refere-se a processos que estavam já provisionados, incluindo juros de mora.

Durante 2016 a CORTICEIRA AMORIM foi notificada que o seu recurso relativo ao processo fiscal referente ao Imposto de Selo pago no RERD foi ganho na sua quase totalidade. Desta forma, já foi efetuada a reversão da respetiva provisão.

No final de 2016, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 67/2016 um Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES). A CORTICEIRA AMORIM decidiu aderir parcialmente aquela medida. Assim, em dezembro foram pagos cerca de 7,4 M€ relativos a relativos a Imposto de Selo/IVA (2 M€) e Imposto sobre o rendimento (IRC) no valor de 5,4 M€.

De notar que a CORTICEIRA AMORIM não era devedora de valores ao fisco e à Segurança Social, sendo os valores em causa relativos a processos em contencioso. Os processos escolhidos para adesão são processos antigos, cujos valores de juros de mora e coimas a pagar, em caso de insucesso, seriam elevados.

O RERD e o PERES permitiram o pagamento do capital e o perdão de juros de mora e outros encargos. Dado que a adesão ao RERD e ao PERES não implicam obrigatoriamente o abandono da defesa dos processos, os referidos processos continuam em curso. A CORTICEIRA AMORIM vai continuar a defender a sua posição nos mesmos.

O valor do passivo desta rubrica inclui a estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar por algumas subsidiárias estrangeiras aquando da apresentação da declaração fiscal relativa ao exercício de 2018.

XVIII - Outros devedores e outros ativos

- **Outros devedores**

	m milhares de euros	
	2018	2017
Adiantamentos a fornecedores	7.399	5.568
Instrumentos financeiros derivados	132	800
IVA a receber	20.783	23.078
IS/IVA - Pagamento PERES	2.051	2.051
IS/IVA - Pagamento PERES imparidade	-2.051	-2.051
Outros devedores diversos	7.390	5.951
Outros devedores	35.704	35.398

No final de 2018 e 2017 não havia valores em atraso a receber relativos ao IVA.

Em Outros devedores não correntes, estão incluídos adiantamentos a fornecedores (4.844 K€), que somente se irão realizar a mais de 12 meses.

- **Outros ativos**

	2018	2017
Devedores por acréscimo de rendimento	330	1.415
Gastos a reconhecer	2.773	1.367
Outros ativos	3.103	2.782

Os saldos destas rubricas na demonstração consolidada da posição financeira de 2017 foram agregados nas rubricas “Outros Ativos”.

XIX - Caixa e equivalentes

	m milhares de euros	
	2018	2017
Caixa	368	357
Depósitos à ordem	13.704	12.695
Depósitos a prazo	7.482	3.809
Outros	141	143
Caixa e equivalentes conforme D.F. Posição Financeira	21.695	17.005
Descobertos bancários	-60.435	-22.353
Caixa e equivalentes conforme D. F. Caixa	-38.740	-5.348

XX - Capital e reservas

• Capital Social

No final do período, o capital social está representado por 133.000.000 de ações ordinárias, escriturais, que conferem direito a dividendos, com o valor nominal unitário de 1 Euro.

O Conselho de Administração pode decidir aumentar o capital social, por uma ou mais vezes, nas modalidades permitidas por lei, até ao montante de 250.000.000 de Euros.

• Ações Próprias

A 31 de dezembro de 2018, não havia ações próprias em carteira.

Durante o ano 2018 não se realizaram aquisições de ações próprias.

• Reserva legal e Prémio de emissão

A Reserva Legal e o Prémio de Emissão estão sujeitos ao regime da reserva legal e só podem ser utilizadas para (Art. 296ª CSC):

- Cobrir a parte do prejuízo acusado no balanço do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas;
- Cobrir a parte dos prejuízos transitados do exercício anterior que não possa ser coberto pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas;
- Incorporação no capital.

O valor constante das rubricas Reserva legal e Prémio de emissão são os provenientes da empresa-mãe.

• Outras reservas

O valor de Outras reservas é constituído pelo valor proveniente da conta Reservas e Resultados transitados da empresa-mãe, bem como pelos valores de resultados acumulados e não distribuídos das subsidiárias da CORTICEIRA AMORIM.

Relativamente às contas individuais da CORTICEIRA AMORIM, o valor distribuível como dividendos, considerando os resultados líquidos do exercício, elevam-se aos 118,6 M€.

• Dividendos

Nas Assembleias Gerais da CORTICEIRA AMORIM, realizadas no dia 13 de abril de 2018 e 3 de dezembro de 2018, foram aprovadas distribuições de dividendos equivalentes a 0,185 e 0,085 euros por ação.

	m. milhares de euros	
	2018	2017
Dividendo atribuído	35.910	34.580
Dividendos distribuídos	35.910	34.580

XXI - Interesses que não controlam

m ilhães de euros

	2018	2017
Saldo inicial	29.524	15.892
Entradas	528	12.800
Saídas	-427	-1.923
Resultados	5.220	3.551
Dividendos	-2.445	-575
Diferenças de Conversão Cambial	-530	-317
Outros	0	96
Saldo Final	31.871	29.524

O valor referenciado como Dividendos corresponde aos montantes pagos pelas entidades aos Interesses que não controlam.

O valor de saídas de 2018 relativa à aquisição dos 49% remanescentes da subsidiária Timberman.

m ilhães de euros

	2018			2017		
	Contributo p/ Balanço	Contributo p/ Resultado	Dividendos pagos	Contributo p/ Balanço	Contributo p/ Resultado	Dividendos pagos
Amorim Bartop	1.319	3	1.192	-53	-65	0
Amorim Top Series	1.501	1.272	0	2.787	1.293	0
Ets. Christian Bourrassé	6.237	672	0	5.467	-271	0
Francisco Oller	2.160	46	34	2.130	177	34
Industria Corchera	6.477	414	31	6.687	242	31
Socori	8.550	1.323	0	7.227	509	0
Timberman	0	0	0	1.214	620	197
Trefinos	1.905	206	136	1.768	191	136
Victory Amorim	1.026	350	145	861	207	145
Outros	2.695	934	906	1.437	649	32
Saldo Final	31.871	5.220	2.445	29.524	3.551	575

Resumo dos indicadores das principais subsidiárias com interesses que não controlam:

2018	Bourrassé	Socori	Trefinos	Francisco Oller	Amorim Bartop	Amorim Top Series	Industria Corchera	Timberman	Victory Amorim
	K €	K €	K €	K €	K €	K €	K CLP	K DKK	K €
Ativo corrente	19.408	45.846	16.331	18.032	7.202	19.884	10.959.251	-	2.954
Ativo não corrente	11.723	15.947	15.171	20.977	11.359	3.803	2.535.011	-	788
Ativo	31.131	61.793	31.502	39.009	18.561	23.687	13.494.262	-	3.742
Capital Próprio	17.373	28.536	21.158	26.158	13.990	10.003	9.677.996	-	2.054
Passivo corrente	12.452	25.011	8.085	9.846	4.571	12.768	3.816.266	-	1.528
Passivo não corrente	1.305	8.246	2.259	3.005	0	916	0	-	160
Vendas	44.370	47.522	32.975	28.397	0	35.230	16.036.230	-	8.394
Resultado operacional	2.662	4.001	3.131	628	10.259	6.747	612.816	-	906
Resultado líquido	1.943	1.949	2.300	527	10.247	5.357	581.097	-	800
Rendimento integral	1.943	1.949	2.300	527	10.247	5.357	581.097	-	800
Fluxos de Caixa operacional	2.186	12.082	3.516	1.922	-427	10.723	1.848.763	-	755
Fluxos de Caixa de investimento	-24	-2.530	-3.199	-3.041	2.909	-1.124	-290.326	-	-187
Fluxos de Caixa de financiamento	-2.849	-25.623	114	1.341	-2.485	-11.299	-351.918	-	-344
Variação líquida de Caixa e equivalentes	-687	-16.071	431	222	-3	-1.700	1.206.519	-	224

m milhares de euros

2017	Bourrassé	Socori	Trefinos	Francisco Oller	Amorim Bartop	Amorim Top Series	Industria Corchera	Timberman	Victory Amorim
	K €	K €	K €	K €	K €	K €	K CLP	K DKK	K €
Ativo corrente	15.477	1.373	15.137	16.953	73	22.422	10.959.251	33.409	2.578
Ativo não corrente	2.283	656	13.515	21.079	5.800	3.221	2.535.011	2.042	648
Ativo	17.760	2.028	28.652	38.032	5.874	25.643	13.494.262	35.451	3.226
Capital Próprio	4.182	1.466	20.294	25.591	3.742	15.148	9.677.996	19.595	1.724
Passivo corrente	9.513	549	6.853	9.380	7	9.885	3.816.266	15.608	1.351
Passivo não corrente	4.065	13	1.505	3.060	2.125	610	0	248	151
Vendas	17.498	763	31.294	25.440	0	32.406	16.036.230	123.425	6.226
Resultado operacional	500	-262	2.927	2.094	-325	6.785	992.605	12.002	549
Resultado líquido	-677	-193	2.879	1.623	-261	5.172	602.182	9.173	415
Rendimento integral	-677	-193	2.879	1.623	-261	5.172	602.182	9.173	415
Fluxos de Caixa operacional	4.702	-1.716	2.992	1.922	-325	1.946	1.833.015	3.868	264
Fluxos de Caixa de investimento	-393	-377	-1.761	-3.041	-1.800	-1.488	45.060	132	-5
Fluxos de Caixa de financiamento	-4.143	1.294	-1.946	1.341	2.125	1.411	-879.271	-3.927	-264
Variação líquida de Caixa e equivalentes	166	-799	-714	222	-0	1.868	998.803	73	-4

XXII - Dívida remunerada

No final do período, a dívida remunerada corrente tinha a seguinte composição:

m milhares de euros

	2018	2017
Descobertos e empréstimos bancários	85.850	60.903
Loações Financeiras	350	612
Factoring	0	180
Papel comercial	35.000	0
Dívida remunerada corrente	121.200	61.695

Destes totais cerca de 11% é denominada em divisa não euro (Dez. 2017: 15%).

A dívida remunerada não corrente tinha a seguinte composição:

	m ilhães de euros	
	2018	2017
Empréstimos bancários	37.948	47.362
Subsídios reembolsáveis	70	94
Loações Financeiras	1.485	638
Dívida remunerada não corrente	39.503	48.094

No final do período, esta dívida era denominada em euros em 100% (Dez 2017: 100%).

A 31 de dezembro de 2018, a maturidade da dívida remunerada não corrente era a seguinte:

	m ilhães de euros
Vencimento entre 01/01/2020 e 31/12/2020	8.444
Vencimento entre 01/01/2021 e 31/12/2021	7.328
Vencimento entre 01/01/2022 e 31/12/2022	6.431
Vencimento após 01/01/2023	17.299
Total	39.503

Da dívida remunerada, corrente e não corrente, 135.703 K€ vencem juros a taxa variável. Os 25.000 K€ de dívida remanescente vencem juros a taxa fixa. O custo médio registado no período para o conjunto das linhas de crédito utilizadas situou-se nos 1,09% (2017: 1,67%).

De salientar que no final do primeiro trimestre 2015 a CORTICEIRA AMORIM efetivou um contrato de empréstimo com o BEI. Este empréstimo, no montante de 35 M€, a dez anos, com carência de quatro anos, foi negociado a uma taxa all-in inferior a qualquer financiamento existente à data. Com esta facilidade a CORTICEIRA AMORIM conseguiu alongar substancialmente os prazos da sua dívida, e ao mesmo tempo baixar consideravelmente a sua taxa média de dívida remunerada.

À data de fecho de contas de 2018, a CORTICEIRA AMORIM tinha linhas de financiamento cuja documentação contratual de suporte incluía covenants genericamente usados neste tipo de contratos, nomeadamente: cross-default, pari passu e, em alguns casos, negative pledge.

Com data de 31 de dezembro de 2018, quatro subsidiárias estrangeiras da CORTICEIRA AMORIM apresentam 6,2 M€ de dívida coberta por garantias reais sobre Ativos. Esses Ativos encontram-se registados na Demonstração da posição financeira dessas subsidiárias.

A CORTICEIRA AMORIM tinha utilizado naquela data financiamentos aos quais estavam associados covenants financeiros. Estes consubstanciavam-se, essencialmente, no cumprimento de rácios que permitem acompanhar a situação financeira da empresa, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida, nomeadamente o rácio que relaciona a Dívida com o EBITDA gerado pela Sociedade (Dívida remunerada líquida/EBITDA corrente) - e também a estrutura do Balanço.

A 31 de dezembro de 2018, estes rácios registavam os seguintes valores:

Dívida remunerada líquida / EBITDA corrente (X)	1,04
Autonomia Financeira	51,6%

Os rácios acima mencionados cumpriam larga e integralmente as exigências constantes dos contratos que formalizavam os referidos financiamentos. Na eventualidade do seu não cumprimento, haveria a possibilidade de tal circunstância conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados.

Para além do referido cumprimento informa-se que a capacidade de assegurar o serviço de dívida estava ainda reforçada pela existência, à data de 31 de dezembro de 2018, de 116 milhões de euros de linhas de crédito aprovadas, mas não utilizadas.

XXIII - Fornecedores

	m ilhães de euros	
	2018	2017
Fornecedores c/c	77.584	72.581
Fornecedores - <i>confirming</i>	77.441	76.440
Fornecedores - Recepção e Conferência	9.983	8.075
Fornecedores	165.008	157.096

Do valor total, cerca de 58% refere-se a saldos provenientes da UN Rolhas (Dez 2017: 53%) e 19% refere-se a saldos provenientes da UN Matérias-Primas (Dez 2017: 26%).

XXIV - Outros passivos financeiros e outros passivos

- **Outros passivos financeiros**

	m ilhães de euros	
	2018	2017
Subsídios reembolsáveis	13.884	15.717
Acordo para aquisição de interesses que não controlam	15.454	19.035
Outros credores diversos	925	1.427
Outros passivos financeiros - não correntes	30.263	36.179
Subsídios reembolsáveis	3.573	1.540
Acordo para aquisição de interesses que não controlam	4.956	0
Credores por acréscimo gastos - fornecimentos e serviços	3.735	4.122
Credores por acréscimo gastos - outros	8.843	9.305
Outros rendimentos a reconhecer	139	23
IVA a pagar	6.072	6.831
Estado e S. Social - retenções e outros	6.529	6.143
Outros credores diversos	7.192	5.533
Outros passivos financeiros - correntes	41.039	33.498

Em Outros passivos financeiros está incluído o montante de 565 K€ (2017: 265 K€), o qual se refere ao valor dos derivados de cobertura de risco cambial.

O valor de 30.263 K€ de Outros passivos financeiros - Não correntes tinha o seu vencimento de 1 a 2 anos (8.608 K€), de 2 a 4 anos (15.897 K€) e a mais de 4 anos (5.758 K€).

O acordo para aquisição de interesses que não controlam resultam da compra da S.A.S. ETS CHRISTIAN BOURRASSÉ, em que num primeiro momento foram adquiridos 60% do capital social, pelo montante de 29 M€. O acordo prevê a aquisição subsequente até 2022 dos restantes 40% (“acordo para aquisição de interesses que não controlam”) por um preço que, tomando por referência o valor já pago pelos primeiros 60%, dependerá ainda da evolução da performance da BOURRASSÉ nos próximos anos. A primeira tranche de 10% será adquirida durante 2019.

- **Outros passivos**

	m ilhães de euros	
	2018	2017
Subsídios não reembolsáveis	3.818	5.342
Credores por acréscimo gastos - remunerações a liquidar	12.646	16.179
Outros passivos - correntes	16.464	21.521

Os saldos relativos a subsídios evoluíram do seguinte modo:

	m ilhães de euros	
Subsídios não reembolsáveis	2018	2017
Saldo Inicial	5.342	5.244
Reconhecimento de rendimentos no exercício	-1.612	-3.222
Recebimentos	124	1.928
Reclassificações / Transferências / Entradas	-36	1.391
Saldo Final	3.818	5.342

	m ilhães de euros	
Subsídios reembolsáveis	2018	2017
Saldo Inicial	17.257	9.877
Pagamentos do exercício	-2.340	-995
Recebimentos do exercício	2.293	10.077
Reclassificações / Transferências	248	-1.702
Saldo Final	17.457	17.257

O valor de transferências é essencialmente relativo a montantes de benefícios reembolsáveis entretanto convertidos para não reembolsáveis em algumas subsidiárias e ao reconhecimento do juro pela mensuração a custo amortizado.

A generalidade dos apoios recebidos pela Corticeira Amorim destinam-se a investimentos dirigidos ao aumento da capacidade produtiva e modernização das instalações industriais, melhoria na qualidade dos produtos fabricados, ou de melhoria energética e de aproveitamento da sua principal matéria-prima (cortiça).

Os projetos que deram origem à maioria dos subsídios garantiram apoios classificados como reembolsáveis; estes são, normalmente, objeto de avaliação, já em fase considerada de cruzeiro, e se se cumprirem metas acordadas, parte, ou mesmo a totalidade, do subsídio é convertido em não reembolsável.

Não existem valores por receber associados a subsídios classificados como não reembolsáveis, nem condições que faltem cumprir para o seu reconhecimento.

Os saldos destas rubricas na demonstração consolidada da posição financeira de 2017 foram agregados na rubrica “Outros empréstimos obtidos e credores diversos”.

XXV - Fornecimentos e serviços externos

	m ilhães de euros	
	2018	2017
Comunicação	1.353	1.431
Sistemas de Informação	6.184	4.835
Seguros	3.946	3.533
Subcontratos	4.856	3.765
Electricidade	14.843	13.386
Vigilância	1.156	1.113
Honorários	1.375	1.569
Ferramentas e Utensílios de Desgaste Rápido	2.151	2.097
Combustíveis, Água e Fluidos	1.934	1.704
Royalties	856	1.097
Rendas e Alugueres	6.641	5.285
Transportes	26.172	25.216
Despesas de Representação	1.123	1.107
Deslocações e Estadas	4.949	5.014
Comissões	8.503	7.949
Trabalhos Especializados	9.797	10.844
Publicidade e Propaganda	7.054	8.246
Conservação e Reparação	11.820	10.226
Outros	9.433	8.238
Gastos capitalizados	-7	-130
Fornecimentos e Serviços Externos	124.140	116.524

XXVI - Gastos com pessoal

	m. milhares de euros	
	2018	2017
Remunerações dos Órgãos Sociais	783	830
Remunerações do Pessoal	104.990	97.699
Encargos sobre Remunerações	21.994	19.996
Indemnizações	2.405	3.818
Benefícios pós-emprego	374	352
Outros Custos com o Pessoal	3.762	2.995
Gastos capitalizados	-69	-61
Gastos com Pessoal	134.239	125.630
Numero médio de trabalhadores	4.399	4.202
Numero de trabalhadores no final do período	4.448	4.248

As Remunerações dos Órgãos Sociais referem-se às remunerações auferidas na Corticeira Amorim, SGPS, SA e quaisquer das suas subsidiárias e incluem as auferidas pelo Conselho Fiscal e Mesa de Assembleia Geral.

O valor dos gastos relativos a planos de benefícios de contribuição definida foi de 374 K€ (2017: 352 K€).

XXVII - Ajustamentos de imparidade de ativos e resultados não recorrentes

- Ajustamentos de imparidade de ativos

	m. milhares de euros	
	2018	2017
Valores a receber	1.615	205
Inventários	-875	-189
Ativos fixos tangíveis / intangíveis / outros	-813	2.274
Ajustamentos de imparidade de ativos	-73	2.290

Os ajustamentos de valores a receber incluem os relativos a clientes e outros devedores.

- Resultados não recorrentes

Quanto aos valores não recorrentes (nota II q), o valor mais significativo foi registado em 2018 é relativo a gastos de reestruturação essencialmente da UN Revestimentos em Portugal. Estão também incluídos em não recorrentes os gastos incorridos essencialmente com consultores e advogados para a aquisição de subsidiárias e a imparidade do Goodwill da Sodiliège e Biocape. Em termos positivos, de realçar a reversão da provisão relacionada com contingências associadas ao desenvolvimento na Argentina.

m ilhães de euros

	2018	2017
Gastos de reestruturação	-1.428	-2.441
Imparidade Goodwill	-293	0
Reversão provisões no investimento na Amorim Argentina	2.214	0
Gastos de transação	-436	-472
Resultados não recorrentes	57	-2.913

XXVIII - Outros rendimentos e ganhos / outros gastos e perdas

m ilhães de euros

	2018	2017
Ganhos em ativos fixos tangíveis / Prop. invest.	436	289
Reversões de provisões	1.074	682
Subsídios à exploração	81	164
Subsídios ao investimento	1.612	3.222
Rendimentos suplementares	2.076	3.000
Rendimentos de imóveis	605	182
Trabalhos para a própria entidade	23	174
Outros	5.692	4.637
Outros rendimentos e ganhos	11.599	12.348

m ilhães de euros

	2018	2017
Cobertura risco cambial: dif. câmbio (Nota XXXII)	908	1.967
Cobertura risco cambial: var. JV instrum. finan. (Nota XXXII)	594	-1.746
Impostos	1.836	1.814
Provisões do período	215	122
Perdas em ativos fixos tangíveis / Prop. invest.	78	103
Serviços bancários	588	491
Dívidas incobráveis	52	1.893
Perdas em inventários	80	63
Donativos e quotizações	448	471
Outros	966	2.642
Outros gastos e perdas	5.765	7.822

XXIX - Gastos e rendimentos financeiros

	m ilhães de euros	
	2018	2017
Juros Suportados - empréstimos bancários	1.620	1.093
Juros Suportados - outras entidades	1.551	254
Imposto de Selo	143	84
Outros	234	41
	3.547	1.471
Juros Obtidos - depósitos bancários	42	136
Juros Obtidos - outros empréstimos	7	19
Juros Obtidos - juros mora	2	4
Juros Obtidos - outros juros	43	32
	95	191
Gastos Financeiros Líquidos	3.452	1.280

Em Juros Suportados - Outras Entidades está incluído um valor de 118 K€ (2017: 98 K€) de aplicação do custo amortizado e o efeito da atualização do passivo para a aquisição de interesses que não controlam (1,4 M€).

XXX - Transações com entidades relacionadas

A CORTICEIRA AMORIM consolida diretamente na AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A. com sede em Mozelos (Santa Maria da Feira), holding do Grupo Amorim.

A 31 de dezembro de 2018 a participação do AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A. na CORTICEIRA AMORIM era de 51%, correspondente a 51% dos direitos de voto.

As transações da CORTICEIRA AMORIM com empresas relacionadas resumem-se, no essencial, à prestação de serviços por parte de subsidiárias da AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A., (Amorim Serviços e Gestão, S.A., Amorim Viagens e Turismo, Lda., OSI - Sistemas Informáticos e Electrotécnicos, Lda.). O total das prestações de serviços destas empresas ao conjunto das empresas da CORTICEIRA AMORIM foi de 10.346 K€ (2017: 8.528 K€).

As vendas da Quinta Nova, S.A., subsidiária da AMORIM - INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A., às empresas do universo CORTICEIRA AMORIM atingiram os 48 K€ (2017: 55 K€). As compras atingiram os 161 K€ (2017: 120 K€).

As compras de amadia efetuadas no exercício a empresas detidas pelos principais acionistas indiretos da CORTICEIRA AMORIM atingiram o valor de 1.124 K€ (2017: 1.430 K€), correspondendo a menos de 2% das compras totais da matéria-prima cortiça.

Os saldos a 31/12/2018 e de 2017 são os decorrentes do período normal pagamento (entre 30 e 60 dias) e por isso considerados imateriais.

Os serviços são normalmente negociados com as entidades relacionadas numa base de cost plus num intervalo entre 2% e 5%.

Durante o exercício não se registaram transações, nem existem saldos com as partes relacionadas Amorim Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.

O total de remunerações de curto prazo do pessoal-chave (inclui comissão executiva da SGPS e diretores gerais das Unidades de Negócios) da CORTICEIRA AMORIM atingiu no exercício o valor de 3.220 K€ (2017: 3.231 K€). O valor de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e de pagamentos com base em ações, é nulo.

XXXI - Provisões, benefícios pós-emprego e garantias

- **Provisões:**

	m ilhazes de euros	
	2018	2017
Contingências fiscais	40.829	36.347
Garantias a clientes	577	408
Outros	1.675	4.185
Provisões	43.081	40.940

Durante o exercício as provisões em Balanço aumentaram 2,1 M€. O aumento da provisão para contingências fiscais foi de 4.5 M€ e a provisão para outros eventos diminuiu em 2,3 M€.

Os processos em aberto, tanto em fase judicial, como em fase graciosa, e que podem afetar desfavoravelmente a CORTICEIRA AMORIM, referem-se aos exercícios de 1997, 1998, 1999, e de 2003 a 2015. O exercício de 2015 foi o último exercício revisto pelas autoridades fiscais portuguesas.

Estes processos têm origem, basicamente, em questões relacionadas com a prestação de garantias não remuneradas entre empresas do Grupo, em empréstimos entre empresas do Grupo (Imposto de Selo), com a dedutibilidade de juros de sociedades gestoras de participações sociais (SGPS), com a não aceitação de gastos como gastos fiscais e com perdas relativas a liquidações de subsidiárias.

A natureza dos valores reclamados é relativa a liquidações de IRC, Imposto de Selo e, residualmente IVA.

No final de cada exercício, é efetuada uma análise dos processos fiscais em curso, sendo o desenvolvimento processual dos mesmos tido em conta e, assim, aferida a necessidade de provisionar novas situações, ou de reverter, ou reforçar provisões já existentes. As provisões correspondem a situações que, pelo seu desenvolvimento processual, ou pela doutrina / jurisprudência entretanto surgida, indiciam uma probabilidade de terem um desfecho desfavorável para a CORTICEIRA AMORIM e em que, a verificar-se tal desfecho, o ex-fluxo pode ser estimado com fiabilidade.

De notar que durante o período não houve desenvolvimentos dignos de registo nos processos referidos atrás.

O valor dos processos fiscais à data de fecho das contas de 2018 totaliza 10,4 M€, estando provisionados na totalidade.

Para além das provisões fiscais atrás referidas, a CORTICEIRA AMORIM tem registado uma provisão para fazer face aos benefícios fiscais a requerer relativamente a 2018 e requeridos em exercícios anteriores. A exigência de certificação por parte da ANI dos projetos SIFIDE, a exigência de manutenção dos postos de trabalho durante cinco anos nos projetos RFAI, bem como outras condicionantes à efetivação dos benefícios, tem levado a CORTICEIRA AMORIM ao reconhecimento de provisões de modo a contemplar futuros incumprimentos das referidas exigências. De referir que o apuramento dos benefícios fiscais não se pode dar como concluído, dado que as suas condicionantes se prolongam por vários exercícios, nomeadamente no que respeita à manutenção dos postos de trabalho. O principal aumento da rubrica de provisões para contingências fiscais relaciona-se com a provisão para fazer face aos benefícios fiscais referidos tendo tido um aumento de 6,4 M€. Esta provisão no final de 2018 apresenta o valor de 27,2 M€.

De referir ainda que a CORTICEIRA AMORIM tem vindo a constituir provisões devido à incerteza sobre a aceitação por parte das autoridades tributárias da existência de reportes fiscais em duas subsidiárias espanholas. O valor da provisão no final de 2018 era de 3,7 M€.

Não existem processos fiscais não provisionados, desta forma os passivos contingentes são nulos.

A CORTICEIRA AMORIM efetuou em 2013 o pagamento instituído pelo DL 151-A/2013 (RERD) no valor de 4,3 M€, pagamento esse que não implica o abandono por parte da CORTICEIRA AMORIM da defesa dos respetivos processos. Em 2016 ocorreu a decisão final de um dos processos pagos relativo a impostos de selo tendo sido ganho parcialmente pela CORTICEIRA AMORIM que recebeu 1,2 M€ do valor pago de 1,7 M€. Desta forma, o valor que continuar em aberto de processos em curso pagos no âmbito do RERD é de 2,6 M€.

Conforme já foi referido em 2016 foi pago no âmbito do PERES, um montante de 7,4 M€, pagamento esse que não implica o abandono por parte da CORTICEIRA AMORIM da defesa dos respetivos processos.

Para além destes processos, a CORTICEIRA AMORIM tem um largo número de outros processos a seu favor, os quais se referem, no essencial, a pagamentos relativos a tributações autónomas, taxas de inspeção e benefícios fiscais. O valor destes processos monta aos 1,5 M€, valor esse que não se encontra registado como integrando o seu ativo. O total dos ativos contingentes eleva-se assim aos 11,7 M€.

Considera-se adequado os montantes de 40,8 M€ de provisões existentes para fazer face a contingências relativas a impostos e de 2,2 M€ para outras contingências.

		m milhares de euros					
		Contingências Fiscais			Garantias Clientes	Outros	
		IRC	IS	Outros			
Saldo inicial 2017		26.100	62	8	535	3.578	30.282
Constituição	Outros Gastos - Nota XXVI	9				113	122
	Gastos Não Recorrentes					400	400
	Imposto sobre o Rendimento	11.197					11.197
	Outros					39	39
Reversão	Outros Rendimentos - Nota XXVI	-431				-250	-682
	Vendas					-127	-127
	Imposto sobre o Rendimento	-1.309					-1.309
Diferença conversão cambial		-9				2	-6
Variação de perímetro		720				317	1.037
Utilização						-13	-13
Saldo final 2017		36.276	62	8	408	4.186	40.940

		Contingências Fiscais			Garantias Clientes	Outros	
		IRC	IS	Outros			
Saldo inicial 2018		36.276	62	8	408	4.186	40.940
Constituição	Outros Gastos - Nota XXVI	40				175	215
	Gastos Não Recorrentes						0
	Vendas				168		168
	Imposto sobre o Rendimento	7.422					7.422
Reversão	Outros						0
	Gastos Não Recorrentes					-2.214	-2.214
	Outros Rendimentos - Nota XXVI	-200				-1.868	-2.068
	Vendas					750	750
	Imposto sobre o Rendimento	-2.774					-2.774
Diferença conversão cambial		-5				0	-5
Variação de perímetro						743	743
Utilização						-96	-96
Saldo final 2018		40.759	62	8	577	1.676	43.081

- **Benefícios pós-emprego**

m ilhães de euros

**Benefícios
pós-
emprego**

Saldo inicial 2017		730
Constituição	Outros Gastos - Nota XXVI	56
Variação de perímetro		211
Utilização		-22
Saldo final 2017		975

m ilhães de euros

**Benefícios
pós-
emprego**

Saldo inicial 2018		975
Constituição	Outros	10
Reversão	Gastos Não Recorrentes	
	Outros Rendimentos - Nota XXVI	-5
Variação de perímetro		641
Utilização		
Saldo final 2018		1.621

Na subsidiária Elfverson, a empresa disponibiliza um plano de pensões de benefícios definido para funcionários administrativos nascidos em 1978 ou anteriores. O plano é gerido pela PRI Pensionsgaranti. A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o procedimento de obter os cálculos atuariais das responsabilidades foi determinado de acordo com o “Projected Unit Credit Method”, conforme IFRS.

Os principais pressupostos assumidos foram os seguintes: taxa de desconto 2,2%, aumento dos salários 2,2%; esperança média de vida: DUS 14 (determinada pelo Actuarial Research Board). O total de colaboradores a beneficiar do plano são 27. A responsabilidade estimada para o final do ano é de 641 K€.

A Amorim Cork Itália apresenta responsabilidades relativas ao TFR (trattamento di fine rapporto). Este é devido pela empresa ao colaborador quando termina a relação contratual, quer seja a empresa ou o colaborador a terminar a ligação ou no momento da reforma. Este montante equivale a cerca de 1 mês / ano de trabalho. A Amorim Cork Itália provisionado este valor, seguindo as regras de atualização definidas pelo governo (todos os anos é emitida uma lei com a percentagem de revalorização dos montantes de anos anteriores). O valor das responsabilidades é de aproximadamente 604 K€.

Valores remanescentes relativos essencialmente a responsabilidades das subsidiárias Bourrassé (197 K€), Korken Schiesser (127 K€) e Portocork Italia (47 K€).

– Garantias:

No decurso da sua atividade operacional, a CORTICEIRA AMORIM prestou garantias a terceiros que montavam em 31/12/2017 a 2.094 K€ (Dez. 2017: 3.470 K€).

m milhares de euros		
Beneficiário	Montante	Motivo
Agências Governamentais	1.602	Apoios a investimentos
Diversos	492	Diversos
TOTAL	2.094	

A 31 de dezembro de 2018, o total de rendas vincendas referentes a contratos de aluguer de longa duração de equipamento de transporte ascende a 1.602 K€. O total de rendas vincendas relativas a equipamento e *software* informático ascende a 168 K€. O total das rendas vencem em 2019 (204 K€), 2020 (391 K€), 2021 (475 K€), 2022 (641 K€) e 2023 e seguintes (59 K€).

Os compromissos relativos à compra de cortiça atingem os 18.253 K€ (2019: 13.189 K€; 2020: 1.176 K€, 2021: 486 e 2022 e seguintes 3.402 K€).

XXXII - Câmbios contratados com instituições de crédito

A 31 de dezembro de 2018, existiam contratos de opções e forwards outright relativos a divisas usadas nas transações da CORTICEIRA AMORIM distribuídos da seguinte forma:

milhares de euros

	2018		2017	
USD	45.107	95%	30.183	90%
ZAR	2.225	5%	3.038	9%
HUF	78	0%	326	1%
RUB	259	1%	-	-
Contratos Forward - posições longas	47.669	100%	33.547	100%
USD	1.746	100%	3.353	100%
Contratos Forward - posições curtas	1.746	100%	3.353	100%
USD	11.343	100%	-	-
Opções - posições longas	11.343	100%	-	-
USD	440	100%	2.185	100%
Opções - posições curtas	440	100%	2.185	100%

É expectável que as transações altamente prováveis em moeda estrangeira que foram alvo de cobertura de risco cambial ocorram durante o primeiro semestre de 2019. O valor reconhecido em capital "em Ajustamentos de Contabilidade de Cobertura" será reconhecido na demonstração de resultados no mesmo período.

A quantia reconhecida no rendimento integral relativa a variações de justo valor de coberturas de fluxos de caixa eficazes foi de -462 mil euros (2017: 1.575 milhares de euros).

Relativamente às coberturas de justo valor, durante o exercício de 2018 foram reconhecidos ganho de 908 K€ nos instrumentos de cobertura (2017: ganho de 1.967 K€) e ganho de 594 K€ nos itens cobertos (2017: perda de 1.746 K€).

XXXIII - Remunerações dos auditores

O total de honorários suportados pelo conjunto de empresas da CORTICEIRA AMORIM relativamente a serviços prestados pelas empresas do universo da EY atingiu os 254 mil euros (2017: 289 mil euros), e detalha-se como se segue:

m ilhães de euros

Natureza do Serviço			Auditoria e	Revisão de	Outros	TOTAL
			revisão de	informação		
			contas	financeira		
				intercalar e outros	serviços de	
				serviços de	garantia de	
				fiabilidade		
EY SROC	Corticeira Amorim	Valor	22.200	14.000	0	36.200
		%	61%	39%	0%	100%
	Entidades que integram o grupo	Valor	132.750	7.440	0	140.190
		%	95%	5%	0%	100%
	Total	Valor	154.950	21.440	0	176.390
		%	88%	12%	0%	100%
Empresas da Rede EY	Corticeira Amorim	Valor	0	0	0	0
		%	0%	0%	0%	0%
	Entidades que integram o grupo	Valor	77.733	0	0	77.733
		%	100%	0%	0%	100%
	Total	Valor	77.733	0	0	77.733
		%	100%	0%	0%	100%
Total	Corticeira Amorim	Valor	22.200	14.000	0	36.200
		%	61%	39%	0%	100%
	Entidades que integram o grupo	Valor	210.483	7.440	0	217.923
		%	97%	3%	0%	100%
	Total	Valor	232.683	21.440	0	254.123
		%	92%	8%	0%	100%

A rubrica de revisão de informação financeira intercalar e outros serviços de garantia de fiabilidade inclui:

- a revisão limitada das demonstrações financeiras consolidadas para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 e a revisão independente do relatório de informação não financeira - relatório de sustentabilidade; e
- serviços de due diligence financeira e fiscal e apoio no benchmarking e identificação de recomendações sobre a estratégia de uma das UN da Corticeira Amorim.

No âmbito destes serviços, estas Entidades não assumem a liderança dos projetos subjacentes, a qual é sempre assumida pelo departamento apropriado da Corticeira Amorim, não se colocando, portanto, questões relativas à independência da atuação das mesmas.

XXXIV - Sazonalidade da atividade

A atividade da CORTICEIRA AMORIM estende-se por um leque bastante alargado de produtos e por um mercado que abrange os cinco continentes e mais de 100 países. Não se considera, por isso que haja uma sazonalidade notória na sua atividade dado a extrema variedade de produtos e mercados. Tradicionalmente tem-se observado, no entanto, que a atividade do primeiro semestre e em especial a do segundo trimestre, é superior à média dos restantes trimestres, alternando o terceiro e o quarto trimestre como o trimestre mais fraco de vendas.

XXXV - Outras informações

- a) O resultado líquido por ação é calculado atendendo ao número médio do exercício das ações emitidas deduzidas das ações próprias. Não havendo direitos de voto potenciais, o resultado por ação básico não difere do diluído.

	2018	2017
Acções emitidas	133.000.000	133.000.000
Nº médio de acções próprias	0	0
Nº médio de acções em circulação	133.000.000	133.000.000
Resultado líquido (mil euros)	77.389	73.027
Resultado por acção (euros)	0,582	0,549

- b) IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2018:

1. Impacto da adoção das alterações às normas que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2018

- **IFRS 2 (alteração)**, “Classificação e Mensuração das Transações de Pagamento com base em Ações” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações incorporam na norma orientações sobre o tratamento contabilístico de pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro, que seguem a mesma abordagem de pagamentos baseados e liquidados em ações.
- **IFRS 4 (alteração)**, “Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4 Contratos de Seguros” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Estas alterações complementam as opções atualmente existentes na norma que podem ser utilizadas para colmatar a preocupação relacionada com a volatilidade temporária dos resultados.
- **IFRS 9 (novo)**, “Instrumentos financeiros - classificação e mensuração” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). Trata-se da primeira fase da IFRS 9, na qual se prevê a existência de duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a empresa o detém para receber os cashflows contratuais e os cashflows representam o nominal e juros. Caso contrário, os instrumentos financeiros são valorizados ao justo valor por via de resultados.
- **IFRS 15 (novo)**, “Rédito de Contratos com Clientes” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). A norma estabelece um enquadramento único e abrangente para o reconhecimento da receita, sendo este aplicado de forma consistente em transações, indústrias e mercados de capital, melhorando a comparabilidade das demonstrações financeiras a nível global. Esta norma substitui as seguintes normas e

interpretações: IAS 18 Rédito, IAS 11 Contratos de construção, IFRIC 13 Programas de fidelização de clientes, IFRIC 15 Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 Transferências de ativos provenientes de clientes e SIC - 31 Receita - Transações de troca direta envolvendo serviços de publicidade.

- **IFRS 15 (clarificação)**, “Rédito de Contratos com Clientes” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). São apresentados esclarecimentos sobre a transição e algumas clarificações aos princípios subjacentes da norma.
- **IFRIC 22 (interpretação)**, “Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). As interpretações vêm esclarecer a contabilização de operações que incluem o recebimento ou pagamento antecipado em moeda estrangeira.
- **IAS 40 (alteração)**, “Transferência de propriedades de investimento” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018). As alterações vêm clarificar se uma propriedade em construção ou desenvolvimento, que foi previamente classificada em inventários, pode ser transferida para propriedades de investimento quando exista uma mudança evidente no uso.
- **Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro** (ciclo 2014-2016 a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017/2018). Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas, de destacar a seguinte:
 - IFRS 1, “Adoção pela primeira vez das IFRS”, melhoria que veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).
 - IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento.

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. No caso específico das IFRS 9 e 15 é de salientar o seguinte.

IFRS 15 - Rédito de Contratos com Clientes

A IFRS 15 veio substituir a IAS 11 Contratos de Construção, a IAS 18 Rédito e as Interpretações relacionadas com estas normas e aplica-se, com raras exceções, a todo o rédito proveniente de contratos com clientes.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requiere que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente.

A IFRS 15 requiere que o órgão de gestão faça julgamentos, considerando todos os factos e circunstâncias relevantes quando aplica cada um dos cinco passos do modelo aos contratos com os seus clientes. A norma também especifica como devem ser contabilizados os custos incrementais para a obtenção de um contrato e os custos diretamente incorridos no cumprimento de um contrato. Adicionalmente, a norma exige divulgações mais extensas.

A Corticeira Amorim adotou a IFRS 15 usando o método retrospectivo modificado, com data de aplicação inicial de 1 de janeiro de 2018. De acordo com este método, a norma pode ser aplicada, na data de aplicação inicial, a todos os contratos ou apenas aos contratos que não estejam concluídos nessa data. A Corticeira Amorim optou por aplicar a norma a todos os contratos / aplicar aos contratos que não estavam concluídos em 1 de janeiro de 2018.

Resultante da análise efetuada, a Corticeira Amorim conclui pela ausência de impactos materiais na forma de reconhecimento e mensuração do rédito de contratos com clientes. Consequentemente não foram efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras.

Impactos da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 Instrumentos Financeiros veio substituir a IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração para os períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018 e juntou os três aspetos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, imparidade e contabilidade de cobertura.

A Corticeira Amorim aplicou a IFRS 9 prospectivamente com data de aplicação inicial em 1 de janeiro de 2018. A Corticeira Amorim não reexpressou a informação comparativa a qual continua a ser reportada de acordo com a IAS 39. As diferenças decorrentes da adoção da IFRS 9 foram reconhecidas diretamente em resultados transitados e em outras componentes de capital próprio.

(a) Classificação e mensuração

De acordo com a IFRS 9, os instrumentos de dívida podem ser subsequentemente mensurados ao justo valor através de resultados, ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral. A classificação é determinada em função do modelo de negócio da Corticeira Amorim para gerir os ativos financeiros e se os fluxos de caixa contratuais do instrumento de dívida representam, ou não, apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros sobre o capital em dívida.

A avaliação do modelo de negócio da Corticeira Amorim foi efetuada à data de aplicação inicial, em 1 de janeiro de 2018. A avaliação se os fluxos de caixa contratuais representam apenas reembolsos de capital e pagamentos de juros foi efetuada com base nos factos e circunstâncias existentes à data de reconhecimento dos ativos.

Os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 não tiveram um impacto significativo na Corticeira Amorim. O Grupo continua a mensurar ao justo valor todos os ativos financeiros anteriormente reconhecidos pelo justo valor de acordo com a IAS 39. As alterações ocorridas ao nível da classificação dos ativos financeiros da Corticeira Amorim são as seguintes:

- Contas a receber e Outros ativos correntes classificados como Empréstimos e contas a receber em 31 de dezembro de 2017, são detidos para receber os fluxos de caixa contratuais e dão origem a fluxos de caixa que representam apenas reembolsos de capital e pagamento de juros. São classificados e mensurados como Instrumentos de dívida ao custo amortizado com início em 1 de janeiro de 2018.
- Investimentos em instrumentos de capital próprio de empresas não cotadas classificados como Ativos financeiros disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2017, mantem-se classificados e mensurados como Ativos financeiros ao justo valor através de resultados com início em 1 de janeiro de 2018.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

(b) Imparidade

O IFRS 9 altera a forma de contabilização das imparidades de ativos financeiros, substituindo a abordagem da IAS 39 de “perda incorrida” por uma abordagem prospetiva de perda de crédito esperada (conhecida por “Expected Credit Loss” ou “ECL”). A IFRS 9 requer que as empresas reconheçam uma perda por imparidade para as perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida que não estejam mensurados ao justo valor através de resultados e para todos os ativos de contratos com clientes (decorrentes da aplicação da IFRS 15).

A política contabilística seguida pela Corticeira Amorim já previa o reconhecimento de uma imparidade genérica sobre créditos comerciais a receber, atendendo aos índices de imparidade e aos critérios de incumprimento do sistema de gestão do risco de crédito interno.

Na data da adoção da IFRS 9, em 1 de janeiro de 2018, o Grupo reconheceu perdas por imparidade adicionais relativas às “Contas a receber” de 458 k€, o que resultou numa diminuição dos resultados transitados de valor equivalente. Este registo deu origem a impostos diferidos ativos no valor de 115 k€.

(c) Contabilidade de cobertura

A Corticeira Amorim determinou que todas as relações de cobertura que eram designadas como de cobertura pela aplicação da IAS 39 continuaram a qualificar como contabilidade de cobertura com a aplicação da IFRS 9, pelo que, a aplicação dos requisitos de cobertura da IFRS 9 não teve qualquer impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em exercícios económicos futuros, que a União Europeia já endossou:

- **IFRS 9 (alteração)**, “Pagamento antecipado com compensações negativas” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). As alterações à IFRS 9 clarificam que um ativo financeiro cumpre o critério de Pagamento Exclusivo do Principal e dos Juros (SPPI, em inglês), independentemente do evento ou das circunstâncias que causaram o término antecipado do contrato e independentemente de qual a parte que paga ou recebe uma compensação razoável pelo término antecipado do contrato.
- **IFRS 16 (novo)**, “Locações” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, com opção de aplicação antecipada). A norma estabelece a forma de reconhecimento, apresentação e divulgação de contratos de leasing, definindo um único modelo de contabilização. Com exceção de contratos inferiores a 12 meses e de baixo valor (opcional), os leasings deverão ser contabilizados como um ativo e um passivo.
- **IAS 28 (alteração)**, “Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). A melhoria veio clarificar que i) uma empresa que é uma empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento, mensurar os seus investimentos em associadas e/ou *jointventures* ao justo valor através de resultados, ii) se uma empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou *jointventure* que é uma entidade de investimento, a empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicial do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma empresa-mãe.
- **IFRIC 23 (interpretação)**, “Incertezas no tratamento de impostos sobre o rendimento” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). A interpretação aborda a contabilização de impostos sobre o rendimento, quando os tratamentos fiscais envolvam incertezas que afetem a aplicação da IAS 12. A interpretação não se aplica a impostos ou taxas fora do âmbito da IAS 12, nem incluem requisitos específicos relativos a juros e penalidades associados a incertezas de tratamentos fiscais.

Não são estimados impactos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo da aplicação destas normas e alterações, com exceção da IFRS 16, como segue:

Impactos estimados da IFRS 16 - Locações

A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e veio substituir a IAS 17 Locações, a IFRIC 4 Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 Locações Operacionais - Incentivos e a SIC 27 Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação. A IFRS 16 estabelece os princípios aplicáveis ao reconhecimento, à mensuração, à apresentação e à divulgação das locações e requer que os locatários contabilizem todas as locações nos respetivos balanços de acordo com um modelo único semelhante ao previsto atualmente na IAS 17 para as locações financeiras.

A norma prevê duas isenções de reconhecimento para os locatários - contratos de locação em que os ativos tenham baixo valor e contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior).

Na data de início da locação, o locatário irá reconhecer o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

No âmbito da norma, os locatários passam a ter de remensurar o passivo da locação quando ocorrem certos eventos (como por exemplo, uma alteração no período da locação, uma alteração nos pagamentos da locação em consequência de uma alteração num indexante ou numa taxa usados para determinar esses pagamentos). Os locatários irão reconhecer o montante dessa remensuração no passivo da locação como um ajustamento ao ativo sob direito de uso.

A IFRS 16, que entra em vigor nos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2019 requer dos locadores e dos locatários divulgações mais extensivas do que as requeridas pela IAS 17.

Transição para a IFRS 16

A Corticeira Amorim irá adotar a aplicação retrospectiva modificada, através do reconhecimento do efeito acumulado, no primeiro período de aplicação da norma, como um ajustamento ao capital próprio, no balanço de abertura do período em que a norma é adotada. O Grupo irá aplicar a norma a todos os contratos que foram anteriormente identificados como locações ao abrigo da IAS 17 e da IFRIC 4. Consequentemente, o Grupo não irá aplicar a norma a contratos que não tenham anteriormente sido identificados como contendo uma locação.

A Corticeira Amorim decidiu aplicar as isenções previstas na norma para contratos de locação cujo período da locação termine nos próximos 12 meses desde a data de aplicação inicial, e para contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha baixo valor. A Corticeira Amorim tem contratos de locação para certos tipos de equipamentos administrativos (como, por exemplo, computadores pessoais, máquinas impressoras e fotocopiadoras) que a Corticeira Amorim considera terem pouco valor.

Impactos financeiros

O impacto estimado da adoção da IFRS 16 detalha-se conforme segue: reconhecimento do ativo e correspondente responsabilidade entre 5 e 7 M€; aumento das depreciações e correspondente redução dos fornecimentos e serviços externos entre 1 e 2 M€.

3. Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, que não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, endossadas pela União Europeia:

- **IAS 1 e IAS 8 (alteração)**, “Definição de material” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). A intenção da alteração da norma é clarificar a definição de material e alinhar a definição usada nas normas internacionais de relato financeiro.
- **IFRS 3 (alteração)**, “Concentração de atividades empresariais” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). A intenção da alteração da norma é ultrapassar as dificuldades que surgem quando uma entidade determina se adquiriu um negócio ou um conjunto de ativos.
- **IFRS 17 (novo)**, “Contratos de Seguros” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contabilístico com maior utilidade e consistência para contratos de seguros entre entidades que os emitam globalmente.
- **IAS 19 (alteração)**, “Alteração, reestruturação ou liquidação do plano” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, sendo a adoção antecipada permitida). A alteração tem como objetivo harmonizar as práticas contabilísticas e fornecer informações mais relevantes para a tomada de decisões.
- **Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro** (ciclo 2015-2017 a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Estas melhorias envolvem a revisão da IFRS 3 Combinações de negócios

- interesse detido previamente numa operação conjunta, IFRS 11 Acordos conjuntos - interesse detido previamente numa operação conjunta, IAS 12 Imposto sobre o rendimento - consequências ao nível de imposto sobre o rendimento decorrentes de pagamentos relativos a instrumentos financeiros classificados como instrumentos de capital e IAS 23 Custos de empréstimos - custos de empréstimos elegíveis para capitalização.

- **Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro** (emitido a 29 de março de 2018, a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas melhorias envolvem a revisão de diversas normas.

A Corticeira Amorim está a apurar o impacto resultante destas alterações e aplicará estas normas no exercício em que as mesmas se tornarem efetivas, ou antecipadamente quando permitido.

c) Classificação de ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros inserem-se, essencialmente, na categoria de Empréstimos e Contas a receber. Por sua vez os passivos financeiros são, essencialmente, Passivos a custo amortizado.

Detalhe dos ativos e passivos financeiros:

milhares de euros

	Empréstimos concedidos e contas a receber	Justo Valor por resultados	Derivados designados como de cobertura	Ativos disponíveis para venda	Total
Clientes	167.604				167.604
Outros ativos	36.012	-61	861	2.520	39.332
Caixa e equivalentes	17.005				17.005
Total a 31 de dezembro de 2017	220.621	-61	861	2.520	223.941

milhares de euros

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Ativos financeiros ao justo valor	Derivados designados como de cobertura	Derivados não designados como de cobertura	Total
Total a 1 de janeiro de 2018	220.621	2.520	861	-61	223.941
Clientes (nota XVI)	174.483				174.483
Outros devedores (nota XVIII)	28.173		132		28.305
Outros ativos financeiros (nota XIII)		1.632			1.632
Caixa e equivalentes (nota XIX)	21.695				21.695
Total a 31 de dezembro de 2018	224.351	1.632	132	0	226.115

milhares de euros

	Justo valor por resultados	Derivados designados como de cobertura	Outros passivos financeiros a custo amortizado	Total
Divida remunerada			109.789	109.789
Fornecedores			157.096	157.096
Outros empr.obtidos e credores div.	-1	266	69.412	69.677
Total a 31 de dezembro de 2017	-1	266	336.297	336.562

milhares de euros

	Empréstimos	Contas a pagar	Acordos para aquisição de interesses que não controlam	Derivados designados como de cobertura	Derivados não designados como de cobertura	Total
Total a 1 de janeiro de 2018	127.046	190.216	19.035	266	-1	336.562
Divida remunerada (Nota XXII)	160.703					160.703
Fornecedores (Nota XXIII)		165.008				165.008
Outros passivos financeiros (nota XXIV)	17.457	32.870	20.410	457	108	71.302
Total a 31 de dezembro de 2018	178.160	197.878	20.410	457	108	397.013

Os valores a receber de Clientes denominados em USD (8,0%), CLP (6,1%), AUD (2,1%), DKK (1,3%) e ZAR (1,0%), sendo o remanescente quase totalmente denominada em Euros. Desde que a atividade no mercado argentino passou a ser conduzida através da associada Corchos de Argentina, os saldos de clientes denominados em pesos argentinos (ARS) deixaram de existir. As diferenças de câmbios registradas resultam, no essencial das divisas de clientes denominados em divisa diferente do Euro, bem como dos empréstimos em divisa usados como instrumentos de cobertura de risco cambial.

É entendimento da Corticeira Amorim que o justo valor das classes de instrumentos financeiros apresentados não difere de forma significativa do seu valor contabilístico, atendendo às condições contratuais de cada um desses instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos correntes, dada a sua natureza de curto prazo, tem um valor contabilístico é semelhante ao justo valor.

A dívida remunerada não corrente é maioritariamente remunerada a taxa variável. O único empréstimo remunerado a taxa fixa foi contratado durante o exercício de 2015. Não tendo existido variações significativas nas taxas de juro de referência, a taxa então negociada não difere substancialmente das condições correntes de mercado, pelo que o justo valor não difere significativamente do valor contabilístico.

No caso dos Outros Passivos Financeiros (essencialmente Subsídios Não Remunerados mensurados ao justo valor no reconhecimento inicial), atendendo à magnitude do diferencial de atualização inicial por reconhecer em resultados, aos prazos de vencimento e aos níveis atuais de taxa de juro, o diferencial entre o valor contabilístico e o justo valor não é significativo.

XXXVI - Eventos subsequentes

Na data de emissão deste relatório, não ocorreram factos relevantes que possam vir a afetar materialmente a posição financeira e os resultados futuros da Corticeira Amorim e do conjunto das empresas filias incluídas na consolidação.

Mozelos, 15 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem a Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 966.074 milhares de euros e um total de capital próprio de 498.234 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos detentores de capital do Grupo de 77.389 milhares de euros), a Demonstração Consolidada de Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Inventários

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Em 31 de dezembro de 2018, os Inventários ascendem a 406.090 milhares de euros, líquidos de perdas por imparidade de 6.659 milhares de euros, e representam cerca de 42% do total do ativo.

São compostos por cortiça, rolhas e outros produtos transformados derivados da cortiça, que se encontram dispersos por várias localizações.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Efetuámos um entendimento do processo de inventários e testámos a eficácia operacional dos controlos implementados relacionados com a existência e a valorização dos inventários nas subsidiárias relevantes;
- ▶ Assistimos às contagens físicas dos inventários em todas as subsidiárias e geografias relevantes, realizados perto do final do ano, com um foco na identificação de indicadores de

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme divulgado na Nota II i) das notas às demonstrações financeiras consolidadas, os inventários encontram-se valorizados ao menor entre o custo e o valor realizável líquido. O Grupo aplica um critério para o registo de perdas por imparidade de inventários baseado na rotação. Esta metodologia baseia-se em pressupostos definidos com base em julgamentos do Conselho de Administração para determinar as percentagens adequadas para o registo de perdas por imparidade para cada categoria de inventários.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

imparidade de inventários por obsolescência ou dano e na correta classificação dos mesmos;

- ▶ Verificámos as condições contratuais de aquisição para uma amostra alargada de contratos com fornecedores da principal matéria-prima;
- ▶ Efetuámos procedimentos de revisão analítica da valorização de produto acabado e em curso e testámos em detalhe o processo de custeio de inventários através da seleção de uma amostra representativa de fichas de produto;
- ▶ Testámos os pressupostos subjacentes à determinação das perdas por imparidade de inventários, à luz da informação disponível sobre a rotação dos inventários, inventários obsoletos e consumo/vendas; e
- ▶ Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 2), incluídas nas Notas II i) e XV das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2. Provisões e contingências

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme divulgado na Nota XXXI das notas às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo identificou diversas contingências de natureza fiscal e legal. São registadas provisões para contingências fiscais e legais sempre que se considera que é provável um desfecho desfavorável, de acordo com o preconizado no IAS 37. A avaliação da probabilidade de desfecho é suportada no parecer de assessores jurídicos e fiscais.

A 31 de dezembro de 2018, o montante de provisões apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas ascende a 43.081 milhares de euros. A estimativa das eventuais quantias a despender requer um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração e é por isso considerada uma matéria relevante.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem de auditoria incluiu a execução dos seguintes procedimentos:

- ▶ Procedemos à compreensão e avaliação dos processos de monitorização de contingências fiscais, bem como revimos toda a documentação existente;
- ▶ Analisámos os processos fiscais que se encontram em curso, bem como as potenciais contingências fiscais, com o apoio dos nossos especialistas fiscais;
- ▶ Inquirimos o Conselho de Administração e os diretores das áreas legal e fiscal sobre as bases das suas estimativas e julgamentos;
- ▶ Analisámos as respostas aos pedidos de informação efetuados aos advogados externos; e
- ▶ Avaliámos a consistência dos critérios utilizados face aos exercícios anteriores.

Também aferimos sobre a adequabilidade das divulgações aplicáveis (IAS 37), incluídas nas Notas II I) e XXXI das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas na União Europeia;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, incluindo o Relatório de Governo Societário, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras

consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;

- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas no n.º 4 e n.º 5 do artigo 451 do Código das Sociedades Comerciais, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório Anual Consolidado a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o Relatório de Governo Societário

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas al. c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos eleitos auditores de Corticeira Amorim, SGPS, S.A. (Entidade-mãe do Grupo) pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 7 de abril de 2017 para um mandato compreendendo os exercícios de 2017 a 2019;
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;

- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 20 de março de 2019

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Rui Manuel da Cunha Vieira - ROC n.º 1154
Registado na CMVM com o n.º 20160766

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2018

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram, submetemos à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas apresentadas pelo Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

I - ACTIVIDADE DESENVOLVIDA

O Conselho Fiscal acompanhou regularmente as actividades da Sociedade e das suas principais subsidiárias e vigiou pela observância da Lei e do Contrato de Sociedade, tendo procedido à fiscalização da administração da Sociedade, da eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna e da preparação e divulgação da informação financeira individual e consolidada. Além disso, procedeu à monitorização da regularidade dos registos contabilísticos, da exactidão dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas e das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela sociedade, tendo igualmente apreciado a razoabilidade das estimativas e dos julgamentos da administração nas matérias que pressupõem maior subjectividade, por forma a verificar que os mesmos conduzem a uma adequada expressão do património e dos seus resultados individuais e consolidados e fluxos de caixa.

No exercício das suas competências, o Conselho Fiscal reuniu regularmente com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, no sentido de acompanhar os trabalhos de auditoria efectuados, desde a fase de planeamento até às respectivas conclusões, para além de avaliar a sua independência. Nesta vertente, o Conselho Fiscal analisou as propostas que lhe foram presentes para prestação de serviços que não de auditoria pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, tendo aprovado aquelas que respeitavam a serviços permitidos, não afectavam a independência da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e cumpriam os demais requisitos legais. Como lhe compete, o Conselho acompanhou as transações realizadas com accionistas detentores de participações qualificadas, tendo também acompanhado o funcionamento do sistema de participação de irregularidades.

O Conselho reuniu igualmente com os representantes departamentais com funções de relevo na preparação das contas individuais e consolidadas, bem assim como com o Auditor Interno e com os responsáveis pelos Departamentos Jurídico e Fiscal, de todos tendo recebido total colaboração. O Conselho Fiscal reuniu igualmente com o Conselho de Administração e com a Comissão Executiva, de quem obteve esclarecimento para todas as questões suscitadas, bem como uma compreensão dos planos e objectivos da Sociedade.

O Conselho Fiscal analisou as Certificações Legais das Contas e Relato Sobre as Auditorias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício de 2018, que compreendem as Demonstrações Consolidada e Individual da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2018, as Demonstrações Individual e Consolidada dos Resultados por Naturezas, as Demonstrações Individual e Consolidada do Rendimento Integral, as Demonstrações Individual e Consolidada das Alterações no Capital Próprio e as Demonstrações Individual e Consolidada dos Fluxos de Caixa e os respectivos anexos, documentos esses que não apresentam quaisquer reservas. O Conselho Fiscal analisou igualmente (1) a Confirmação de Independência e (2) o Relatório Adicional, que lhe foram remetidos pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, ambos reportados à data da conclusão dos trabalhos de auditoria.

O Conselho Fiscal analisou também o Relatório de Governo da Sociedade, competindo-lhe apenas atestar se o mesmo inclui todos os elementos referidos no art nº 245-A do Código de Valores Mobiliários, o que o Conselho Fiscal verificou.

II - PARECER

No âmbito das competências do Conselho Fiscal, declara-se que, tanto quanto é do nosso conhecimento e convicção, os documentos de prestação de contas atrás referidos, foram preparados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., SA e do GRUPO por ela liderado, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do GRUPO, contendo uma adequada descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Atesta-se ainda que o Relatório do Governo da Sociedade, inclui os elementos referidos no art 245-A do Código de Valores Mobiliários.

Nestes termos, tendo em consideração as diligências desenvolvidas, os pareceres e as informações recebidas do Conselho de Administração, dos Serviços da Sociedade e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo, o Conselho Fiscal dá parecer favorável

1. À aprovação do Relatório de Gestão Individual e Consolidado relativo ao exercício de 2018
2. À aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício de 2018
3. À aprovação da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, que se encontra devidamente fundamentada

Mozelos, 20 de Março de 2019

O Conselho Fiscal



Manuel Carvalho Fernandes - Presidente



Ana Paula Africano de Sousa e Silva - Vogal



Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira - Vogal



Sobre a Corticeira Amorim SGPS, S.A.:

Tendo iniciado a sua atividade no século XIX, a Corticeira Amorim tornou-se na maior empresa transformadora de produtos de cortiça do mundo, gerando um volume de negócios superior a 763 milhões de euros em mais de 100 países, através de uma rede de dezenas de empresas subsidiárias. Investindo milhões de euros anualmente em I&D, a Corticeira Amorim é uma empresa empenhada na promoção desta matéria-prima única, desenvolvendo um portefólio variado de produtos 100% naturais que são usados por algumas das indústrias mais tecnológicas e exigentes do mundo, como são exemplo as indústrias de vinhos & espirituosos, aeroespacial, automóvel, construção, desporto, design de interiores e de moda.

A abordagem da Corticeira Amorim à escolha de matérias-primas e os seus processos de produção sustentáveis estão na base de uma interdependência singular entre a indústria e um importante ecossistema, o montado - um exemplo paradigmático em termos de desenvolvimento social, económico e ambiental sustentável.



AMORIM

Corticeira Amorim, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim I
Rua de Meladas, n.º 380
4536-902 Mozelos VFR
Portugal

corticeira.amorim@amorim.com

www.corticeiraamorim.com

<https://www.linkedin.com/company/17564>

Instagram: [@Amorimcork](https://www.instagram.com/Amorimcork)

Capital Social: € 133 000 000,00

Matriculada na Conservatória do Registo

Comercial de Santa Maria da Feira - Portugal



AMORIM

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 12 DE ABRIL DE 2019 - 12 HORAS

QUINTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

Tendo em conta o resultado líquido positivo, apurado segundo as contas individuais no final do exercício de 2018, no valor de € 59.533.073,09 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e trinta e três mil, setenta e três euros e nove cêntimos),

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar que o referido resultado líquido positivo, no valor de € 59.533.073,09 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e trinta e três mil, setenta e três euros e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

- para Reserva Legal: € 2.976.653,80 (dois milhões, novecentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e três euros e oitenta cêntimos);
- para Dividendos: € 24.605.000,00 (vinte e quatro milhões e seiscentos e cinco mil euros), correspondente a um valor de € 0,185 (dezoito cêntimos e meio) por ação;
- para Reservas Livres: € 31.951.419,29 (trinta e um milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e dezanove euros e vinte e nove cêntimos).

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
15 de fevereiro de 2019

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matricula N° 500 077 797



AMORIM

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 12 DE ABRIL DE 2019 - 12 HORAS

SEXTO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.,
na qualidade de acionista da Corticeira Amorim, SGPS, SA

Considerando,

- a) a atuação criteriosa e ordenada, do Conselho de Administração, no interesse da sociedade;
- b) a forma como o relatório está elaborado, esclarecendo os aspetos mais relevantes da sociedade;
- c) a ação desenvolvida pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas, no decurso do exercício;

propõe,

nos termos e para os efeitos do disposto no artigo quatrocentos e cinquenta e cinco do Código das Sociedades Comerciais, que os Senhores Acionistas expressem um voto de confiança àqueles órgãos e a cada um dos seus membros.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira

25 de março de 2019

Amorim - Investimentos e Participações, S. G.P.S., S.A.,

A Administração

Curri
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

**AMORIM - INVESTIMENTOS
E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A.**

Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: amorim@amorim.com

Capital Social: € 50.288.000,00



AMORIM

ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 12 DE ABRIL DE 2019 - 12 HORAS

SÉTIMO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

Amorim - Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A.,
na qualidade de acionista da Corticeira Amorim, SGPS, SA

Tendo em consideração a cessação de funções do vogal suplente do Conselho Fiscal,
Senhor Dr. Durval Ferreira Marques, em virtude do seu falecimento,

propõe

a eleição, em sua substituição, para vogal suplente do Conselho Fiscal, a Senhora Marta
Parreira Coelho Pinto Ribeiro, casada, residente em Flat 12, 258 Brompton Road, SW3 2AT
London, United Kingdom, NIF 196 317 010.

25 de março de 2019

Amorim - Investimentos e Participações, S. G.P.S., S.A.,
A Administração

Amorim
Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro
Marta Parreira Coelho Pinto Ribeiro

**AMORIM - INVESTIMENTOS
E PARTICIPAÇÕES, S.G.P.S., S.A.**

Edifício Amorim
Rua de Meladas, N.º 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: amorim@amorim.com

Capital Social: € 50.288.000,00
Pessoa Colectiva e Matrícula N.º 504 231 561



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 12 DE ABRIL DE 2019 - 12 HORAS

OITAVO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

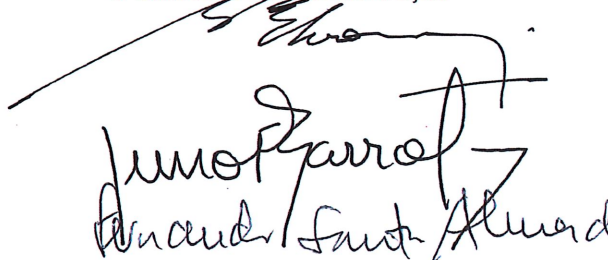
propõe

que a Assembleia Geral delibere, sob a égide do Artigo 319º do Código das Sociedades Comerciais, a aquisição pela sociedade de ações próprias, nos termos seguintes:

- a) Número máximo de ações a adquirir: até ao limite correspondente a 10% (dez por cento) do capital social;
- b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada: 18 (dezoito) meses a contar da presente deliberação;
- c) Formas de aquisição: aquisição na Bolsa ou Fora da Bolsa;
- d) Contrapartidas mínima e máxima das aquisições: o preço de aquisição das ações deverá conter-se entre o valor mínimo de € 2,00 (dois euros) e máximo de € 8,00 (oito euros).

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
15 de fevereiro de 2019

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,
O Conselho de Administração



António Faust Almeida



CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matrícula N° 500 077 797



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 12 DE ABRIL DE 2019 - 12 HORAS

NONO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS

PROPOSTA

O Conselho de Administração da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que a Assembleia Geral delibere, sob a égide do Artigo 320º do Código das Sociedades Comerciais, a alienação pela sociedade de ações próprias, nos termos seguintes:

- a) Número de ações a alienar: até ao limite correspondente a 10% (dez por cento) do capital social;
- b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada: 18 (dezoito) meses a contar da presente deliberação;
- c) Formas de alienação: alienação na Bolsa ou Fora da Bolsa;
- d) Contrapartida das alienações: o preço mínimo de alienação será de € 5,00 (cinco euros) por ação.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
15 de fevereiro de 2019

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,
O Conselho de Administração

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matrícula N° 500 077 797



ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 12 DE ABRIL DE 2019 - 12 HORAS
DÉCIMO PONTO DA ORDEM DE TRABALHOS
PROPOSTA

O Conselho de Administração
da
Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.,

propõe

que os Senhores Acionistas deliberem aprovar a política de remunerações, respetivamente dos membros dos órgãos sociais e dos demais dirigentes, descrita nas Declarações da Comissão de Remunerações e do Conselho de Administração.

Meladas - Mozelos - Santa Maria da Feira
15 de fevereiro de 2019

Corticeira Amorim, S.G.P.S., S.A.
O Conselho de Administração

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.
Sociedade Aberta
Edifício Amorim
Rua de Meladas, N° 380 - Apartado 20
4536-902 MOZELOS VFR - PORTUGAL
Telef. 22 747 5400 - Fax: 22 747 5410/11
E-mail: corticeira.amorim@amorim.com

Capital Social: € 133.000.000,00
Pessoa Colectiva e Matrícula N° 500 077 797

**Declaração da Comissão de Remunerações sobre a Política de
Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais**

CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

Assembleia Geral Anual de 12 de abril de 2019

I. Considerando:

1. que, nos termos estatutários, compete à Comissão de Remunerações da CORTICEIRA AMORIM fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos membros do Conselho de Administração, fixando ainda a remuneração a atribuir aos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas;
2. que a Comissão de Remunerações considera que a política e as remunerações praticadas nos exercícios anteriores claramente propiciam:
 - no caso dos membros do Conselho de Administração - o alinhamento entre os interesses dos beneficiários de tais remunerações e os interesses da Sociedade, fomentando um adequado equilíbrio entre a remuneração atribuída e o desempenho evidenciado em prol da rentabilidade a médio/longo prazo da Sociedade;
 - no caso dos membros dos demais órgãos sociais – o exercício das respetivas funções de forma profissional, empenhada e independente, em prol da integral salvaguarda das competências que, por Lei ou pelos Estatutos da Sociedade, lhes estão atribuídas;
3. que a Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, determina que nas entidades de interesse público a comissão de remuneração deve submeter anualmente a aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização;
4. que a Sociedade acolhe o quadro recomendatório inscrito no Código de Governo Societário emanado pelo IPCG como um importante referencial de boas práticas adotando integralmente as respetivas recomendações relacionadas com a declaração referida no ponto anterior;
5. que a Comissão de Remunerações julga que a adoção desta prática – emissão de Declaração sobre Política de Remunerações para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas – favorece a compreensão das principais linhas de orientação desta política em benefício da transparência na fixação das remunerações a atribuir;

A Comissão de Remunerações da CORTICEIRA AMORIM propõe que os Senhores Acionistas apreciem e aprovem a seguinte política de remunerações:

1. A remuneração dos **Membros da Mesa Assembleia Geral e do Conselho Fiscal** reveste a forma de senha de presença, devendo ser fixada para todo o mandato, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
2. A remuneração do **Revisor Oficial de Contas** reveste a forma de prestação de serviços, devendo ser fixada anualmente, tendo em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado;
3. Os **Membros do Conselho de Administração** da Sociedade devem ser remunerados tomando em consideração:
 - o estipulado nos acordos remuneratórios celebrados entre a Sociedade e cada Membro do Conselho de Administração;
 - a observância de princípios de equidade interna e de competitividade externa, tomando também em consideração o que os principais grupos económicos portugueses vêm divulgando relativamente às respetivas políticas e práticas remuneratórias;
 - sempre que tal seja adequado e exequível, tal remuneração deverá ser composta essencialmente por uma remuneração fixa atribuível a membros executivo e não executivos, à qual acresça uma remuneração variável atribuível aos membros executivos sob a forma de prémio de desempenho;
 - a atribuição da componente variável da remuneração prevista no ponto anterior deverá corresponder a um prémio, que resultará da avaliação da performance de curto prazo e do contributo do desempenho anual para a sustentabilidade económica, social e ambiental a médio/longo prazo da Organização;
 - o montante efetivo da retribuição variável dependerá sempre da avaliação a realizar anualmente pela Comissão de Remunerações sobre o desempenho dos membros do Conselho de Administração, analisando o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, desenvolvimento organizativo e segurança, competitividade, crescimento, solidez financeira, criação de valor;
 - o pagamento da componente variável da remuneração, se existir, poderá ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a um triénio, havendo, portanto, a possibilidade de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma

deterioração relevante do desempenho da Sociedade no último exercício apurado ou quando esta seja expectável no exercício em curso;

- aos membros do Conselho de Administração está vedada a possibilidade de celebrar contratos, quer com a Sociedade, quer com as suas subsidiárias e/ou participadas, que possam mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.

4. Não é política da Sociedade atribuir aos membros dos seus órgãos sociais:

- planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço as ações;
- sistema de benefícios de reforma.

II. Considerando que:

1. O Código do Governo Societário do Instituto Português de Corporate Governance constitui o referencial relativamente ao qual a Corticeira Amorim, SGPS, S.A. avalia as suas políticas e práticas em matéria de *governance*;
2. A Recomendação V.2.3. do código referido no ponto anterior preconiza que a presente declaração contenha informação adicional sobre a forma como a remuneração atribuída aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização cumpre a política de remuneração adotada;

A Comissão de Remunerações da CORTICEIRA AMORIM informa os Senhores Acionistas que, no exercício de 2018:

1. O conjunto de todos os membros do Conselho de Administração auferiu remunerações provenientes da Corticeira Amorim que ascenderam a 843 818,45 euros:
 - o conjunto de membros executivos auferiu remunerações fixas que ascenderam a 551 168,45 euros (António Rios de Amorim: 239 256,15 euros; Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira: 169 256,15; Fernando José de Araújo dos Santos Almeida: 142 656,15 euros) e variáveis – correspondentes a um prémio de desempenho decorrente da análise da evolução dos resultados e o nível de concretização dos seguintes objetivos estratégicos: inovação, solidez financeira, criação de valor, competitividade e crescimento - que ascenderam a 292 650,00 euros (António Rios de Amorim: 120 500,00 euros; Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira: 60 500,00 euros; Fernando José de Araújo dos Santos Almeida: 111 650,00 euros);
 - os membros não executivos deste órgão não auferiram qualquer remuneração pelo desempenho de funções no órgão de administração da Corticeira Amorim.

2. o conjunto de todos os membros do Conselho Fiscal auferiu de retribuições totais que ascenderam a 36 000,00 euros (Manuel Carvalho Fernandes: 12 000,00; Ana Paula Africano de Sousa e Silva: 9600,00; Eugénio Luís Lopes Franco Ferreira: 9600,00; Durval Ferreira Marques: 4800,00 euros). Os membros do Conselho Fiscal não auferem, nos termos da política de remunerações descrita, retribuição variável.
3. Nenhum dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal auferiu remunerações provenientes de outras sociedades associadas ou participadas que consolidam na Corticeira Amorim;
4. não houve atribuição de ações ou opções a qualquer membro do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal;
5. a retribuição variável atribuída aos membros do Conselho de Administração referidos em II.1. teve em conta a avaliação anual efetuada pela Comissão de Remunerações ao desempenho dos membros executivos do Conselho de Administração, analisou o respetivo contributo quer para os resultados obtidos no exercício económico em apreço quer para o cumprimento das metas e implementação das estratégias definidas pela Sociedade a médio/longo prazo; a sua atribuição é, portanto, definitiva;
6. a prática descrita cumpre integralmente a política de remunerações aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas;
7. não existe nenhum instrumento jurídico celebrado com membros do Conselho de Administração que obriguem a Corticeira Amorim, no caso de cessação de funções, ao pagamento de qualquer pagamento além do que é legalmente exigível.

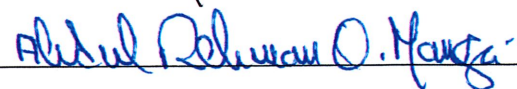
Mozelos, 15 de março de 2019

A Comissão de Remunerações da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

José Manuel Ferreira Rios
Presidente da Comissão de Remunerações

Jorge Alberto Guedes Peixoto
Vogal da Comissão de Remunerações

Abdul Rehman Omarmiã Mangá
Vogal da Comissão de Remunerações



mg.
P
C
M
A

Declaração do Conselho de Administração sobre a Política de Remunerações dos Dirigentes da Sociedade

CORTICEIRA AMORIM, SGPS, S.A.

Assembleia Geral Anual de 12 de abril de 2019

Considerando:

1. que compete ao Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM fixar as remunerações fixas e variáveis a atribuir aos seus Dirigentes;
2. que o Conselho de Administração considera que a política e as remunerações praticadas nos exercícios anteriores, claramente propicia o alinhamento entre os interesses dos beneficiários de tais remunerações e os interesses da Sociedade, fomentando um adequado equilíbrio entre a remuneração atribuída e o desempenho evidenciado em prol da rentabilidade a médio/longo prazo da Sociedade;
3. que o Conselho de Administração julga que a emissão de Declaração sobre Política de Remunerações para apreciação e aprovação em Assembleia Geral de Acionistas – favorece a compreensão das principais linhas de orientação desta política em benefício da transparência na fixação das remunerações a atribuir;

1


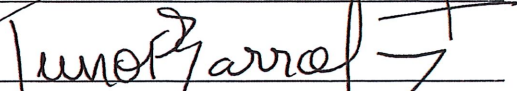
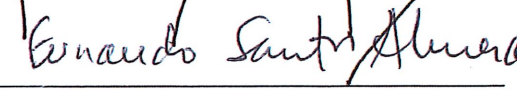
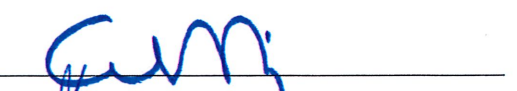
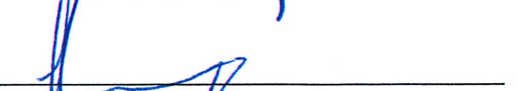
O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM propõe que os Senhores Acionistas apreciem e aprovem a seguinte política de remunerações:

1. **Os Dirigentes** da Sociedade devem ser remunerados tomando em consideração:
 - o estipulado nos respetivos contratos de trabalho;
 - a observância de princípios de equidade interna e de competitividade externa;
 - que, sempre que tal seja adequado e exequível, tal remuneração poderá ser composta por uma remuneração fixa à qual acresça uma remuneração variável em função da contribuição, objectiva e mensurável através da metodologia implementada de *balanced scorecard*, dos Dirigentes, em termos individuais e/ou coletivos, para o desenvolvimento sustentável da atividade e para a rentabilidade a médio/longo prazo da Sociedade: a evolução dos resultados e o nível de concretização dos objetivos estratégicos de inovação, desenvolvimento organizativo e segurança, competitividade, crescimento, solidez financeira e criação;

- que a remuneração variável deverá consubstanciar-se na atribuição de um bônus, cujo montante será determinado em função dos níveis de desempenho alcançados pela Sociedade;
 - que a remuneração variável a atribuir se situe entre os 0% e os 50% da remuneração fixa anual.
2. Os **Membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas** devem auferir a remuneração conforme for deliberado pela Comissão de Vencimentos da Sociedade.

Mozelos, 15 de fevereiro de 2019

O Conselho de Administração da CORTICEIRA AMORIM, S.G.P.S., S.A.

António Rios de Amorim <i>Presidente</i>	
Nuno Filipe Vilela Barroca de Oliveira <i>Vice-Presidente</i>	
Fernando José de Araújo dos Santos Almeida <i>Vogal</i>	
Cristina Rios de Amorim Baptista <i>Vogal</i>	
Luísa Alexandra Ramos Amorim <i>Vogal</i>	
Juan Ginesta Viñas <i>Vogal</i>	